



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

CELIANE SOUSA COSTA

**VARIAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO LINGUÍSTICAS: um estudo geolinguístico da
diversidade lexical em comunidades quilombolas do Baixo Amazonas**

BELÉM/PARÁ

2019

CELIANE SOUSA COSTA

VARIAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO LINGUÍSTICAS: um estudo geolinguístico da diversidade lexical em comunidades quilombolas do Baixo Amazonas

Tese de Doutorado em Estudos Linguísticos apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Letras, na linha de pesquisa Análise, Descrição e Documentação das Línguas Naturais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marilucia Barros de Oliveira.

BELÉM/PARÁ

2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

C837v Costa, Celiane Sousa
Variação e territorialização linguísticas : um estudo
geolinguístico da diversidade lexical em comunidades quilombolas
do Baixo Amazonas / Celiane Sousa Costa. — 2019.
264 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Marilucia Barros de Oliveira
Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Letras,
Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará,
Belém, 2019.

1. Dialetoлогия Pluridimensional. 2. Variação lexical. 3.
Territorialização linguística. 4. Comunidades quilombolas. I.
Título.

CDD 417.2

VARIAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO LINGUÍSTICAS: um estudo geolinguístico da diversidade lexical em comunidades quilombolas do Baixo Amazonas

Tese de Doutorado em Estudos Linguísticos apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Letras, na linha de pesquisa Análise, Descrição e Documentação das Línguas Naturais.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Marilucia Barros de Oliveira
Universidade Federal do Pará - UFPA
Presidente da banca

Prof. Dr. Marcelo Jacó Krug
Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS
1º Examinador

Prof. Dr. Felício Wessling Margotti
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
2º Examinador

Prof. Dr. José Guilherme dos Santos Fernandes
Universidade Federal do Pará - UFPA
3º Examinador

Prof. Dr. Abdelhak Razky
Universidade Federal do Pará - UFPA
Universidade de Brasília - UnB
4º Examinador

Prof^a. Dr^a. Marcela Moura Torres Paim
Universidade Federal da Bahia - UFBA
Suplente

Prof. Dr. Sidney Facundes
Universidade Federal do Pará - UFPA
Suplente

Belém, 28 de junho de 2019.

A Lucas.

Aos meus pais.

Aos meus avós (*in memoriam*).

À minha bisavó Pulquéria Barbosa de Miranda (*in memoriam*), por seus relatos acerca de nossa ancestralidade negra abrir caminhos para imersão em nossa própria história.

Saudosas lembranças da história de todos nós, que fazem parte dos momentos felizes de minha vida!

AGRADECIMENTOS

A Deus, um agradecimento especial, por me conceder vida, saúde e oportunidades de aprendizado, por ser companhia amorosa e misericordiosa em todos os momentos de minha vida.

À Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e aos membros do Colegiado do Programa de Letras do Instituto de Ciências da Educação da UFOPA, agradeço o consentimento do meu afastamento integral para qualificação e o apoio constante ao meu doutoramento.

À Prof^a. Dr^a. Marilucia B. Oliveira, expresso o meu reconhecimento pela orientação sábia e cuidadosa deste estudo; pela amizade; pelo apoio e pelo incentivo constantes, sobretudo, durante minha permanência em Portugal para realização do Estágio de Doutorado Sanduíche; por ser um exemplo de coragem e de respeito.

Ao Prof. Dr. Augusto Soares da Silva, sou grata por aceitar meu plano de estudo no Estágio de Doutorado Sanduíche na Universidade Católica Portuguesa, pelas orientações sábias e eficientes, pela disponibilização generosa de material bibliográfico, pelo acolhimento zeloso durante minha estada em Braga. Agradeço também à Dafne Palú pela receptividade simpática em Portugal, pelas informações acadêmicas e culturais, pela orientação técnica a respeito de ferramentas para estudos quantitativos, pelo material disponibilizado. Salvo relações acadêmicas em Braga, devo ainda um agradecimento à senhora Fernanda, Maria da Penha e Conceição pelas experiências e convívio.

À Prof^a. Dr^a. Vânia Casseb-Galvão, sou grata por ter proporcionado reflexões teóricas sobre mudança linguística numa perspectiva cognitiva-funcional, durante uma disciplina do Curso de Doutorado em Letras da Universidade Federal do Pará (UFPA), importantes para a compreensão do comportamento lexical ainda na fase inicial deste estudo. Agradeço à Prof^a. Dr^a. Rosa Elizabeth Acevedo Marín pelas discussões teóricas relativa a povos e comunidades tradicionais em uma disciplina ofertada pelo Curso de Doutorado em Antropologia da UFPA.

De igual modo, sou muito grata ao Prof. Dr. Harald Thun pela disponibilidade, pela atenção dedicada e pela contribuição generosa, a quem recorri para solucionar algumas dificuldades encontradas neste estudo.

Ao Prof. Me. Luiz Carlos Laurindo Jr., Prof. Dr. Luiz Fernando de França, Prof. Esp. Wildson Queiroz, expresso meu agradecimento pelas indicações bibliográficas sobre a história e cultura negra no Pará, Baixo Amazonas e Alenquer. Ao Prof. Dr. Zair Henrique, manifesto

agradecimento pelas conversas sobre cultura amazônica e paraense. À Prof. Idaliana Marinho de Azevedo, agradeço enormemente as conversas e os contatos com lideranças.

Às entidades coletivas, ACONQUIPAL, ARQMO, ARQMOB, FOQS, ARQAF, Associação Mãe Domingas, ARQUICA, ACORNECAB, ACREQSARA e ARQTININGU, agradeço a oportunidade, a confiança e o apoio. A todas as pessoas que de algum modo apoiaram a realização do trabalho de campo nas comunidades quilombolas. Em especial, a Manoel Lucivaldo Siqueira, Adjair Mota, Joel, Ivanildo, Claudinete, Carlos Printes, Cleuciane, Sebastiana, José Vicente, Wanderley, Railene, Redinaldo, Catarina, Marcelino, Iannes, Sílvio, Josivan, Ademir, Bena, Dileudo, pelo transporte, pelo acesso, pelo material cedido, pelos contatos com lideranças, pela paciência, pelo tempo disponibilizado, pela receptividade simpática e hospitalidade gentil. De igual modo, agradeço a todos os afro-brasileiros entrevistados pelo tempo concedido, pela confiança e pela paciência. Devo esta realização a vocês!

Aos colegas, amigos e professores do grupo de pesquisa GeoLinTerm, agradeço a acolhida fraterna durante o tempo que permaneci no doutoramento. Em especial, à Eliane Costa, Flávia Helena Paz, Romário Sanches e Marcelo Dias pelas conversas e pelo material compartilhado.

Aos amigos, Ediene, Cleide, Cristiane, Ivonete, Rafael, Silda Carla, Rita, Dalva, Regina, Izabel Maria, Sérgio, Cláudio, Jacob, Roberto Paiva, Arlon, Núbia, Paula, Patrícia, Sandra, dona Socorro e ao saudoso seu José, pela amizade, pelo acolhimento e incentivo oportunos, por proporcionarem excelentes momentos durante minha estada em Santarém, Belém, Oriximiná, Óbidos e Alenquer. Devo os bons momentos durante a realização deste estudo a vocês!

Por fim, aos meus familiares, Lucas, Rosimar, Selma, André Luís, Ana Luísa, Célio, Celivaldo, Fabiana, Priscila, expresso minha gratidão pela confiança, pela compreensão, pela paciência e pelo apoio incondicional, sobretudo, nos momentos de ausência necessários para a elaboração deste estudo. Certamente, devo a vocês muito mais do que esta realização. Obrigada por tudo!

RESUMO

Fundamentada nos pressupostos teóricos e metodológicos da Dialetologia Pluridimensional (RADTKE; THUN, 1996; THUN, 1998, 2000, 2009, 2010a; ALTENHOFEN, 2013, 2014), esta tese investiga o uso de itens léxicos. Aborda correlações entre variantes, contatos intervaretais, espaço pluridimensional e suas implicações na territorialização linguística. É um estudo de caso da territorialização linguística de variantes, desenvolvido a partir do tema variação lexical do português falado em comunidades quilombolas do Baixo Amazonas paraense (Abuí, Água Fria, Arapucu, Silêncio, Pacoval de Alenquer, Saracura e Tingu) e com base em uma amostra diversificada e oral das ocorrências léxicas. O objetivo central desta pesquisa é descrever a variação, buscando, em padrões de variação léxica e em dinâmicas de movimento nos espaços, a identificação de características e estratégias da territorialização linguística. Mais especificamente, ela objetiva flagrar o comportamento de itens léxicos supostamente representativos ou com potencial de representação simbólica da territorialidade no espaço variacional e sua condição (resistência, neutralidade ou perda) na territorialização. Considera-se que diferentes formas de apropriação de itens léxicos e de representações espaciais afetam dinâmicas de movimento nos espaços a ponto de interferir no potencial de referência simbólica das variantes na territorialização linguística. A análise revelou que os espaços linguísticos pressupõem redes de conexão com outras variedades e particularidades de uso, e que as representações simbólicas, fundamentadas no contexto sociocultural, manifestam-se integradas ao costume e à experiência, sinalizando aspectos do modo de vida, da organização da vida social, das concepções e convenções estabelecidas e possibilitando a construção da referência simbólica da territorialidade. Os resultados confirmam que a flexibilidade do uso de variantes e as representações simbólicas convencionalizadas nas comunidades quilombolas dão condições de acesso à territorialização linguística, evidenciando-a como um fenômeno ajustável, em razão do comportamento linguístico e social, a diferentes direções e sentidos do movimento mais ou menos próximos, simbolicamente, da territorialidade linguística. Territorialização linguística de variantes é um fenômeno dinâmico e, como tal, aspectos linguísticos e sociais convencionalizados amparam-se na trajetória contínua dos grupos, revelando capacidade de movimento e renovação nos espaços linguísticos. Por ampliarem representações espaciais de modo a revelar transformação dos espaços, construção de referencial simbólico da territorialidade e identidades menos fixas,

os conceitos de territorialidade e territorialização linguísticas reafirmam importantes avanços trazidos pelo enfoque pluridimensional ao paradigma dialetológico.

Palavras-chave: Dialetologia Pluridimensional. Variação lexical. Territorialização linguística. Comunidades quilombolas.

RESUMEN

Fundamentada en los presupuestos teóricos y metodológicos de la Dialectología Pluridimensional (RADTKE; THUN, 1996; THUN, 1998, 2000, 2009, 2010a; ALTENHOFEN, 2013, 2014), esta tesis investiga el uso de ítems lexicales. Aborda correlaciones entre variantes, contactos intervrietales, espacio pluridimensional y sus implicaciones en la territorialización lingüística. Es un estudio de caso de la territorialización lingüística de variantes, desarrollado a partir del tema de la variación lexical del portugués que se habla en las comunidades quilombolas del Bajo Amazonas Paraense (Abuí, Água Fria, Arapucu, Silêncio, Pacoval de Alenquer, Saracura e Tingu) y en base a una muestra diversa y oral de los casos lexicales. El objetivo central de esta investigación es describir la variación, buscando, en patrones de variación lexical y en dinámicas de movimiento en los espacios, la identificación de características y estrategias de la territorialización lingüística. Más específicamente, tiene como objetivo descubrir el comportamiento de ítems lexicales supuestamente representativos o con potencial de representación simbólica de la territorialidad en el espacio variacional y su condición (resistencia, neutralidad o pérdida) en la territorialización. Se considera que diferentes formas de apropiación de elementos lexicales y de representaciones espaciales afectan dinámicas de movimiento en los espacios a punto de interferir en el potencial de referencia simbólica de las variantes en la territorialización lingüística. El análisis reveló que los espacios lingüísticos presuponen redes de conexión con otras variedades y particularidades de uso y que las representaciones simbólicas, fundamentadas en el contexto sociocultural, se manifiestan integradas a la costumbre y la experiencia, señalando aspectos del modo de vida, de la organización de la vida social, de las concepciones y convenciones establecidas y posibilitando la construcción de la referencia simbólica de la territorialidad. Los resultados confirman que la flexibilidad del uso de variantes y las representaciones simbólicas convencionalizadas en las comunidades quilombolas dan condiciones de acceso a la territorialización lingüística, evidenciándola como un fenómeno ajustable, en razón del comportamiento lingüístico y social, a diferentes direcciones y sentidos del movimiento más o menos próximos, simbólicamente, de la territorialidad lingüística. La territorialización lingüística de variantes es un fenómeno dinámico y, como tal, aspectos lingüísticos y sociales convencionalizados se amparan en la trayectoria continua de los grupos, revelando capacidad de movimiento y renovación en los espacios lingüísticos. Debido a que

amplían las representaciones espaciales para revelar transformación de los espacios, construcción de referencial simbólico de la territorialidad e identidades menos fijas, los conceptos de territorialidad y territorialización lingüística reafirman avances importantes traídos por el enfoque pluridimensional al paradigma dialectológico.

Palabras clave: Dialectología Pluridimensional. Variación lexical. Territorialización lingüística. Comunidades quilombolas.

ABSTRACT

This thesis investigates the use of lexical items grounded on the theoretical and methodological assumptions of Pluridimensional Dialectology (RADTKE; THUN, 1996; THUN, 1998, 2000, 2009, 2010a; ALTENHOFEN, 2013, 2014). It addresses the existing correlations between variants, intervarietal contacts, pluridimensional space and their implications for linguistic territorialization. It is a case study of linguistic territorialization of variants developed from the theme of lexical variation of the Portuguese spoken in *quilombola* communities of the Paraense Region of Baixo Amazonas (Abuí, Água Fria, Arapucu, Silêncio, Pacoval de Alenquer, Saracura and Tiningu). The sample comprises diversified and oral lexical occurrences. The main objective of this research is to describe the variation and the identification of characteristics and strategies of linguistics territorialization by searching patterns of lexical variation and dynamics of movement in spaces. More specifically, it aims to grasp the behavior of lexical items supposedly representative or with potential of symbolic representation of territoriality in the variational space and its status (resistance, neutrality or loss) in territorialization. It is considered that different forms of appropriation of lexical items and of spatial representations affect the dynamics of movement in the spaces at the point of interfering in the potential of symbolic reference of the variants in linguistic territorialization. The analysis revealed that the linguistic spaces presuppose connections with other varieties and particularities of language use. They also presuppose that the symbolic representations, due to the sociocultural context, are manifested integrated to custom and experience, signaling aspects of the way of life, the organization of social life, of the conceptions and conventions established and that they make the construction of the symbolic reference of territoriality possible. The findings demonstrate that the flexibility of the use of variants and the symbolic representations conventionalized in *quilombola* communities provide access to the linguistic territorialization evidencing it as an adjustable phenomenon due to the linguistic and social behavior to different directions and meanings of the movement more or less symbolically close to linguistic territoriality. Linguistic territorialization of variants is a dynamic phenomenon and as such social and conventionalized linguistic aspects are based on the continuous trajectory of the groups, revealing capacity for movement and renewal in the linguistic spaces. By broadening spatial representations in order to reveal spatial transformation, a symbolic referential construction of territoriality and less fixed identities, the concepts of territoriality

and linguistic territorialization reaffirm important advances raised by the pluridimensional approach to the dialectical paradigm.

Keywords: Pluridimensional Dialectology. Lexical variation. Linguistic territorialisation. *Quilombola* communities.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 01 - Esquema do espaço variacional proposto por Harald Thun	40
Figura 02 - Mapa experimental da superfície linguística, elaborado por Thun	44
Figura 03 - Mapa pluridimensional do espaço linguístico, elaborado por Thun	45
Figura 04 - Esquema da dupla arealização proposto por Thun	47
Figura 05 - Esquema de distribuição diatópica das variantes X e Y, elaborado por Altenhofen	48
Figura 06 - Mapa “mutirão”	51
Figura 07 - Grupos padrão	91
Figura 08 - Carta base	92
Fotografia 01 - Mapa das comunidades quilombolas do município de Óbidos	71
Imagem 01 - Carta linguística 2.6: Sugerência de ‘barco em terra’ (QSL 121, lema menstruação)	108
Imagem 02 - Carta linguística 8.4: ‘chen’, ‘chengo’, ‘guarifango’ e ‘cuviano’ (QSL 64, lema urubu)	114
Imagem 03 - Carta linguística 1.1: ‘diamba’ e ‘dirijo’ (QSL-Adapt 41, lemas diamba, dirijo, liamba, maconha)	118
Imagem 04 - Carta linguística 1.2: Sugerência ‘diamba’ e ‘dirijo’ (QSL-Adapt 41, lemas diamba, dirijo, liamba, maconha)	119
Imagem 05 - Carta linguística 4.1: OTUP (QSL 117, lemas rótula, pataca)	121
Imagem 06 - Carta linguística 6.1: QSL-Adapt 24 (lemas puxirum, mutirão)	127
Imagem 07 - Carta linguística 6.2: OTUP (QSL-Adapt 24, lemas puxirum, mutirão)	128
Imagem 08 - Carta linguística 6.3: ‘puxirum’ (QSL-Adapt 24, lemas puxirum, mutirão)	129
Imagem 09 - Carta linguística 7.2: OTUP (QSL 160, lema esconde-esconde)	131
Imagem 10 - Carta linguística 7.3: ‘pancararam’ (QSL 160, lema esconde-esconde)	132
Imagem 11 - Carta linguística 9.2: OTUP (QSL 132, lemas menino, guri, piá)	149
Imagem 12 - Carta linguística 9.3: ‘curumim’ (QSL 132, lemas menino, guri, piá)	150

Imagem 13 - Carta linguística 10.2: OTUP (QSL 133, lema menina)	151
Imagem 14 - Carta linguística 10.3: ‘cunhantã’ ou ‘cunhantã’ (QSL 133, lema menina)	152
Imagem 15 - Carta linguística 12.1: ‘mandinga’ (QSL 149, lema feitiço)	163
Imagem 16 - Carta linguística 13.3: Sugerência aceita de ‘sacaca’ (QSL 152, lema curandeiro)	169
Imagem 17 - Carta linguística 3.2: Sugerências ‘dente do siso’ e ‘dente do juízo’ (QSL 98, lemas dente do siso, do juízo)	183
Imagem 18 - Carta linguística 13.2: ‘sacaca’ (QSL 152, lema curandeiro)	188
Imagem 19 - Carta linguística 13.1: OTUP (QSL 152, lema curandeiro)	189
Imagem 20 - Carta linguística 11.1: ‘quilombo’ (QSL-Adapt 62, lema quilombo)	195
Imagem 21 - Carta linguística 2.5: ‘barco em terra’ (QSL 121, lema menstruação)	199
Mapa 01 - Localização dos municípios	64
Mapa 02 - Comunidades quilombolas do município de Oriximiná	67
Mapa 03 - Comunidade quilombola Pacoval de Alenquer	74
Mapa 04 - Territórios quilombolas de Santarém	76

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - OTUM-1: Cotejo entre variantes em situação de menor número de ausências de RE	96
Gráfico 02 - OTUM-2: Cotejo entre variantes em situação de maior número de ausências de RE	96
Gráfico 03 – Cotejo entre variantes em situação de maior número de RE	99
Gráfico 04 - SUG: Variante ‘alvorada’	104
Gráfico 05 - RE: Cotejo entre variantes de uso mais geral e de uso mais restrito	106
Gráfico 06 - RE: Cotejo entre variantes ocorridas nas gerações II e I, com e sem escolarização	109
Gráfico 07 - RE: Cotejo entre variantes ocorridas nas GII (Ce e Se) e GICe	110
Gráfico 08 - RE: Cotejo entre variantes ocorridas na GII (Ce e Se)	112
Gráfico 09 - RE: Variantes ‘suvaco’, ‘ticulico’, ‘cutico’ e ‘axila’	116
Gráfico 10 - RE: Variantes ‘menino’, ‘menina’, ‘curumim’ e ‘cunhantã’ em duas formas de interação linguística	124
Gráfico 11 - RE: Variantes ‘menino’, ‘menina’, ‘curumim’ e ‘cunhantã’ nas gerações	125
Gráfico 12 - RE: Cotejo entre variantes ocorridas em duas formas de interação linguística	126
Gráfico 13 - RE: Variantes ‘provocar’, ‘vomitar’ e ‘baldiar’	134
Gráfico 14 - RE: Variantes ‘zoada’ ou ‘zuada’ e ‘barulho’	134
Gráfico 15 - RE: Variantes ‘puxirum’ e ‘mutirão’	186

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Contexto de pesquisa	66
Quadro 02 - Perfil dos entrevistados	79
Quadro 03 - Etiquetagem da amostra	87
Quadro 04 - Dimensões de análise da tese	89
Quadro 05 - OTUP-1:Variantes mais frequentes em situação de maior número de RE	97-98
Quadro 06 - OTUP-2: Variantes em situação de maior número de ausência de RE	99
Quadro 07 - OTUP: Duas ou mais variantes mais recorrentes	100-101
Quadro 08 - Ausência de variantes nos contextos	102
Quadro 09 - RE: Variantes ‘pente’, ‘pancararam’ e ‘sacaca’	129-130
Quadro 10 - Cotejo entre variantes mais recorrentes em Belém e nas comunidades quilombolas do Baixo Amazonas	155
Quadro 11 - Cotejo entre variantes mais recorrentes em comunidades quilombolas do Nordeste do Pará e do Baixo Amazonas	158-159

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Número de entrevistados por geração	81
Tabela 02 - Cotejo entre variantes mais e menos marcadas pela informalidade	124
Tabela 03 - Cotejo entre variantes mais recorrentes em Juruti e nas comunidades quilombolas do Baixo Amazonas	145

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACOB	Associação Cultural Obidense
ACONQUIPAL	Associação Comunitária de Negros do Quilombo Pacoval de Alenquer
ACREQSARA	Associação Comunitária de Remanescentes de Quilombo de Saracura
ADDU	Atlas Diatópico y Diastrático del Uruguay
AGU	Advocacia Geral da União
ALAM	Atlas Linguístico do Amazonas
ALEA	Atlas Linguístico y Etnográfico de Andalucía
ALERS	Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil
ALeSPA	Atlas Léxico Sonoro do Pará
ALGR	Atlas Linguístico Guaraní-Românico
ALiB	Atlas Linguístico do Brasil
ALIPA	Atlas Geossociolinguístico do Pará
ALisPA	Atlas Linguístico Sonoro do Estado do Pará
ALMA	Atlas Linguístico das Minorias Alemães da Bacia do Rio da Prata
ALQPAC	Alenquer / Pacoval
ARQAF	Associação dos Remanescentes de Quilombos da Comunidade Água Fria (Alto Trombetas)
ARQMOB	Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Óbidos
ARQMO	Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná
ARQTININGU	Associação dos Remanescentes de Quilombos de Tinguá
Ce	Com escolarização
CEDENPA	Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará
CON	Conversa
CPISP	Comissão Pró-Índio de São Paulo
DP	Dialetologia Pluridimensional
FOQS	Federação das Organizações Quilombolas de Santarém
GI	Geração mais nova
GII	Geração mais velha
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA	Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MRN	Mineração Rio do Norte
N	Nunca morou fora da comunidade
OBDARA	Óbidos / Arapucu
OBDSIL	Óbidos / Silêncio
ORXAB	Oriximiná / Abuí
ORXAF	Oriximiná / Água Fria
OTUM	Ocorrências com tendência de uso monolológico
OTUP	Ocorrências com tendência de uso polilológico
PB	Português Brasileiro
PBP	Português Brasileiro Padrão
PE	Português Europeu

PPB	Português Popular Brasileiro
PPR	Português Popular Rural
QFF	Questionário Fonético-Fonológico
QRCO	Questionário relativo à comunidade
QREN	Questionário relativo aos entrevistados
QRLI	Questionário relativo à língua
QSL	Questionário Semântico-Lexical
QSL-Adapt	Questionário Semântico-Lexical Adaptado
RARQ	Representante de associação dos remanescentes dos quilombos
RE	Resposta espontânea
REQUEST	Resposta ao questionário
RESC	Representante de escola da comunidade
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
S	Viveu fora da comunidade
Se	Sem escolarização
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STMSAR	Santarém / Saracura
STMTIN	Santarém / Tinguá
SUG	Sugestão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	BASES TEÓRICAS E ASPECTOS DESCRITIVOS	31
2.1	O espaço linguístico na pesquisa dialetal	31
2.2	Renovação no estudo do espaço a partir da Geolinguística Pluridimensional	36
2.2.1	Dialetologia Pluridimensional e Relacional	37
2.3	Ampliação de representações espaciais a partir dos conceitos de territorialização e territorialidades linguísticas	53
2.4	Síntese da Seção	59
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	61
3.1	Delimitação e composição da amostra	61
3.1.1	Contexto de pesquisa	62
3.1.1.1	As comunidades quilombolas	66
3.1.2	Perfil dos entrevistados	79
3.1.3	<i>Corpus</i>	81
3.1.4	Coleta de dados	81
3.1.4.1	Os questionários	83
3.1.4.2	A conversa (CON)	85
3.1.4.3	A técnica de entrevista em “ <i>Três tempos</i> ”	86
3.1.5	Armazenamento, organização e tratamento dos dados	86
3.2	Procedimentos de análise	87
3.3	Cartografia	90
4	VARIAÇÃO LEXICAL NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO BAIXO AMAZONAS	93
4.1	Tendências gerais e particulares do uso linguístico lexical nas comunidades quilombolas	94
4.1.1	Dimensão diatópica	94
4.1.1.1	Respostas espontâneas	95
4.1.1.2	Sugêrências	103
4.1.1.3	Síntese das informações diatópicas	106
4.1.2	Dimensões diageracional e diastrática	108
4.1.2.1	Síntese das informações diageracional e diastrática	120
4.1.3	Dimensão diafásica	122
4.1.3.1	Síntese das informações diafásicas	138
4.2	Variantes léxicas e territorialidades	138
4.3	Síntese da Seção	140
5	ALCANCES E LIMITES DA VARIAÇÃO LEXICAL	142

5.1	Convergências e divergências entre as comunidades quilombolas do Baixo Amazonas e o entorno	142
5.1.1	Cotejo entre variantes das comunidades quilombolas pesquisadas no Baixo Amazonas paraense	142
5.1.2	Cotejo entre variantes das comunidades quilombolas pesquisadas e de Belém	154
5.1.3	Cotejo entre variantes das comunidades quilombolas pesquisadas e da Região Norte	155
5.1.4	Cotejo entre variantes das comunidades quilombolas do Baixo Amazonas e de outras comunidades quilombolas do Nordeste do Pará	157
5.1.5	Cotejo entre variantes das comunidades quilombolas do Baixo Amazonas e de outras comunidades quilombolas de Barreirinhas no Estado do Amazonas ..	161
5.1.6	Cotejo entre variantes das comunidades quilombolas no Baixo Amazonas, no Nordeste do Pará e no Rio Grande do Sul	161
5.1.7	Síntese das informações	164
5.2	Léxico empregado nas comunidades quilombolas e em dicionários: aspectos designativos e conceituais	167
5.2.1	Convergências de aspectos designativos e conceituais	167
5.2.2	Divergências léxico-semânticas	168
5.2.3	Correlação entre aspectos léxicos designativos, efeitos de contatos sócio-históricos e formas de apropriação do fato linguístico	171
5.2.4	Síntese das informações	174
5.3	Dinâmicas do movimento e territorialidades	176
5.4	Síntese da Seção	178
6	ESTRATÉGIAS DE TERRITORIALIZAÇÃO LINGUÍSTICA NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO BAIXO AMAZONAS	180
6.1	Aspectos linguísticos lexicais da territorialização	180
6.1.1	Espaços sociais, toponímia e territorialização	180
6.1.2	Variantes, contatos, contexto sócio-histórico e experiência	182
6.2	Aspectos da construção social dos espaços na territorialização linguística de variantes	200
6.3	Territorialização linguística	207
6.4	Síntese da Seção	210
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	212
	REFERÊNCIAS	218
	APÊNDICE A: Caracterização das entidades coletivas	227
	APÊNDICE B: Álbum	230
	ANEXO A: Cartografia linguística de variantes léxicas	241
	ANEXO B: Questionários Fonético-Fonológico e Semântico-Lexical (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB, 2001)	255
	ANEXO C: Questionário Semântico-Lexical Adaptado (QSL-Adapt)	262

1 INTRODUÇÃO

Encontramos no português falado variantes léxicas que evidenciam correlação entre fatores externos e internos à língua (espaço e variantes, história e variantes, escolaridade e variantes, por exemplo), pautadas na noção de significado referencial, como ilustrado nos exemplos em:

(01) *barulho ~ zoadá ~ ponga; menino ~ curumim; menina ~ cunhantã; menstruação ~ barco em terra ~ canela quebrada ~ macaco mordeu* (ORXAB01, REQUEST-QSL).

Mais do que acervo linguístico, esses itens léxicos são recursos de verbalização da experiência e da perspectiva de seu grupo, que é dinâmica também pela atuação da mobilidade ao longo do tempo e do espaço. Tais recursos dão os contornos necessários à compreensão da variação, possibilitando visualização da diversidade num espaço real de interação.

Em se tratando do português falado em comunidades quilombolas¹, contrariamente, parece mais comum admitir o léxico como um repertório estático, completo e marcado por estereótipos linguísticos e sociais, dada a construção histórica e ideológica de, pelo menos, dois traços imediatos e conseqüentemente associados ao grupo: mais isolamento e menos mobilidade no espaço. Talvez, pelas mesmas razões, a percepção de espaço das comunidades quilombolas é também estática e uniforme.

Em ambos os casos, deixa-se escapar da memória social os contatos linguísticos estabelecidos reiteradamente na configuração da língua, os usos linguísticos em interação, como os exemplos em (01), e a transformação dos espaços ocupados pelos grupos de afro-brasileiros ao longo do tempo. Isso porque a construção social dos espaços nem sempre coincide com a noção de espaço geofísico ou com divisão político-administrativa (como veremos na Seção 2, Bases teóricas e aspectos descritivos). Com efeito, a dinamicidade linguística e social dos grupos de afro-brasileiros na construção de seu referencial simbólico e identitário deve ser considerada importante em um estudo geolinguístico.

¹ Nesta tese, decidimos pela manutenção do termo “quilombola” para fazer referência às comunidades investigadas por acreditarmos que se trate de um dos itens léxicos mais representativos da territorialização linguística dos grupos, em que os valores social, histórico e linguístico estão fortemente marcados. Desse modo, concordamos com Alkmim e Petter (2009, p. 170) sobre haver termos que, mesmo integrados ao português brasileiro, “constituem o núcleo de resistência dos termos de origem africana” pelo fato de não terem perdido completamente seu significado original. É o caso de “quilombola”. Ressaltamos que a expressão “comunidades afro-brasileiras” será empregada apenas como forma de manutenção de opção designativa presente em outros estudos.

Como nossa tarefa é investigar o papel do léxico para a representação simbólica dos grupos de afro-brasileiros de uma mesorregião do Pará, pretendemos captar como o comportamento linguístico dos grupos em localidades distintas do Baixo Amazonas é influenciado pela abrangência e movimento dos itens léxicos nos espaços linguísticos, e até que ponto isso determina a territorialização. Desse modo, nossa preocupação está voltada para o léxico e as relações sociais envolvidas no estabelecimento dos padrões de usos convencionalizados pelos grupos.

O tema de nossa pesquisa diz respeito à variação lexical do português falado em comunidades quilombolas do Baixo Amazonas paraense. Tal variação pressupõe interação entre diferentes estratos sociais, com aspectos involuntários (origem geográfica, idade e escolaridade) e voluntários (domicílio fixo e mobilidade), bem como escolhas e preferências, que determinam formas alternativas de uso da língua (objetiva e metalinguística, escrita e falada), seleção de itens léxicos adequados à interação (diafásico), à temática desenvolvida, entre outros.

Por reconhecermos o desempenho do comportamento social na projeção de um conjunto de variedades na paisagem linguística, propomos um estudo geolinguístico acerca da variação lexical a partir dos pressupostos da Dialectologia Pluridimensional e Relacional (RADTKE; THUN, 1996; THUN, 1998, 2000, 2009, 2010a; AUER; SCHMIDT, 2010; ALTENHOFEN, 2014), em que pretendemos descrever correlações entre variação, espaço pluridimensional e dinâmicas de territorialização linguística.

Como a variação resulta do uso, a Dialectologia Pluridimensional e Relacional interessa-se pela variação manifestada no espaço variacional², considerando a complexa correlação entre os fenômenos linguísticos e os níveis do contexto interno e externo da língua, representadas cartograficamente (RADTKE; THUN, 1996; THUN, 1998, 2009, 2010a; ALTENHOFEN, 2014).

Os exemplos em 01, obtidos na comunidade quilombola Abuí em Oriximiná, são recorrentes nos dados e permitem entrever o papel dos contatos estabelecidos com outros grupos (*barulho ~ zoada ~ ponga; menino ~ curumim; menina ~ cunhantã*) e a categorização da experiência (*menstruação ~ barco em terra ~ canela quebrada ~ macaco mordeu*), porque evidenciam representações simbólicas alternativas convencionalizadas pelos grupos. Essas

² Para conferir a noção de *espaço variacional* empregada pela Dialectologia Pluridimensional, deve-se recorrer ao item 2.2.1 da Seção 2 desta tese.

representações serão interpretadas como uma forma de sinalização empírica da territorialidade na territorialização linguística.

Partindo da noção de dinamicidade linguística e social, e argumentando em favor das transformações nos espaços e do léxico como testemunha da experiência, da perspectiva e da conceptualização dos grupos, estabelecemos que a variação linguística influencia no potencial de referência simbólica das variantes na territorialização linguística.

Esta tese tem por objetivo descrever a variação lexical nas comunidades quilombolas do Baixo Amazonas, buscando, em padrões de variação léxica e em dinâmicas de movimento, a identificação de características e estratégias de territorialização linguística. Especificamente, pretendemos analisar o comportamento de itens léxicos supostamente representativos ou com potencial de representação simbólica da territorialidade no espaço variacional e sua condição (resistência, neutralidade ou perda) na territorialização.

Tais objetivos direcionam às perguntas básicas desta pesquisa:

- a) Em que medida a variação lexical contribui para a territorialização e territorialidades linguísticas?
- b) Quais as estratégias da territorialização linguística de variantes adotadas pelos grupos de afro-brasileiros nas comunidades quilombolas do Baixo Amazonas?
- c) Como os grupos de afro-brasileiros manifestam suas territorialidades linguísticas?

Partiremos em busca das respostas a essas perguntas inspiradas nas reflexões de Marcuschi (2015) sobre a natureza dinâmica e flexível do léxico, a inseparabilidade do léxico e cognição social, o trato empregado na produção de sentidos.

Nesta tese, interessa-nos o estudo da noção de territorialização, a partir de uma investigação empírica baseada no uso, considerando a dimensão geolinguística (conforme os princípios da Dialetoлогия Pluridimensional), pois reconhecemos os processos de condicionamentos da variação e mudança linguísticas.

Para apreender variantes léxicas utilizadas em diferentes comunidades quilombolas, localizadas no Baixo Amazonas paraense (Abuí, Água Fria, Arapucu, Silêncio, Pacoval de Alenquer, Saracura e Tiningu) que representam diferentes grupos de afro-brasileiros, recorreremos a um *corpus* com textos orais, coletados a partir de questionários (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB, 2001) e conversas com temas semidirigidos (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009). As entrevistas ocorreram em pares com mesmo perfil social para

umentar a representatividade e frequência de comentários metalinguísticos (THUN, 1998), bem como obter uma aproximação de enunciados mais espontâneos.

Trabalho sob orientação da geolinguística pluridimensional para o estudo do léxico em comunidades quilombolas brasileiras não é novidade, apesar do interesse recente das pesquisas dialetais nessa matéria. Destacaremos dois desses trabalhos na presente tese. Um estudo é a tese de doutoramento de Souza (2015), a qual segue orientação da Dialetologia Pluridimensional. Nela, o autor faz uma análise qualitativa da distribuição de variantes linguísticas (fonético-fonológica e léxico-semântica) que resultam dos contatos intervaretais entre a variedade de português falada pelos afro-brasileiros de sete comunidades do Rio Grande do Sul e as variedades faladas no entorno, com vistas a flagrar tendências de manutenção ou substituição das marcas de africanidades no português dos afro-brasileiros. Um outro estudo sobre variação lexical em comunidades quilombolas é a tese de doutoramento de Dias (2017). Seguindo orientação Geossociolinguística, Dias mapeou a variação lexical para composição de atlas semântico-lexical a partir do *corpus* coletado em seis comunidades quilombolas do Nordeste paraense e descreveu qualitativa e quantitativamente as variantes, evidenciando a presença de africanismos léxicos nas comunidades investigadas, o que o conduziu ao reconhecimento da variedade estudada como *português afro-brasileiro*. Em ambas as pesquisas, Souza e Dias partiram de enfoque geolinguístico pluridimensional para apresentar cartografia dos dados e sinalizar marcas de africanidades no espaço pluridimensional³.

Em termos de *português afro-brasileiro*, Cruz (2000) foi uma das primeiras autoras a iniciar o estudo da variedade de português afro-brasileiro no Pará. Ela analisou comparativamente características prosódicas de três variedades do português brasileiro: a variedade afro-brasileira presente em quatro comunidades negras do Baixo Tocantins (situado no nordeste do Pará), a variedade Amazônica⁴ falada em sete localidades do mesmo espaço geográfico e a variedade do português brasileiro padrão⁵. A ideia principal defendida na tese dessa autora é a presença de africanismos fonéticos nessas comunidades afro-brasileiras e um dos aspectos fonéticos que sustentam essa tese é a ausência da articulação bilabial na formação dos ideofones, explicada pelo viés histórico. A autora (*idem*, p. 229) afirma que se trata de uma estratégia de comunicação, caracterizada pela quase imobilidade dos lábios, adotada no período

³ O termo *espaço pluridimensional* é aplicado para fazer referência às múltiplas dimensões de análise da Dialetologia Pluridimensional.

⁴ O parâmetro da variedade amazônica é regional e, por este motivo, lembra-nos a proposta de Antenor Nascentes (1922) para a divisão dialetal dos falares brasileiros.

⁵ Nesta tese, percebemos que a noção pressuposta pelo adjetivo “padrão” coincide com norma urbana culta, dado o perfil dos entrevistados para o *corpus* do português padrão.

do Brasil colonial como forma de resistência contra a escravidão, porque dificultava o reconhecimento das informações entre os escravos pelos colonizadores. Isso poderia apontar evidências da atuação dessa variante no comportamento linguístico e social das pessoas mais velhas nas comunidades afro-brasileiras investigadas pela autora.

Nessa pesquisa, o conceito de variedade afro-brasileira pressupõe especificidades na estrutura linguística do português falado nas comunidades que são significativamente marcadas pela origem africana no nível fonético. Essa noção de variedade alcança o conceito de português afro-brasileiro de Mello (1996).

O estudo desenvolvido por Mello (1996) destaca-se também pelo importante movimento que se fez em direção à legitimidade do vernáculo no cenário linguístico brasileiro, agregando complexidade ao sistema. Em busca da origem e do desenvolvimento do português brasileiro, essa autora parte das características sócio-históricas das comunidades rurais investigadas e de suas especificidades linguísticas (nos níveis léxico-semânticos, fonológicos, morfológicos e sintáticos) para argumentar em favor do vernáculo brasileiro, compreendido como um conjunto de variedades linguísticas, dispostas num *continuum* dialetal, cujas marcas opõem-se ao português brasileiro padrão⁶ e ao português europeu.

Inspirada em trabalhos de Bortoni-Ricardo⁷ e Orlandi *et al.*, Mello (1996) assume que o português vernacular brasileiro concentra variedades rurais e urbanas faladas por pessoas com estratos sociais mais baixos e esboça o *continuum* da seguinte maneira: o vernáculo de comunidades afro-brasileiras, relativamente isoladas, ocupa um dos extremos, a variedade rural ocupa a parte adjacente e a variedade urbana ocupa o ponto oposto do extremo. Segundo Mello, as formas não padrão pertinentes às duas últimas variedades são correntes também na variedade de comunidades afro-brasileiras, cujas formas características restringem-se a apenas esse espaço, já que a pressão⁸ exercida sobre ela seria menor em relação a que se exerce sobre as

⁶ Nesta tese, o termo empregado é ambíguo, porque pode se referir à norma urbana culta ou ao português padrão manifesto na modalidade escrita formal. A respeito do tratamento do tema “português padrão” nos estudos linguísticos, destacamos as importantes contribuições de Luiz Percival Leme Britto (1997, 2007), Carlos Alberto Faraco (2008), Ataliba T. de Castilho (2010), Mário Perini (2010), Marcos Bagno (2012), Roberto Gomes Camacho (2013), Dante Lucchesi (2015b), Luiz Percival Leme Britto e Ediene Pena Ferreira (2017).

⁷ Ao revisitarmos a sócio-história do português brasileiro, constatamos a importante atuação da mobilidade espacial na configuração da língua portuguesa ao longo do tempo (MELLO, 1996; SILVA, 2004; LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009; PETTER; FIORIN, 2009; CASTILHO, 2010; LUCCHESI, 2015b). Atualmente, o que se percebe, conforme Bortoni-Ricardo (2011, p. 34), é o acesso ao letramento como importante fator “tanto no processo de mobilidade social quanto na aquisição da variedade prestigiada da língua”. Por isso, ao considerar o critério origem (se rural ou urbano) na estratificação social para o estudo do fenômeno linguístico, a autora (*idem*) defende distribuição das variedades do português delimitadas não somente por fatores sociais clássicos, como faixa etária, escolaridade, mas também pela origem, daí o *continuum* dialetal apresentar em extremos opostos as categorias *variedades rurais estigmatizadas* e a *variedade urbana padronizada*.

⁸ Entendemos que essa pressão pode estar relacionada à avaliação social das formas.

variedades mais padronizadas. Com esse trabalho, fica evidente que não é possível estabelecer qualquer associação de variedades do português com parâmetro étnico, o que foi reafirmado em Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009).

Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009) discutem e fundamentam a formação da variedade afro-brasileira e sua importância sócio-histórica no contexto da realidade linguística do Brasil, introduzindo nos debates sobre as origens do português brasileiro contribuição teórica importante. Nessa obra, os autores ampliaram a noção de variedade afro-brasileira para padrões de comportamentos linguísticos marcados por características sócio-históricas e linguísticas presentes em áreas rurais onde se fixaram os descendentes diretos de escravos, os afro-brasileiros. Segundo os autores, tais características são peculiares a esse tipo de variedade porque na sua formação o papel dos contatos entre línguas foi imprescindível para acionar processos de variação e mudança. Para eles, as comunidades rurais de afro-brasileiros com um certo grau de isolamento podem ainda guardar evidências empíricas desses vestígios, a exemplo das comunidades investigadas que apresentaram efeitos dos contatos no nível morfossintático.

Em suma, Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009) circunscrevem a variedade falada nas comunidades afro-brasileiras no quadro de variedades do português popular rural do Brasil, representada sob forma de *continuum* que vai do português afro-brasileiro até o português rural brasileiro (ou português do interior do país), dada as especificidades sócio-históricas e linguísticas das comunidades rurais que as distinguem do português popular⁹ brasileiro. Assim, os autores (idem, p. 81-82) situam numa extremidade do *continuum* as comunidades rurais afro-brasileiras isoladas por considerarem que elas tenham sido mais afetadas pelo contato entre línguas em sua formação e na outra extremidade situam as comunidades também rurais, mas com percentual reduzido de afrodescendentes (ou indiodescendentes), já na parte adjacente situam as comunidades mistas com crescente contingente populacional de mestiços e brancos.

Esse esquema de português popular rural teve seus parâmetros revisitados por Lucchesi (2015b)¹⁰, que, objetivando o efeito dos contatos entre línguas, por um lado, e o grau de

⁹ O termo popular faz referência à polarização sociolinguística do Brasil, que é fundamentada na história nacional e em processos socioeconômicos e políticos-ideológicos vivenciados pela nação brasileira (cf. LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009; LUCCHESI, 2015b). De acordo com Lucchesi (2015b, p. 266), o entendimento de português popular só foi possível em função da revisão crítica e ampliação do conceito de norma, nomeadamente *norma sociolinguística*, adotada como ferramenta de análise da realidade sociolinguística, cujos parâmetros definidores dizem respeito à diferença de comportamento linguístico dos membros (usos), à avaliação dos usos da língua por seus membros (avaliação) e à propagação da mudança em cada segmento social (mudanças). Com isso, o autor chama atenção para processos linguísticos com difusão restrita devido à pressão social exercida pela avaliação ser altamente negativa. Tais processos configuram a essência da polarização sociolinguística, cuja base está entre a norma popular e norma culta.

¹⁰ Para Lucchesi (2015b, p. 218), a variedade de português popular rural brasileiro integra o *continuum da norma popular brasileira* que vai dessa variedade até o português popular urbano das grandes cidades.

nivelamento ou difusão de modelos linguísticos cultos por outro, realçou sua funcionalidade a partir também da inter-relação entre rural e urbano que vai da variedade afro-brasileira, seguida pela variedade falada em municípios de pequeno porte do interior (português popular rural) até a variedade falada nas sedes das cidades de médio porte (português popular rurbano do interior).

Um outro tipo de variedade de português que também tem sido tema de alguns estudos em comunidades afro-brasileiras é o *português afro-indígena*. Ao revisitarem uma variedade de português falada no Pará, anteriormente denominada de português afro-brasileiro (PETTER; OLIVEIRA, 2011), Campos (2014), Silva (2014) e Oliveira *et al.* (2015) reivindicaram a legitimidade do que convencionaram chamar de português afro-indígena. Compreendido como uma variedade popular rural do português brasileiro presente em comunidades “envoltas em miscigenação afro-indígena”, as quais podem manifestar identidade ‘afro’ ou ‘indígena’ (OLIVEIRA *et al.*, 2015, p. 156). A especificidade dessa variedade está relacionada também ao fato de ser primeira língua e apresentar miscigenação em sua formação, o que realçaria a diferença entre as duas outras variedades, a afro-brasileira e a indígena. Ambas se singularizam em função de ser afro, indígena, rural, popular e, por isso, ocupam a mesma posição no *continuum* dialetal do português falado no Brasil (CAMPOS, 2014; OLIVEIRA *et al.*, 2015).

Campos (2014), Silva (2014) e Serra (2016) definiram como objeto de estudo essa variedade falada em comunidades autodenominadas afro-brasileiras. Os dois primeiros estudaram uma comunidade no Nordeste do Pará e a última investigou uma comunidade na Ilha do Marajó. Campos (2014) analisou o comportamento sintático de pronomes pessoais na variedade de Jurussaca à luz da teoria gerativa. Silva (2014) fez uma revisão do sistema pronominal de pessoa na comunidade afro-brasileira de Jurussaca do ponto de vista etnolinguístico e discursivo. Serra (2016), por sua vez, analisou aspectos morfossintáticos do português falado em Siricari sob enfoque funcionalista, etnolinguístico e etnográfico.

Em termos de continuidade entre variedades linguísticas, um contraponto curioso foi levantado por Petter (2015) no texto em que propõe a ampliação do *continuum* afro-brasileiro. A autora (*idem*, p. 306) considera controversa a visão dicotômica de português (brasileiro e europeu) e sua difusão nos estudos linguísticos que “destacam a identidade do português falado localmente em contraste com o português europeu”, por negligenciar outras variedades de português que também surgiram do contato entre línguas, como no Brasil.

Petter (2008 *apud* PETTER, 2015) percebeu que havia semelhanças linguísticas entre as variedades brasileiras, angolana e moçambicana nos níveis fonológico, morfossintático e lexical e propôs o *continuum* afro-brasileiro, tomando como parâmetro a expansão do português

em contexto de colonização. Em 2015, ela evidenciou que as variedades crioulas de Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe partilham as condições históricas e de contato (entre língua portuguesa e africana) das variedades não crioulas e, por esse motivo, questionou o fato de os estudos linguísticos não encararem tais variedades como continuidade, mas ruptura, argumentado em favor da ampliação “de um *continuum* de português, que inclui, até o momento, as variedades africanas e americana dessa língua” (PETTER, 2015, p. 307).

Ao assumir o português como língua pluricêntrica¹¹, a visão de *continuum* em Petter (2015) rompe com a tradição de vincular o estudo do português brasileiro unicamente ao português europeu, compreendendo o português brasileiro falado num contexto mais amplo em comparação com outras línguas africanas e, por este motivo, a noção de ‘afro-brasileiro’, empregado no sintagma ‘*continuum* afro-brasileiro’, é ampla também. Os autores que defendem a variedade afro-indígena de português posicionaram-se em favor dos argumentos de Petter acerca das especificidades do português brasileiro em cotejo com línguas africanas. Cruz (2000), Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009) e Lucchesi (2015b) partem do contexto brasileiro para análises contrastivas entre as próprias variedades de português e o termo ‘afro-brasileiro’ refere-se a uma das variedades que integram esse contexto. Com isso, compreendemos que há duas formas de análise da variedade do português brasileiro não opositivas, porque, apesar das diferenças, elas convergem para parâmetros do contato entre línguas (seja na formação da variedade ou no contexto atual) e da sócio-história.

A propósito do *continuum* do português brasileiro, independentemente de o recorte partir do espaço ou da dinâmica social, o *continuum* dialetal ou do português popular rural, da norma popular ou ainda afro-brasileiro manifestam importantes especificidades socioespaciais e correspondem ao vernáculo. De modo geral, eles pressupõem, pelo menos, os seguintes traços: mobilidade, contatos, ruralidade, urbanidade. As especificidades linguística e sócio-histórica marcam conjunta e significativamente os tipos de variedades, no entanto não se pode pensar que não haja espraiamento desses traços entre variedades¹². As variedades cujos traços

¹¹ O pluricentrismo consiste em diferentes variedades cada uma com suas próprias características em função de suas especificidades sócio-históricas (PETTER, 2015, p. 306). A propósito desse assunto, convém destacar o trabalho de Silva (2014) que reúne estudos sobre o pluricentrismo na perspectiva da Linguística Cognitiva.

¹² É oportuno lembrar que, contrariando expectativas prováveis sobre associação de determinados usos ao grau de escolaridade, pesquisas brasileiras (MOLLICA, 2003; GONÇALVES, 2008; CASTILHO, 2010, FREITAG 2011, LUCCHESI, 2015b) têm mostrado que a variedade culta e também a popular não refletem “diretamente o maior e os menores níveis de escolaridade dos indivíduos de uma comunidade” (GONÇALVES, 2008, p. 01) e isso pode ter favorecido a ambiguidade do termo padrão no sintagma “português brasileiro padrão” em trabalhos acadêmicos.

A conclusão alcançada por essas pesquisas demonstra que a atuação de fatores sociais é relevante para o funcionamento da língua, mas isoladamente pode apresentar uma visão desarticulada da realidade social, como enfatiza Lucchesi (2015b) ao tratar do problema do encaixamento social. Segundo esse autor (idem, p. 204), a

característicos interpõe-se entre o rural e o urbano (BORTONI-RICARDO, 2011; LUCCHESI, 2015b) são exemplos de territorialização vertical em que há ocupação de um espaço para constituição de nova territorialidade (ALTENHOFEN, 2014). Compreendemos, com isso, que as ações existentes nos espaços a partir das relações sociais e de atividades cotidianas definem territorialidades e não o simples fato de ocupar um lugar.

Com esta pesquisa, intencionamos compreender o engajamento linguístico e social dos grupos de afro-brasileiros em diferentes comunidades a partir dos usos de modo a construir identidade e organizar a vida cotidiana nas comunidades. Isso nos permitirá observar tendências das territorialidades e se elas coincidem com fronteiras de alguma variedade de português, como também impõe-nos a pensar não propriamente em termos de especificidades rurais, mas territorialidades coletivas que são multidimensionais e se instituem no espaço tridimensional¹³. O léxico empregado nas comunidades quilombolas do Baixo Amazonas paraense será analisado a partir dos conceitos de espaço, territorialidades e territorialização, os quais implicam numa capacidade de movimento e renovação.

Importa dizer que entendemos esta tese como um estudo de caso da territorialização linguística, em razão da análise dos dados ser ilustrativa e não exaustiva – procuramos apresentar quanti-qualitativamente aspectos descritivos para o estudo da territorialização; da quantificação dos dados ser mínima – estabelecemos diferenças entre as ocorrências dos itens e, posteriormente, tendências de uso nas comunidades, sem, contudo, fornecermos outras informações estatísticas; e do trabalho de campo apresentar lacunas – encontramos dificuldades na localização de pessoas da geração mais nova com o perfil selecionado para a pesquisa em todas as comunidades quilombolas pelas quais passamos.

Apesar das limitações e problemas que se colocaram na realização deste estudo, acreditamos que esse exercício geolinguístico sobre a territorialização linguística de grupos de afro-brasileiros em comunidades quilombolas do Baixo Amazonas possa ser útil para o conhecimento das dinâmicas de territorialização linguística e das manifestações culturais e linguísticas dos próprios grupos.

variação e mudança linguísticas também “são desencadeadas por pressões internas do sistema linguístico”, ocorridas abaixo do nível da consciência, com o menor grau de atenção possível prestado à fala, e sem interferência do sistema de avaliação social. Com isso, constata-se que o nível abaixo da consciência e a força da normatização agregam valor à complexidade da realidade sociolinguística brasileira, de modo a interferir nos processos de mudança, já que, por um lado, usos passam por avaliação social e por isso alguns são mais estigmatizados que outros e, por outro lado, algumas formas linguísticas, do ponto de vista gramatical, abaixo do nível da consciência, não sejam alvo de pressão social e por isso sejam adotadas por pessoas de nível de escolarização mais alto (ibidem).

¹³ O termo *espaço tridimensional* é aplicado para fazer referência aos eixos de análise explanatória da Dialetologia Pluridimensional.

Para além desta introdução e considerações finais, esta tese está organizada em cinco seções. Nas duas primeiras seções (Seções 2 e 3), apresentamos os fundamentos teóricos dessa pesquisa e descrevemos os procedimentos metodológicos. Nas três últimas seções (Seções 4, 5 e 6), analisamos a variação lexical e delineamos as estratégias da territorialização.

Na Seção 2, apresentamos os pressupostos teórico e metodológico da Dialetologia Pluridimensional, seus principais conceitos e alguns trabalhos descritivos importantes. Procuramos mostrar que alterações sofridas na noção de espaço culminaram com uma renovação e ampliação de representações espaciais, a ponto de poder evidenciar o papel desempenhado pelos grupos na transformação dos espaços, na construção de referencial simbólico da territorialidade e nas dinâmicas de territorialização linguística.

Na Seção 3, descrevemos os procedimentos metodológicos para o levantamento e tratamento de dados a partir de dois aspectos gerais: o primeiro concentra informações sobre a delimitação e composição da amostra, de acordo com o modelo da Dialetologia Pluridimensional e Relacional; e o segundo apresenta as decisões tomadas e os critérios adotados para a análise geolinguística.

Na Seção 4, apresentamos a variação lexical nas comunidades quilombolas, considerando as dimensões de análise diatópica, diageracional, diastrática e diafásica, e procuramos destacar, a partir das tendências do uso linguístico, comportamentos léxicos de variantes com potencial de representação simbólica da territorialidade. É o ponto de partida para o conhecimento das variantes nas dinâmicas de territorialização linguística.

Na Seção 5, confrontamos os resultados da variação lexical para as comunidades quilombolas com variedades do entorno para mostrarmos o impacto dos efeitos das convergências e divergências nas dinâmicas de movimento das variantes no espaço linguístico pluridimensional.

Por fim, na Seção 6, tratamos das estratégias da territorialização de variantes, cujas características principais mantêm relação expressiva com a apropriação dos espaços, contexto sociocultural e experiência dos grupos de afro-brasileiros.

2 BASES TEÓRICAS E ASPECTOS DESCRITIVOS

Nesta seção, abordaremos, sem intenção de exaustividade, o estudo da variação linguística apresentado pela Dialetologia Pluridimensional.

Os fundamentos teóricos e metodológicos do paradigma dialetológico passaram por renovação e alteraram a concepção de espaço ao longo de sua trajetória. Em síntese, o percurso desse conceito fundamental vai de espaço geofísico socialmente estático, analiticamente monodimensional e linguisticamente uniforme, conciliado com uma visão centrada na história da língua a espaço antropogeográfico socialmente dinâmico, analiticamente tridimensional e linguisticamente heterogêneo e complexo, fundamentado na interação social.

As concepções geolinguísticas abordadas nesta seção são importantes para a compreensão do controle do espaço pelo homem, de modo a interferir na sua forma de constituir territorialidades e de territorialização.

2.1 O espaço linguístico na pesquisa dialetal

A concepção de espaço com um conjunto de entidades linguísticas concretas, não homogêneas e peculiares a uma região, marca o início dos estudos dialetológicos no século XIX, cuja preocupação era documentar dialetos em seu ambiente natural, a partir de métodos concebidos para reunir evidências sistemáticas de formas linguísticas mais antigas, de modo a contribuir para a construção da história da língua.

Por ser entendido como mais conservador no quadro da evolução linguística e também mais representativo do ponto de vista cultural, o dialeto, enquanto variedade linguística de uma região, é objeto de estudo da vertente do paradigma dialetológico conhecida sob as denominações de Dialetologia tradicional ou Dialetologia monodimensional.

Em tal disciplina, o surgimento da Geolinguística (ou Geografia Linguística) como importante método de comparação entre fenômenos linguísticos em diferentes áreas foi atribuído às pesquisas dialetais desenvolvidas por Georg Wenker na Alemanha para a construção do *Deutscher Sprachatlas* (Atlas Linguístico da Alemanha) e de Jules Gilliéron na França para o *Atlas Linguistique de la France* (CHAMBERS; TRUDGILL, 2004; CARDOSO,

2010). O atlas¹⁴, como resultado do trabalho cartográfico na Geolinguística, constitui importante acervo linguístico, cujas vantagens para a descrição dialetológica dizem respeito à visualização horizontal e comparação simultânea do fenômeno linguístico. O princípio de visualização cartográfica da Geolinguística é por excelência a arealização, relativa à disposição horizontal das variantes linguísticas em localidades presentes no mapa¹⁵, conforme Thun (2000, p. 192).

Wenker levantou dados de forma indireta ao adotar a técnica do “*postal questionnaire*” (MILROY; GORDON, 2003). O questionário contendo frases escritas conforme a norma padrão do dialeto alemão foi enviado por correspondência a pessoas com escolarização, responsáveis pelo ensino e presentes em mais de 40.000 localidades do país. O material linguístico analisado resultou da tradução das sentenças por escrito. Gilliéron, diferentemente, coletou e registrou dados *in loco* com o auxílio de um único inquiridor, Edmond Edmont que, ao percorrer 639 localidades, aplicou um questionário para obtenção de palavras, seguindo o critério da “foto instantânea sem retoques” (THUN, 2009). Tal critério impossibilitava o registro de comentários metalinguísticos e admitia apenas uma resposta para cada questão (idem).

Ao fornecerem diretrizes para a constituição de princípios metodológicos importantes como o registro de material linguístico e a comparação dos dados (CHAMBERS; TRUDGILL, 2004; CARDOSO, 2010), ambos os trabalhos dialetológicos impulsionaram profundas mudanças no estudo da linguagem e promoveram tendências. A constatação empírica da heterogeneidade no espaço geográfico pela Geolinguística permitiu, no passado, o reconhecimento da Dialetologia como ciência da variação (COSERIU, 1982; THUN, 2009).

Contudo, as implicações teórico e metodológica da Geolinguística receberam críticas consideráveis quando a Sociolinguística¹⁶ consolidou fundamentalmente a natureza social da língua ao fornecer evidências da correlação sistemática entre estrutura linguística e estrutura social. Inevitavelmente, a Dialetologia, como também outras disciplinas, tiveram importância reduzida no contexto dos estudos da linguagem (MILROY; GORDON, 2003; CAMACHO,

¹⁴ Rossi (1967, p. 92-93) lembra que o atlas linguístico se tornou “uma das maiores conquistas da Linguística no século XX”. Mas, ainda segundo o autor, ele não constitui a única finalidade da Dialetologia.

¹⁵ Nesta tese, empregamos o termo “mapa” como forma de manter opção designativa presente em outros estudos.

¹⁶ A Sociolinguística surgiu como disciplina da variação linguística na década de 1960, a partir dos trabalhos de William Labov, Dell Hymes, John Gumperz, John Fisher, Charles Ferguson, entre outros, apresentados numa conferência promovida por William Bright, cuja publicação definiu os fundamentos iniciais da nova disciplina (CAMACHO, 2013). Com o variacionismo, a língua passa a ser entendida como uma forma de comportamento social (LABOV, 2008) e, por este motivo, marca incisivamente a presença indispensável do componente social no fenômeno linguístico.

2013). Ainda assim, a pesquisa dialetológica desenvolvida nos Estados Unidos para a elaboração do *Linguistics Atlas of the United States and Canada* na década de 1930 pôde situar a Dialetologia como precursora da Sociolinguística, em razão de adaptações feitas ao modelo geolinguístico em voga, cujo resultado foi a incorporação de variáveis sociais na pesquisa (MILROY; GORDON, 2003).

Como argumenta Cardoso (2010, p. 67), “seja pela maneira de focalizar os espaços geográficos, seja pelo modo de registrar os dados ou ainda pela forma de tratá-los cartograficamente”, os atlas linguísticos produzidos por inúmeros trabalhos geolinguísticos tornaram visíveis, sem dúvida, os movimentos porque passou a Dialetologia ao longo de seu percurso histórico. De modo geral, particularidades etnográficas foram inseridas nos atlas como forma de aprofundamento do conhecimento cultural (diferenças culturais nos espaços investigados); localidades urbanas passaram a ser contempladas nas pesquisas dialetais como forma de alcançar zonas entendidas como inovadoras e de transição (portanto, não exclusivamente rurais), o que acentuou o contraste diatópico; e, ainda que não tenha sido de uma forma plena, em razão da arealização simples dos dados na Geolinguística, a variação social integrou o tratamento do fenômeno linguístico no paradigma dialetológico.

Certamente, a ausência de identificação e estabelecimento de contrastes entre diferentes grupos sociais nas cartas linguísticas feitas por Wenker e Gilliéron, entre outros dialetólogos, foi uma das limitações encaradas pela variação (THUN, 2009; CARDOSO, 2010), que marcou a origem do paradigma dialetológico delineado pela Geolinguística com o *enfoque monodimensional*.

Além da quase exclusividade diatópica, os fundamentos dialetológicos e geolinguísticos careciam também: de melhor representatividade do fenômeno estudado, em razão da predileção por variedades mais conservadoras, representadas pelos dialetos legítimos (sem interferências externas), ocultando, portanto, “a existência de variedades regionais da língua comum” (THUN, 2009, p. 534); e de melhor representatividade da amostra, já que houve redução do número de entrevistados, apenas um em cada área, e redução da variável social a apenas um grupo, intitulado por Trudgill como “ROM” (idem), que significa “*rural, old, man*”, ou por Milroy e Gordon (2003, p. 13) como “NORMs”, “*nonmobile, older, rural, males*”. Altenhofen (2006, p. 162) enfatiza que, “apesar dos esforços de uma dialetologia urbana, [a Dialetologia] se ocupava basicamente com a fala rural e popular da classe menos escolarizada”. Como argumenta Thun (2009, p. 534), “essas restrições severas não deixam perceber as mudanças

linguísticas no momento no qual estas se estão produzindo, mas só se manifestam como resultados de processos do passado, visíveis em macrozonas”.

Em se tratando de dialetologia urbana, conforme Milroy e Gordon (2003, p. 16-17), os primeiros estudos também estavam em consonância com a tradição dialetológica na medida em que mantiveram o pressuposto de dialeto como representação de um falar puro, isento de interferências externas, a exemplo do *Phonematische Analyse des Dialects von Gateshead-upon-Tyne* de Viereck's (1966) que contempla a fala de 12 homens, trabalhadores manuais e aposentados, com faixa etária de 76 anos aproximadamente, e moradores de Gateshead (cidade do nordeste da Inglaterra). A principal consequência desse pressuposto é paisagem linguística uniforme, dada a ausência de outras variedades.

Ainda para Milroy e Gordon (2003, p. 19-22), a representação da variabilidade da amostra pôde ser contemplada em outros trabalhos da dialetologia urbana, quando as adaptações no método geolinguístico mudou a maneira de determinar o alcance das diferentes formas no mapa, exemplificados em Carver (1987), cuja complexidade dos dialetos foi representada por “*isoglossal layering*”¹⁷, e em Kretzschmar (1996), cuja visibilidade do uso linguístico no mapa deu-se por sombreamento com texturas diferentes.

Já os estudos dialetológicos que congregam no escopo da análise o fator social e diatópico marcaram o paradigma dialetológico delineado pela Geolinguística com *enfoque bidimensional*. Conforme Altenhofen (2013, p. 32), é o caso do *Mittelrheinischer Sprachatlas* (Atlas Linguístico da Renânia Central) que contrasta gerações (jovens e velhos) e “considera informantes fixos e com migração diária”.

Se o reconhecimento dos princípios da heterogeneidade e variação nos trabalhos geolinguísticos aproximou a Dialetologia do paradigma sociolinguístico (MILROY; GORDON, 2003), por outro lado, em sentido inverso, o estudo diatópico em áreas urbanas e a cartografia dos resultados também encurtou a distância da Sociolinguística com o paradigma dialetológico (idem). Conforme Milroy e Gordon (ibidem), um exemplo dessa aproximação pode ser observada na pesquisa desenvolvida por Labov no âmbito do Projeto *Telsur* (“*TELEphone SURvey*”)¹⁸. Com efeito, segundo Cardoso (2010), os contrastes entre a

¹⁷ O conceito de “*isoglossal layering*” pressupõe a identificação de divergências e sobreposições dialetais num mapa a partir de diferentes níveis ou camadas (WOLFRAM; SCHILLING, 2016, p. 133-134), diferentemente da noção tradicional de isoglossa, que corresponde a linhas virtuais independentes que indicam áreas de concentração alternativas de fenômenos linguísticos. Para Milroy e Gordon (2003, p. 20), “this layering approach reflects the fluidity of dialect divisions more accurately than do simple isoglosses”.

¹⁸ A amostra do Projeto Telsur foi coletada em entrevistas telefônicas. Informações sobre esse projeto estão disponíveis no site: http://www.ling.upenn.edu/phono_atlas/home.html.

Dialetologia e a Sociolinguística são derivados da maneira de tratar os fatos linguísticos. A autora (idem, p. 26) explica que:

A dialetologia, nada obstante considerar fatores sociais como elementos relevantes na coleta e tratamento dos dados, tem como base da sua descrição a localização espacial dos fatos considerados, configurando-se como eminentemente diatópica. A sociolinguística, ainda que estabeleça a intercomparação entre dados diferenciados do ponto de vista espacial, centra-se na correlação entre os fatos linguísticos e os fatores sociais, priorizando, dessa forma, as relações sociolinguísticas.

Apesar da tendência de “dialetação da sociolinguística” com o estabelecimento da relação entre parâmetros sociais e espaço (THUN, 1998, p. 703), Thun (idem) questiona a constituição do espaço variacional pela Sociolinguística, porque a função do mapa não excede a apresentação dos fatos horizontalmente de forma independente e, por isso, não reflete a multidimensionalidade e a relação dos fenômenos na dimensão areal. Por não passar de “un punto como ‘the inner city’ ou una sucesión de puntos” (ibidem), a dimensão diatópica na Sociolinguística é restrita e, para o autor, essa disciplina consiste numa má dialetologia.

Por outro lado, como enfatiza Thun (2009, p. 536), “a Dialetologia monodimensional, e com ela a Geolinguística tradicional, podem-se considerar como má sociolinguística, porque reduzem a variação vinculada à estratificação social, à variação que se dá num estrato só”. Ainda segundo o autor (2010a, p. 507), um exemplo disso é a arealização das variáveis extralinguísticas nos atlas, quer dizer, a diferença na fala dos entrevistados é marcada unicamente pelo local representado por eles no mapa, em virtude da representatividade da amostra ter sido socialmente reduzida.

Desse modo, o espaço geofísico delineado nos atlas é *socialmente estático* (THUN, 2010a) por priorizar um perfil social dos entrevistados em que há preferência pela pouca ou nenhuma mobilidade (parâmetro topostático) e pelo grupo do tipo “ROM” (tipo de escolaridade e idade únicos, morador de área rural); é *analiticamente monodimensional* quando se privilegia a variação diatópica sobre a variação não diatópica, relacionada às questões sociais, e *areal* por se limitar a arealizações simples no mapa (THUN, 2000), ou é *analiticamente bidimensional* na medida em que a variação ocorre pelo contraste entre diferentes estratos sociais no plano diatópico; é também *linguisticamente uniforme*, por representar a variação linguística num tipo único de uso da língua (parâmetro diafásico) dentro de um perfil social também único (“ROM” ou “NORMS”).

Como vimos, nem a dialetação da Sociolinguística, tão pouco os fundamentos teóricos e metodológicos da Dialetologia e Geolinguística tradicionais, deixaram de apresentar uma

noção de espaço variacional de forma reducionista. A noção de espaço vinculada a essas disciplinas permite uma visão limitada ou distorcida da variação, porque não reflete a complexidade da realidade social e, portanto, linguística.

Todavia, como argumentou Thun (2005), esse cenário começa a mudar ainda com estudos geolinguísticos bidimensionais que congregaram variáveis sociais na pesquisa ou mesmo monodimensionais que manifestaram a necessidade de adaptações na prática geolinguística para contemplar as características do mundo moderno. Tais práticas que repercutiram nas propriedades dos atlas produzidos são compreendidas pelo autor como “apelos à pluridimensionalidade”. Para Thun (1998, 2005), o programa de Tomás Navarro Tomás descrito no “Prólogo a la Segunda Edición” acerca do trabalho sobre o *Español en Puerto Rico* (Río Piedras, 1966) e o *Atlas Lingüístico y Etnográfico de Andalucía (ALEA)* são exemplos dessa tendência.

2.2 Renovação no estudo do espaço a partir da Geolinguística Pluridimensional

A mudança profunda na noção de espaço completa-se com o paradigma dialetológico delineado pela Geolinguística com *enfoque pluridimensional*. Trata-se do que se convencionou chamar de *Geolinguística Pluridimensional*, entendida por Thun (2010a, p. 507) como subdisciplina da Dialetologia, caracterizada por uma nova tendência de estudos geolinguísticos que ampliou o plano de observação em vários sentidos, incluindo a espacialidade, resultante da visão sobre a dinamicidade do espaço variacional, e a temporalidade, resultante da visão sobre a mudança como processo.

Conforme Thun (2005, p. 65-66), os estudos geolinguísticos dessa nova tendência procuraram esboçar a “pluridimensionalidade como programa” e os casos que ilustram as primeiras realizações de um programa pluridimensional são: o *Atlas Lingüístico do México (ALM)*, classificado pelo autor como potencialmente pluridimensional; a monografia *Untersuchungen zur Sprachvariation des Gaskognische im Val d’Aran (Zentralpyrenäen)* e a tese *Die Isoglossenstaffelung in der galicisch-portugiesisch-spanischen Kontaktzone und im Lombada-Aliste-Grenzgebiet* e o *Atlas Lingüístico y Etnográfico de Castilla-La Mancha* foram classificados como explicitamente pluridimensionais; e o *Atlas Lingüístico y Etnográfico de Chile* e o *Atlas Lingüístico de Contacto en el Río de la Plata* são considerados programas pluridimensionais de fato. Parece evidente que o enfoque pluridimensional reúne um conjunto de trabalhos, dentre os quais estão aqueles realizados sob orientação da *Dialetologia*

Pluridimensional e Relacional (RADTKE; THUN, 1996; THUN, 1998, 2000, 2005, 2009, 2010a, 2010b).

Paralelamente a esse enfoque, outros estudos surgiram como forma de estabelecer em suas práticas a convergência entre a Geolinguística e a Sociolinguística. É o caso da *Geossociolinguística* (RAZKY, 2003) que parte da combinação de aspectos metodológicos de ambas disciplinas para a descrição da variação linguística e da *Sociodialetoлогия*, designação geral adotada, preliminarmente por Elizaincín conforme Guy (2012), para contemplar a “unidade entre os interesses e objetivos da dialetologia e sociolinguística” (idem, p. 46). Com efeito, a dúvida sobre o uso dessas designações surge à medida que se passa a entender que “o termo *geolinguística* implica tanto a noção de sociedade, quanto o termo *sociolinguístico* pressupõe determinado recorte do espaço geográfico”, como argumenta Altenhofen (2013, p. 33).

Nesta tese, assumimos os fundamentos teóricos e metodológicos da Dialetologia Pluridimensional e Relacional (abreviadamente, neste texto, Dialetologia Pluridimensional ou DP), compreendida por Thun (2009, 2010a) como uma moderna Geolinguística que investiga a variação a partir de múltiplos mecanismos explanatórios e suas inter-relações no espaço. Como veremos, esses recursos apontam para o compromisso da Dialetologia Pluridimensional na sistematização do espaço variacional.

2.2.1 Dialetologia Pluridimensional e Relacional

Ambas Geolinguística tradicional e Sociolinguística motivaram duplamente o surgimento da Dialetologia Pluridimensional, por um lado em razão das questões não resolvidas pelas duas disciplinas (THUN, 2010a, p. 701) como “¿Hasta qué estrato social se extiende un fenómeno lingüístico que hemos identificado dentro de una área, o sea entre locutores del mismo estrato social?” e “¿Hasta dónde llega, en el área, un fenómeno que hemos constatado en los distintos grupos sociales que viven en un lugar?” e, por outro lado, em razão das duas disciplinas lidarem com o fenômeno social em um contexto antropogeográfico (idem, p. 508).

O resultado desse cenário ultrapassa a identificação de pressupostos dialetológicos e sociolinguísticos das disciplinas da variação¹⁹ na Dialetologia Pluridimensional, (THUN, 1998, p. 704; 2000, p. 197; 2010a, p. 508) como natureza diatópica (variação diatópica) e arealização

¹⁹ Além da Dialetologia areal e da Sociolinguística, a Dialetologia Pluridimensional (DP) integra a “ciência geral da variação linguística” ou “linguística variacional” com a atribuição de estudar a variação no espaço tridimensional (THUN, 1998, p. 704). É oportuno lembrar que Thun (2010a) defende ser a Dialetologia o estudo geral da variação linguística, porque ela atinge o sentido pleno do termo *diáktos*, que significa no dizer de Coseriu (1982, p. 10) “modo interindividual de hablar”.

(disposição dos fatos na superfície plana), e natureza não diatópica (variação entre diferentes estratos sociais) e “hierarquização das variáveis e dos fatos linguísticos”. Isso porque a Dialetoлогия Pluridimensional opera também com aspectos e técnicas para o estudo da variação a partir dos contatos entre línguas (THUN, 2010b).

Para além da motivação linguística, como observou Cardoso (2010, p. 62), a Dialetoлогия Pluridimensional tornou prioridade o mundo moderno, cujo impacto da interferência humana revela uma sócio-história marcada pelas constantes transformações ao longo do tempo e do espaço. Tais alterações alcançam sem dúvida todos os setores da sociedade. No caso do espaço geográfico, não precisaríamos de muito esforço para reconhecer que as mudanças ocorridas redefiniram paisagens, como as diferentes formas de apropriação do espaço nas áreas urbanas e rurais ao longo do tempo, e que intensificaram a mobilidade humana.

De fato, as migrações (compulsórias ou não, massivas ou não) implicam não somente em um aumento da população e em consequências socioeconômicas, mas também em contatos linguísticos e suas consequências para a história social da língua. Se considerarmos a história do português brasileiro, por exemplo, perceberemos que os contatos constituem uma importante força na base de fundamentos explicativos sobre a formação do português brasileiro²⁰ e sobre as diferenças linguísticas regionais²¹.

Para manter consonância com a realidade dos fatos linguísticos presente na sociedade moderna, a Dialetoлогия Pluridimensional rompe com a noção restrita de espaço imbuída no objeto teórico do enfoque dialetológico tradicional e amplia seu campo de observação, tornando foco de seu interesse um conjunto de variedades linguísticas, que vai do dialeto às variedades em contato (THUN, 2010a), como:

Las variedades mixtas, los fenómenos de contacto lingüístico entre lenguas contiguas o superpuestas de minorías y de mayorías, formas regionales, la variación diafásica (o estilística), el comportamiento lingüístico de los grupos topodinámicos (demográficamente móviles) contrastado con el de los grupos topostáticos (poco móviles en el espacio), la actitud metalingüística de los hablantes comparada con su comportamiento lingüístico, y otros parámetros más (idem, 1998, p. 706).

²⁰ Para o conhecimento desse assunto, destacamos os trabalhos de Naro e Scherre (2007), Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009), Fiorin e Petter (2009), Castilho (2010), Mello, Altenhofen e Raso (2011), Lucchesi (2015b).

²¹ De acordo com Cardoso (2010), o primeiro texto a apresentar preocupação com relação às diferenças linguísticas foi escrito por Domingos Borges de Barros, visconde da Pedra Branca, em 1826, como colaboração para o *Atlas Etnográfico do Globo* de Adrien Balbi. A autora (idem, p. 38) esclarece que “O visconde de Pedra Branca fornece um breve estudo no qual compara o português do Brasil como o português de Portugal, apresentando, do ponto de vista do léxico, casos de não coincidências entre esses dois usos da língua, seja pela presença de formas registradas no Brasil e não coincidentes além-mar, seja pelos novos valores semânticos que assumiram, na terra conquistada, formas do português ainda vigentes em território luso”.

Certamente, o reconhecimento da importância da diversidade no espaço variacional para a compreensão do fenômeno linguístico está fundamentado no *princípio da pluridimensionalidade*. Mediante esse princípio, a Dialetologia Pluridimensional deve operar com uma diversidade de aspectos nos parâmetros definitórios que marcam diferenças sociais e colocam em evidência “um complexo rol de variáveis a considerar” (CARDOSO, 2010, p. 63). Nesse conjunto, as variáveis extralinguísticas e as linguísticas devem ter igual prioridade no contexto de análise (THUN, 2000).

Exemplo plenamente reconhecido por sua natureza pluridimensional é o *Atlas Diatópico y Diastrático del Uruguay (ADDU)*²², liderado por Harald Thun e Adolfo Elizaincín. Esse atlas apresenta a combinação e inter-relação de oito diferentes dimensões da variação e seus parâmetros²³, quais sejam: a dimensão dialingual com parâmetros referentes espanhol e português, a dimensão diatópica com o parâmetro topostático, a dimensão diatópico-cinética com os parâmetros topostático e topodinâmico, a dimensão diastrática com parâmetros classe alta e classe baixa, a dimensão diageracional com parâmetros geração II e geração I, a dimensão diassexual com os parâmetros mulheres e homens, a dimensão diafásica com os parâmetros resposta ao questionário, conversa e leitura, a dimensão diarreferencial com os parâmetros fala “objetiva” e fala metalinguística.

Com o ADDU, Thun e Elizaincín demonstraram que a pesquisa linguística não pode estar sujeita a fronteiras geopolíticas, que o contraste entre o comportamento linguístico de pessoas estáveis e móveis e o contraste entre estilos de fala em situações comunicativas diferentes são relevantes para o conhecimento linguístico. Ademais, os novos recursos técnicos adotados para a elaboração do atlas promoveram tendências (ALTENHOFEN, 2006).

²² O *Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay (ADDU)* juntamente com o *Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS)*, o *Atlas Lingüístico Guaraní-Románico (ALGR)* e o *Atlas Lingüístico das Minorias Alemãs da Bacia do Rio da Prata (ALMA)* compõem uma tetralogia de investigação em uma área extensa denominada de *Bacia do Prata* (ALTENHOFEN, 2013). Desse conjunto de atlas, o ALERS apresentou enfoque dialetológico diferente da perspectiva pluridimensional (idem, 2006).

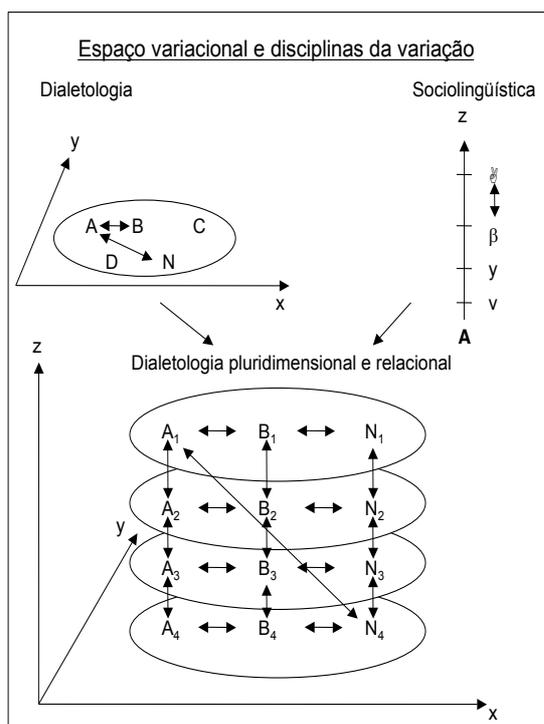
²³ Thun (2000, p. 191) entende: “*Variável* como termo genérico que se aplica tanto a fatores individuais como a fatores gerais, tanto a fenômenos lingüísticos como a fenômenos extralingüísticos. Desse modo, uma determinada classe distribucional é uma variável lingüística individual, uma determinação como ‘espanhol’ é uma variável lingüística geral, ‘mulher’ é variável extralingüística individual, ‘classe socioculturalmente baixa’, definida por um complexo de critérios, é variável extralingüística geral. No nosso atlas, a variável pode ser um fator ocasionalmente ou sistematicamente analisado. No segundo caso, falo de *dimensões* e *parâmetros*. É *parâmetro* toda variável (lingüística ou extralingüística), analisada com sistematicidade, que se encontra individualmente, como, por exemplo, ‘geração II’, ‘mulheres’ ou ‘leitura’. A *dimensão* é um agrupamento de dois ou mais parâmetros que se encontram na relação opositiva, por exemplo ‘topostático’ – ‘topodinâmico’ ou ‘leitura’ – ‘respostas’ – ‘conversa livre’”.

A consequência da expansão do instrumental explanatório para apreender, por exemplo, a importante atuação da mobilidade tornou factível o cotejo linguístico entre grupos humanos móveis e estáticos, como observado no ADDU, levando a dimensão diatópica, antes limitada a um único parâmetro na Geolinguística tradicional, a apresentar duplo parâmetro na Dialectologia Pluridimensional (topostático e topodinâmico). Outro ponto importante é que se procurou integrar a variação oriunda da coexistência de diferentes línguas (situação de multilinguismo) aos mecanismos de análise com a dimensão dialingual.

Mas, ao considerar os dados empíricos nas análises geolinguísticas, o volume informacional gerado não é tão singelo como a ideia de acréscimo de dimensões pode levar a crer. Isso porque a Dialectologia Pluridimensional intenta apreender a variação também como processo. Por isso, um outro princípio fundamental dessa disciplina consiste em demonstrar a capacidade de interação dos elementos que compõem o espaço variacional, trata-se do *princípio da relacionalidade*.

Com os princípios da pluridimensionalidade e da relacionalidade, assegura-se, na reconstrução analítica do espaço variacional (THUN, 1998), a combinação das múltiplas dimensões, dos parâmetros e das variáveis com os fenômenos linguísticos nos eixos horizontal, vertical e diagonal (idem, 2000). Como mostra a figura 01 a seguir.

Figura 01 - Esquema do espaço variacional proposto por Harald Thun.



Fonte: Thun (1998, p. 705).

Nesse esquema da Dialetologia Pluridimensional, Thun projeta o *espaço variacional*, compreendido como uma zona de natureza antropogeográfica com representação tridimensional (nos eixos x, y e z) de camadas sociais e níveis areais, ambos sobrepostos e inter-relacionados em todas as direções (THUN, 2010a, p. 507). Para se chegar a essa visão mais dinâmica de espaço com “as distintas fases da variação na sua ligação hierárquica” (THUN, 2000, p. 189), partiu-se da combinação da superfície plana monodimensional da Geolinguística tradicional, em que ocorrem arealizações, com o eixo vertical da Sociolinguística, em que as relações entre os diferentes grupos se sobressaem num contexto de pesquisa.

Os princípios da pluridimensionalidade e relacionalidade provocaram representações mais amplas de usos linguísticos (fatos do microcosmo) em escala macrocósmica, sem deixar de viabilizar o estudo dialetológico em escalas menores, como as microzonas e mesozonas (THUN, 1988). Para refletir análises em diferentes escalas sem implicar em uma visualização cartográfica desmedidamente informacional, a Dialetologia Pluridimensional conta com o *princípio da série*, segundo o qual corresponde à apresentação dos fatos variacionais em uma sequência de séries hierarquizadas conforme a “importância comprovada das variáveis” (idem, p. 197). Tal organização sistemática:

Reflejará, por un lado, la jerarquía comprobada de los parámetros y corresponderá, por el otro lado, al análisis “en profundidad”. Este va de la abstracción más alta científicamente defendible (presencia o ausencia de un hecho en un punto de la encuesta; “mapa fenotípico”) hasta la variación en un estilo de un individuo-informante, pasando por todos los parámetros relevantes (ibidem, p. 706).

Com esse princípio de visualização cartográfica, fundamentado na *técnica da cronofotografia*, desenvolvida por contemporâneos de Gilliéron (THUN, 2010a), supera-se a tradição geolinguística de registro de fatos linguísticos em mapas como sendo “foto instantânea” única e “sem retoques” para manter consonância com a pluridimensionalidade e relacionalidade dos fatos linguísticos reais (idem, 2000).

Na cronofotografia aplicada à Dialetologia Pluridimensional, as séries correspondem a um conjunto de fotos instantâneas com diferentes imagens de um mesmo fenômeno, simulando um movimento sequencial trifásico que parte de uma visão geral da distribuição do fenômeno em áreas, passando por mapas complexos com representações cartográficas da relação entre variáveis linguísticas e extralinguísticas até chegar em mapas sintéticos com aspectos considerados mais importantes (THUN 2010a, p. 521).

De acordo com Thun (2010a), a manifestação mais evidente da visão dinâmica proporcionada por essa técnica é o contraste de variáveis a partir de diferentes formas de interação linguística. Trata-se do controle de pelo menos três estilos²⁴ de fala na variação diafásica, cujo movimento sequencial dá-se na passagem de um estilo a outro (*idem*), correspondente aos usos linguísticos que o entrevistado faz na conversa, nas respostas ao questionário e na leitura. Deduz-se disso uma ideia de continuidade baseada na monitoração estilística para apurar o controle social da fala pelos entrevistados (*ibidem*).

Para além dos benefícios de visualização cartográfica dos dados no espaço variacional, uma outra consequência produto da inovação teórico-metodológica do princípio das séries e da dimensão diafásica com parâmetro triplo propostos pela Dialetologia Pluridimensional é a relação dos fatos variacionais não baseados numa oposição binária (presença *versus* ausência) do fenômeno linguístico nas cartas linguísticas, como na Geolinguística tradicional, na medida em que o contraste de usos em diferentes estilos pode tornar evidente variáveis anteriormente interpretadas em um estilo como vazio dialetológico²⁵, ausência de resultados.

A não restrição do comportamento linguístico dos entrevistados à mera apresentação dos dados é um ponto de discussão interessante que se tornou mérito da Dialetologia Pluridimensional. Desse modo, o investimento em princípios que sustentem evidente equilíbrio com os fatos empíricos também levou à reivindicação de comentários metalinguísticos como forma de tornar mais representativa as informações linguísticas coletadas, de contrastar distintos modos de conceder essas informações e de apurar percepções subjetivas sobre os próprios dados (THUN, 2010a). Tais aspectos foram desconsiderados pela Geolinguística tradicional, como se poderia supor.

Com base na importância de comentários metalinguísticos para a pesquisa, o espaço variacional com seus elementos constitutivos alcança mais um nível de complexidade com o mecanismo explanatório da dimensão diarreferencial em três parâmetros. Todos harmoniosos com os modos de conceder a informação linguística, conforme argumentado por Thun (2010a, p. 509):

The mood of the linguistic forms collected in our inquiries can be “objective” (forms used to denote objects in the extralinguistics world), “metalinguistic” (commentaries on linguistic forms) or “presentative”. The objective mood is not very common; it can appear in the conversation style. It is much easier to provoke the metalinguistic mood.

²⁴ Para Thun (2010a, p. 508), “styles are specific manners of linguistic interaction configured by social traditions”.

²⁵ Em relação ao questionário, uma discussão interessante acerca do confronto entre vazio dialetológico e presença de formas linguísticas obtidas como resposta para uma mesma questão está em “*Reinterpretando os vazios dialetológicos no Norte do Brasil*” (OLIVEIRA; COSTA; PAZ, 2018, p. 12-31).

The “presentative” mood is the normal way in which speakers transmit their information.

Para sustentar a análise dos fatos variacionais a partir de triplo parâmetro na dimensão diarreferencial, a Dialectologia Pluridimensional assumiu posição metodológica inovadora com o *critério pluralidade de entrevistados e a técnica de entrevista em “Três Tempos”*. Em se tratando desse critério, Thun (2010a, p. 509) entende que, por haver problemas de representatividade nos dados quando a coleta é feita com apenas um indivíduo, a semelhança da Geolinguística tradicional, a presença de mais de um entrevistado torna-se necessária para assegurar quantidade e também qualidade da informação linguística concedida, característica alcançada com comentários metalinguísticos. Para esse autor, a estratégia adotada para favorecer mais naturalmente o diálogo entre participantes nas entrevistas é a preferência por entrevistados que se conheçam (*idem*).

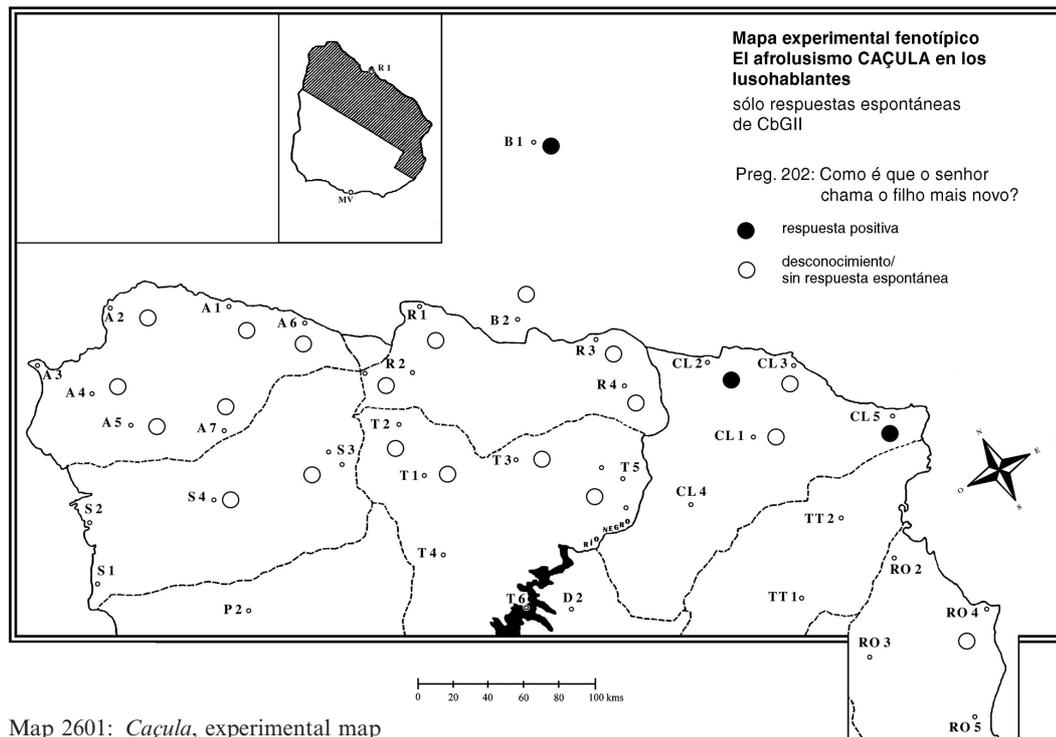
Já a estratégia adotada na técnica em “Três tempos” tem por finalidade o contraste entre tipos de resposta, a resposta espontânea e a sugerida. Operacionalmente, essa técnica consiste em uma recolha de dados em três etapas, em que o primeiro tipo de resposta resulta da pergunta e o segundo tipo deriva da sugestão de respostas (ou *sugerência*), após insistir com a pergunta. A consequência desse procedimento metodológico é o confronto entre diferentes modos de apropriação dos fatos linguísticos: o conhecimento ativo e passivo das variáveis. Para Thun (2010a, p. 510), as respostas espontâneas levam ao conhecimento ativo e as respostas sugeridas representam formas passivamente conhecidas, devendo entrar no mapa como “sugestões aceitas” (cf. figura 03).

Essas posições metodológicas peculiares, que decorrem dos princípios pluridimensional e relacional, têm consequências altamente relevantes para a apresentação, interpretação e explicação dos resultados na Geolinguística pluridimensional. Para comprovar esse argumento, Thun (2009, 2010a) adotou enfoques geolinguísticos diferentes na cartografia do arolusismo “caçula”, item presente nos dados do *ADDU-Norte*, atlas suplementar integrado ao ADDU, que visou descrever o português do Norte do Uruguai (THUN, 2000).

Thun (2010a) explica que o primeiro mapa (cf. figura 02) é um experimento cartográfico com base na prática metodológica da Geolinguística tradicional de Gilliéron, cuja preferência por entrevistas individuais, respostas espontâneas, entrevistados únicos e topostáticos, “foto instantânea” dos fatos linguísticos, limita a ocorrência do fenômeno no espaço. Essa afirmação é reforçada à medida que se confronta esse mapa com o segundo (cf. figura 03), resultante do trabalho geolinguístico na perspectiva da Dialectologia Pluridimensional. Para o autor, os

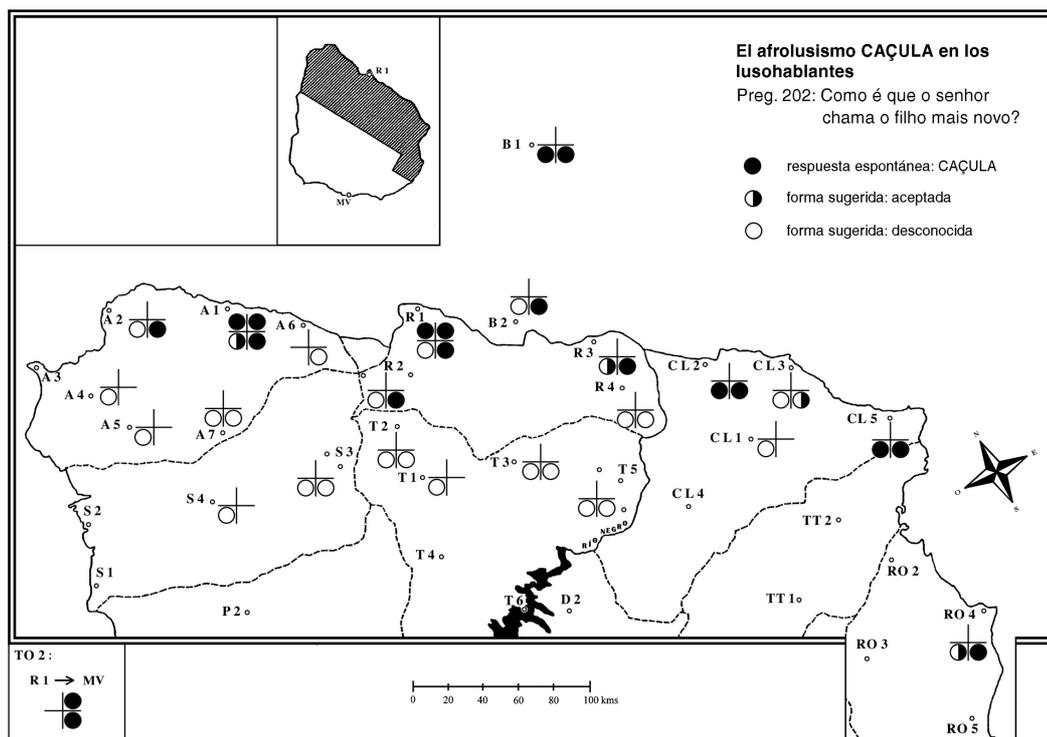
procedimentos metodológicos da pluralidade dos entrevistados, a entrevista em “Três tempos” e as séries hierarquizadas, acrescidos do cruzamento das variáveis extralinguísticas e linguística, dimensionam o impacto do contato do português no Norte do Uruguai, favorecendo a produtividade da informação linguística e sinalizando tendências de variação e mudança (THUN, 2009, 2010a).

Figura 02 - Mapa experimental da superfície linguística, elaborado por Thun.



Fonte: Thun (2009, 2010a).

Figura 03 - Mapa pluridimensional do espaço linguístico, elaborado por Thun.



Fonte: Thun (2009, 2010a).

Como se pôde ver, o mapa monodimensional restringe o campo de abrangência da variação a apenas uma geração, preferencialmente a mais velha, um número baixo de ocorrências para “caçula”, não fornece indícios de mudança e apresenta configuração cartográfica fenotípica²⁶, por ser um tipo de mapa caracterizado pela oposição entre o registro do fenômeno e sua ausência, fornecendo tão somente “o que aparece”, conforme Thun (2000, p. 193). O segundo mapa é do tipo pluridimensional em razão dos resultados representarem grupos de entrevistados dispostos, conforme o mesmo perfil social, no eixo vertical representado no mapa por uma cruz e em razão das arealizações simultâneas por grupos nas áreas investigadas, cada compartimento da cruz corresponde, “na sua totalidade, o resultado de quatro mapas sobrepostos” (idem).

Desse modo, cada mapa conduz a uma interpretação e explicação específicas. Para o mapa da superfície linguística, Thun (2009, p. 538) afirma que a provável conclusão a ser alcançada é:

²⁶ Na Dialetologia Pluridimensional, “o mapa monodimensional fenotípico está normalmente no início duma série temática onde constitui com sua arealização simples e a quantificação mínima, o ponto de partida dos desenvolvimentos cada vez mais datalhados” (THUN, 2000, p. 194).

Existência esporádica da palavra na zona de observação, impossibilidade de indicar um movimento no espaço ou um centro de inovação. Acrescentar-se-ia provavelmente, como conclusão metódica, que a rede de pontos está espalhada demais e que teríamos que prever mais localidades se quisermos obter mais informação sobre a presença de *caçula* no vocabulário ativo dos falantes.

Quanto ao mapa pluridimensional, Thun (2000, p. 203) afirma tratar-se de inovação léxica com percurso progressivo claramente estabelecido nas variáveis extralinguísticas, “com arealidade limitada à zona fronteira no Uruguai lusofalante, que entrou mais facilmente no falar da classe socioculturalmente alta e que se usa já ativamente entre os jovens, embora os mais idosos a conheçam passivamente”.

O contraste entre os mapas ilustra, além da expansão da noção de espaço no paradigma dialetológico, que vai da superfície plana ao espaço tridimensional, a incidência representativa de análises da variação em relação ao tempo. Desse modo, o mapa pluridimensional do afrolusismo “caçula” resulta da análise da variação no nível do eixo cronológico correspondente ao que Thun (2009, 2010a) chama de *mesocronologia*, segundo a qual permite o cruzamento de variáveis extralinguísticas e linguísticas para o contraste de variantes entre gerações (mais velha e mais jovem). Já o mapa da superfície linguística para a mesma variante com produção linguística de um indivíduo num estilo único evidencia o nível cronológico intitulado pelo autor como *nanocronologia*. Convém lembrar que a análise nanocronológica é passível de ser realizada na Dialetologia Pluridimensional, e que a mesocronológica não é factível na prática geolinguística tradicional, em virtude da amostra ser socialmente reduzida.

Thun (2009, 2010a) ainda prevê outra possibilidade de estudo de variantes no eixo cronológico que pode ocorrer em ambos os enfoques tradicional e pluridimensional do paradigma dialetológico. Trata-se da *macrocronologia*, que tem por finalidade comparar a variação linguística presente nas produções linguísticas de indivíduos pertencentes a gerações não coexistentes “que se encontram, pois, separadas uma da outra por um lapso de tempo bastante longo” (idem, 2009, p. 542).

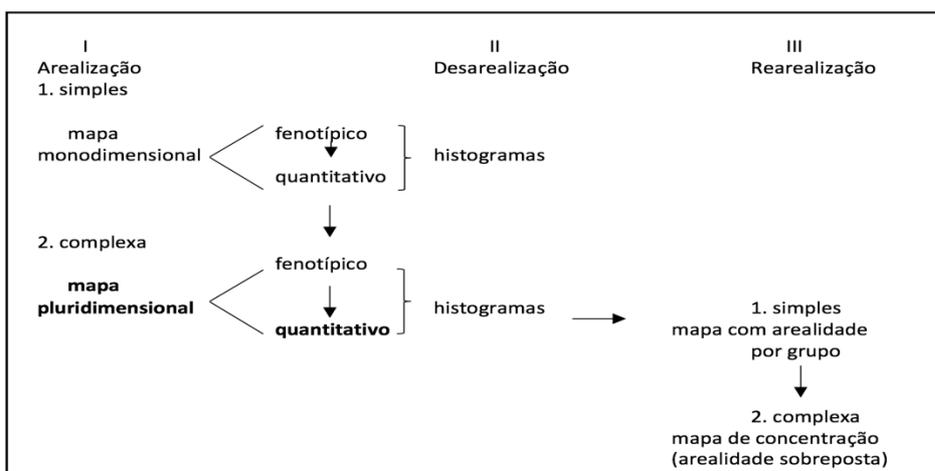
Os níveis do eixo cronológico completam-se com a *microcronologia*, relativa ao confronto entre variantes na produção linguística de um indivíduo em diferentes estilos (THUN, 2009, 2010a), que juntamente com a mesocronologia constituem análises próprias da Dialetologia Pluridimensional (idem). Em tal perspectiva, o princípio da relacionalidade atua em todos os níveis do eixo cronológico de modo a combiná-los (ibidem, 2010a).

Voltando à discussão acerca dos tipos de mapa, Thun (2000, p. 193) enfatiza que “o mapa monodimensional é produto de uma dupla redução de nossos dados. Por um lado, fazemos

abstração da pluridimensionalidade, por outro, renunciamos às quantificações, tomando como valor limiar uma ocorrência do fenômeno em questão”. Para o autor, a pesquisa geolinguística deve estar amparada em termos de análise quantitativa como forma de sistematização de um grande volume de dados, de compreensão dos resultados e de identificação de tendências.

Desse modo, além do mapa fenotípico, como aquele observado na figura 02, a Dialetologia Pluridimensional conta também com uma categoria de mapa chamado *mapas quantitativos*, os quais são inseridos no meio das séries hierarquizadas e são organizados conforme a importância das variáveis. Cada série apresenta esses dois tipos de mapas e está sistematizada em três fases, conforme o *princípio da “dupla arealização”*, o qual determina o percurso da informação linguística dentro de cada série, indo da “superfície ao eixo social ou, no movimento inverso, do eixo social à superfície” (THUN, 2005, p. 68), como se pode observar na figura 04.

Figura 04 - Esquema da dupla arealização proposto por Thun.



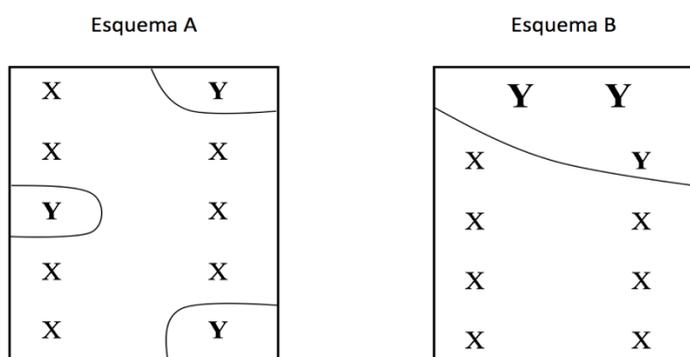
Fonte: Thun (2000, p. 195).

Com esse esquema, Thun (2000) representa o movimento sequencial trifásico de cada série. A primeira fase é de arealização com mapas monodimensionais fenotípicos, seguida por mapas quantitativos com “valores totais de ocorrências nos grupos” para obter uma visão geral da distribuição dos fatos linguísticos em zonas. A segunda fase é iniciada com mapas pluridimensionais fenotípicos e finalizada com mapas quantitativos, em ambos os casos permite-se visualização cartográfica dos fatos linguísticos combinados com variáveis extralinguísticas, como por exemplo áreas ou grupos; nessa fase, conforme o autor (idem, p. 194), “os resultados quantitativos por grupos (ou por outros parâmetros, dimensões ou

combinações de variáveis) divergem tanto entre si que apontam arealidades não coincidentes. Isso é um motivo para a reatualização (fase III)”. A terceira fase é de arealidade individual com reatualizações simples por meio de mapas com arealidade por grupo e com reatualizações complexas por meio de arealidades sobrepostas “para deixar ver as zonas de maior e de menor presença dos fenômenos linguísticos em questão” (ibidem, p. 195).

Em se tratando de arealidades nos mapas pluridimensionais quantitativos, a relação estabelecida entre as medidas de ocorrências dos fatos linguísticos e o espaço torna evidente o efeito de diferentes condicionamentos diatópicos e não diatópicos atuando na distribuição cartográfica do fenômeno investigado. É o que lembrou Altenhofen (2006), ao tratar da importância da representação da ocupação do espaço nos atlas linguísticos. Esse autor demonstrou que os mesmos valores para ocorrências de um fenômeno linguístico dado não implicam em uma mesma arealidade, conforme ilustra a figura 05. Nos esquemas A e B, a variante *x* tem percentual de 70% e a variante *y* 30%.

Figura 05 - Esquema de distribuição diatópica das variantes X e Y, elaborado por Altenhofen.



Fonte: Altenhofen (2006, p. 168).

Com os fundamentos teórico e metodológico da Dialetoologia Pluridimensional, os atlas linguísticos são capazes de fornecer uma visão geral mais eficiente do fenômeno linguístico, sem distorções do espaço variacional e sem negligenciar dados importantes para o estudo da variação. Situações linguísticas variadas por constituírem a base do contexto de pesquisa da Geolinguística pluridimensional convergem para um plano cartográfico condizente com o reconhecimento da dinâmica social dos indivíduos (topostático-topodinâmico), de contextos multilíngues (dimensão dialingual) e de experiências linguísticas oriundas de contatos.

Sobre esse último aspecto, Radtke e Thun (1996), ao observarem especialmente a paisagem linguística latinoamericana, levantaram um conjunto de evidências geolinguísticas,

como a situação de multilinguismo, a constante mobilidade humana no espaço, fenômenos de contatos entre variedades linguísticas e o plurilinguismo, que comprova a necessidade dos contatos nos estudos geolinguísticos como uma dimensão independente. Trata-se da dimensão diacontatual, nos termos de Altenhofen (2013).

Nessa dimensão, o estudo da variação decorre do contraste entre variedades de línguas (*contatos interlinguísticos*) ou entre variedades de uma mesma língua (*contatos intervaretais*), por se admitir o contato como uma forma de aproximação entre variedades complexas e não entre sistemas linguísticos puros, homogêneos (THUN, 2010b), e como um fenômeno cotidiano realizável em qualquer comunidade, resultante de interações linguísticas, de migrações e de recursos midiáticos diversos, que torna os indivíduos “plurilíngue em línguas distintas” e também “plurilíngues na própria língua” ou *plurivaretais* (ALTENHOFEN, 2013).

A ideia de plurilinguismo e também de bilinguismo relaciona-se à “habilidade [de um indivíduo] de se constituir plural, linguística e culturalmente”, inclusive dentro de sua própria língua, por dominarem mais de uma variedade, conforme Altenhofen (2013, p. 35-37). Cumpre lembrar, ainda, segundo esse autor (idem, p. 34), que tal visão afasta-se da concepção de comunidade ou grupo linguístico puro, homogêneo, monolíngue como se fosse “um elo perdido com o passado e uma possibilidade de reconstruir um estado de língua que infelizmente se perdeu na história, como no caso das línguas africanas, das quais restaram apenas alguns vestígios, p. ex. em comunidades quilombolas”.

Nesta tese, não renunciamos aos pressupostos de contatos e pluralidade linguística dos indivíduos na constituição dos espaços e de variedades do português brasileiro nas comunidades quilombolas investigadas e, por conseguinte, não compreendemos os usos linguísticos nessas áreas como imutáveis, imobilizados ou limitados aos territórios, como se poderia supor em razão de fatores sócio-históricos de constituição desses espaços, como fugas para áreas de difícil acesso, ou de nossa tendência ao conservadorismo linguístico e social nas práticas educacionais e políticas. No item 3.1.1 e em alguns trechos do subitem 3.1.1.1 da Seção 3, procuramos apontar um panorama, ainda que conciso, da trajetória dos negros escravizados no Baixo Amazonas paraense e a necessidade de se estabelecer uma rede de relações com etnias diferentes (FUNES, 1995; ACEVEDO; CASTRO, 1998; GUAPINDAIA, 2008).

No enfoque geolinguístico pluridimensional, Altenhofen (2013, p. 37) analisa a dimensão dialingual a partir do contraste entre falantes monolíngues e bilíngues, cuja diferença fundamenta-se no “*status* sócio-histórico e respectivas variedades como ‘subsistemas historicamente vinculados a uma determinada língua’”. O autor (2014, p. 70) argumenta que a

razão para esse critério é o fato de a condição do *status* e a posição assumida por uma língua modificarem-se, em virtude da área e do ponto de vista adotado. Com isso, uma língua pode ser majoritária ou minoritária, central ou periférica, oficial ou marginal²⁷.

Para exemplificar essa tipologia, Altenhofen (2014, p. 71-72) destaca Misiones, província argentina situada na fronteira com o Brasil, onde o português apresenta *status* de língua marginal, mas é falado como língua majoritária, devido à influência exercida pela proximidade dessa área com o “contexto de oficialidade” do português brasileiro e pela origem dos moradores atuando na “percepção que os falantes têm do português, no sentido de legitimar em grau maior ou menor o seu uso”. Essa é uma situação que sustenta tanto a importância dos estudos geolinguísticos sobre contatos, quanto o entendimento de pluri e multilinguismo para a compreensão ampla e dinâmica da realidade dos fatos linguísticos (RADTKE; THUN, 1996; ALTENHOFEN, 2013, 2014).

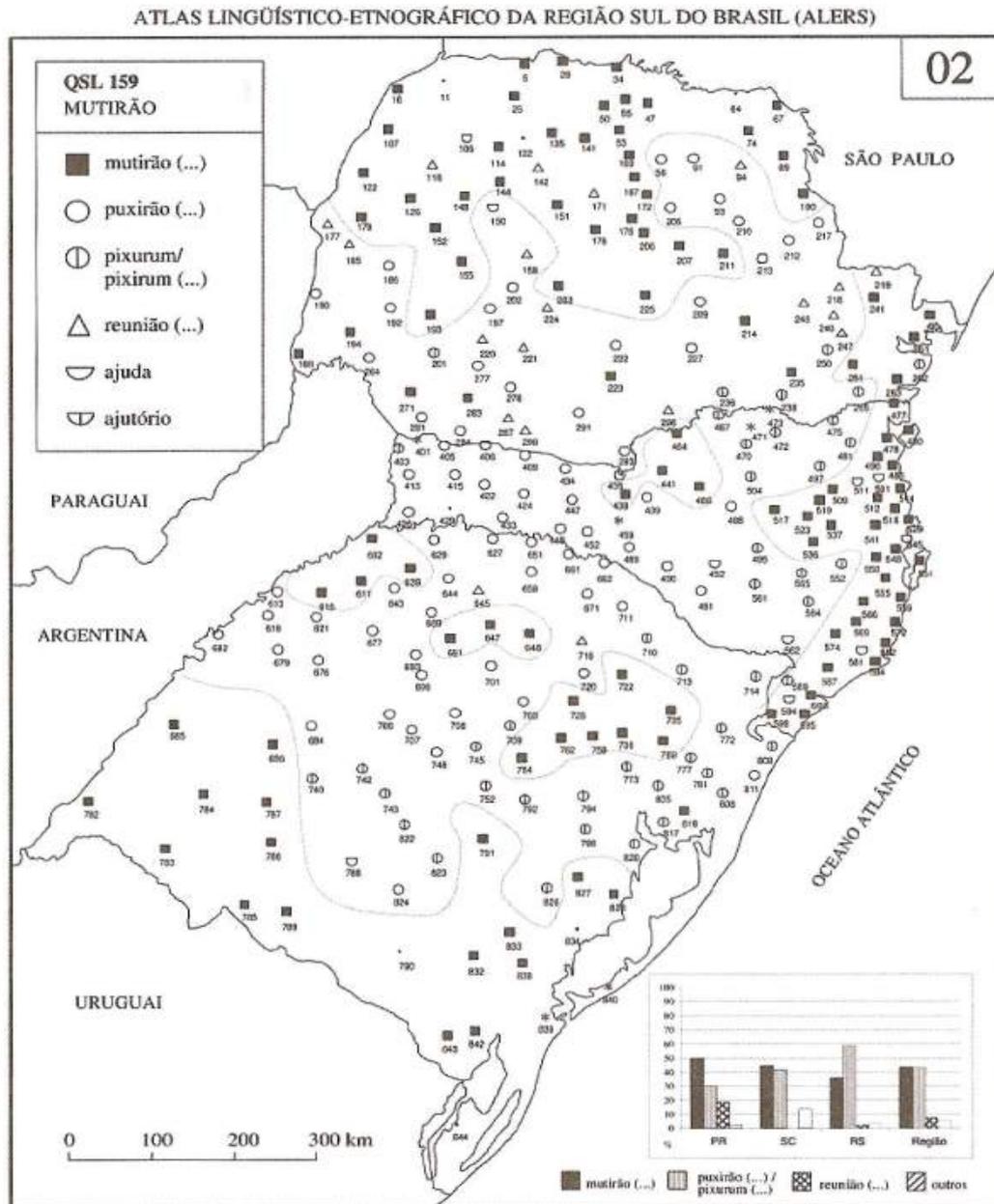
É incontestável que a realidade dos indivíduos e da sociedade seja uma diversidade de contatos²⁸ que não encontra limites em barreiras geopolíticas (RADTKE; THUN, 1996, 2010b; ALTENHOFEN, 2006, 2013). Um outro exemplo disso é a distribuição cartográfica de *mutirão* no *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS)*²⁹, como se pode observar na figura 06, interpretada por Altenhofen (2006, p. 171) como “não necessariamente vinculadas ao espanhol, mas vistas como consequência histórica do contato ao longo do tempo”, em que as rotas migratórias podem ter exercido papel preponderante para o estabelecimento das redes de comunicações nas zonas e a difusão da variante no espaço.

²⁷ O emprego do termo *marginal* é para enfatizar “a condição de inoficialidade de uma língua falada ‘à margem’ da língua oficial”, de acordo com Altenhofen (2014, p. 71). Já o termo *periférico* é para designar a posição de uma língua em relação à “constelação de línguas em contato na comunidade” (idem).

²⁸ Altenhofen (2014, p. 75-76) prevê a seguinte tipologia de contatos para o estudo do português brasileiro: português e línguas indígenas (autóctones); português e línguas afro-brasileiras; português e línguas de imigração (alóctones); português como língua alóctone em contato com línguas oficiais (com guarani e espanhol por exemplo); português e línguas co-oficiais em contato (por exemplo Tukano, Nheengatu e Baniwa em São Gabriel da Cachoeira, Alto Rio Negro); contatos linguísticos de fronteira (com países vizinhos); contatos intervaretales do português (entre falantes de variedades regionais do português); contatos transnacionais do português “aquém- e além-mar” (por exemplo Português de Portugal e do próprio Brasil).

²⁹ Esse atlas resulta de uma pesquisa dialetal acerca da variação linguística no português falado nos estados da Região Sul do Brasil, realizada por Klassmann, Koch, Furlan e Mercer (ALTENHOFEN, 2013).

Figura 06 - Mapa “mutirão”.



Fonte: Altenhofen (2006, p. 182).

Para aprofundar o conhecimento do contexto de pesquisa, Altenhofen (2006, p. 168) considera relevante para os estudos geolinguísticos pluridimensionais acerca dos fenômenos de contatos, além do “mapeamento dos falantes e de traços socioculturais”, a determinação de aspectos sócio-históricos, como “a ordem de chegada dos grupos na área em estudo e a origem desses falantes, a idade da localidade, o caminho/rota de ocupação, os contatos linguísticos entre os falantes de variedades distintas, etc.”.

Com esses aspectos, o papel do homem e sua interação com o espaço particulariza e reflete a complexidade da paisagem, que é heterogênea por natureza. Mas convém lembrar que é realmente muito difícil esboçar todos os aspectos da paisagem em sua totalidade na pesquisa linguística. Por esse motivo, o programa da Dialetologia Pluridimensional e Relacional é aberto a novas dimensões e evoca em seu conceito basilar de espaço variacional a natureza antropogeográfica, pautada na relação intrínseca entre o homem e o espaço ocupado por ele, que, nos termos de Claval (1999, p. 318), “são as duas faces da mesma realidade”.

Desse modo, o espaço delineado pelos fundamentos da Dialetologia Pluridimensional é *socialmente dinâmico*, por abranger comportamentos diferentes dos indivíduos no espaço de modo a contemplar o contraste entre grupos de indivíduos móveis (parâmetro topodinâmico) e estáticos; é *analiticamente tridimensional* na medida em que contempla-se mutuamente a socialidade, espacialidade e temporalidade (ALTENHOFEN, 2013) e permite-se a dupla arealização, quantificações e arealizações complexas (THUN, 2000); é também *linguisticamente heterogêneo e complexo* por reconhecer a variação num contexto multilíngue com indivíduos linguisticamente plurais (mono e bilíngues).

Cada uma das três dimensões analíticas do espaço variacional torna evidente um conjunto de processos diferentes e não autônomos que condicionam a variação linguística. Assim, entendemos que a socialidade refere-se à análise da variação a partir de processos sociais com diferenças marcadas entre categorias sociais a partir de, por exemplo, gerações, escolarização, podendo contemplar também a mobilidade social, questões de gênero; a temporalidade refere-se à análise da variação como processo temporal com diferenças marcadas no eixo cronológico (THUN, 2009); e, por fim, a espacialidade refere-se à análise da variação como processos espaciais com diferenças marcadas a partir de questões diatópicas, topodinâmicas, diarreferencial por exemplo.

É oportuno dizer que, conforme Britain (2010), a espacialidade resulta da combinação e inter-relação dos fatores físico (geográfico), social (circulação do homem e formas de apropriação dos espaços) e perceptual (atitudes diferenciadas a partir de concepções sobre os espaços). Certamente, por serem o espaço e a espacialidade construções sociais contínuas baseadas em relações sociais, históricas e linguísticas dos e entre os homens (*idem*), as representações cartográficas da variação linguística amparadas na dinâmica dos espaços não refletem a inércia dos indivíduos, tampouco concentram a fonte de informação linguística sob o indivíduo, como na prática da Geolinguística tradicional (*ibidem*), pois, como afirma

Marcuschi (2015, p. 272), “a língua é um *empreendimento coletivo*, uma espécie de vida em coletividade da qual ela é a manifestação”.

A atuação do homem no que se refere à circulação humana, às diferentes formas de apropriação do espaço, como construções territoriais, atividades produtivas, e às convenções adotadas socialmente, como preferências, valores, não somente tornam a visão de espaço desuniforme e multiterritorial, nos termos de Haesbaert (2004), como também dão os contornos necessários à língua e suas variedades. Todos esses aspectos interferem nas representações espaciais dos grupos humanos e, como veremos, são “produtos históricos de processos sociais” (idem).

2.3 Ampliação de representações espaciais a partir dos conceitos de territorialização e territorialidades linguísticas

Tornou-se relevante discutir territorialização, territorialidade e território, conceitos da geografia humana, no âmbito linguístico, a partir do paradigma dialetológico, por se acreditar na indissociabilidade dos aspectos sociais e espaciais, acrescido dos históricos e linguísticos na pesquisa linguística (ALTENHOFEN, 2006, 2013, 2014), e no papel do homem para a transformação dos espaços motivada pelas migrações e pelos contatos, bases da constituição e conectividade de territorialidades. Britain (2010) defende que a Dialectologia deve acompanhar os desenvolvimentos na área da geografia humana para melhor explicar a inter-relação entre usos linguísticos, espaço, sociedade e mudança linguística.

Em razão das diferentes formas de dominação e apropriação dos espaços pelo homem, que vão do poder concreto ao poder simbólico e que impactam nos modos de viver e de organização social, implicando em diferentes territorializações e territorialidades também distintas (HAESBAERT, 2004), um estudo dialetológico com enfoque pluridimensional não deve conceber o território como sendo uma entidade única, estável e construída apenas por instituições públicas como o Estado, limitando a abrangência da variação a uma jurisdição. Como apontado por Altenhofen (2013, 2014), o *status* político é um fator relevante para o estudo da variação entre variedades de língua, mas não deve ser o único considerado.

Por haver outros agentes atuando em sua construção, como igrejas, empresas, grupos sociais (HAESBAERT, 2004), a abrangência do território pode estar circunscrita a uma

determinada área³⁰ ou a várias delas conectadas por redes³¹ (idem). Em ambos os casos, definem-se territorialidades, como “‘imagem’ ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado – como no conhecido exemplo da ‘Terra Prometida’ dos Judeus” (ibidem, n.p.).

Para esse autor, o território é, por assim dizer, uma construção social, histórica e cultural, fundamentada em processos de territorialização com diferentes finalidades³². Todos os processos referem-se às relações de dominação ou apropriação do espaço para manifestar e representar convenções socialmente adotadas. Nesse sentido, território difere-se de espaço por ser produto de intervenção humana, definido por relações de poder; é, portanto, entendido como parte integrante da totalidade do espaço, sendo esse conceito mais abrangente.

No plano linguístico, Altenhofen (2006, 2013, 2014) discute essas questões. Ao partir de contexto de pesquisa multilíngue e população migrante para estudos acerca de fenômenos de contatos em uma perspectiva macrolinguística entre variedades presentes na Bacia do Prata, Altenhofen (2014, p. 73) procura mostrar como línguas com *status* diferentes como o hunsriqueano e o português ocuparam territórios e constituíram territorialidades “em meio à diversidade (à concorrência, ou coocorrência de outras línguas e variedades) e em meio às condições sociais de cada território”.

Nessa pesquisa, o *território*, para Altenhofen (2014, p. 73), é zonal e não limitado a fronteiras políticas, porque refere-se à “área onde se constituem territorialidades distintas”; a *territorialidade linguística* é representação social e histórica do espaço, porque refere-se ao “espaço de uso real ou potencial de uma variedade ou variante” (idem); e a *territorialização linguística* é processo marcado por ações indicadoras de poder, sendo manifestadas concreta e/ou simbolicamente, porque refere-se “à ação de ocupar territórios e definir territorialidades” (ibidem).

Para pesquisas que pressupõem multilinguismo, migrações e contatos, Altenhofen (2013, p. 39-42) assinala a importância da identificação do espaço de análise a partir dos diferentes grupos envolvidos no local e no entorno, e das territorialidades envolvidas no espaço

³⁰ É espacialmente mais restrito (HAESBAERT, 2004). Podemos entender como uma visão horizontal de território.

³¹ Trata-se de territórios zonais descontínuos, fragmentados no espaço e conectados entre si (HAESBAERT, 2004). Podemos entender como uma visão verticalizada de território.

³² Para Haesbaert (2004, n.p.), são quatro os objetivos da territorialização: “abrigo, físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção; identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais (a começar pela própria fronteira); disciplinarização ou controle através do espaço (fortalecimento da idéia de indivíduo através de espaços individualizados); e construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações”.

geográfico e social, “em termos da coesão e homogeneidade versus heterogeneidade dos diferentes grupos em contato”. Acrescenta-se também aspectos sócio-históricos (ALTENHOFEN, 2006, 2013, 2014), como a ocupação dos espaços ao longo do tempo, os quais definem dois eixos inter-relacionados de análise da territorialização linguística, horizontal e vertical.

A *territorialização horizontal* resulta das “migrações de grupos sociais e étnicos para novas áreas” (ALTENHOFEN, 2014, p. 80) e a *territorialização vertical* resulta de conflitos entre “forças antagônicas que disputam o mesmo espaço” (idem, p. 83), territorialidades distintas, cuja consequência é a sobreposição ou substituição de territorialidades. Altenhofen (ibidem, p. 80-81) ilustra a territorialização horizontal com os movimentos de ocupação do Brasil, do litoral para o interior do país, e com o fluxo de grupos regionais “que compartilham uma territorialidade e identidade comum”, difundindo variedades para outras áreas, como paulista, gaúcho, nortista, hunsriqueano; e exemplifica a territorialização vertical com “a sobreposição do português sobre territorialidades já existentes” como as línguas indígenas e, no passado, às diversas línguas africanas, e com a “ocupação das periferias urbanas, em decorrência do êxodo rural” (ibidem, p. 83).

Em concordância com esses pressupostos teóricos e metodológicos, outras pesquisas sobre territorialização e territorialidades foram desenvolvidas em trabalhos monográficos sob orientação de Altenhofen. Destacamos a dissertação de Barros (2014) e a tese de doutoramento de Pinheiro (2014). Barros descreve variedades do alemão e do português de grupos migrantes e em contatos na localidade de Porto Gaúchos no norte do Mato Grosso a partir da percepção de falantes sobre a variação, línguas e variedades em contato na área e de iconografias para identificação de territorialidades. É oportuno dizer que para Barros (2014, p. 29-30) a onomástica é um campo produtivo para constatações de territorializações linguísticas, assim como são os espaços públicos (como placas, cartazes, lápides) e espaços sociais (como profissões ou setores do comércio, a exemplo “da representatividade dos portugueses como proprietários de padarias em São Paulo”).

Pinheiro (2014), por sua vez, investiga os processos de territorialização do italiano na Região Colonial Italiana do nordeste do Rio Grande do Sul (RCI), partindo do mapeamento de variedades dialetais para identificação de situação de multilinguismo, reconstruindo as “dinâmicas dos contatos”, e para, posterior, descrição da territorialização, destacando forças determinantes para expansão (arealização) ou recolhimento de variedades (insulamento). Ao refletir sobre as condições que favorecem a sobrevivência de variedades de menor poder no

confronto estabelecido pelos contatos, a autora (idem, p. 128) conclui que “difícilmente uma língua morre completamente, isto é, sempre permanecem vestígios através de inscrições, materiais gráficos, sobrenomes, topônimos, provérbios, práticas culturais, modos de ver o mundo e agir”, cujos aspectos são indicadores de territorialização e territorialidades.

Ambos os trabalhos se caracterizam pelo contexto de pesquisa com grupos topodinâmicos e pelos contatos interlinguísticos, da mesma forma que em Altenhofen (2014). Tais trabalhos concentram-se na *territorialização de variedades linguísticas*, evidenciando condições sociais que decorrem das dinâmicas dos contatos entre os grupos humanos no espaço pluridimensional e que submetem territorialidades a *forças centrífugas*, favorável à arealização caracterizada pelo movimento de expansão de territorialidades, e a *forças centripetas*, favorável à estabilidade de uma territorialidade caracterizada pelo processo de insulamento. Para Altenhofen (idem, p. 74), a *territorialização de variantes*, “parte da descrição da variação linguística” não explanada nesse estudo, é precedida pela descrição da territorialização de variedades.

Nesta tese, fornecemos uma descrição das características sociais da territorialização linguística nas comunidades quilombolas do Baixo Amazonas (cf. item 6.2 da Seção 6), cuja semelhança com o modelo de territorialização descrito por Altenhofen (2014, p. 86-88) está no caráter coletivo (coesão social) e nas bases de sustentação dos grupos, relacionadas a relações de trabalhos e territorialidades sociais (p. ex. igrejas, escolas, comércios). Por serem indicadores de territorialização (ALTENHOFEN, 2014; PINHEIRO, 2014; BARROS, 2014), os topônimos também constituíram material de análise dos fatores sociais da territorialização. É oportuno dizer que consideramos conveniente acrescentar a esse conjunto de fatores *personae* por suas atividades sociais que condicionaram direta ou indiretamente a sócio-história das comunidades e ajudaram definir territorialidades.

Em se tratando de comunidades quilombolas, Souza (2015), em sua tese de doutoramento sobre contatos intervaretais do português falado em comunidades afro-brasileiras no Rio Grande do Sul, também sob orientação de Altenhofen, aludiu ao resultado alcançado por Pinheiro (2014) para a manutenção de variedades menores em meio à influência da variedade comum (a coiné) como forma de validar a ideia de que as comunidades quilombolas investigadas também poderiam adotar a estratégia de recolhimento de territorialidades como forma de defesa e proteção em meio a difusão compulsória de uma variedade sobre outras, no caso a “língua de colonização”, nos termos de Altenhofen (2014). Todavia, Souza enfatiza que essa situação não implica visão linguística uniforme dos

comportamentos linguísticos, como se poderia supor. Em síntese, o autor (idem, p. 139) atesta que:

O comportamento linguístico dos membros dessas espacialidades linguísticas tende a ser por um lado mais conservador, na fala da GII; por outro lado, o futuro indica uma tendência de abertura para fora (orientação centrífuga), fazendo com que as comunidades gradativamente percam/abandonem as marcas de africanidade que os distinguem.

No tocante à relação entre língua e espaço, fica confirmada a hipótese de que as comunidades afro-brasileiras do RS formam um tipo de ilha linguística, isto é, de espaços geograficamente descontínuos com presença de afrodescendentes, identificados por sua etnicidade, historicidade e marcas sociais e linguísticas.

É provável que os contextos de pesquisa do Baixo Amazonas investigados nesta tese apresentem essas mesmas condições geolinguísticas alcançadas por Souza (2015). Os espaços ocupados pelos grupos do Baixo Amazonas não são fechados em si mesmos, isolados ou afastados de contatos sociais com o entorno, pelo contrário, como veremos (cf. item 3.1.1 da Seção 3) ainda no período de escravidão os contatos foram condição necessária para a sobrevivência dos mocambos (FUNES, 1995).

Todavia, podemos dizer que os movimentos em direção à sustentação da identidade quilombola caracteriza-se pelo o que Haesbaert (2004, n.p.) chama de *territorialização mais fechada*, “ligadas ao fenômeno do territorialismo, como nos territórios defendidos por grupos étnicos que se pretendem culturalmente homogêneos, não admitindo a pluralidade territorial de poderes e identidades”. Esse tipo de manifestação social mais defensiva da territorialização pode também ter favorecido o tipo de configuração de área linguística em Souza (2015), as chamadas *ilhas linguísticas*.

Ainda assim, nessas comunidades, nem tudo é defensivo, são esperadas também influências, misturas ou “tendência de abertura”, nos termos de Souza (2015), cujas consequências dos contatos ao longo do tempo podem ser observadas não somente no biotipo das pessoas, mas sobretudo no cotidiano dos grupos de afro-brasileiros, como bem lembrou Funes (1995). No Baixo Amazonas, esse autor (1995, p. 110) explica que “foi com os nativos que os quilombolas conheceram os segredos da natureza, tornando-se ‘mestres das matas’; aprenderam os caminhos que interligavam os rios, e o que podiam tirar do meio ambiente para garantir sua sobrevivência”. Para ele, a produção de farinha nos quilombos, base da alimentação local e produto de comercialização, é um dos casos que ilustra a convivência entre quilombolas e nativos.

É com base no entendimento de territorialização como ação coletiva para construção de referencial simbólico e identitário de grupos que nos propusemos a investigar a territorialização de variantes lexicais nas comunidades quilombolas do Baixo Amazonas. Desse modo, reconhecemos que os conceitos de territorialização e territorialidades reafirmam importantes avanços trazidos pelo enfoque pluridimensional ao paradigma dialetológico que culminaram com a desestagnação do homem no espaço, como a não coincidência de fronteiras linguísticas e políticas, a inclusão de grupos topodinâmicos, a dimensão dialingual e contatual, os comentários metalinguísticos.

Em nosso entendimento, essas conquistas vão além porque empregou-se a capacidade de renovação e movimento nos espaços, permitindo identidades menos fixas, à medida que a territorialização e territorialidade tornaram os homens agentes transformadores dos espaços com experiências próprias em meio à diversidade de territorialidades combinadas e/ou sobrepostas; e revelaram o espaço e o território como construções sociais relevantes para as mudanças na sociedade (HAESBAERT, 2004) e, conseqüentemente, na língua.

Desse modo, compartilhamos com Altenhofen (ALTENHOFEN, 2014, p. 97-98) a ideia de que “o reconhecimento de territorialidades de usos e domínios de determinadas variantes e variedades ajuda a ampliar nossa compreensão sobre os significados que os falantes atribuem a esses usos e como eles se difundem como práticas coletivas de uma comunidade de fala”. Certamente, o significado, por estar amparado em contextos linguísticos, etnográficos e sócio-históricos, não deve se limitar ao conteúdo lexical de denominações. Isso significa que as diferentes denominações que alcançam o mesmo referente, como as variantes léxicas investigadas, por exemplo, em pesquisas dialetais, podem apresentar também significado léxico não referencial, porque seus conteúdos não são determinados explicitamente, tão pouco uniformes.

Como lembra Marcuschi (2015, p. 267), nem tudo pode ser definido em termos referenciais, já que a relação entre as expressões linguísticas dada pelas pessoas e o mundo “decorrem de um trabalho social e histórico” e, por isso, essa não é uma “relação transparente, universal, e a mesma para todo o sempre” (idem, p. 269). O autor (ibidem) ilustra esse caso com duas concepções divergentes (herói ou traidor) para a construção do ser “Tiradentes” e afirma que ambas são determinadas pelo período histórico ou pela posição ideológica das pessoas. Assim, Marcuschi entende que definições, categorias, construções que fazemos dos seres e dos objetos do mundo mudam sempre.

Com isso, é oportuno dizer que não buscaremos estratégias de territorialização linguística dos grupos de afro-brasileiros nas quilombolas do Baixo Amazonas apenas a partir da identificação da presença de vocábulos de origem africana³³, porque não podemos negligenciar mudanças ocorridas nos espaços em função de relações estabelecidas com outros grupos e reduzir manifestações de territorialização linguísticas a um único recurso para a construção de referencial simbólico.

As questões em torno das denominações e do significado lexical que impactam na variação léxica nos impõe pensar o “léxico não [como] uma lista do mobiliário do mundo a serviço de uma relação de correspondência cujo resultado seria a verdade” (MARCUSCHI, 2015, p. 268), mas como uma atividade sociocognitiva e uma construção social fundamentada em interações, a exemplo de *barco em terra ~ canela quebrada ~ macaco mordeu*, formas alternativas para a denominação ‘menstruação’, de *curumim*, designação para o mesmo referente de ‘dente do juízo ou siso’, e de *cunhantã*, designação para o mesmo referente de ‘menina’. Tais itens léxicos, extraídos do *corpus* de nossa tese, constituem recursos da verbalização da experiência e mostram formas diferentes de concepção e representação simbólicas dos grupos de afro-brasileiros.

2.4 Síntese da Seção

Como vimos, alterações sofridas na noção de espaço culminaram com renovação e ampliação de aspectos teóricos, metodológicos e descritivos no âmbito do paradigma dialetológico, a ponto de poder contemplar o papel desempenhado pelos grupos na transformação dos espaços, na construção de referencial simbólico da territorialidade e nas dinâmicas de territorialização linguística.

O reconhecimento do espaço como uma construção social contínua, amparada na dinâmica das relações humanas, nos contextos multilíngues, nas experiências linguísticas oriundas de contatos, tornou evidente dois aspectos cruciais a serem considerados na análise do comportamento linguístico e na representação espacial dos grupos: a capacidade de renovação e de movimento, tanto dos grupos, quanto das variantes.

³³ Sobre o léxico de origem africana, destacamos alguns estudos: *A influência do elemento afro-negro na língua portuguesa* de Raimundo (1933), *A influência africana no português do Brasil* de Mendonça (1935), *Os vocábulos de origem africana na constituição do português falado no Brasil* de Bonvini (2009), *Palavras da África no Brasil de ontem e de hoje* Alkmim e Petter (2009), *O português do Brasil, uma intromissão nessa história* e *Marcas de africanias no português brasileiro* de Castro (2009, 2011), *Cafundó: África no Brasil: linguagem e sociedade* de Vogt e Fry (2013).

Como veremos adiante nas Seções 4, 5 e 6, esses dois aspectos podem influenciar no *status* de uma variante nas dinâmicas de territorialização linguística, de modo a implicar em resistência, neutralização ou perda de referencial simbólico da territorialidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A identificação das inter-relações linguísticas e sociais no espaço variacional para o estudo da variação lexical em comunidades quilombolas do Baixo Amazonas paraense implica tratamento metodológico multidimensional para dar conta da variação e das dinâmicas de territorialização. Esse suporte encontramos na Dialectologia Pluridimensional (RADTKE; THUN, 1996; THUN, 1998, 2009, 2010a; AUER; SCHMIDT, 2010; ALTENHOFEN, 2013, 2014).

Assumimos os procedimentos metodológicos da Dialectologia Pluridimensional na delimitação e composição da amostra, tal como desenvolvidos por Edgar Radtke e Harald Thun (1996) e Harald Thun (1998, 2009, 2010a). Nos procedimentos de análise, adotamos os recursos descritivos da geolinguística aplicados por Harald Thun (1998, 2009, 2010a) e Cleo V. Altenhofen (2013 e 2014) para apreender a correlação entre variantes, espaço linguístico (com foco na abrangência e movimento de itens léxicos) e suas implicações na territorialização linguística. Na análise, evidenciamos aspectos quali-quantitativos dos dados.

Na primeira parte desta seção, apresentaremos uma breve descrição do contexto de pesquisa, juntamente com uma descrição do perfil dos entrevistados, da coleta de dados e dos instrumentos de pesquisa adotados; em seguida, esboçaremos os procedimentos de análise fundamentados na variação e territorialização linguísticas.

3.1 Delimitação e composição da amostra

Os pressupostos teóricos e metodológicos da Dialectologia Pluridimensional e Relacional (RADTKE; THUN, 1996; THUN, 1998, 1999, 2009, 2010a; AUER; SCHMIDT, 2010; ALTENHOFEN, 2014) orientaram a composição da amostra. Esse enfoque dialetológico amplia a visão da variação lexical de modo a apreender a inter-relação entre as variantes empregadas nas comunidades quilombolas e os usos linguísticos no entorno por um lado, e entre essas variantes e aspectos sociais por outro. A pluridimensionalidade amplia a percepção dos fatos linguísticos evitando a suposta uniformidade da paisagem linguística (THUN, 1998).

3.1.1 Contexto de pesquisa

Como bem lembrado por Funes (1995, p. 35), um marco importante para a sócio-história das comunidades quilombolas no Baixo Amazonas é o avanço da ocupação portuguesa na Amazônia motivada pela posse territorial e pela sustentação da base econômica a partir do extrativismo e comercialização das ‘drogas do sertão’, cuja consequência foi a formação de núcleos coloniais às margens dos rios Amazonas e afluentes, como: Aldeia e Fortaleza do Tapajós, posteriormente denominada de Santarém; Aldeia Surubiú, denominada de Alenquer; Aldeia e Forte Pauxis, denominada de Óbidos. Todas elevadas à condição de Vila em 1758 (idem). Indígenas que ocupavam a região foram submetidos por missionários a aldeamentos e catequese ou ao trabalho escravo como mão de obra (ACEVEDO; CASTRO, 1998). Posteriormente, os africanos foram requisitados para realização de atividades na lavoura cacaeira, principal atividade econômica ao lado do extrativismo, e passariam a substituir a força de trabalho ameríndia em outros serviços, incluindo os domésticos (FUNES, 1995). A população africana foi intensificada na região a partir da segunda metade do século XVIII (idem). Para Funes (ibidem, p. 36-37),

Grande parte dos escravos africanos transportados para o Baixo Amazonas foram embarcados na Costa Ocidental da África, predominando os procedentes da região Congo-Angolana, de etnia Bantu. Uma origem presente, ainda hoje, nas manifestações culturais das comunidades negras, em especial naquelas do rio Curuá e do Trombetas, como por exemplo, o ‘*Cordão do Marambiré*’, também chamado de Aiuê, que em quimbundo significa festa.

A trajetória dos afro-brasileiros no Baixo Amazonas revela um passado de origem comum (ancestralidade negra, descendentes de escravos e remanescentes de quilombo), de “saberes sobre tempo e lógica da natureza aprendidos e compartilhados com sociedades indígenas” (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p. 29), cujo convívio fora pacífico com algumas etnias e com outras conflituosa, de fugas ocorridas de fazendas de Santarém, Alenquer e Óbidos e outros centros como forma de resistência à opressão (FUNES, 1995; ACEVEDO; CASTRO, 1998), de constituição de aglomerados conhecidos por mocambos ou quilombos ao longo de uma vasta área banhada pelos rios Curuá, Trombetas e Cuminã/Erepecuru, de atividades econômicas como a produção de farinha, de organização social e política como forma de sobrevivência e afirmação (FUNES, 1995), de enfrentamentos coletivos dos desafios continuamente impostos, do vínculo territorial fortemente estabelecido com a área ocupada expresso nos mitos e lendas, nas brincadeiras, nas designações de acidentes geográficos, no

aproveitamento do potencial da floresta (em curas, alimentação, instrumentos, utensílios, embarcações, fonte de renda), e da relação cotidiana com os rios da região.

De acordo com Funes (1995), a sobrevivência, expansão e legitimidade dos mocambos do Baixo Amazonas foi possível devido à interação dos mocambeiros com o meio ambiente, evidenciada em suas principais atividades produtivas (agricultura e extrativismo), à organização social interna e política expressa por meio de figuras representativas de autoridades como líderes, idosos e curandeiros, e à rede de relações estabelecidas não somente com indígenas, mas também com comerciantes fixos nas vilas e regatões, apesar das perseguições punitivas ocorridas no Trombetas e Curuá.

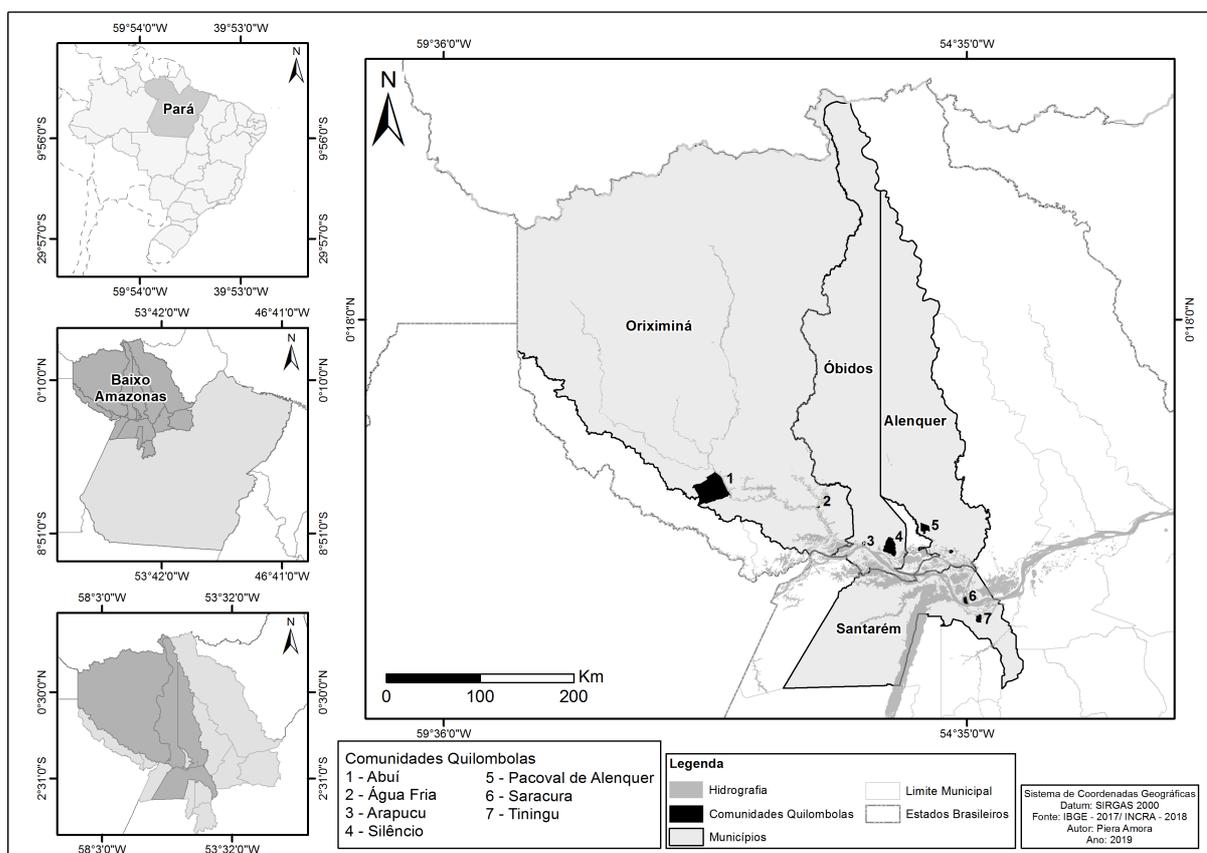
O rio é muito importante para os afro-brasileiros do Baixo Amazonas. Suas *águas mansas* e *bravas* determinaram locais de refúgio em processos de fugas, como diria Funes (1995; 2000; 2015); nas *águas mansas* de fácil navegabilidade e abaixo de cachoeiras formaram-se quilombos pequenos que poderiam desempenhar função de sustentação para escravos (idem) e nas *águas bravas* de difícil navegabilidade, acima das cachoeiras e corredeiras, de difícil alcance para expedições punitivas, local de refúgio de várias etnias indígenas, concentraram os principais quilombos (ibidem). O rio continua uma via principal de acesso a outros lugares, cujas águas fluem por paranás, lagos, igarapés, furos. Ele fornece o alimento, está presente em relatos sobre lendas e mitos e determina o período de cheia (mais chuvoso) e seca ou séca (menos chuvoso), a paisagem da região, o calendário escolar, os deslocamentos periódicos de famílias e animais por causa da cheia do rio.

Aspectos desse passado coletivo fazem parte da memória oral dos afro-brasileiros do Baixo Amazonas (AZEVEDO, 2002) e foram registrados em documentos escritos por viajantes que navegaram os rios da região na segunda metade do século XIX e no início do século XX (FUNES, 1995, 2000, 2015; AZEVEDO; CASTRO, 1998; SALLES, 2013). Trata-se de uma rede de referências históricas marcada significativamente pela identidade negra, quilombola e amazônica dos grupos da região que contribuem não somente para a compreensão do surgimento das comunidades quilombolas, como também interesses, desafios e modos de viver atuais.

As comunidades quilombolas selecionadas para esta pesquisa localizam-se em áreas rurais dos municípios de Alenquer³⁴, Óbidos, Oriximiná e Santarém na mesorregião do Baixo Amazonas paraense.

³⁴ Luanda em Alenquer seria a única área de nossa pesquisa localizada no perímetro urbano de um município. Fizemos alguns levantamentos no bairro, considerado quilombola por Azevedo (2002) e Bentes (2013), mas a

Mapa 01 - Localização dos municípios.



Fonte: Piera Amora (2019) com base em IBGE – 2017 / IN CRA - 2018.

O município de Alenquer conta com 12 comunidades quilombolas, Óbidos com 18 comunidades, Oriximiná com 66 e Santarém com 15 comunidades (BENTES, 2013). Elas possuem histórico comum de luta por direitos e legitimidade territorial. O primeiro título de terra de “comunidades remanescentes de quilombo”³⁵ no Brasil foi expedido em 1995 para uma

difficuldade na localização de pessoas descendentes dos primeiros moradores com o perfil da pesquisa inviabilizou a manutenção de Luanda como parte do contexto de pesquisa neste trabalho de tese.

³⁵ Destacamos “comunidades remanescentes de quilombo” para dar ênfase ao emprego do termo adotado pelo Estado Brasileiro nos títulos de terra quilombola. De modo geral, “remanescentes” e “quilombo” fazem referência à trajetória histórica de grupos étnicos-raciais e às relações específicas que eles mantêm com a terra. Conforme Leite (1999, p. 136-137), a terra é um elemento importante por fixar as pessoas, dar condições de “continuidade das referências simbólicas importantes à consolidação do imaginário coletivo”, mas “ela não é condição exclusiva para existência do grupo”. A autora (idem, p. 137) explica ainda que o termo “comunidades” no início da expressão referida sinaliza para o principal elemento de identificação de um direito: o grupo. Tais grupos pressupõem ancestralidade negra e resistência (IN CRA, 2017, p. 4-5). São eles que norteiam a “identificação destes sujeitos [quilombolas] do ou dos direitos” (LEITE, 1999, p. 137-137).

O Estado compreende o termo “quilombo” como uma categoria jurídica (idem), mas esse parece ser apenas um dos sentidos atribuídos ao termo atualmente, cujos parâmetros definitórios envolvem questões de natureza conceitual, histórica, política e ideológica. Sobre a evolução conceitual das noções “quilombo” e “remanescentes de quilombo”, salientamos os trabalhos de Leite (1999), Arruti (2008) e Souza Filho (2013).

comunidade em Oriximiná, sete anos após garantia em lei do direito à propriedade da terra aos afro-brasileiros (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2015).

De modo geral, a situação jurídica dos territórios das sete comunidades selecionadas para esta pesquisa é titulada ou está com processo de reconhecimento aberto³⁶. Entende-se por território quilombola a área de ocupação com características culturais, ideológicas, práticas construídas ao longo do tempo por membros de uma comunidade ou de várias (INCRA, 2017). A propriedade de terra referida nos títulos desses territórios é coletiva e concedida em nome de associações quilombolas formalmente constituídas (ANDRADE, 2015). Conforme a Comissão Pró-Índio de São Paulo - CPISP (2011, p. 13), a titulação é importante na definição da extensão e limites do território, como também contribui para diminuição da situação de vulnerabilidade e possibilita o acesso a programas e políticas públicas. No entanto, incluímos na amostra comunidades com território em processo de reconhecimento, dada a morosidade na definição da situação jurídica da terra, a exemplo de processos abertos em Oriximiná sem evolução dos estudos (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2011), fato que torna dramática e conflituosa a espera para esse grupo conhecido por “minoría”, que histórica, política e ideologicamente teve direitos subjugados. Não seremos nós coadjutores.

Para a seleção das comunidades, estabelecemos como objetivo o alcance de diferentes territórios quilombolas no mesmo município. Ao todo, foram sete comunidades investigadas: *Pacoval* em Alenquer, *Arapucu* e *Silêncio* em Óbidos, *Água Fria* e *Abuí* em Oriximiná, e *Saracura* e *Tiningu* em Santarém. Começamos nosso trabalho de coleta de dados no município cuja presença de comunidades quilombolas é maior. Partimos da comunidade do Abuí em Oriximiná e finalizamos na comunidade do Tiningu em Santarém. O contexto de pesquisa ficou assim instituído:

³⁶ “O caminho da titulação das terras quilombolas” segue legislação federal e estadual (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2015). De acordo com a Comissão Pró-Índio de São Paulo - CPISP (2015), o Pará tem regras próprias para a regularização de territórios quilombolas. O Instituto de Terras do Pará (ITERPA), o Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a CPISP disponibilizaram em seus sites cartilhas com informações sobre as etapas para regularização. São várias as etapas a serem cumpridas até a emissão de títulos de terra. É uma investigação complexa cujos passos correspondem a: abertura do processo de reconhecimento junto ao INCRA, obtenção da certidão da Fundação Cultural Palmares, produção de relatório técnico de identificação e delimitação (RTID) pela Superintendência Regional do INCRA, análise do documento pelo comitê regional do INCRA, publicação do resultado no Diário Oficial e contestação, consulta a órgãos e entidades para manifestações sobre o RTID, análise da situação fundiária, envio do processo para a Casa Civil, envio do processo para a Advocacia Geral da União (AGU), envio do processo para o Governo Estadual ou para a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), demarcação física pelo INCRA, outorga do título em nome da associação a qual a comunidade pertence, registro em cartório (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2015).

Quadro 01 - Contexto de pesquisa.

<i>Mesorregião do Pará</i>	<i>Microrregiões</i>	<i>Municípios</i>	<i>Comunidades pesquisadas</i>
Baixo Amazonas	Óbidos	Oriximiná	<i>Abuí</i>
			<i>Água Fria</i>
		Óbidos	<i>Arapucu</i>
			<i>Silêncio</i>
	Santarém	Alenquer	<i>Pacoval</i>
		Santarém	<i>Saracura</i>
			<i>Tingu</i>

Fonte: A própria autora.

3.1.1.1 As comunidades quilombolas

Durante a pesquisa de campo, notamos que o acesso às comunidades quilombolas é feito pelo rio e/ou estrada, a depender da região em que a comunidade está situada, área de várzea e ilhas ou áreas de ‘terra firme’. As atividades econômicas predominantes nas comunidades são agricultura, pesca e extrativismo. Há também captação de outros recursos a partir de programas governamentais. Os principais problemas enfrentados nas comunidades têm forte impacto na vida dos afro-brasileiros. Em geral, eles estão relacionados à infraestrutura de transporte, saúde e educação ou falta de manutenção do que já se tem, acrescentam-se a esses a dificuldade na venda de produtos. O jogo de futebol nos campos das comunidades é o entretenimento preferido.

No geral, as pessoas entrevistadas nas comunidades têm por hábito ouvir rádio e assistir televisão para acompanhar o noticiário, novela, esporte, programa religioso. O sinal de televisão é transmitido pela parabólica ou rede gratuita. Entre os escolarizados, a maioria nunca ou raramente lê revistas e jornais impressos. Os entrevistados foram unânimes em reconhecerem-se quilombolas e expressarem satisfação em relação à vida que levam nas comunidades.

3.1.1.1.1 Oriximiná: Água Fria e Abuí

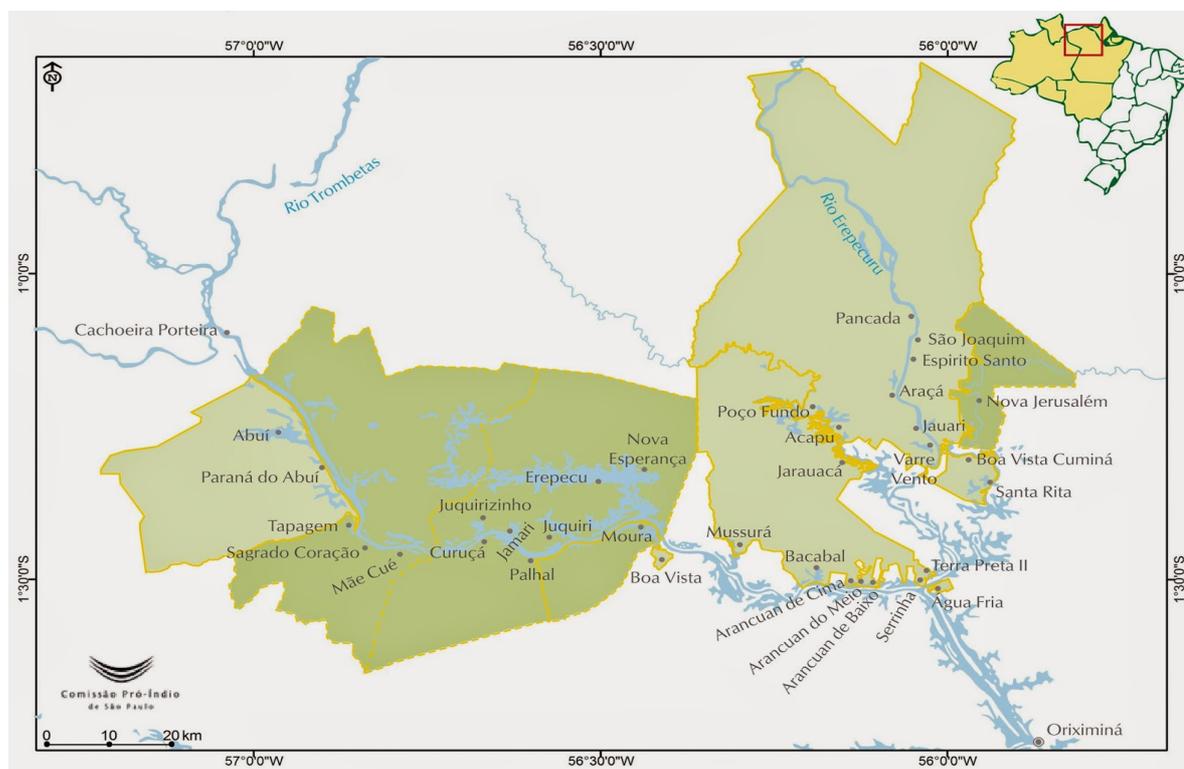
A sede do município de Oriximiná é a referência mais próxima na área da saúde. Busca-se a assistência médica para todos os tipos de cuidados, como extração de dentes, partos. Os quilombolas dependem de alimentos básicos da cidade, como arroz, feijão, óleo, bolacha, macarrão, os quais são adquiridos também com o recurso de programas governamentais e transportados em embarcações. São comuns a essas comunidades habitações de madeira, banhos para asseio diário no rio, redes para dormir, ato de tomar a benção dos mais velhos como forma de respeito e proteção. O trajeto entre uma moradia e outra é feito por caminhos ou pelo rio.

Um aspecto sócio-histórico importante para comunidades quilombolas do Trombetas foi motivado pelo fim da escravidão (ANDRADE, 1995; ACEVEDO; CASTRO, 1998). Trata-se do deslocamento voluntário e progressivo de famílias quilombolas localizadas nas áreas banhadas pelo trecho do rio Trombetas de mais difícil navegabilidade para outros locais banhados pelo trecho desse mesmo rio de mais fácil navegabilidade em busca de “condições ambientais menos duras de sobrevivência”, como diriam Acevedo e Castro (1998), fato que intensificou a ocupação de quilombos já existentes e originou novas comunidades, como as pertencentes ao território Alto Trombetas I (ANDRADE, 1995).

a) A comunidade Água Fria

Em busca de saúde e de escolarização, quilombolas do Alto Trombetas, próximo a Cachoeira Porteira, desceram o rio e instalaram-se na área conhecida por Água Fria (*sic*). Dentre as comunidades do município, Água Fria é a mais próxima da área urbana de Oriximiná (cf. mapa 02). Como há registro de viajantes relatando a presença de um grupo indígena sob a designação de pauxi nos rios Trombetas e Erepecuru em 1877, 1900 e 1914 (GUAPINDAIA, 2008), é provável que indígenas tenham passado por essa área da comunidade.

Mapa 02 - Comunidades quilombolas do município de Oriximiná.



Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP) - s/d.

O acesso é pelo rio Cuminã ou Cuminá/Erepecuru e a viagem pode durar 2h30 aproximadamente. As famílias têm embarcação própria com capacidade para pequeno número de passageiros, geralmente é *canoas* (feita de uma só peça de madeira comprida e movida a remo), *rabeta* (espécie de canoa motorizada). Ao todo, são 34 famílias quilombolas na comunidade, que, em 1996, teve seu território regularizado em uma área total de 557,1355 hectares. Há comunidades ribeirinhas (Acapuzinho, Salgado) e quilombola (Serrinha) em seus arredores e o convívio é pacífico com a vizinhança.

Água Fria apresenta aproximadamente 11 moradias, uma cooperativa, uma igreja católica e uma escola, implantada em 1983. A escola Nossa Senhora das Graças é de ensino infantil e fundamental (até o 5º ano), com turmas multisseriadas, ao todo são 17 alunos matriculados. O professor é da própria comunidade e finalizaria em 2016 o curso superior.

Os principais problemas enfrentados dizem respeito à falta de transporte e de material para manutenção da comunidade. A energia elétrica é concedida à comunidade de forma racionada, geralmente uma parte da noite; algumas famílias possuem gerador movido a combustível. O cultivo da mandioca e a extração de castanha são as principais fontes de renda. As expressões culturais mantidas na comunidade são dança lundu e músicas, feitas pela representante da associação. A principal festa é a de São Antônio, realizada no mês de junho, ocasião em que ocorrem ladainhas, danças.

b) A comunidade Abuí

A história da comunidade do Abuí está relacionada à expulsão de quilombolas da área conhecida por Jacaré, localizada à margem do rio Trombetas e lago do jacaré. Atualmente, esse lugar integra a Reserva Biológica do Trombetas, criada por Decreto em 1979, e está sob gerência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), cuja unidade administrativa está no distrito de Porto Trombetas, mas com um posto de fiscalização ambiental permanente, conhecido por Tabuleiro, próximo ao referido lago (MMA, 2004).

Com o deslocamento compulsório, os quilombolas do Jacaré encontraram refúgio no Paraná do Abuí e lago do Abuí onde já haviam famílias advindas de outras comunidades (Tapagem, Cachoeira Porteira) estabelecidas anteriormente (FUNES, 2000). Todos trabalharam para o estabelecimento do núcleo de povoamento sob orientação do padre Patrício (*sic*). De acordo com Funes (2000), os mocambos do Jacaré e Abuí existiam desde meados do

século XIX. Século em que Guapindaia (2008) ainda faz referência à localização dos índios *uaboís* no rio Trombetas. Essa etnia teve presença atestada no Baixo Amazonas devido aos fragmentos de cerâmica encontrados em vários locais das margens esquerda e direita do Trombetas, ilhas e lagos, como no lago do Abuí, atribuídos aos uaboís (idem). Di Domenico (2008) afirma que Abuí refere-se à tribo indígena paracutós e tem por formas paralelas *babui* ou *uiabuís*.

Abuí pertence ao território quilombola conhecido por Alto Trombetas I, parcialmente titulado, com uma área de 79.095,5912 hectares comum a mais quatro comunidades. É uma das comunidades mais distantes da área urbana de Oriximiná (cf. mapa 02). Para se ter uma ideia, são pelo menos 20h de viagem de barco pelo rio Trombetas até o lago do Abuí, onde fica a comunidade. O rio é a única via de acesso. Algumas famílias têm embarcação própria, leve e de pequeno porte, geralmente canoa, rabeta, *bajara* (motorizada e coberta). Ao todo, residem 92 famílias na comunidade, distribuídas pelas 89 moradias presentes nas ilhas banhadas pelo lago. Só tem acesso à energia nas residências quem tem gerador particular.

A comunidade Abuí conta com uma igreja católica, onde é realizada a festividade de São Benedito no mês de dezembro, uma escola de ensino infantil e fundamental (até o 9º ano), que atende alunos do próprio Abuí e também do Paraná do Abuí, comunidades pertencentes ao mesmo território. São 165 alunos matriculados na Escola Tancredo Neves; todos quilombolas. Alguns professores têm formação superior completa, outros estão em fase de conclusão de curso. Apenas dois não são quilombolas: um é da área urbana de Oriximiná, outro é ribeirinho. A escola dispõe de um barco para transporte dos alunos.

As principais fontes de renda da comunidade são extração de produtos vegetais como castanha e copaíba, cultivo da mandioca, produção de farinha e pesca. Na culinária, a iguaria mais apreciada e tradicional na comunidade é a carne da tartaruga, proibida pelo IBAMA. O lundu é uma das expressões culturais mantidas pelas famílias do Abuí. Os grandes desafios enfrentados estão relacionados à luta pela garantia do direito de regularização fundiária do restante do território do Alto Trombetas I e à dificuldade no escoamento dos produtos produzidos. Incluímos nessa lista a dificuldade de comunicação, porque as notícias chegam quando aportam embarcações na comunidade.

3.1.1.1.2 Óbidos: Arapucu e Silêncio

São comuns a essas comunidades habitações de alvenaria e madeira, vias sem revestimento do solo, redes e camas para dormir, infraestruturas públicas como energia elétrica e água encanada. O trajeto entre uma moradia e outra também pode ser pelo rio.

a) *A comunidade Arapucu*

Conforme relato de moradores, a área conhecida atualmente como Arapucu foi habitada por índios e um artefato arqueológico coletado e enviado para análise no Museu do Índio em São Paulo indica estilo do grupo conduri. Com a chegada de missionários jesuítas nesse local, uma igreja foi erguida e seus vestígios podem ser encontrados ainda hoje. Alguns índios conduris fugiram para o Alto Trombetas e outros foram submetidos ao trabalho na fundação de Óbidos, que era para ter sido instalada na aldeia desses índios, mas a dificuldade de acesso das embarcações ao local inviabilizou tal projeto (*sic*). O local estratégico selecionado para a construção de um forte e fixação do domínio português na região passou então a ser uma área próxima ao Arapucu conhecida como aldeia Pauxis. Pauxi é uma etnia indígena que teve índios compulsoriamente deslocados do rio Xingu³⁷ por jesuítas no final dos anos de 1650 (GUAPINDAIA, 2008); tais índios podem ter também contribuído para a construção do Forte Pauxi em Óbidos (*idem*). Esses dois grupos indígenas parecem que não foram os únicos em Óbidos (*ibidem*). Conforme Porro (2007), indígenas dos grupos arapium e curiató estiveram “sujeitos à missão dos franciscanos da Piedade de Óbidos” em 1763.

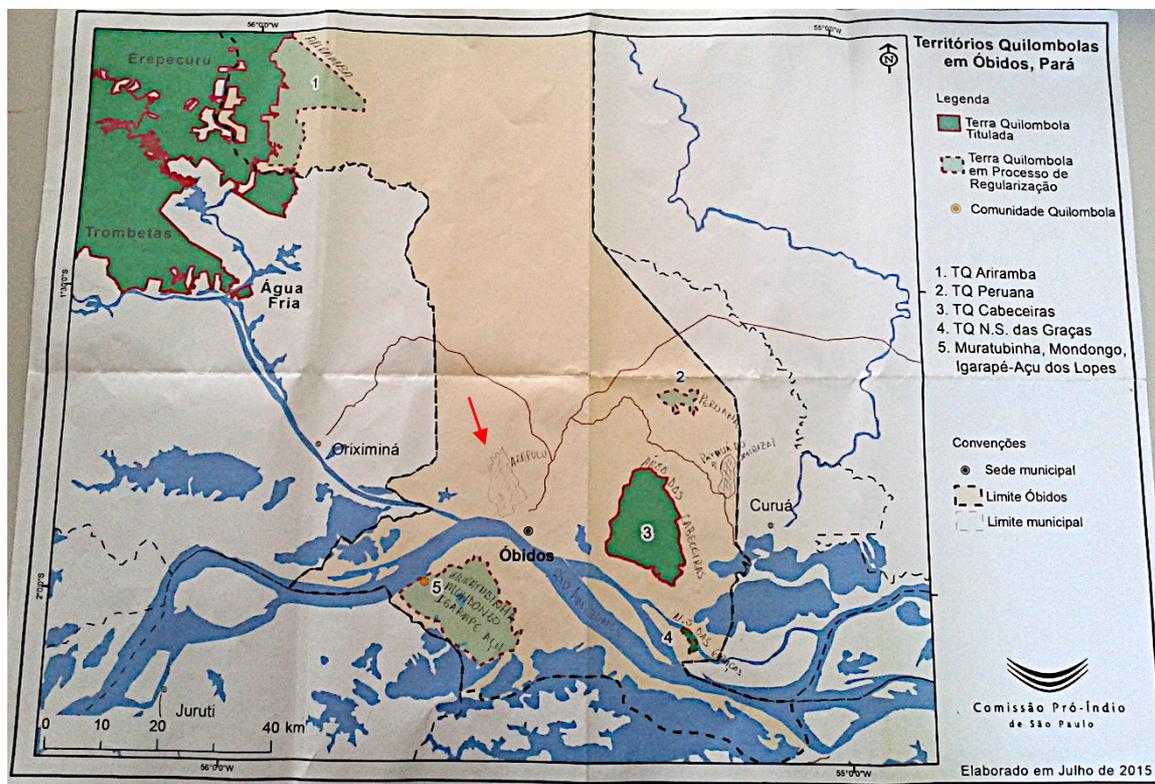
Os cativos chegaram às fazendas dessa cidade para trabalhar na lavoura cacaueteira. Posteriormente, algumas famílias de ex-cativos passaram a ocupar o espaço deixado pelos indígenas no Arapucu. Com a grande enchente dos rios nas áreas de várzea em 1953, ocorreram deslocamentos de descendentes de mocambeiros para o Arapucu, o que promoveu o aumento da população. Arapucu é uma designação de origem indígena e significa dia comprido (*sic*; DI DOMENICO, 2008).

Arapucu é uma das comunidades mais próximas da área urbana de Óbidos. São 17km de distância até a sede do município pela estrada, mas se a via de acesso for o rio Amazonas, a distância passa a ser de 9km apenas. A localização desse território foi indicada a lápis na

³⁷ Guapindaia (2008) sugere que os índios pauxis deslocados do Xingu para Óbidos não sejam os mesmos dos encontrados no Trombetas e Erepecuru em Oriximiná, porque pertenciam a famílias indígenas diferentes, os primeiros eram tupi e os outros caribe. A autora informa ainda que o registro sob a mesma designação (pauxi) pode ter sido motivada pela semelhança dos nomes das etnias.

fotografia 01 e julgamos conveniente incluirmos uma seta vermelha para melhor direcionar essa informação geográfica.

Fotografia 01 – Mapa das comunidades quilombolas do município de Óbidos.



Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP) – 2015 (Fotografado pela autora em 2016).

As famílias fazem o deslocamento até a sede com meio de transporte próprio, geralmente são pequenas embarcações (rabeta, bajara) e veículos sobre rodas (moto, carro, bicicleta) com capacidade para um número pequeno de passageiros. Ao todo, 79 famílias quilombolas ocupam o território da comunidade que abrange uma área de 777,91 hectares, identificada e delimitada no segundo semestre de 2017. Nem todos os moradores da comunidade são quilombolas. Nas adjacências de Arapucu, estão localizadas comunidades ribeirinhas (de Sucurijú, Maria Tereza, Curumurú) e planaltinas (de Pedra Branca). Conflitos só ocorreram com fazendeiros da região em disputa pela posse da terra, ainda não regularizada.

A comunidade Arapucu conta com uma escola e um posto de saúde. O técnico de enfermagem é natural da própria comunidade. A construção do primeiro prédio da escola da comunidade foi em 1969. Atualmente, a Escola Professora Wulfilda Rego oferece ensino infantil, fundamental (do 1º ao 9º ano) e médio modular, atendendo alunos da comunidade e ribeirinhos. Ao todo, são 187 alunos matriculados. Essa é uma escola polo com anexos em

comunidades quilombolas da área de várzea (Mondongo de Baixo, Mondongo de Cima, Muratubinha e Muratuba Grande). Três dos professores são naturais da área urbana de Óbidos. Na comunidade Arapucu, são mais de 10 pessoas com curso superior completo.

A comunidade conta também com sede esportiva e casas de comércio (*taberna*). Há ainda quatro igrejas evangélicas e uma católica, onde são promovidas a festividade da padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em junho e a folia de São Tomé nos meses de dezembro e janeiro. Essa folia é uma das manifestações culturais mais antigas, segundo relatos de moradores. As principais fontes de renda dos comunitários são cultivo da mandioca, produção de farinha e pesca.

b) *A comunidade Silêncio*

A constituição de comunidades quilombolas numa área com uma variedade de cabeceiras de afluentes do rio Amazonas motivou a escolha da designação do território, Área das Cabeceiras (local indicado na fotografia 01 pelo número 3). Atualmente, são 11 as comunidades quilombolas que compartilham esse território, titulado em 2000 com área de 17.189,6939 hectares. Silêncio é uma delas.

Conhecida anteriormente como Cabeceira de São Paulo, Silêncio do Matá³⁸, Matá de Cima, a comunidade Silêncio recebeu esse nome pelo fato de ser um local tranquilo onde o mínimo de ruído prevalecia para não atrair expedições punitivas (*sic*). O acesso a essa comunidade pode ser pelo rio com viagem durando aproximadamente 2h30 ou pela estrada. O ônibus de linha faz o percurso até Silêncio três vezes na semana e a viagem pode durar até 4h30. Fazem parte das adjacências de Silêncio outras comunidades quilombolas e uma comunidade ribeirinha. Não há registro de conflitos.

Silêncio tem 156 famílias ao todo, ocupando 150 casas aproximadamente, distribuídas ao longo de quatro setores (tipos bairros): tubiacanga, centro 1, centro 2 e cabeceira. A comunidade conta com uma igreja evangélica e uma igreja católica, onde é realizada a festividade da padroeira da comunidade, Nossa Senhora da Conceição. Há um agente de saúde, contudo, posto de saúde próximo só nas comunidades do Matá e São José, ambas pertencentes ao território quilombola Área das Cabeceiras. O deslocamento até Óbidos torna-se obrigatório nos casos de enfermidades ou ferimentos mais graves. No período de cheia do rio, o doente

³⁸ Matá, nos sintagmas Silêncio do Matá ou Matá de Cima, faz referência aos quelônios matamatá que viviam no igarapé do matá, próximo a comunidade do Silêncio. É representação simbólica amparada no ponto de vista dos grupos que ressalta aspecto sociocultural importante para os afro-brasileiros da comunidade na designação do topônimo. Conforme Di Domenico (2008), a origem dos termos “matá” e “matamatá” é indígena.

pode ser removido da comunidade em *ambulancha*, embarcação do tipo lancha equipada como uma ambulância, servindo para transporte de pessoas enfermas e feridas, enviada pela secretaria de saúde do município. No período de seca do rio (ou vazante do rio)³⁹, acidentes geográficos inviabilizam a passagem da ambulância até a comunidade.

A escola na comunidade tem mais de 45 anos. Atualmente, a Escola São Benedito oferta ensino infantil, fundamental (1º ao 9º ano), médio (modular) e educação de jovens e adultos (EJA) a alunos oriundos não somente do Silêncio. São 268 alunos matriculados só no fundamental e mais de 300 alunos no ensino médio. Dos professores do fundamental, dois não são quilombolas: um é de Santarém e outro é ribeirinho do Cuipeua. Todos os professores do ensino médio são de outros municípios.

Há um esforço dos comunitários para se resgatar uma das manifestações culturais mais tradicionais do Silêncio que é a folia de São Benedito, enfraquecida devido ao falecimento de integrantes. A principal fonte de renda da comunidade é produção de farinha, cultivo de mandioca e milho e pesca.

3.1.1.1.3 Pacoval de Alenquer

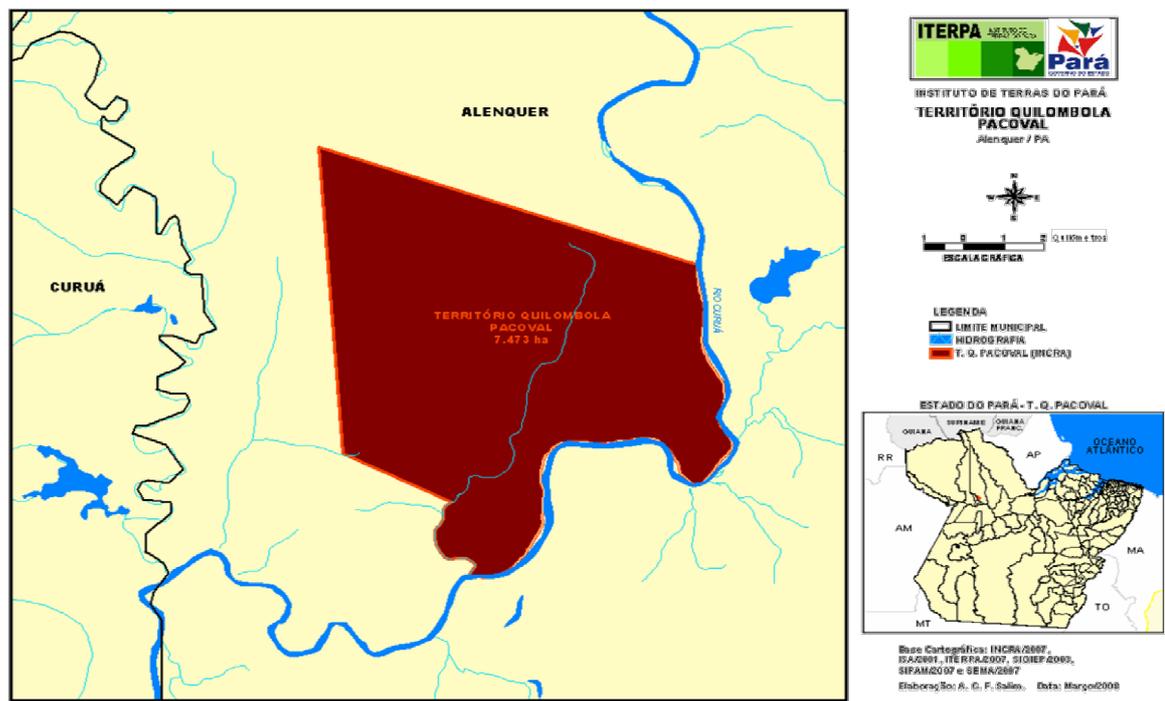
O contexto sócio-histórico de formação da comunidade Pacoval de Alenquer está relacionado aos processos de fuga de negros escravizados nas fazendas de Maria Macambira em Santarém, com itinerário percorrido pelos rios Amazonas, Maicuru, nas proximidades do Igarapé do Inferno, Curuá até o rio Cuminã, onde formaram-se mocambos nos altos desses rios (TEIXEIRA, 1989; FUNES, 1995); a prisões e transferências dos descendentes de mocambeiros dos altos dos rio Curuá e Cuminã-Panema para Belém em 1876, onde foram submetidos à escravidão, após o cárcere no Presídio de São José (FUNES, 1995); ao refúgio encontrado pelos sobreviventes de expedições punitivas e de ataques indígenas, por novos mocambeiros (idem). A origem dos moradores do Pacoval está vinculada aos remanescentes dos negros dos mocambos do Cuminã-Panema e alto Curuá (TEIXEIRA, 1989).

Conforme Ferreira (1986), a designação pacoval vem de pacova do tupi '*pakowa*' e significa folha de enrolar ou relativo à banana. Anteriormente conhecida por pacovi, Pacoval é uma comunidade quilombola localizada numa área de terra firme às margens do rio Curuá, como se pode observar no mapa 03. O tempo de viagem pelo rio até a sede do município dura em torno de seis horas. Se o acesso for pela estrada, a distância até a área urbana é de

³⁹ As expressões “período de cheia do rio” e “período de seca do rio” (ou “vazante do rio”) fazem referência ao regime pluvial, em que as oscilações do volume das águas de um rio são periódicas, não uniformes no decorrer do ano.

aproximadamente 56km. Há serviço de transporte público regular até o rio estreito em frente à comunidade, cuja travessia pode ser feita pelos moradores em embarcações de pequeno porte com capacidade para poucos passageiros, como canoas, ou barca de madeira com cobertura, capaz de transportar também pequenas cargas.

Mapa 03 – Comunidade quilombola Pacoval de Alenquer.



Fonte: Instituto de Terras do Pará (ITERPA) - 2008.

Titulado em 1996, o território quilombola do Pacoval de Alenquer compreende uma área com 7.472 hectares. Em suas imediações, estão a comunidade ribeirinha de Barra Mansa e a comunidade quilombola do Boqueirão, a qual foi constituída por famílias oriundas do Pacoval e está localizada nesse território (*sic*). Conflitos ocorreram com a comunidade Maçaranduba em disputa pela posse de terra.

No Pacoval, houve um período em que se rejeitou muito fortemente a miscigenação (QUEIROZ, 2011, p. 28). A flexibilização ocorreu com o passar do tempo. Atualmente, residem na comunidade filhos de quilombolas com índios, cearenses, maranhenses, italiano. Cerca de 270 famílias ocupam aproximadamente 210 moradias e contam com uma creche, clubes de futebol, uma igreja católica cujo padroeiro é Santo Antônio, uma escola em funcionamento há mais de 45 anos. A Escola Martinho Nunes oferece ensino infantil, fundamental e médio modular, que, ao todo, somam mais de 400 matrículas de alunos do Pacoval e também de

comunidades vizinhas. Há professores naturais da comunidade e também de outras localidades, como Óbidos, Santarém, Curuá. Na comunidade, 10 pessoas possuem curso superior completo e outras 15 ainda não concluíram. Ainda sobre a infraestrutura da comunidade, há um alojamento, um posto de saúde e uma construção para abastecimento de água que não funcionam.

As manifestações culturais da comunidade são a festa do padroeiro em julho, a festa de Santa Luzia em dezembro, a dança pastorinha e a dança marambiré, considerada por Funes (1995) como típica representante da identidade cultural do Pacoval. Essas danças têm natureza religiosa. Iniciado nos primeiros mocambos localizados nos altos dos rios Curuá e Cuminã-Panema (TEIXEIRA, 1989; FUNES, 1995), o marambiré é uma forma de louvor e de agradecimento a São Benedito e Santo Antônio pela sobrevivência após os ex-cativos empreenderem fuga das fazendas de Maria Macambira em Santarém (TEIXEIRA, 1989), pela instalação de mocambo em área favorável à condição de vida (*idem*) e pela colheita do ano (*sic*). Queiroz (2011) informa que a designação ‘marambiré’ tem origem desconhecida, mas enfatiza que há uma hipótese ainda não confirmada sobre esse nome fazer referência a uma mulher responsável pela organização de uma dança na comunidade Pacoval no dia de Santo Antônio; tratava-se de Merandolina, conhecida como Meram, esposa de João Biré, e a dança era de ‘Dona Meram do João Biré’ (*idem*, p. 31). De acordo com Teixeira (1989), o marambiré é uma prática cultural ocorrida também em Óbidos (Silêncio e Flechal) e Santarém (Alter do Chão), no entanto os moradores do Pacoval concebem a dança marambiré nessas outras localidades como uma festa, diferentemente da praticada no Pacoval⁴⁰.

As atividades econômicas da comunidade são cultivo de mandioca, produção de farinha e extrativismo de produtos florestais, como cumaru e açaí. O lazer está na participação em campeonatos e nas praias da comunidade durante o verão.

3.1.1.1.4 Saracura e Tingu em Santarém

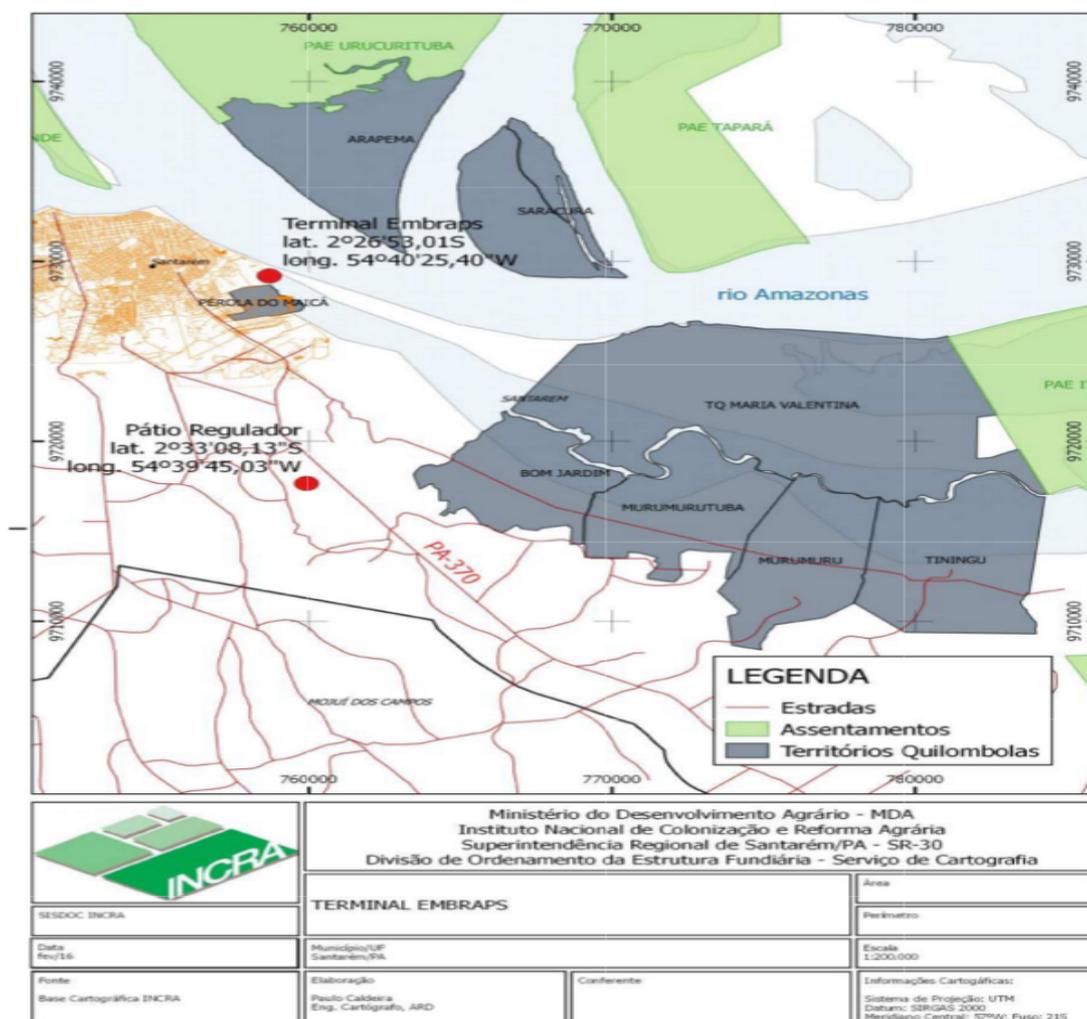
Assim como Arapucu, Silêncio e Pacoval, Saracura e Tingu apresentam habitações de alvenaria e madeira, vias sem revestimento do solo, redes e camas para dormir, infraestruturas públicas como energia elétrica e água encanada.

⁴⁰ Uma descrição da dança marambiré praticada no Pacoval está em Teixeira (1989).

a) *A comunidade Saracura*

Situada entre a comunidade quilombola de Arapemã, o igarapé da praia e Ipixuna, Saracura é uma ilha próxima ao perímetro urbano de Santarém, conforme o mapa 04. A via de acesso é o rio Amazonas e, geralmente, esse percurso é feito em embarcações pequenas, como barco, rabeta, bajara. A viagem pode durar até 1h10.

Mapa 04 - Territórios quilombolas de Santarém.



Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - 2016.

O nome da comunidade faz referência a uma ilustre moradora e seu dom: Sara, a curandeira. Ela encontrou refúgio na ilha que levaria seu nome anos mais tarde, após deslocamentos compulsórios motivados por perseguições aos curandeiros à época. Seu dom ficou conhecido em outras áreas e uma expressão repetida pelas pessoas quando alguém adoecia pode ter favorecido a designação como é hoje: “leva pra Sara que ela cura” (*sic*).

A ilha foi destino de ex-cativos da fazenda Cacoal Grande e do Engenho Taperinha, propriedade do Barão de Santarém, genro de Maria Macambira. De acordo com Funes (2005, p. 01-02), Saracura e Arapemã desempenharam papel importante no contexto de resistência à escravidão, na integração dos quilombos ao mercado local e juntamente com comunidades quilombolas de terra firme localizadas na região do planalto santareno, como Tingu, contribuíram para “reprodução de mocambos maiores que surgiram no alto dos rios Trombetas, Curuá e Erepecuru”. Ainda fazem parte da origem do povo da comunidade de Saracura famílias da comunidade Bom Jardim e de comunidades vizinhas da região do Tapará.

A área total pertencente a comunidade Saracura é de 2.889,96 hectares. Ao todo, são 77 famílias⁴¹, morando em 119 casas, das quais 75% tem placas solares obtidas por meio da Colônia de Pescadores Z-20, uma associação de pescadores (*sic*). A comunidade conta com uma igreja católica e duas escolas. A instituição escolar passou a funcionar na comunidade em 1945. A Escola Bruno de Carvalho é multisseriada e oferece ensino infantil e fundamental até o 5º ano. Já a Escola Livramento é polo e oferece ensino infantil, fundamental e médio. Tem 220 alunos matriculados aproximadamente. O quadro de professores é preferencialmente composto por profissionais oriundos da própria comunidade. Em Saracura, 20 pessoas aproximadamente já possuem curso superior.

A comunidade ainda conta com três clubes de futebol, uma associação, um grupo de mulheres que produzem artesanato, palestra de motivação, reuniões, organizam passeios, produzem iguarias para comercialização e um grupo de jovens. As danças representativas da comunidade são maculelê, desfeiteira, samba de roda, negro no tronco, dança da pretinha. As festas religiosas mantidas em Saracura são as festividades de São Pedro e da padroeira Nossa Senhora do Livramento.

A agricultura e pesca são as principais atividades econômicas desenvolvidas na comunidade, cujos desafios enfrentados estão relacionados à saúde. A comunidade não dispõe de posto de saúde. A falta de regularização fundiária também motivou conflitos com fazendeiros da região (*sic*).

b) *A comunidade Tingu*

Tingu é uma comunidade quilombola constituída no século XIX (FUNES, 2005). Seus primeiros moradores negros foram ex-cativos do Engenho Taperinha, que se estabeleceram

⁴¹ Buscamos informações sobre o total de famílias e a área da comunidade no site da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPP/IR/PR): <http://monitoramento.seppir.gov.br/paineis/pbq/mapas.vm?type=quilombola&id=156>.

próximos ao rio, abaixo da serra do Tiningu por volta de 1840. Índios habitavam a serra. A designação ‘Tiningu’ faz referência ao vegetal utilizado nas pinturas corporais dos indígenas dessa área; Tiningu é ‘tinta que nunca saca’ (*sic*).

Conforme relatos de moradores, a relação entre indígenas e quilombolas era amistosa no Tiningu. Um exemplo de parceria firmada entre eles foi o aviso antecipado de um índio aliado sobre as expedições punitivas enviadas para a destruição dos quilombos no Tiningu e Ituqui em 1844 (FUNES, 1995). Participaram da expedição praças, policiais e índios mundurucus (*idem*, p. 142). Funes (*ibidem*) trata essa questão sócio-histórica em termos de rede de solidariedade, constituída em comunidades do Baixo Amazonas durante o período da escravidão. Um outro aspecto importante revelado pelo autor para a compreensão das relações sociais vivenciadas pelos escravos diz respeito à constituição de famílias a partir da união interétnica ocorrida também entre quilombolas e indígenas.

Funes (2005) menciona que outros vínculos conjugais ocorreram com estrangeiros e cearenses estabelecidos nas proximidades das terras quilombolas, localizadas no planalto santareno (Bom Jardim, Murumuru, Murumurutuba e Tiningu). Dentre os estrangeiros, haviam americanos do sul dos Estados Unidos, ingleses e alemães chegados no Baixo Amazonas em 1867 (*idem*). Os cearenses chegaram depois no final da década de 1870, por ocasião da Grande Seca no Nordeste (*ibidem*).

Nas imediações do Tiningu, estão localizadas comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas. Tiningu é uma das comunidades quilombolas de terra firme mais distantes da sede do município de Santarém (conforme se pode observar no mapa 04). São aproximadamente 45km percorridos por estrada. Durante o inverno, o acesso à comunidade pode ser feito também pelo rio. As famílias que não possuem transporte rodoviário próprio utilizam o ônibus coletivo, o qual faz viagens diárias do Tiningu até o centro comercial de Santarém. Vivem na comunidade em média 90 famílias quilombolas, ocupando cerca de 70 casas, numa área de 350 hectares aproximadamente. Contudo, nem todos os moradores da comunidade são quilombolas.

Tiningu conta com um centro de saúde em que trabalham duas técnicas de enfermagem, enfermeiro e médicos. Como a demanda pela assistência à saúde é alta, o atendimento também é feito a pessoas oriundas de outras comunidades, como quilombolas, indígenas, ribeirinhas. A comunidade Tiningu também conta com o serviço do agente de saúde.

Na comunidade, há uma igreja evangélica, uma igreja católica e um centro comunitário, onde se realiza uma das manifestações culturais tradicionais do Tiningu no mês de outubro, a

dança do tucunaré. Outra festividade importante para a comunidade é a festa do padroeiro São João Batista, ocorrida no mês de junho.

A comunidade dispõe de uma escola de educação infantil e fundamental até o 5º ano. A Escola São João atende às comunidades quilombolas de Tingu e Murumuru, e indígena do Amparador. São aproximadamente 100 alunos matriculados e todos os professores são quilombolas. Cerca de seis pessoas da comunidade possuem curso superior completo.

As principais atividades econômicas estão relacionadas à produção de farinha, cultivo do milho, mamão, maracujá e melancia, e coleta de açaí. Os produtos são comercializados na sede do município. Os conflitos existem com fazendeiros da região e são motivados pela disputa da terra, ainda não regularizada.

3.1.2 Perfil dos entrevistados

Como consideramos o critério pluralidade de entrevistados (RADTKE; THUN, 1996; THUN, 1998), pudemos realizar entrevistas em grupos admitindo a pluralidade simultânea, por um lado, e a pluralidade sucessiva, por outro. No primeiro caso, reunimos pares na mesma entrevista, preferencialmente um homem e uma mulher, com mesmo perfil social. Já, no segundo, entrevistamos pessoas com o mesmo perfil separadamente e aplicamos partes diferentes dos instrumentos de pesquisa. Cada grupo de entrevista coincide com um perfil social dos entrevistados. Importa dizer que contamos com a participação de um a três participantes por entrevista.

Para a composição do perfil dos entrevistados, optamos por atender às dimensões de análises diageracional e diastrática a partir dos parâmetros idade e escolaridade. Com isso, estabelecemos duas faixas etárias para os entrevistados, de modo a contemplar duas gerações, a geração mais velha e a geração mais nova. Em relação à escolaridade, determinamos que os entrevistados poderiam ter o ensino fundamental ou algum contato com letramento.

Quadro 02 - Perfil dos entrevistados.

<i>Parâmetro escolaridade</i>	<i>Parâmetro idade</i>
Não escolarizado - <i>Se</i>	Geração mais velha (acima de 50 anos) - <i>GII</i>
Escolarizado - <i>Ce</i>	Geração mais nova (de 18 a 30 anos) - <i>GI</i>

Fonte: A própria autora.

Para eventuais observações complementares acerca da territorialização linguística, registramos também o parâmetro estada fora da comunidade (dimensão topodinâmica): viveu fora da comunidade (*S*) e nunca morou fora da comunidade (*N*).

Quanto ao número total de grupos de entrevistas, a expectativa inicial era de pelo menos 28, considerando-se quatro grupos por comunidade. No entanto, a ausência de jovens com o perfil selecionado para este estudo comprometeu a realização de entrevistas para a geração mais nova sem escolarização (cf. tabela 01). Não contávamos com o desafio imperativo da correspondência real da célula social na geração jovem sem escolarização nas comunidades quilombolas do Baixo Amazonas. Sabemos que essa é uma dificuldade incontestável a ser enfrentada na pesquisa sociolinguística e dialetológica, como *Atlas Linguístico do Brasil* (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB, 2001), Razky (2003, 2004) e Cardoso (2010). A dificuldade não foi menor nas comunidades quilombolas investigadas e, nesse caso, pode ser que ações políticas e sociais, como o “Programa Brasil Alfabetizado”⁴² tenha exercido importante papel.

Um outro problema também não solucionado no trabalho de campo diz respeito às lacunas do grupo GICe e GISe (homem na comunidade quilombola Arapucu), expostas na tabela 01, as quais se devem à não localização ou não adesão de pessoas com o perfil selecionado para este estudo e, conseqüentemente, a forçosa redução de entrevistas. A rotina de trabalho intensa e a saída de jovens para as áreas urbanas em busca de oportunidades na vida profissional dificultou a composição da amostra.

Em suma, produzimos 19 entrevistas⁴³ todas elas intermediadas por alguma liderança da comunidade ou da associação. Desse total, 14 entrevistas foram realizadas com a geração mais velha (sete da GIICe e sete da GISe), apenas quatro entrevistas foram realizadas com a geração mais nova escolarizada (GICe de Abuí, de Água Fria, de Pacoval e de Saracura) e uma entrevista foi realizada com uma jovem sem escolarização (GISe de Abuí), como se pode ver na tabela 01.

⁴² As informações sobre o Programa Brasil Alfabetizado estão disponíveis nesta página do Governo Federal: <http://portal.mec.gov.br/programa-brasil-alfabetizado>.

⁴³ Além das dificuldades mencionadas na composição da amostra, é oportuno dizer também que este estudo foi financiado com recursos próprios e que uma das conseqüências disso foi a inviabilidade de regresso às comunidades quilombolas para completar a coleta de dados em campo.

Tabela 01 - Número de entrevistados por geração.

Contexto de Pesquisa	Entrevistados por geração								Total
	GIICe		GISe		GICe		GISE		
	H	M	H	M	H	M	H	M	
Abuí	01	01	01	01	01	01	-	01	07
Água Fria	01	01	02	01	-	01	-	-	06
Arapucu	01	01	-	02	-	-	-	-	04
Silêncio	01	01	01	02	-	-	-	-	05
Pacoval	01	03	01	01	01	02	-	-	09
Saracura	01	01	01	01	01	01	-	-	06
Tiningu	01	01	01	03	-	-	-	-	06
Total	16		18		08		01		43

Fonte: A própria autora.

Em virtude da desproporção da amostra, limitaremos-nos apenas à apresentação dos resultados alcançados para ambas as gerações nas dimensões de análise diageracional e diastrática, sem refinamento comparativa, priorizando-se, em alguns momentos, uma análise mais qualitativa.

3.1.3 *Corpus*

A amostra exibe características gerais comuns a qualquer pesquisa não reducionista, que priorize dados empíricos e diversidade sociocultural, como a Dialectologia Pluridimensional.

Inspiradas em Heylen, Tummers e Geeraerts (2008), o *corpus*:

- a) É oral e resulta da língua em uso (*'complexity in spontaneous usage'*). As entrevistas em pares, o tempo empregado na aplicação dos questionários, as próprias perguntas e o modo de condução das entrevistas contribuíram para autenticidade dos participantes em muitos momentos, nos quais foram empregadas formas mais familiares, sobretudo, naquelas situações em que houve interação entre os entrevistados e transeuntes;
- b) Prevê amostra representativa e diversificada, o que favorecerá a variação e territorialização linguística (*'socio-cultural diversity'*).

3.1.4 Coleta de dados

Nosso contato com os entrevistados foi intermediado por algum líder ou pessoa de grande importância nas comunidades ou em associações. Antes disso, tivemos de construir uma rede de contatos ampla com organizações até nossa ida a campo.

Partimos de organizações representativas das comunidades nos municípios: Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná – ARQMO, Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Óbidos – ARQMOB, e Federação das Organizações Quilombolas de Santarém – FOQS. Posteriormente, contatamos com organizações locais: Associação Comunitária de Negros do Quilombo Pacoval de Alenquer – ACONQUIPAL, Associação dos Remanescentes de Quilombos da Comunidade Arapucu – ARQUICA, Associação das Comunidades Remanescentes de Negros da Área das Cabeceiras - ACORNECAB, Associação Mãe Domingas (Abuí/Alto Trombetas I), Associação dos Remanescentes de Quilombos da Comunidade Água Fria – ARQAF, Associação Comunitária de Remanescentes de Quilombo de Saracura – ACREQSARA, e Associação dos Remanescentes de Quilombos de Tiningu – ARQTININGU (cf. síntese das informações dessas entidades coletivas no Apêndice A).

Em todas as associações tivemos a oportunidade de fazer uma apresentação de nosso trabalho e entregar um documento com informações gerais da pesquisa para dar ciência da colaboração solicitada, das tarefas a serem realizadas pela pesquisadora, da mobilização de algumas pessoas com perfis específicos, as quais deveriam engajar-se voluntariamente, da finalidade dos dados. Após os representantes de associações ou de comunidades manifestarem interesse, assumimos o compromisso social de retornar às comunidades o resultado dessa pesquisa com a expectativa de ser uma contribuição ao patrimônio cultural dos grupos de afro-brasileiros do Baixo Amazonas.

Realizamos o trabalho de campo com vistas à coleta de dados linguísticos e sociais, que previu a aplicação dos instrumentos de coleta, parâmetro importante na análise pluridimensional de nossa pesquisa, e da técnica de entrevista em “*Três tempos*” de Harald Thun (cf. item 3.1.4.3 desta Seção).

Os dados coletados são provenientes de entrevistas com questionários e de conversas com temas semidirigidos. É oportuno lembrar que tanto o questionário quanto a conversa são capazes de revelar percepção subjetiva e visão de mundo dos entrevistados (MORENO-FERNANDÉZ, 2017, p. 154), o que beneficiará a análise geolinguística.

Em geral, a coleta completa dos dados durava aproximadamente 3 a 4 horas⁴⁴. Começávamos, preferencialmente, pelos questionários. Conforme previsto, realizamos o trabalho de campo em dois semestres do ano de 2016.

⁴⁴ Cientes de que este é um tempo significativo para a realização de tarefas cotidianas nas comunidades, agradecemos a oportunidade excepcional e a atenção que nos foram concedidas.

3.1.4.1 Os questionários

Com o intuito de coletar informações socioculturais e linguísticas, aplicamos questionários relativos à comunidade, aos entrevistados e à língua.

a) O questionário relativo à comunidade (QRCO)

Aplicamos as questões relativas à comunidade, especificamente aos representantes de associações dos remanescentes dos quilombos (*RARQ*) e representantes de escolas das comunidades (*RESC*) para uma melhor caracterização do contexto de pesquisa. Formulamos as 26 perguntas do questionário relativo à comunidade (QRCO) inspiradas nos questionários de Souza (2015) para as comunidades afro-brasileiras do Rio Grande do Sul e do Projeto Atlas Linguístico do Brasil - Projeto ALiB (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB, 2001) para os pontos de investigação. Em geral, as questões do QRCO dizem respeito à história do lugar, aos habitantes da comunidade, ao acesso, à infraestrutura, às expressões culturais, ao território, à escolarização, às atividades econômicas, aos problemas enfrentados nas comunidades.

b) O questionário relativo aos entrevistados (QREN)

O questionário relativo aos entrevistados apresenta 31 perguntas, formuladas a partir da *ficha do informante* do Projeto ALiB (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB, 2001) com algumas adaptações. Os entrevistados responderam questões relacionadas a aspectos sociais, incluindo a topodinâmica e hábitos culturais. Consideramos conveniente acrescentar perguntas de natureza autoavaliativa para registrar o julgamento subjetivo do entrevistado sobre a condição de si próprio, seu modo de vida na comunidade e alguma experiência em relação ao tratamento recebido por pessoas de fora.

c) O questionário relativo à língua (QRLI)

Para a coleta de dados linguísticos, nossa intenção era compor uma amostra diversificada, em que pudessemos cotejar o emprego dos itens léxicos em diferentes situações e, conseqüentemente, vislumbrar diferentes representações simbólicas que expressassem a territorialidade linguística. Considerando que nossos dados são orais, uma maneira de alcançar tal objetivo foi redimensionar a procedência dos dados linguísticos a partir da natureza do questionário. Optamos em não partir unicamente da aplicação de questões de natureza

estritamente semântico-lexical, ainda que a nossa pesquisa tenha por objetivo o registro do léxico.

O questionário relativo à língua (QRLI) compreende partes dos questionários elaborado pelo Projeto ALiB (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB, 2001). Consideramos o instrumento de pesquisa desse projeto dada a importância científica e o rigoroso trabalho dialetal que o grupo de dialetólogos do ALiB realiza no Brasil. Ao adotar essa ferramenta, torna-se viável eventuais comparações entre os resultados desse projeto de âmbito nacional e o que produzimos nesta pesquisa.

Do questionário do ALiB, lançamos mão das questões de natureza fonético-fonológica (QFF) e semântico-lexical (QSL). O QFF é constituído de 159 perguntas e o QSL apresenta 202, distribuídas em 14 campos semânticos, quais sejam: acidentes geográficos, fenômenos atmosféricos, astros e tempo, atividades agropastoris, fauna, corpo humano, ciclos da vida, convívio e comportamento social, religião e crenças, jogos e diversões infantis, habitação, alimentação e cozinha, vestuário e acessórios, e vida urbana.

Além dessas questões de natureza semântico-lexical, decidimos incluir novos itens léxicos e campos semânticos ao QSL de modo a contemplar especialmente empréstimos lexicais de línguas africanas, conforme Bonvini (2009), consagrados pela literatura linguística como africanismos léxicos, vocábulos com supostas marcas de origem africana. Ao todo, incluímos mais 106 questões entre as áreas semânticas já referidas e mais sete campos novos: flora, vida rural, meios de transporte, doenças, ferramentas e instrumentos, manifestações culturais, e provérbios, ditados populares e expressões. Esse conjunto de novas questões e campos fazem parte do que chamamos de QSL-Adapt.

Para inclusão dos itens léxicos e campos semânticos ao QSL, priorizamos os trabalhos de Azevedo (2002), Salles (2003), Azevedo (2013) e Dias (2017) pela importante contribuição ao acervo linguístico da região. Estes dois últimos são trabalhos acadêmicos em que se registrou o léxico a partir de metodologia geolinguística: Azevedo (2013) preocupou-se com o léxico presente em comunidades ribeirinhas e vila de Juruti no Baixo Amazonas, além de comunidades localizadas no Médio Amazonas; Dias (2017), por sua vez, dedicou-se ao léxico de comunidades de quilombolas no Nordeste do Pará. Os dois primeiros são estudos empenhados em reaver a importância do grupo de afro-brasileiros para a história e diversidade cultural da região.

O *Puxirum: memória dos negros do oeste paraense* de Azevedo (2002), familiarmente chamado de ‘relatório de viagem’ pela autora, é uma obra importante pela mobilização e

esforços empregados tanto no registro de relatos orais de afro-brasileiros mais idosos do oeste do Pará sobre histórias vivenciadas e até então desconhecidas, quanto na publicação desse trabalho que fora iniciado em 1987. O *Vocabulário crioulo: contribuição do negro ao falar regional amazônico* de Salles (2003) é mais uma contribuição importante do autor para a região. Como o próprio autor menciona, esse trabalho resulta de uma reflexão sobre textos escritos coletados na Amazônia em que evidencia léxico associado aos afro-brasileiros da região e aspectos da cultura amazônica.

3.1.4.2 A conversa (CON)

Para o cotejo dos itens léxicos, contamos também com a conversa, orientada por temas, por produzir dados de natureza diferente do questionário relativo à língua. Compreendemos a conversa como uma estratégia de coleta para composição da amostra, conforme o método de entrevista sociolinguística de Labov (2008), em que se objetiva alcançar o vernáculo, mínimo de atenção prestado à fala, neutralizando os efeitos do *paradoxo do observador*. O papel exercido pelos líderes ou representantes de associações ou comunidades na intermediação dos contatos com os entrevistados foi significativo para abrandar o impacto de nossa presença antes da coleta dos dados.

Partimos de Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009, p. 160) para a seleção dos temas da conversa, que, em geral, favorecem o registro da história e da cultura das comunidades investigadas e, por esse motivo, contemplam: a história da comunidade, experiências pessoais e familiares, festas e divertimentos locais, culinária, rezas e simpatias, narrativas populares, experiência de vida fora da comunidade, atividade profissional, ocupação do tempo livre.

Um dos temas mais produtivos entre os entrevistados diz respeito à experiência pessoal e familiar, como o convívio com os pais e avós, infância, brincadeiras, a vida na comunidade, diferentemente dos assuntos mais antigos sobre a comunidade que resultou em alguns relatos sobre a vida na comunidade antigamente, os costumes antigos. Parece que “muita coisa já se perdeu”, como bem lembrou e lamentou Azevedo (2002). Julgamos que isso pode estar relacionado a um silenciamento obrigatório da experiência social influenciado por inúmeras variáveis sociais, políticas, econômicas, ideológicas (LUCCHESI, 2015). Por constituir uma subtração de experiência social ao longo do tempo, esse silenciamento pode corresponder à discussão que faz Santos (2002, p. 242) sobre *sociologia das ausências*, que consiste em “fragmentos da experiência social [partes da ecologia dos saberes] não socializados pela totalidade metonímica”.

3.1.4.3 A técnica de entrevista em “Três tempos”

A técnica em “Três tempos”⁴⁵ de Harald Thun consiste numa orientação metodológica inovadora para a coleta dos dados em campo por visar não apenas respostas espontâneas, como convencionou a tradição dialetológica, mas também pelas três etapas definidas para registro de dados: perguntar, insistir e sugerir.

Nesta pesquisa, respostas espontâneas foram obtidas tanto na primeira quanto na segunda etapa. Ao insistirmos com a pergunta, pudemos registrar também variantes coexistentes àquelas da primeira etapa. Para a sugestão (ou *sugerência*), tivemos que elaborar uma lista com variantes antes de ir a campo coletar dados. Essa última etapa acionou na memória dos entrevistados formas de uso, seguidas de comentários metalinguísticos com percepções acerca de tais usos.

Assim como Thun (2010a), compreendemos que esse procedimento da Dialetologia Pluridimensional é significativamente produtivo por permitir acesso ao uso linguístico espontâneo do entrevistado, ao uso passivo e às prováveis informações metalinguísticas, proporcionando percepções subjetivas e representatividade do *corpus*. Além disso, depreendemos também que a técnica em três tempos pode de certa forma estimular a segurança/confiança do entrevistado sobre o que se fala, diferentemente dos procedimentos dialetológicos tradicionais em que a sensação de insegurança pode manifestar-se com mais frequência devido à tensão para a obtenção de resposta espontânea e às hesitações dos entrevistados diante de incertezas ou ausências de respostas consideradas plausíveis.

3.1.5 Armazenamento, organização e tratamento dos dados

Utilizamos equipamento digital profissional para registro dos áudios (Sony IC *recorder* ICD-PX312F, em formatos WAVE e MP3) com vistas a garantir qualidade de som. Ainda assim, alguns trechos dos áudios apresentam ruídos, como barulho de chuva, do vento, de animais, de pessoas, devido ao modo de condução das entrevistas e ao ambiente de coleta terem sido preferencialmente informais.

⁴⁵ A técnica em “Três tempos” de Harald Thun foi aplicada no levantamento de dados para composição de atlas: o *Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay (ADDU)*, do *Atlas lingüístico Guaraní-Románico (ALGR)* e do *Atlas Lingüístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata (ALMA)*. O ALMA conta com a coordenação de Cléo Wilson Altenhofen da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/Brasil) e de Harald Thun da Christian-Albrechts-Universität (Kiel/Alemanha). Mais informações sobre esses atlas e a técnica em três tempos estão disponíveis em: <http://www.ufrgs.br/projalma/oqueeh/atlas.html>.

Em campo, os dados foram armazenados no cartão de memória do gravador digital, mas, posteriormente, transferidos para outras mídias digitais (*HD* externo e computador) por questão de segurança. Nessas mídias, etiquetamos e organizamos os dados, de acordo com o Projeto ALMA, a exemplo de Figueiredo (2014). Abaixo, segue uma síntese da etiquetagem utilizada na organização da amostra da tese.

Quadro 03 - Etiquetagem da amostra.

Contexto de pesquisa	<i>ORXAB</i> – comunidade quilombola <i>Abuí</i> em Oriximiná <i>ORXAF</i> – comunidade quilombola <i>Água Fria</i> em Oriximiná <i>OBDARA</i> – comunidade quilombola <i>Arapucu</i> em Óbidos <i>OBDSIL</i> – comunidade quilombola <i>Silêncio</i> em Óbidos <i>ALQPAC</i> – comunidade quilombola <i>Pacoval de Alenquer</i> <i>STMSAR</i> – comunidade quilombola <i>Saracura</i> em Santarém <i>STMTIN</i> – comunidade quilombola <i>Tiningu</i> em Santarém
Entrevistados	<i>GIICe</i> – grupo de entrevistados mais velhos (acima de 50 anos), escolarizado. <i>GIISe</i> – grupo de entrevistados mais velhos (acima de 50 anos), não escolarizado. <i>GICe</i> – grupo de entrevistados mais novos (de 18 a 30 anos), escolarizado. <i>GISe</i> – grupo de entrevistados mais novos (de 18 a 30 anos), não escolarizado. <i>RARQ</i> – representante de associação <i>RESQ</i> – representante de escola
Questionários	<i>QRCO</i> – questionário relativo às comunidades <i>QREN</i> – questionário relativo aos entrevistados <i>QRLI</i> – questionário relativo à língua
Cotejo linguístico	<i>QFF</i> – questionário fonético-fonológico <i>QSL</i> – questionário semântico-lexical <i>CON</i> - conversa

Fonte: Adaptado de Figueiredo (2014).

Após o armazenamento e organização dos dados, passamos às transcrições fonética e ortográfica do *corpus* considerando os procedimentos do Projeto ALiB para o QFF e QSL e do *Projeto Vertentes* (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009)⁴⁶ para a conversa. Ambos, tornam possível uma aproximação com particularidades empregadas na fala, tanto no nível fônico, quanto morfossintático.

3.2 Procedimentos de análise

Após a transcrição dos dados, passamos à identificação das ocorrências e análises multivariadas sob escopo da Dialetologia Pluridimensional. É conveniente lembrar que as decisões metodológicas desta pesquisa implicam em uso linguístico, interação comunicativa, léxico, compreensão, análises multivariadas e dinâmicas de movimento no espaço linguístico

⁴⁶ As orientações para transcrição de dados do Projeto Vertentes estão disponíveis neste endereço eletrônico: http://www.vertentes.ufba.br/images/paginas/projeto/chave_de_transcricao.pdf.

pluridimensional. Esses aspectos permitem a constatação da variação lexical que leva à territorialização, interesse desta tese.

Para análise dos itens léxicos, consideramos tendências do uso linguístico nas comunidades quilombolas e abrangência desse uso no espaço pluridimensional mais amplo para, a partir do tratamento da variação, delimitar territorialidades e buscar estratégias de territorialização linguística.

Combinamos aspectos empíricos (relacionados às marcas deixadas pelo uso - vitalidade e estabilidade - e pela apropriação dos itens - neutralização, perda e resistência), espaciais (relacionados a arealizações e movimentos) e formais (relacionados a marcas linguísticas na origem vocábulo – africanismos ou indigenismos) para a delimitação dos itens léxicos considerados simbolicamente representativos ou com potencial de referência simbólica da territorialidade nas dinâmicas de territorialização linguística.

Nossa intenção é investigar a variação lexical com efeitos na territorialização linguística de modo a vislumbrar o engajamento dos grupos de afro-brasileiros em diferentes comunidades a partir do léxico adotado na construção e organização da vida cotidiana.

Partiremos de macroanálise pluridimensional da variação lexical presente nas comunidades quilombolas, seguida de contrastes com os dados do entorno, visando ao alcance de variantes léxicas suspeitas de manifestar referência simbólica da territorialidade em espaço pluridimensional mais amplo, e de aspectos designativos e conceituais para, posteriormente, descrevermos estratégias de territorialização das variantes. Naturalmente, a variação linguística constitui ponto de partida para o estudo da territorialização linguística das comunidades quilombolas, cuja cartografia inclui preferencialmente itens léxicos simbolicamente representativos (p. ex., *quilombo*, *mocambo*, *diamba*) ou considerados suspeitos de manifestar simbolicamente a territorialidade na territorialização linguística (p. ex., *barco em terra*, *virou homem*, *curumim*).

Nesta pesquisa, o espaço pluridimensional compreende sete dimensões de análises apresentadas no quadro 04, de acordo com o Projeto ALMA, a exemplo de Figueiredo (2014) e Souza (2015). Concentraremos atenção nas dimensões diatópica, diastrática, diageracional e diafásica para definição do comportamento linguístico em relação aos itens léxicos empregados nas diferentes comunidades quilombolas do Baixo Amazonas.

Quadro 04 - Dimensões de análise da tese.

Dimensões de análise	Parâmetros	Amostra
Diatópica / Topostático	Diferentes territórios quilombolas no mesmo município	Abuí (ORXAB), Água Fria (ORXAF), Arapucu (OBDARA), Silêncio (OBDSIL), Pacoval (ALQPAC), Saracura (STMSAR) e Tingu (STMTIN).
Diatópico-cinética / Topodinâmica	Estada fora da comunidade	(S) - viveu fora da comunidade (N) - nunca morou fora da comunidade
Diastrático	Escolaridade	Se, Ce
Diageracional	Idade	GIICe, GISe, GICe, GISE
Diassexual	Sexo	Homem e mulher
Diafásico	Instrumento de coleta	Respostas ao QRLI e a CON
Diarreferencial	Formas de uso da língua	Fala objetiva e fala metalinguística

Fonte: Adaptado de Projeto ALMA, Figueiredo (2014) e Souza (2015).

Considerando a dimensão diatópica, identificaremos o significado social atribuído aos territórios quilombolas a partir das características sociais da territorialização (cf. item 6.2 da Seção 6) e descreveremos os itens léxicos considerando os grupos de afro-brasileiros com moradia fixa nas comunidades (topostáticos). O cotejo entre esses itens e as variedades do português do entorno será feita a partir dos dados do ALiB (CARDOSO *et al.*, 2014), do *Atlas Léxico Sonoro do Pará - ALeSPA*⁴⁷, de Azevedo (2013) e de Vieira (1983). Além disso, para o cotejo entre ocorrências léxicas presentes em comunidades quilombolas, adotaremos os dados de Dias (2017), Souza (2015) e Barbosa (2013). Ressaltamos que a dimensão topodinâmica não será analisada de forma seletiva.

Nas dimensões diageracional e diastrática, descreveremos a variação com foco nas diferenças entre gerações e na diferença entre escolaridades de forma a flagrar tendências convergentes ou divergentes de territorialidades. O parâmetro estada fora da comunidade e a dimensão diarreferencial serão analisados de forma mais seletiva de modo a sustentar observações complementares acerca da territorialização linguística.

Na dimensão diafásica, o contraste se dá entre dois estágios com diferentes graus de espontaneidade devido, conforme Radtke e Thun (1996), à regulação do comportamento linguístico por meio do instrumento (mais ou menos monitorado) e o grau de atenção do

⁴⁷ O *Atlas Léxico Sonoro do Pará (ALeSPA)* é um subprojeto de pesquisa em andamento com banco de dados já constituído, que visa descrever a variação lexical no contexto paraense. Como parte integrante do projeto *Atlas Geossociolinguístico do Pará (ALiPA)*, o ALeSPA é uma continuação dos estudos sobre o português regional, iniciado em 1996, na Universidade Federal do Pará pela mesma equipe, coordenada por Abdelhak Razky, a qual publicou o *Atlas Linguístico Sonoro do Estado do Pará (ALiSPA)*, um trabalho geolinguístico pioneiro no cenário brasileiro. É oportuno dizer que esta tese é produto acadêmico desenvolvido no âmbito deste grupo de pesquisa.

entrevistado, concentração da consciência. Ambos estão relacionados aos fatores estilísticos da variação social e implicam na questão subjetiva e ideológica da língua, mais nítida quando não se está abaixo do nível de consciência (SEVERO, 2009, LUCCHESI, 2015).

As respostas dadas aos questionários tendem a apresentar maior grau de atenção dos entrevistados, em detrimento da conversa cujos temas podem envolver afetivamente o entrevistado a tal ponto de permitir uma aproximação ao vernáculo. Ainda assim, em campo, ao flagramos a interação momentânea de entrevistados com transeuntes, percebemos que o método de entrevista não perde completamente o caráter formal para os entrevistados. Contudo, julgamos que os efeitos do paradoxo do observador foram minimizados ao longo da coleta, em que o ritmo informal, descontraído, o tempo e a técnica de entrevista empregados, e as entrevistas em pares exerceram papel fundamental.

3.3 Cartografia

A apresentação cartográfica de nossos dados tem por base o minimalismo, princípio de visualização cartográfica da Dialetoologia Pluridimensional (THUN, 2010a). Adotamos cartas com pontos simbólicos, cujos símbolos são preferencialmente simples, em formato reduzido e em cores preto e branco. Buscamos tais recursos na fonte *Kiel símbolos*⁴⁸, especialmente desenvolvida pelo Projeto ALMA para cartografia linguística.

Desse modo, o símbolo de representação das variantes em nossas cartas também é o círculo, cujo preenchimento dos quadrantes e a posição ocupada por cada quadrante preenchido agregam informações quantitativas e qualitativas, contribuindo para leitura e interpretação cartográfica das cartas linguísticas (cf. Thun, 2010a, p. 519-521). Contudo, importa dizer que recorreremos a outras cores nos gráficos de algumas cartas de formas coocorrentes.

Ainda de acordo com os princípios de visualização cartográfica (idem), organizamos os entrevistados em quatro grupos padrão e dispomos cada grupo em compartimentos separado pelas divisórias da cruz, conforme a figura 07. Os grupos posicionados à esquerda da cruz fazem referência à geração mais velha (GII) e aqueles posicionados à direita fazem referência à geração mais nova (GI). Acima da cruz, estão os grupos escolarizados (Ce) e, abaixo dela, os grupos sem escolarização (Se).

⁴⁸ Agradecemos ao Projeto ALMA e em especial ao Prof. Dr. Marcelo Krug por compartilhar essa fonte conosco.

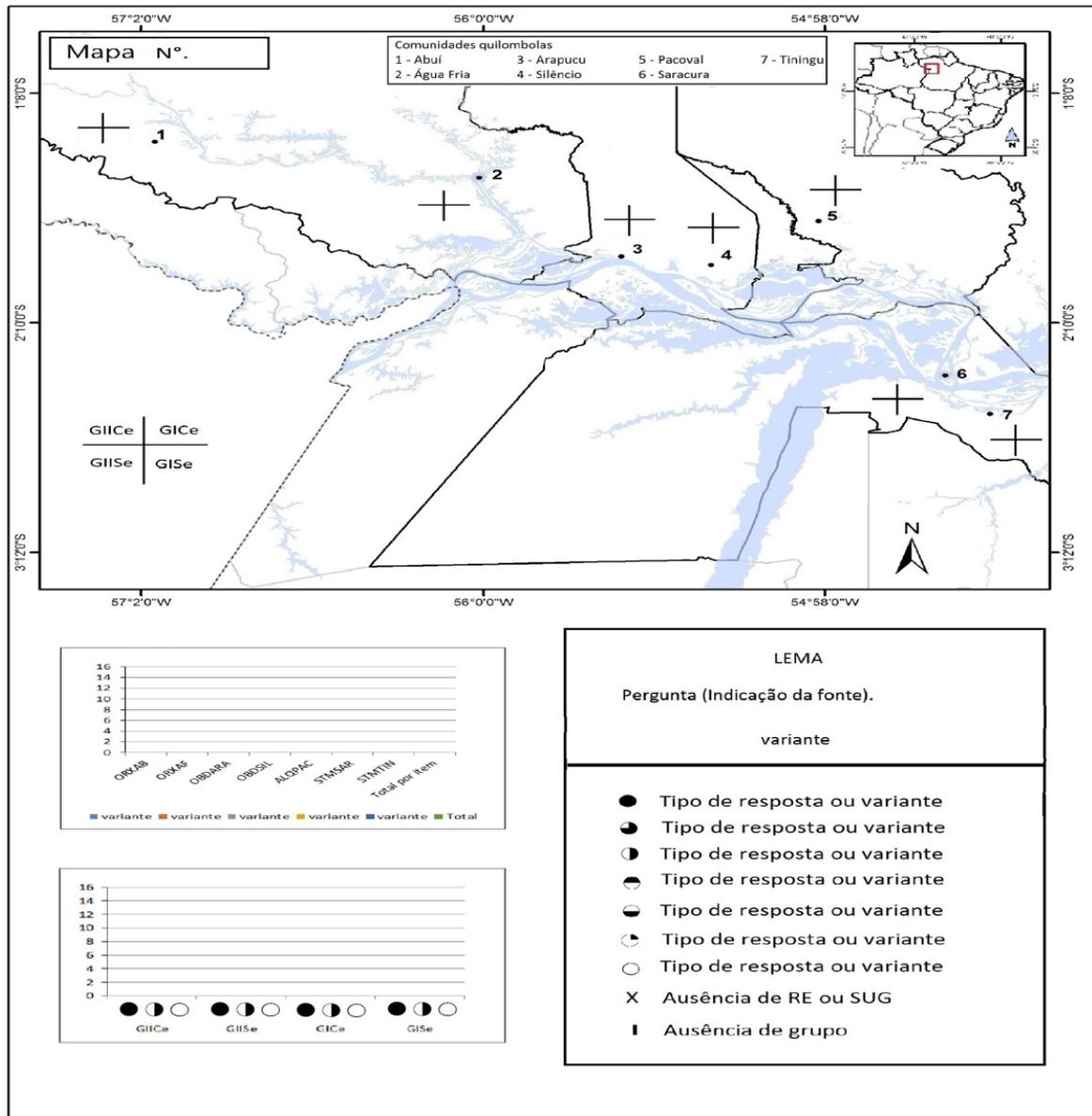
Figura 07: Grupos padrão.

GIICe	GICe
GISe	GISE

Fonte: Adaptado de Thun (2010a).

De modo geral, produzimos mapas pluridimensionais fenotípicos e quantitativos, em que procuramos destacar a variação a partir da espacialidade, da socialidade (quando da desrealização por grupo) e da temporalidade (especificamente relacionada ao eixo mesocronológico nesta tese). Iniciamos as séries temáticas com cartas que revelam o total de formas usadas por grupo, seguimos com cartas que comparam variantes ocorridas e sua distribuição no espaço, destacando contrastes entre: primeiramente, tipos de resposta (RE ou SUG), depois tipos de sugestão (SUG Aceita ou SUG Refutada) e, por fim, estilos (resposta ao questionário – REQUEST – ou conversa – CON). Os gráficos posicionados à esquerda da legenda ressaltam as diferenças marcadas nas dimensões analíticas do espaço por zona ou por grupo.

Figura 08 – Carta base.



Fonte: Piera Amora (2019) com base em IBGE – 2017 / INCRA 2018.

4 VARIACÃO LEXICAL NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO BAIXO AMAZONAS

Para obtermos uma visão macrolinguística e compreendermos as dinâmicas de territorialização linguística no espaço pluridimensional, começaremos esta seção com uma apresentação geral das ocorrências léxicas identificadas no *corpus* desta tese, considerando mais detidamente quatro dimensões de análise, a saber: diatópica, diageracional, diastrática e diafásica, apontando particularidades dos contextos de pesquisa advindas de diferentes condicionamentos geolinguísticos. Em seguida, veremos que relações horizontais no espaço pluridimensional estão na base de padrões de variação léxica e, a partir disso, procuraremos explicar o papel da variação na construção de territorialidades.

Para esta descrição, contamos com dados obtidos por meio do QFF, QSL e CON. Selecionamos quatro questões do primeiro questionário (QFF 24, 32, 127 e 154), 128 questões do segundo questionário e mais 22 do QSL-Adapt. As questões semântico-lexicais recobrem 14 dos 21 campos semânticos (cf. item 3.1.4.1 da Seção 3).

Descreveremos o léxico considerando as 481 variantes provenientes de respostas espontâneas (RE) e as 38 variantes advindas de sugestões (SUG), acrescidas de 39 itens e expressões oriundos da conversa, perfazendo um total de 558 variantes analisadas nos dados desta tese. Conduziremos a discussão dos dados para uma visão de tendências gerais e particulares do uso linguístico lexical. É oportuno lembrar que tratamos dos sete contextos de pesquisa investigados nesta tese, a saber: Abuí (ORXAB), Água Fria (ORXAF), Arapucu (OBDARA), Silêncio (OBDSIL), Pacoval de Alenquer (ALQPAC), Saracura (STMSAR) e Tiningu (STMTIN).

Julgamos mais conveniente organizar as denominações registradas nos dados desta tese conforme dois tipos de ocorrências: *ocorrências com tendência de uso monoléxico* (OTUM) e *ocorrências com tendência de uso poliléxico* (OTUP), expressões adaptadas de Geeraerts *et al.* (1994). Consideramos ocorrências com tendência de uso monoléxico as respostas espontâneas com apenas uma variante linguística no total de cada questão, quer dizer, sem ocorrência conjunta com outros prováveis usos linguísticos, e entendemos ocorrências com tendência de uso poliléxico as respostas espontâneas com ocorrências conjuntas de duas ou mais variantes linguísticas.

Este capítulo está organizado de modo a promover uma visão geral dos usos linguísticos lexicais, convergências e divergências, bem como suas contribuições para a construção e consolidação de identidades coletivas.

4.1 Tendências gerais e particulares do uso linguístico lexical nas comunidades quilombolas

Partimos em busca de resposta à primeira pergunta de pesquisa “em que medida a variação lexical contribui para a territorialização e territorialidades linguísticas?” a partir de tendências gerais e particulares da variação nos espaços pluridimensionais, as quais definimos assim:

- a) Tendências gerais: convergências denominativas nos espaços alcançadas a partir das frequências dos itens léxicos e de similaridades nas arealizações; e
- b) Tendências particulares: diversidade denominativa nos espaços, alcançadas a partir das frequências dos itens léxicos e de dissimilações nas arealizações.

Tais tendências resultam da avaliação das ocorrências linguísticas nas dimensões de análise e, por esse motivo, não devem ser confundidas com os tipos de ocorrências (OTUM e OTUP), mencionados anteriormente. É oportuno dizer que a resposta a essa pergunta de pesquisa será conhecida a seguir (nos itens 4.1 e 4.2 desta Seção).

A organização desta seção prevê apresentação do espaço linguístico investigado a partir da frequência das ocorrências e de arealidades convergentes e divergentes das variantes léxicas. Partiremos da dimensão diatópica para dar uma visão geral das ocorrências léxicas presentes nos contextos de pesquisa a partir de arealizações simples (cf. item 4.1.1), em seguida versaremos sobre as dimensões diageracional e diastrática com vistas a arealizações simultâneas das variáveis extralinguísticas com as variantes léxicas e finalizaremos com a dimensão diafásica para destacar o alcance de algumas variantes léxicas em dois diferentes estilos.

4.1.1 Dimensão diatópica

Nesta subseção, consideramos conveniente estruturar a apresentação do resultado desta dimensão em tópicos, conforme o tipo de resposta. É o que passaremos a discutir.

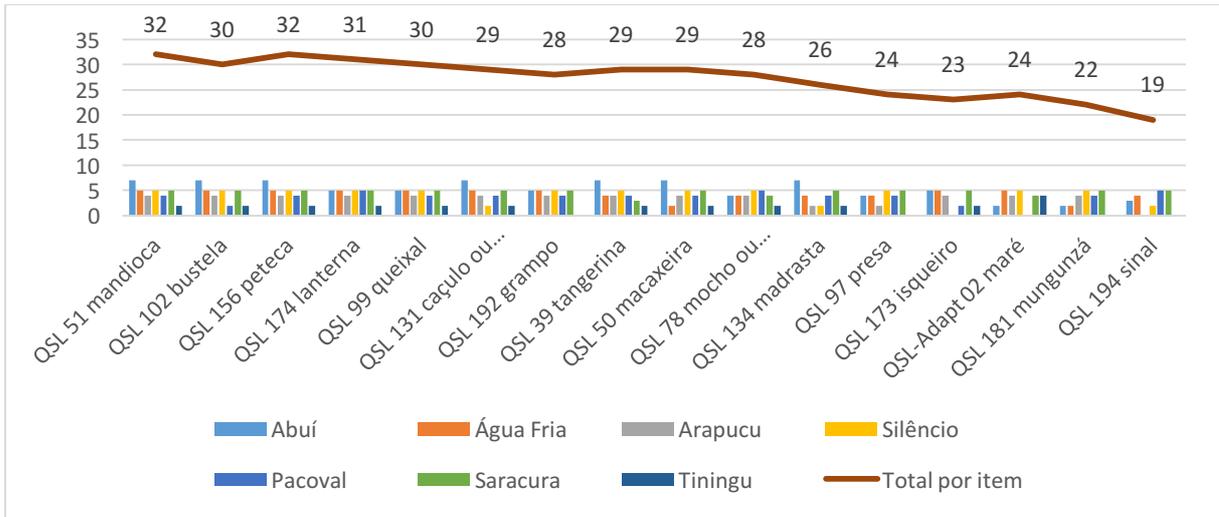
4.1.1.1 Respostas espontâneas

No total de ocorrências com tendência de uso monoléxico (OTUM), apenas *ponte* (QSL 02, lema pinguela), *beija-flor* (QSL 65, lemas colibri/beija-flor), *chifre* (QSL 77, lema chifre), *solução* (QSL 103, lema solução), *gêmeos* (QSL 125, lema gêmeos) e *balador* (QSL 157, lemas estilingue/setra/bodoque) constituem variantes com 100% de respostas espontâneas manifestadas por todos os entrevistados das sete comunidades.

Outras respostas espontâneas empregadas como OTUM, mas não ocorridas na fala de todos os entrevistados, são: *tangerina* com 88% (QSL 39, lemas tangerina/mexerica), *macaxeira* com 88% (QSL 50, lemas mandioca/aipim), *mandioca* com 94% (QSL 51, lema mandioca), *mocho* ou *mocha* 85% (QSL 78, lema boi sem chifre), *presa* com 77% (QSL 97, lemas dentes caninos/presas), *queixal* com 91% (QSL 99, lemas dentes molares/dente queiro), *bustela* com 91% (QSL 102, lemas meleca/tatu), *caçulo* ou *caçula* 91% (QSL 131, lemas filho mais moço/caçula), *madrasta* com 84% (QSL 134, lema madrasta), *peteca* com 94% (QSL 156, lema bolinha de gude), *isqueiro* com 85% (QSL 173, lemas isqueiro/binga), *lanterna* com 94% (QSL 174, lema lanterna), *mungunzá* com 73% (QSL 181, lemas mungunzá/canjica), *grampo* com 90% (QSL 192, lemas grampo/ramona/misse), *sinal* com 70% (QSL 194, lemas sinaleiro/semáforo/sinal), *maré* com 83% (QSL-Adapt 02, lema repiquete). Nesse particular, consideramos que o número mínimo de entrevistas por item léxico é seis. O gráfico 01⁴⁹ mostra o total de ocorrências para essas variantes que figuram entre as mais recorrentes.

⁴⁹ O número 1 nos títulos dos gráficos alude à situação cuja ausência de respostas espontâneas é menor. De igual modo, o número 2, também nos títulos dos gráficos, corresponde à situação cuja ausência de respostas espontâneas é maior.

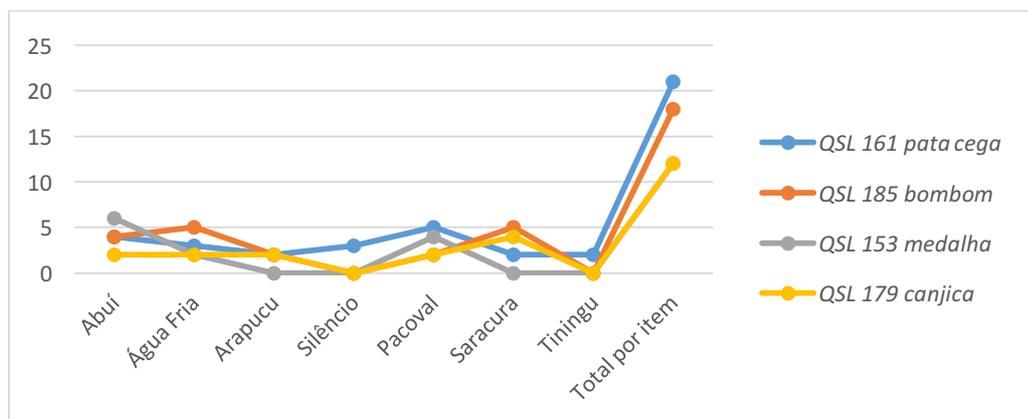
Gráfico 01 - OTUM-1: Cotejo entre variantes em situação de menor número de ausências de RE.



Fonte: A própria autora.

Nas situações em que o número de ausências de respostas espontâneas é maior (situação a ser indicada pelo número 2), registramos as seguintes ocorrências com tendência de uso monoléxico: *medalha* (12 ocorrências no total) para a questão 153 do QSL (lema medalha), *pata cega* (21 ocorrências no total) para a questão 161 do QSL (lema cabra-cega), *canjica* (12 ocorrências no total) para a questão 179 do QSL (lemas curau/canjica) e *bombom* (18 ocorrências no total) para a questão 185 do QSL (lemas bala/confeito/bombom). Consideramos como parâmetro definitivo o número mínimo de sete entrevistas que não apresentaram respostas espontaneamente.

Gráfico 02 - OTUM-2: Cotejo entre variantes em situação de maior número de ausências de RE.



Fonte: A própria autora.

Nas ocorrências com tendência de uso poliléxico (OTUP) em situação de maior número de respostas espontâneas (situação a ser indicada pelo número 1), verificamos maior percentual para as variantes nas questões a seguir.

Quadro 05 - OTUP-1: Variantes mais frequentes em situação de maior número de RE.

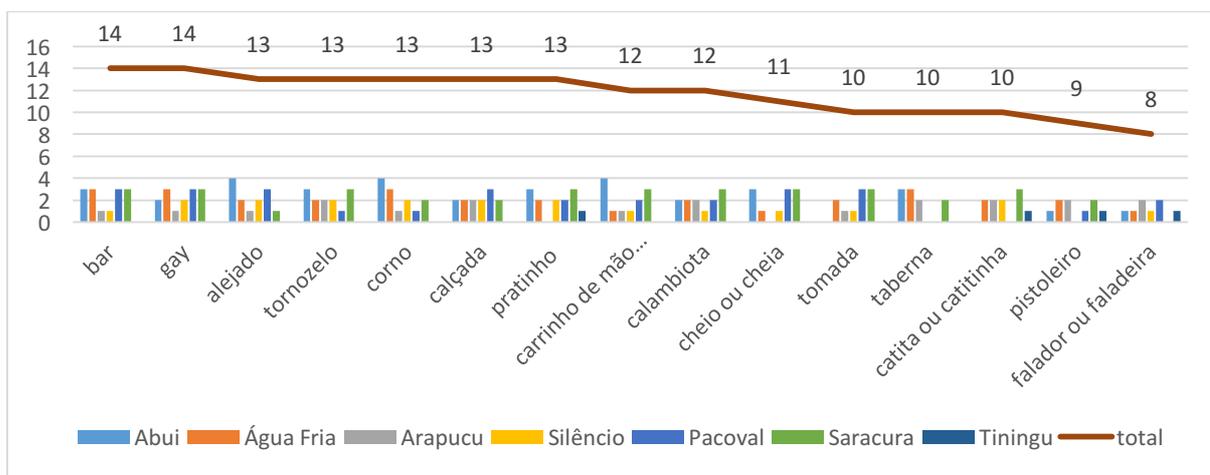
Total de variantes por questão	Variantes mais recorrentes	Questão	Lema
11 variantes	<i>cheio</i> ou <i>cheia</i> (50%)	QSL 183	empanturrado
09 variantes	<i>cornio</i> (48%)	QSL 141	marido enganado
08 variantes	<i>aleijado</i> (62%)	QSL 114	perneta
07 variantes	<i>falador</i> ou <i>faladeira</i> (47%)	QSL 136	pessoa tagarela
06 variantes	<i>orvalho</i> (74%)	QSL 21	nevoeiro/cerração/neblina
	<i>bicó</i> (68%)	QSL 70	cotó
	<i>curador</i> ou <i>curadeira</i> (63%)	QSL 152	curandeiro
05 variantes	<i>pistoleiro</i> (60%)	QSL 140	assassino pago
	<i>calambiota</i> (67%)	QSL 155	cambalhota
	<i>s'esconde</i> ou <i>esconde</i> (71%)	QSL 160	esconde-esconde
	<i>gay</i> (52%)	QSL-Adapt 15	homossexual
04 variantes	<i>cego</i> (71%)	QSL 91	cego de um olho
	<i>cosca</i> (74%)	QSL 120	cócegas
	<i>benzedeira</i> ou <i>benzedor</i> (65%)	QSL 151	benzedeira
	<i>calcinha</i> (85%)	QSL 190	calcinha
	<i>bar</i> (64%)	QSL 202	bodega/bar/boteco
	<i>taberna</i> (75%)	QSL-Adapt 81	quitanda
03 variantes	<i>remuinho</i> (82%)	QSL 07	redemuinho (do vento)
	<i>arco-íris</i> (79%)	QSL 17	arco-íris
	<i>penca</i> (87%)	QSL 42	penca
	<i>cabo</i> (86%)	QSL 53	hastes do carrinho de mão
	<i>carapanã</i> (74%)	QSL 88	pernilongo
	<i>vesgo</i> (74%)	QSL 92	vesgo
	<i>finado</i> (75%)	QSL 135	finado/falecido
	<i>mau pagador</i> (88%)	QSL 139	mau pagador
	<i>tomada</i> (71%)	QSL 175	interruptor de luz
	<i>batata da perna</i> ou <i>batata de perna</i> (89%)	QSL-Adapt 13	panturrilha/batata da perna
02 variantes	<i>jerimum</i> (74%)	QFF 32	abóbora
	<i>sereno</i> (79%)	QSL 20	orvalho/sereno
	<i>sabugo</i> (94%)	QSL 46	sabugo
	<i>carrinho</i> ou <i>carrinho de mão</i> (67%)	QSL 52	carrinho de mão/carriola
	<i>picote</i> (94%)	QSL 67	galinha-d'angola/guiné/cocar
	<i>cisco</i> (63%)	QSL 90	cisco
	<i>terçol</i> (93%)	QSL 94	terçol/viúva
	<i>fanhoso</i> (85%)	QSL 101	fanhoso/fanho
	<i>cantareira</i> (89%)	QSL 106	clavícula
	<i>canhoto</i> (87%)	QSL 110	canhoto
	<i>perna torta</i> ou <i>torta</i> (72%)	QSL 116	pessoa de pernas arqueadas

<i>pratinho</i> (ou <i>pratinho do joelho</i>) ou <i>pratino</i> (ou <i>pratino do joelho</i>) ou <i>platino</i> (ou <i>platino do joelho</i>) ou <i>prato</i> (93%)	QSL 117	rótula/pataca
<i>tornozelo</i> (81%)	QSL 118	tornozelo
<i>calcanhar</i> (83%)	QSL 119	calcanhar
<i>parteira</i> (94%)	QSL 123	parteira
<i>bagana</i> (94%)	QSL 146	toco de cigarro
<i>papagaio</i> (85%)	QSL 158	papagaio de papel/pipa
<i>tisna</i> (78%)	QSL 171	fuligem
<i>café</i> ou <i>café da manhã</i> (89%)	QSL 176	café da manhã
<i>picadinho</i> (88%)	QSL 178	carne moída
<i>calçada</i> (81%)	QSL 196	calçada/passeio
<i>catita</i> ou <i>catitinha</i> (71%)	QSL-Adapt 09	camundongo/calunga/catita
<i>mocotó</i> (81%)	QSL-Adapt 10	mocotó/pés do boi

Fonte: A própria autora.

Dos resultados do quadro 05, as variantes que ocorreram em todos os contextos são: *jerimum* (QFF 32), *remuinho* (QSL 07), *arco-íris* (QSL 17), *sereno* (QSL 20), *orvalho* (QSL 21), *penca* (QSL 42), *sabugo* (QSL 46), *cabo* (QSL 53), *bicó* (QSL 70), *carapanã* (QSL 88), *cego* (QSL 91), *vesgo* (QSL 92), *terçol* (QSL 94), *fanhoso* (QSL 101), *cantareira* (QSL 106), *canhoto* (QSL 110), *perna torta* ou *torta* (QSL 116), *calcanhar* (QSL 119), *cosca* (QSL 120), *parteira* (QSL 123), *finado* (QSL 135), *mau pagador* (QSL 139), *bagana* (QSL 146), *benzedeira* ou *benzedor* (QSL 151), *curador* ou *curadeira* (QSL 152), *papagaio* (QSL 158), *s'esconde* ou *esconde* (QSL 160), *tisna* (QSL 171), *café* ou *café da manhã* (QSL 176), *picadinho* (QSL 178), *calcinha* (QSL 190), *mocotó* (QSL-Adapt 10), *batata de perna* ou *batata da perna* (QSL-Adapt 13).

Especificamente, todos os contextos revelaram arealidades diferentes por não manifestarem uma das variantes mais recorrentes presentes no quadro 05. Por exemplo, *carrinho* ou *carrinho de mão* (QSL 52) não foi registrada em Tinguu; *pratinho* (ou *pratinho do joelho*) ou *pratino* (ou *pratino do joelho*) ou *platino* (ou *platino do joelho*) ou *prato* (QSL 117) não ocorreu em Arapucu; *tomada* (QSL 175) não ocorreu Abuí e Tinguu; *falador* ou *faladeira* (QSL 136) não foi registrada em Saracura; *pistoleiro* (QSL 140) não ocorreu em Silêncio; *cheio* ou *cheia* (QSL 183) não foi registrada em Arapucu e Tinguu; e *aleijado* (QSL 114), *tornozelo* (QSL 118), *cornó* (QSL 141), *calambiota* (QSL 155), *calçada* (QSL 196), *bar* (QSL 202) e *gay* (QSL-Adapt 15) não foram registradas em Tinguu; *catita* ou *catitinha* (QSL-Adapt 09) não foi registrada em Abuí e Pacoval; *taberna* (QSL-Adapt 81) não foi registrada em Silêncio, Pacoval e Tinguu. É o que se pode observar no gráfico 03 a seguir.

Gráfico 03 – Cotejo entre variantes em situação de maior número de RE.

Fonte: A própria autora.

Nas ocorrências com tendência de uso poliléxico em situação de maior número de ausência de respostas espontâneas (cf. quadro 06), verificamos que apenas a variante *cachaça* (QSL 182) ocorreu pelo menos uma vez em cada contexto de pesquisa e que as variantes *compacto* e *ruge* ocorreram simultaneamente apenas em Água Fria e Saracura.

Quadro 06 - OTUP-2: Variantes em situação de maior número de ausência de RE.

Total de entrevistas com ausência de respostas espontâneas	Variantes	Questão	Lema
12	<i>brebe</i> (02 ocorrências), <i>cajila</i> (01 ocorrência) e <i>pussanga</i> (01 ocorrência)	QSL 150	amuleto
10	<i>curumim</i> (07 ocorrências) e <i>dentiqueiro</i> (01 ocorrência)	QSL 98	dentes do siso/do juízo
08	<i>coxo</i> (06 ocorrências), <i>coxó</i> (02 ocorrências), <i>manco</i> (02 ocorrências), <i>jabuti</i> (02 ocorrências), <i>aleijado</i> (01 ocorrência) e <i>tengando</i> (01 ocorrência)	QSL 82	manco
07	<i>dor de olho</i> ou <i>dor d'olho</i> (09 ocorrências), <i>sapatão</i> (02 ocorrências) e <i>conjuntivite</i> (01 ocorrência)	QSL 95	conjuntivite/dor d'olhos
	<i>macaca</i> (07 ocorrências), <i>tia chica</i> ou <i>maria chica</i> (02 ocorrências) e <i>amarelinha</i> (01 ocorrência)	QSL 167	amarelinha
	<i>tramela</i> (09 ocorrências), <i>tranca</i> (01 ocorrência) e <i>trancador</i> (01 ocorrência)	QSL 168	tramela
	<i>lombada</i> (03 ocorrências), <i>costela de vaca</i> (01 ocorrência) e <i>paramola</i> (01 ocorrência)	QSL 195	lombada/quebra-molas
	<i>cachaça</i> (11 ocorrências) e <i>álcool</i> (01 ocorrência)	QSL 182	aguardente
	<i>compacto</i> (08 ocorrências) e <i>ruge</i> (05 ocorrências)	QSL 191	rouge

Fonte: A própria autora.

Como se poderia supor, a arealidade das variantes presentes nas demais questões do quadro 06 é também distinta. Não registramos variantes para as questões: 82 e 95 do QSL em Silêncio; 98 do QSL em Pacoval; 150 do QSL em Arapucu, Silêncio, Pacoval e Tingu; 167 do QSL em Arapucu; 168 do QSL em Abuí; 195 do QSL em Abuí, Água Fria, Silêncio e Arapucu.

Constatamos que há também uma tendência para ocorrências de duas ou mais variantes nas respostas espontâneas com pequena diferença entre os itens, como se pode observar no quadro 07.

Quadro 07 - OTUP: Duas ou mais variantes mais recorrentes.

Total de variantes por questão	Variantes	Questão	Lema
14 variantes	<i>menstruação</i> (35%) e <i>bode</i> (20%)	QSL 121	menstruação
12 variantes	<i>satanás</i> (29%), <i>diabo</i> (24%) e <i>demônio</i> (18%)	QSL 147	diabo
10 variantes	<i>prostituta</i> (27%), <i>puta</i> (18%) e <i>rapariga</i> (18%)	QSL 142	prostituta
09 variantes	<i>coxo</i> ou <i>coxa</i> (29%), <i>aleijado</i> (18%) e <i>deficiente</i> (12%)	QSL 115	manco
	<i>sovino</i> (36%), <i>econômico</i> (12%) e <i>mão de vaca</i> (12%)	QSL 138	pessoa sovina
	<i>cachaceiro</i> (25%), <i>pé inchado</i> (25%) e <i>beberrão</i> (14%)	QSL 144	bêbado
08 variantes	<i>chuveiro</i> (45%) e <i>chuva fina</i> (20%)	QSL 18	garoa
	<i>mangará</i> (50%) e <i>mangaba</i> (13%)	QSL 44	parte terminal da inflorescência da bananeira/umbigo/coração
07 variantes	<i>bunda</i> (41%) e <i>bumbum</i> (24%)	QSL-Adapt 14	nádegas/bunda
	<i>machuda</i> (31%), <i>sapatão</i> ou <i>sapatona</i> (31%) e <i>sabueira</i> (13%)	QSL-Adapt 16	lésbica
06 variantes	<i>igarapé</i> ou <i>garapé</i> (45%), <i>paraná</i> (20%), <i>lago</i> (15%)	QSL 01	córrego/riacho
	<i>curto da vista</i> (28%) e <i>ruim da vista</i> (28%)	QSL 93	míope
	<i>urubu</i> (55%) e <i>corvo</i> (29%)	QSL 64	urubu
	<i>pestana</i> (53%), <i>capela do olho</i> (18%) e <i>pele do olho</i> (12%)	QSL 89	pálpebras/capela dos olhos
	<i>goronga</i> (25%), <i>gogó</i> (23%) e <i>guela</i> (23%)	QSL 105	pomo-de-adão/gogó
	<i>inhaca</i> (38%) e <i>catanga</i> (23%)	QSL 109	cheiro nas axilas
	<i>porronca</i> (26%), <i>tabaco</i> (22%), <i>charuto</i> (22%), <i>tabacão</i> (13%)	QSL 145	cigarro de palha

05 variantes	<i>rebojo</i> (25%), <i>funil</i> (25%) e <i>correnteza</i> (25%)	QSL 04	redemoinho (de água)
	<i>sura</i> (37%) e <i>sureta</i> (32%)	QSL 69	sura
	<i>bunda</i> (41%) e <i>cadeira</i> (27%)	QSL 76	anca/garupa/cadeira
	<i>desdentado</i> (48%), <i>banguela</i> (24%) e <i>sem dente</i> (14%)	QSL 100	soluço
	<i>menino</i> (38%), <i>curumim</i> (31%) e <i>moleque</i> (19%)	QSL 132	menino/guri/piá
	<i>rude</i> (47%) e <i>burro</i> (33%)	QSL 137	peessoa pouco inteligente
	<i>visagem</i> (55%) e <i>fantasma</i> (27%)	QSL 148	fantasma
	<i>feitiço</i> (40%) e <i>bruxaria</i> (30%)	QSL 149	feitiço
	<i>vaso</i> (60%) e <i>sanitário</i> (33%)	QSL 170	vaso sanitário/patente
04 variantes	<i>maresia</i> (50%), <i>banzeiro</i> (30%) e <i>onda</i> (15%)	QSL 05	onda de mar
	<i>maresia</i> (42%) e <i>banzeiro</i> (42%)	QSL 06	onda de rio
	<i>úbre</i> (48%), <i>mama</i> (30%) e <i>teta</i> (15%)	QSL 80	úbere
	<i>cacundo</i> (42%), <i>colombo</i> (33%) e <i>lombinho</i> (17%)	QSL 107	corcunda
	<i>suvaco</i> (52%), <i>ticulico</i> (26%), <i>cutico</i> (13%) e <i>axila</i> (9%)	QSL 108	axila
	<i>barriga</i> (58%) e <i>útero</i> (25%)	QSL 113	útero
	<i>adotivo</i> (39%), <i>adotado</i> (28%) e <i>filho de criação</i> (22%)	QSL 130	filho adotivo
	<i>cueca</i> (59%) e <i>tanga</i> (26%)	QSL 189	cueca
	<i>travessa</i> (33%), <i>diadema</i> (29%), <i>tiara</i> (19%) e <i>passadeira</i> (19%)	QSL 193	diadema/arco/tiara
	<i>droga</i> (41%), <i>maconha</i> (35%) e <i>liamba</i> (18%)	QSL-Adapt 41	diamba/dirijo/liamba/maconha
03 variantes	<i>boca da noite</i> (64%) e <i>anoitecer</i> (29%)	QSL 28	anoitecer
	<i>joão de barro</i> (62%) e <i>pedreiro</i> (31%)	QSL 66	joão-de-barro
	<i>seio</i> (41%), <i>mama</i> (34%) e <i>peito</i> (24%)	QSL 111	seios/peito
	<i>vomit</i> (39%), <i>provocar</i> (32%) e <i>baldiar</i> (29%)	QSL 112	vomit
	<i>virou homem</i> ou <i>é homem</i> (46%) e <i>menopausa</i> (46%)	QSL 122	entrar na menopausa
	<i>menina</i> (57%) e <i>cunhantã</i> ou <i>cunhantãi</i> (36%)	QSL 133	menina
	<i>xera</i> (38%), <i>xará</i> (38%) e <i>xero</i> (23%)	QSL 143	xará
	<i>guloso</i> (42%), <i>danado</i> (37%) e <i>comilão</i> (21%)	QSL 184	glutão
	<i>corpete</i> (50%) e <i>sutiã</i> (44%)	QSL 188	sutiã
02 variantes	<i>crivo</i> (52%) e <i>peneira</i> (48%)	QFF 24	peneira
	<i>zuada</i> ou <i>zoada</i> (59%) e <i>barulho</i> (41%)	QFF 154	barulho
	<i>nuca</i> (50%) e <i>cangote</i> (50%)	QSL 104	nuca
	<i>puxirum</i> (63%) e <i>mutirão</i> (37%)	QSL-Adapt 24	puxirum/mutirão

Fonte: A própria autora.

Desse quadro 07, as variantes que ocorreram em todos os contextos de pesquisa analisados são: *crivo e peneira, zoada ou zuada, menstruação e bode, urubu, visagem, vaso, maresia* (QSL 06), *suvaco, barriga, cueca, sutiã e corpete, puxirum* (QSL-Adapt 24). As variantes que deixaram de ocorrer em um dos contextos de pesquisa foram esboçadas no quadro 08. Nesse particular, a arealidade das variantes é distinta.

Quadro 08 – Ausência de variantes nos contextos.

Contextos	Variantes ausentes
Abuí	<i>aleijado; beberrão; chuva fina; mangaba; igarapé ou garapé; curto da vista; gogó; porronca; funil; sem dente; moleque; bruxaria; sanitário; maresia</i> (QSL 05); <i>lombinho; ticulico; adotivo; passadeira; maconha e liamba; pedreiro; baldiar; menopausa e parou; xará; guloso; sabueira; bunda e bumbum</i> (QSL-Adapt 14); <i>mutirão</i> (QSL-Adapt 24).
Água Fria	<i>demônio; puta e rapariga; aleijado; sovino; pé inchado; mangaba; lago; pestana; gogó; tabacão e tabaco; sureta; cadeira; banguela; moleque; cacundo; ticulico; adotado e filho de criação; passadeira; liamba; anoitecer; pedreiro; parou; nuca; sabueira.</i>
Arapucu	<i>demônio; puta e rapariga; coxo ou coxa, aleijado e deficiente; econômico; pé inchado e beberrão; chuva fina; mangaba; paranã; curto da vista; capela do olho; gorongo e guela; inhaca e catinga; porronca e tabacão; correnteza; bunda; sem dente; curumim</i> (QSL 132); <i>feitiço; banzeiro</i> (QSL 06); <i>travessa e passadeira; liamba; úbre; lombinho; cutico e ticulico; útero; adotado; boca da noite e anoitecer; João de barro; peito; vomitar; virou homem, menopausa e parou; cunhantã; xero, xera e xará; danado e comilão; machuda e sabueira.</i>
Silêncio	<i>demônio; prostituta; coxo ou coxa e deficiente; econômico; cachaceiro e pé inchado; chuva; mangará; paranã e lago; ruim da vista; corvo; capela do olho; gorongo e guela; inhaca; porronca, charuto e tabaco; rebojo e correnteza; cadeira; banguela; curumim, menino e moleque</i> (QSL 132); <i>rude; feitiço e bruxaria; sanitário; banzeiro e onda</i> (QSL 05); <i>teta; colombo e cacundo; cutico; útero; adotado; passadeira; droga, maconha e liamba; João de barro; seio; provocar; parou; cunhantã e menina; xero e xera; danado e comilão; sapatão e sabueira; bumbum</i> (QSL-Adapt 14); <i>mutirão</i> (QSL-Adapt 24).
Pacoval	<i>diabo e demônio; prostituta, puta e rapariga; aleijado e deficiente; econômico; cachaceiro, pé inchado e beberrão; chuva; mangaba; paranã e lago; gogó; inhaca e catinga; tabacão e tabaco; funil; banguela e sem dente; moleque; rude; fantasma; mama; colombo e lombinho; cutico; adotivo; passadeira; maconha e droga; pedreiro; menopausa; menina; xero e xará; guloso; machuda e sapatão.</i>
Saracura	<i>diabo; deficiente; econômico; cachaceiro; chuva fina; mangaba; paranã e lago; corvo; capela do olho; gorongo, gogó e guela; catinga; charuto e tabacão; correnteza; sura; sem dente; curumim e menino</i> (QSL 132); <i>bruxaria; banzeiro e onda</i> (QSL 05); <i>teta; colombo e lombinho; cutico; filho de criação; travessa e diadema; liamba; mama e peito; virou homem e parou; cunhantã; xero e xera; machuda e sabueira.</i>
Tiningu	<i>diabo e satanás; prostituta, puta e rapariga; aleijado e deficiente; sovino; cachaceiro e beberrão; chuva fina; mangaba; paranã e lago; ruim da vista e curto da vista; capela do olho; gogó e guela; inhaca e catinga; charuto e tabacão; rebojo; sureta; bunda; banguela e desdentado; curumim e moleque</i> (QSL 132); <i>rude e burro; fantasma; bruxaria; sanitário; banzeiro e onda</i> (QSL 05); <i>banzeiro</i> (QSL 06); <i>diadema e tiara; mama e teta; colombo, lombinho e cacundo; cutico; útero; adotado, adotivo e filho de criação; tanga; liamba e maconha; anoitecer; pedreiro; seio; vomitar e baldiar; parou e menopausa; cunhantã; xero e xará; danado e comilão; cangote; machuda.</i>

Fonte: A própria autora.

Especificamente, constatamos que Silêncio foi o único contexto a apresentar o item ‘mangaba’ na questão 44 do QSL, relativo à “ponta roxa no cacho da banana” (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB, 2001, p. 25). Os contextos que não registraram nenhuma

das variantes identificadas como as mais recorrentes no quadro 08 são: Pacoval e Tingu para a questão 142 do QSL; Saracura e Tingu para a questão 105 do QSL; Arapucu, Pacoval e Tingu para a questão 109 do QSL; Arapucu para as questões 28, 122, 115 e 143 do QSL; Silêncio para a questão 133 do QSL e para a questão 41 do QSL-Adapt; Pacoval para a questão 144 do QSL; e Tingu para as questões 93, 107, 130 e 137 do QSL.

4.1.1.2 Sugerências

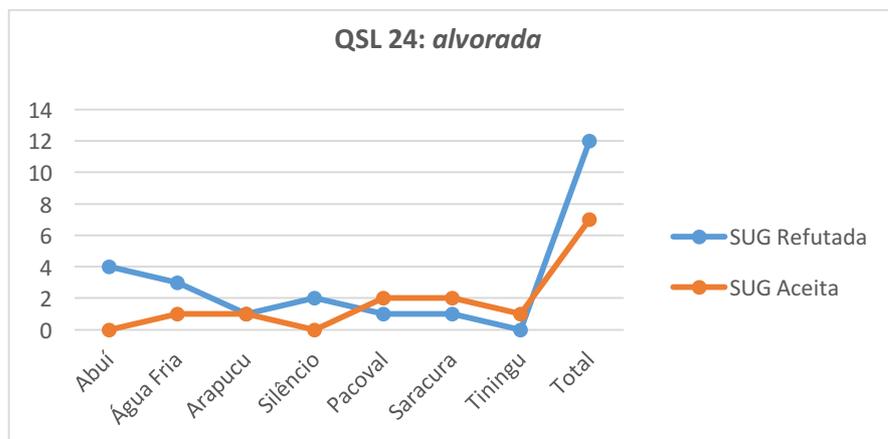
Destacaremos aqui variantes que não ocorreram como respostas espontâneas nos dados desta tese. Dessa maneira, em razão da sugestão, pudemos contar com mais 38 variantes no *corpus*, entre as quais 26 variantes foram aceitas e outras 12 refutadas.

A variante aceita por todos os entrevistados é *barco em terra* (QSL 121, lema menstruação). Contrariamente, as variantes refutadas por todos entrevistado são: *foz* (QSL 03) *garoa* (QSL 18), *bruaca* (QSL 58), *guimba* (QSL 146, lema toco de cigarro), *tutu* (QSL 148, lema fantasma), *amuleto* (QSL 150), *curau* (QSL 180), *pemba* (QSL-Adapt 17), *bamba* (QSL-Adapt 27), *banzo* e *macambúzio* (QSL-Adapt 30), *cacumbo* (QSL-Adapt 98).

As variantes aceitas por pelo menos um dos entrevistados são: *neblina* (QSL 21, lemas nevoeiro/cerração/neblina), *zarolho* (QSL 92, lema vesgo), *dente do juízo* e *siso* (QSL 98), *capenga* (QSL 115, lema manco), *capanga* (QSL 140, lema assassino pago), *mandinga* (QSL 149, lema feitiço), *quebra-mola* (QSL 195, lemas lombada/quebra-molas), *xibiu* (QSL-Adapt 17-1), *repiquete* (QSL-Adapt 02), *rendengue* (QSL-Adapt 22), *bocó* (QSL-Adapt 31), *encabular* (QSL-Adapt 34), *engabelar* (QSL-Adapt 35), *diamba* e *dirijo* (QSL-Adapt 41), *malungo* (QSL-Adapt 50), *mocambo* (QSL-Adapt 60). Além dessas, há também casos de variantes aceitas por pelo menos um dos entrevistados, os quais afirmaram não saber o que é, como: *milonga* (QSL 150) com mesmo referente de ‘amuleto’; *crepúsculo* (QSL 26); *cafuné* (QSL-Adapt 36).

Com a sugestão, foi possível constatar também casos de variantes utilizadas com sentido diferente do proposto pelo QSL. Um exemplo é a variante *alvorada* (QSL24), refutada pelos entrevistados de Abuí e Silêncio, como se pode observar no gráfico 04 a seguir.

Gráfico 04 – SUG: Variante ‘alvorada’.



Fonte: A própria autora.

Dentre os contextos de pesquisa em que pelo menos uma pessoa aceitou essa variante, três entrevistados (dois em Saracura e um em Tinguu) não souberam dizer o que é e os outros quatro nos demais contextos (Água Fria, Arapucu e Pacoval) de ambas as gerações (GII e GICe) associaram essa ocorrência à festa e cantos ocorridos em encontros religiosos durante a madrugada, manifestação católica que parecia ser costumeira nas comunidades. Tal sentido parece não ser novidade no português do Brasil (cf. Ferreira, 1986).

(02) “*Alvorada*, de primeiro que meu pai, ele era muito católico, ele usava um santo chamado Benedito, São Benedito né, aí ele de madrugada chegava os folião pra cantá *alvorada*, cantá aquelas música dele pra... era *alvorada* que chamava” (OBDARA03, GIICe, REQUEST-QSL 24).

A variante *capenga* foi sugerida como sinônima de ‘manco’ (QSL 115). Contudo, constatamos que tal acepção foi refutada para essa designação em Abuí (GIICe) e Saracura (GICe). Diferentemente, a geração mais velha (Ce e Se) de Saracura apresentou incerteza quanto a essa acepção de *capenga*. Por outro lado, a geração mais velha (Ce e Se) de Abuí e Pacoval aceitou tal variante com o sentido que parece dizer respeito à camada escavada do tronco da palmeira localizada na parte superior da planta, conforme os fragmentos 03 e 04 a seguir. Ambos os sentidos circunscrevem campos semânticos diferentes (corpo humano e flora) a partir do mesmo referente ‘extremidade comprometida’.

(03)

“DOC.: Já ouviu falar em ‘capenga’?”

ENTREV.: *Capenga* q’eu eu cunheço é daqueles babaçuzeiro. Aquelas canua. É:: quando ela sorta o cacho, ela sorta umas canua bunita. De primeiro tirava, era difiçu, a minha vó me cuntava que lavavum ropa dento, butavum mandioca dento” (ALQPAC05, GIICe, REQUEST-QSL 115).

(04) “*Capenga* q’eu sei só de açai zero [...] é aquelas barca seca disque dava antes do cais” (ORXAF02, GIICe, REQUEST-QSL 115).

A variante *mondongo* (QSL-Adapt 05) foi aceita em Arapucu pela GIICe e em Silêncio e Pacoval pela GIICe. As acepções empregadas estão relacionadas a um tipo de área e a um povoamento, conforme os fragmentos 05 e 06. As respostas espontâneas obtidas para essa questão foram: *vage*, *vaja*, *baixo*, *priantã*, as quais fazem referência ao tipo de terreno baixo e cheio de atoleiro, acepção empregada nessa questão.

(05) “É a *vage* também, passou pra lá é *vage*” (OBDARA03, GIICe, REQUEST-QSL-Adapt -05).

(06) “*Mondongo* que eu reconheço é uma vila, acima de Óbidos” (OBDSIL04, GIICe, REQUEST-QSL-Adapt 05).

A variante *cafifa* (QSL-Adapt 30) foi aceita por apenas um entrevistado, o qual mencionou empregá-la com acepção diferente da designação ‘tristeza profunda’, proposta para tal questão, como se pode observar no fragmento 07. Neste caso, houve ocorrência com tendência de uso poliléxico, cuja resposta espontânea mais recorrente foi *triste*.

(07)

“ENTREV: Olha, *cafifa* q’è a gente... eu conheço por aqui, é quando a gente... assim ‘ah, o fulano *encafifô* com fulano, com fulana. É:: essa palavra que a gente usa.

DOC: E o que é encafifar com alguém?

ENTREV: é raiva” (ORXAB01, GIICe, REQUEST-QSL-Adapt 30).

É oportuno dizer que essa acepção para a variante *encafifar* é diferente da proposta pelo questionário aplicado por nós (QSL-Adapt 33), relativo ao indivíduo que traz má sorte.

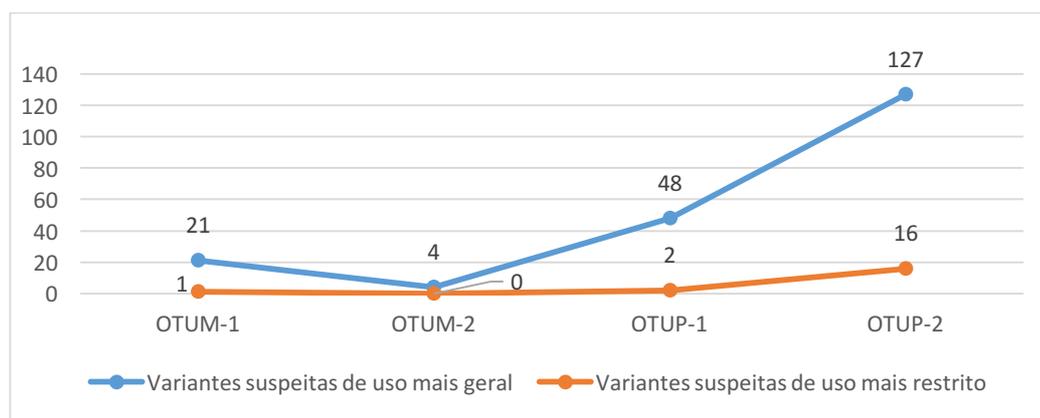
(08) “*Encafifá* já. É quando... a vovó sempí tinha isso ‘ah:: hoje eu *encafifei* com fulano’. Aí sempí ela falava isso, quando foi um dia ela disse p’um primo meu q’ela criava ‘olha hoje eu *encafifei* com o juão’. Já vi q’ela tava ‘vovó o que é *enfucafifá?*’, ‘tu num sabi? Eu já tu com raiva dele’. *Encafifá* era criá raiva” (ORXAF02, GIICe, REQUEST-QSL-Adapt 33).

Parece-nos evidente que a variante *cafifa*, mesmo que ‘cafife’ (SALLES, 2003, p. 103), africanismo atestado por Mendonça (2012, p. 134), ao ser substituída por outra designação mais recorrente e de uso mais geral no português brasileiro, perdeu sentido, sendo, talvez por isso, associada por semelhança fônica com *encafifar*, sua forma deverbal que, segundo Salles (idem, p. 135), apresenta como um dos significados prováveis “zangar, irritar”.

4.1.1.3 Síntese das informações diatópicas

Das 219 variantes apresentadas anteriormente (no item 4.1.1 da Seção 4) como respostas espontâneas mais recorrentes, acreditamos que 200 delas são suspeitas de convergirem para tendências de uso mais geral com abrangência regional e/ou nacional e outras 19 são suspeitas de convergirem para tendências de uso mais restrito com abrangência mais limitada ao contexto do Baixo Amazonas e/ou às comunidades quilombolas (cf. gráfico 05). As variantes suspeitas de uso mais restritos são *balador* (OTUM-1), *calambiota* e *pratinho* (OTUP-1), *brebe*, *cajila*, *pussanga*, *pedreiro*, *curumim* (QSL 98), *ticulico*, *cutico*, *virou homem*, *xero* e *xera*, *puxirum*, *curumim* (QSL 132), *cunhantã* ou *cunhantãi*, *tia chica* ou *maria chica*, *goronga*, *liamba* (QSL-Adapt 41). As 16 variantes léxicas restantes correspondem às OTUP-2⁵⁰. Nossa expectativa é de que o cotejo entre os nossos dados e os do entorno possa sinalizar tendências de uso para essas 19 variantes (cf. item 5.1 da Seção 5).

Gráfico 05 – RE: Cotejo entre variantes de uso mais geral e de uso mais restrito.



Fonte: A própria autora.

Das 23 variantes sugeridas suspeitas de seguir tendências de uso mais geral com abrangência regional e/ou nacional, cinco delas foram refutadas e 18 aceitas por pelo menos um entrevistado. Dessas 18 variantes, *cafuné*, africana integrada ao contexto geral brasileiro, conforme Castro (2011), parece estar perdendo sua vitalidade nas comunidades quilombolas investigadas (se é que realmente houve) em razão da sugestão ter sido aceita por apenas dois entrevistados (GISe de Arapucu e GICe de Saracura), dos quais um afirmou não saber o que é (GISe de Arapucu). Exemplo de desconhecimento dessa variante está no comentário

⁵⁰ Lembramos que OTUM e OTUP referem-se às ocorrências com tendência de uso monoléxico e poliléxico; já os números significam que: 1 corresponde a situação em que a ausência de respostas espontâneas é menor e 2 corresponde a situação em que ausência de respostas espontâneas é maior.

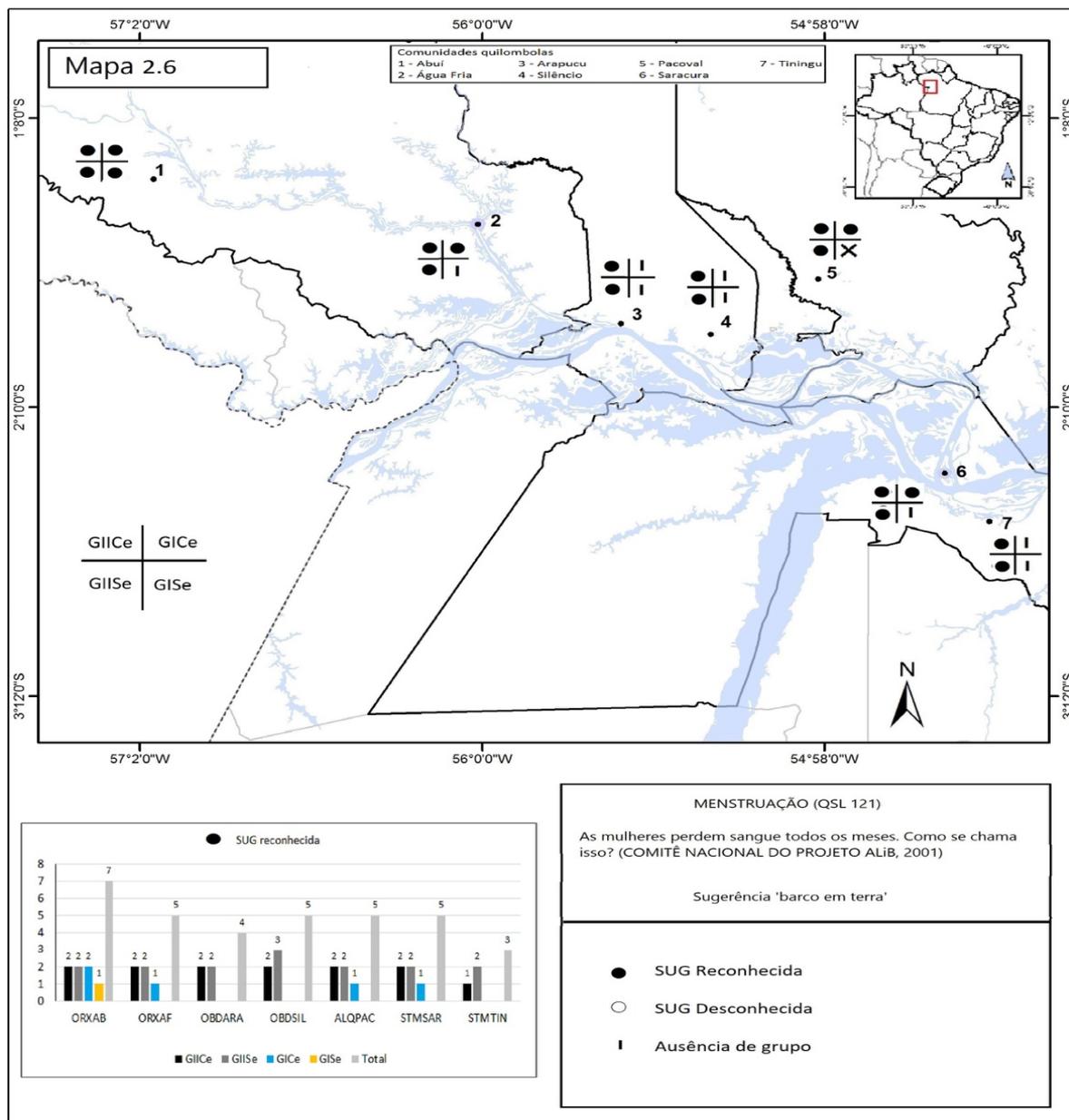
metalinguístico do fragmento 09. Tal situação pode ratificar evidência apontada por Alkmim e Petter (2009, p. 172) para essa e outras variantes incluídas em um grupo, intitulado “vocábulos da categoria 2”, cujo comportamento tende a processos de substituição por “sinônimos de valor próximo, mas menos marcados pela informalidade”. Seguindo essa interpretação, ‘carinho’, ocorrência com tendência de uso monoléxico, é potencialmente o substituto da variante *cafune* nas comunidades quilombolas do Baixo Amazonas.

(09) “*Cafune* é isso aí? É tão esturde⁵¹ né” (ORXAF02, GISe, REQUEST-QSL-Adapt 36).

Já entre as 15 variantes sugeridas suspeitas de seguir tendências de uso mais restrito com abrangência mais limitada ao contexto do Baixo Amazonas e/ou às comunidades quilombolas seja por marcar o modo de vida ou seja pela associação com sócio-história das comunidades e dos grupos, sete variantes foram refutadas (*guimba, tutu, pemba, bamba, banzo, macambúzio* e *cacumbo*) e oito foram aceitas por pelo menos um entrevistado (*barco em terra, xibiu, rendengue, bocó, diamba, dirijo, milonga* e *mondongo*). Entre essas oito, *barco em terra* foi a única aceita em 100% dos casos, o que provavelmente demonstra força do conhecimento passivo dessa expressão, por nós conhecida através do importante trabalho de Idaliana Marinho de Azevedo (2002). É o que se pode atestar na carta linguística 2.6.

⁵¹ O item léxico “esturde” apresenta a acepção de “estranho”, “esquisito”.

Imagem 01 – Carta linguística 2.6: Sugerência de ‘barco em terra’ (QSL 121, lema menstruação).



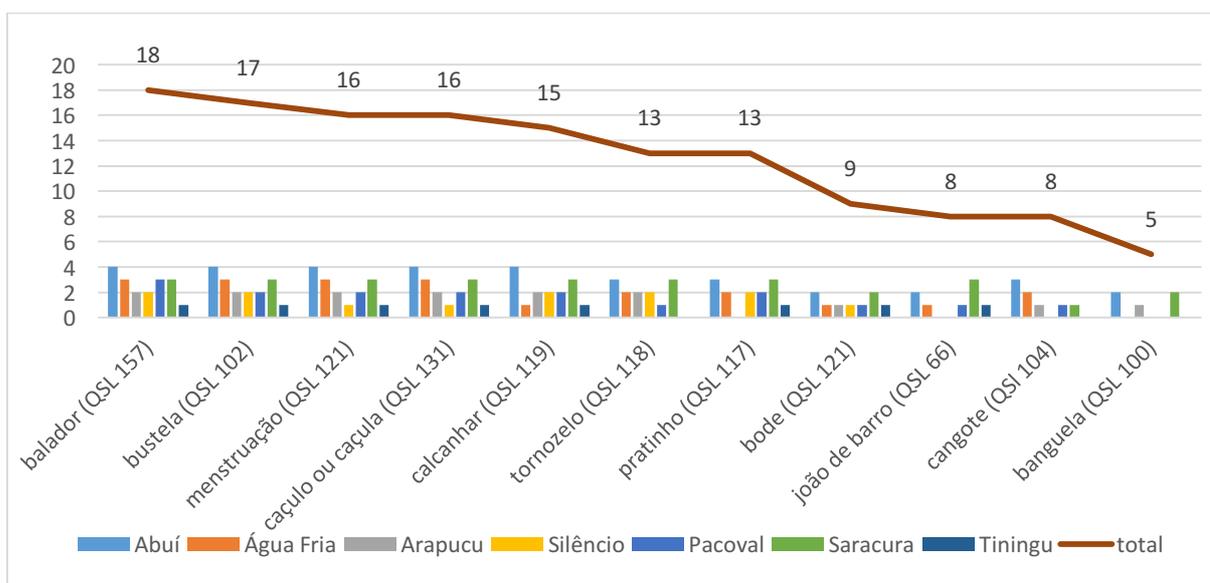
4.1.2 Dimensões diageracional e diastrática

Vale a pena lembrar que, nesta subseção, limitaremos-nos à apresentação do que ocorre nos grupos padrão, sem refinamento comparativo, em razão da desproporção da amostra (cf. item 3.1.2 da Seção 3).

Do ponto de vista de resposta espontânea, constatamos que as variantes identificadas nas duas gerações com e sem escolarização são: *ponte* (QSL 02, lema pinguela); *arco-íris* (QSL 17, lema arco-íris); *sereno* (QSL 20, lema orvalho/sereno); *orvalho* (QSL 21, lemas nevoeiro/cerração/neblina); *sabugo* (QSL 46, lema sabugo); *carrinho* ou *carrinho de mão* (QSL 52, lemas carrinho de mão/carriola); *cabo* (QSL 53, lema hastes do carrinho de mão); *beija-flor*

(QSL 65, lemas colibri/beija-flor); *joão de barro* (QSL 66, lema João de barro); *bunda* (QSL 76, lemas anca/garupa/cadeira); *chifre* (QSL 77, lema chifre); *úbre e mama* (QSL 80, lema úbere); *carapanã* (QSL 88, lema pernilongo); *lixo* (QSL 90, lema cisco); *ruim da vista* (QSL 93, lema míope); *queixal* (QSL 99, lemas dentes molares/dente queiro); *banguela* (QSL 100, lemas desdentado/banguela); *bustela* (QSL 102, lemas meleca/tatu); *cangote* (QSL 104, lema nuca); *cantareira* (QSL 106, lema clavícula); *canhoto* (QSL 110, lema canhoto); *mama* (QSL 111, lemas seios/peito); *vomitar* (QSL 112, lema vomitar); *barriga* (QSL 113, lema útero); *aleijado* (QSL 114, lema pernetta); *torta* (QSL 116, lema pessoa de pernas arqueadas); *pratinho* (QSL 117, lemas rótula/pataca); *tornozelo* (QSL 118, lema tornozelo); *calcanhar* (QSL 119, lema calcanhar); *cosca* (QSL 120, lema cócega); *menstruação e bode* (QSL 121, lema menstruação); *gêmeos* (QSL 125, lema gêmeos); *adotado* (QSL 130, lema filho adotivo); *caçulo* ou *caçula* (QSL 131, lemas filho mais moço/caçula); *madrasta* (QSL 134, lema madrasta); *diabo e demônio* (QSL 147, lema diabo); *balador* (QSL 157, lemas estilingue/setra/bodoque); *corpete e sutiã* (QSL 188, lema sutiã); *cueca* (QSL 189, lema cueca); *bar* (QSL 202, lemas bodega/bar/boteco). Como se poderia supor, a realidade desses itens nos contextos de pesquisa desta tese são divergentes. As três variantes menos recorrentes no gráfico 06 a seguir revela ausência de item léxico em pelo menos dois contextos.

Gráfico 06 – RE: Cotejo entre variantes ocorridas nas gerações II e I, com e sem escolarização.

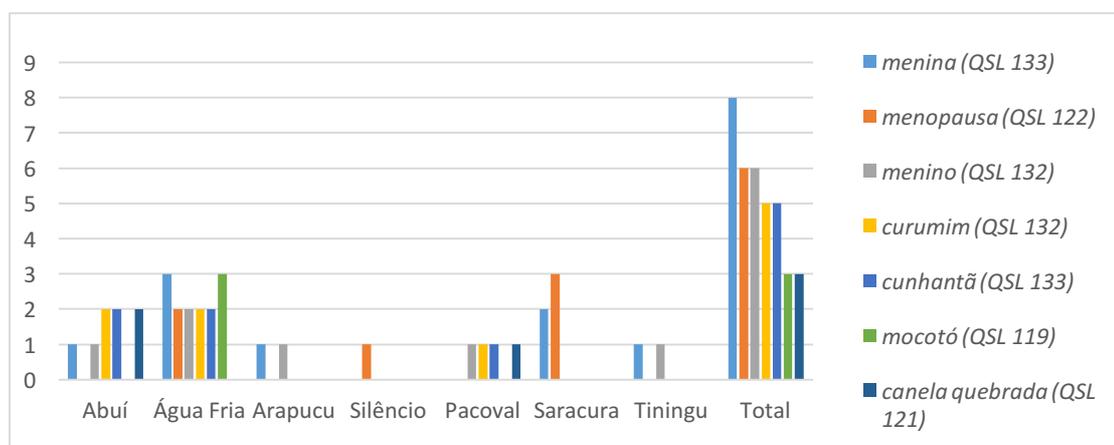


Fonte: A própria autora.

Além destas, destacamos alguns casos de variantes ocorridas na fala da GII (Ce e Se) e GICE: *maresia* (QSL 05, lema onda de mar); *maresia* (QSL 06, lema onda de rio); *remuinho*

(QSL 07, lema redemoinho – do vento); *trevuada* e *temporal* (QSL 11, lemas temporal/tempestade/vendaval); *chuvisco* e *chuva fina* (QSL 18, lema garoa); *boca da noite* (QSL 28, lema anoitecer); *penca* (QSL 42, lema penca); *mangará* (QSL 44, lemas parte terminal da inflorescência da bananeira/umbigo/coração); *casca* (QSL 49, lemas vagem do feijão/bainha); *picote* (QSL 67, lemas galinha-d’angola/guiné/cocar); *cadeira* (QSL 76, lemas anca/garupa/cadeira); *mochô* ou *mocha* (QSL 78, lema boi sem chifre); *pestana* (QSL 89, lemas pálpebras/capela dos olhos); *cisco* (QSL 90, lema cisco); *cego* (QSL 91, lema cego de um olho); *vesgo* (QSL 92, lema vesgo); *terçol* (QSL 94, lemas terçol/viúva); *presa* (QSL 97, lemas dentes caninos/presas); *desdentado* (QSL 100, lemas desdentado/banguela); *seio* (QSL 111, lemas seios/peito); *provocar* e *baldiar* (QSL 112, lemas vomitar); *útero* e *ventre* (QSL 113, lema útero); *mocotó* (QSL 119, lema calcanhar); *perna quebrada* ou *quebrou a perna* e *canela quebrada* (QSL 121, lema menstruação); *menopausa* (QSL 122, lema entrar na menopausa); *parteira* (QSL 123, lema parteira); *adotivo* (QSL 130, lema filho adotivo); *curumim* e *menino* (QSL 132, lemas menino/guri/piá); *cunhantã* ou *cunhantãi* e *menina* (QSL 133, lema menina); *finado* e *falecido* (QSL 135, lemas finado/falecido); *sovina* (QSL 138, lema pessoa sovina); *prostituta* e *rapariga* (QSL 142, lema prostituta); *satanás* (QSL 147, lema diabo); *cheio* (QSL 183, lema empanturrado); *danado* (QSL 184, lema glutão); *diadema* e *passadeira* (QSL 193, lemas diadema/arco/tiara); *taberna* (QSL 202, lemas bodega/bar/boteco); *maré* (QSL-Adapt 02, lema repiquete). Conforme o gráfico 07, alguns itens marcados pela informalidade, nos termos de Alkmim e Petter (2009), apresentam maior ausência nos contextos de pesquisa. É o caso de *curumim*, *cunhantã*, *mocotó* e *canela quebrada*.

Gráfico 07 – RE: Cotejo entre variantes ocorridas nas GII (Ce e Se) e GICe.

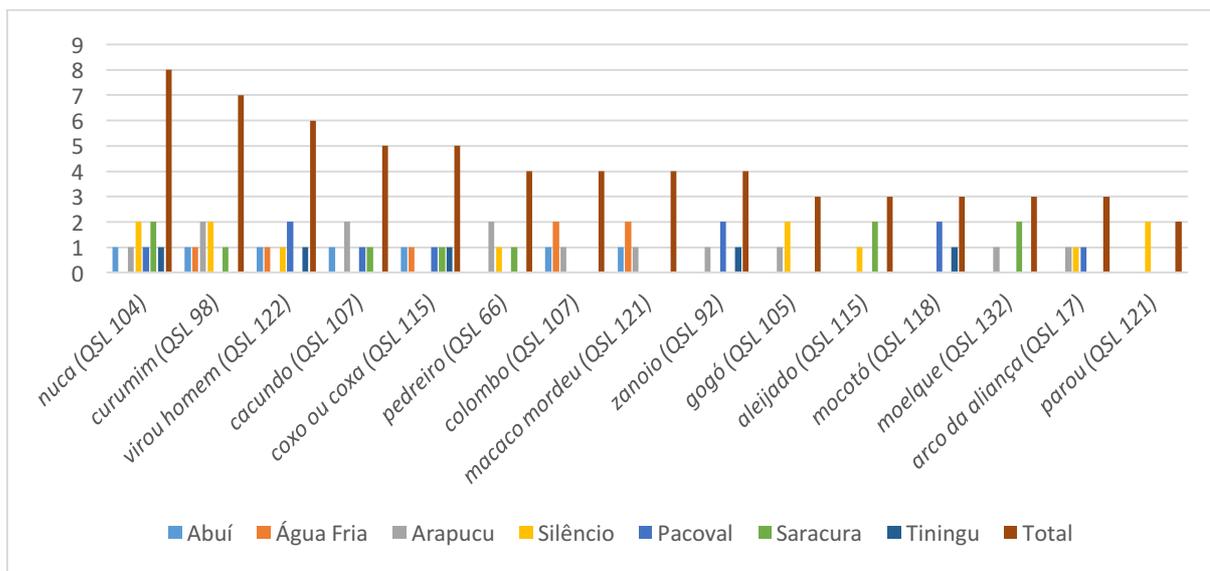


Fonte: A própria autora.

Alguns exemplos de variantes identificadas na fala da geração mais velha com e sem escolarização são: *banzeiro* (QSL 05, lema onda de mar); *banzeiro* (QSL 06, lema onda de rio); *arco da aliança* (QSL 17, lema arco-íris); *orvalho* (QSL 20, lemas orvalho/sereno); *magaba* (QSL 44, lemas parte terminal da inflorescência da bananeira/umbigo/coração); *bage* (QSL 49, lemas vagem do feijão/bainha); *carro* ou *carro de mão* (QSL 52, lemas carrinho de mão/carriola); *pedreiro* (QSL 66, lema João-de-barro); *teta* (QSL 80, lema úbere); *coxo* e *manco* (QSL 82, lema manco); *muriçoca* (QSL 88, lema pernilongo); *capela do olho* (QSL 89, lemas pálpebras/capela dos olhos); *falta da vista* (QSL 91, lema cego de um olho); *zanoi* (QSL 92, lema vesgo); *curto da vista* e *faltando a vista* (QSL 93, lema míope); *dor de olho* e *dor d'olho* (QSL 95, lemas conjuntivite/dor d'olhos); *curumim* (QSL 98, lemas dentes do siso/do juízo); *boca mole* (QSL 100, lemas desdentado/banguela); *fanhoso* (QSL 101, lemas fanhoso/fanho); *nuca* (QSL 104, lema nuca); *gogó* (QSL 105, lemas pomo-de-adão/gogó); *colombo* e *cacundo* (QSL 107, lema corcunda); *catinguento* (QSL 109, lema cheiro nas axilas); *peito* (QSL 111, lemas seios/peito); *coxo* (QSL 114, lema pernetá); *coxo* ou *coxa* e *aleijado* (QSL 115, lema manco); *cambota* (QSL 116, lema pessoa de pernas arqueadas); *platino* ou *platina* (QSL 117, lemas rótula/pataca); *mocotó* (QSL 118, lema tornozelo); *macaco mordeu* e *parou* (QSL 121, lema menstruação); *virou homem* (QSL 122, lema entrar na menopausa); *filho de criação* e *bastado* (QSL 130, lema filho adotivo); *moleque* (QSL 132, lemas menino/guri/piá); *comilão* e *guloso* (QSL 184, lema glutão); *porta seio* (QSL 188, lema sutiã); *ciroula* e *tanga* (QSL 189, lema cueca); *travessa* (QSL 193, lemas diadema/arco/tiara); *boteco* (QSL 202, lemas bodega/bar/boteco).

Das variantes ocorridas na fala da GII (Ce e Se), destacamos algumas com arealidade distinta no gráfico 08. *Pedreiro* apresenta arealidade restrita às comunidades quilombolas de Arapucu e Silêncio, ambas em Óbidos, e Saracura em Santarém; *macaco mordeu* apresenta arealidade restrita às duas comunidades quilombolas de Oriximiná e à comunidade de Arapucu em Óbidos; e *gogó* apresenta arealidade restrita às comunidades quilombolas de Arapucu e de Silêncio, ambas em Óbidos.

Gráfico 08 – RE: Cotejo entre variantes ocorridas na GII (Ce e Se).



Fonte: A própria autora.

É oportuno dizer que as variantes presentes na fala da GISe com potencial de referência simbólica da territorialidade são: *fongo* (Água Fria), resposta espontânea dada à questão 109 (lema cheiro nas axilas), *tengo* (Abuí) e *catengue* (Água Fria) resposta espontânea dada à questão 115 (lema manco), *fandango* (Abuí) resposta espontânea dada à questão 98 do QSL-Adapt (lema cacumbu, referente a instrumento de cortar velho e gasto, amolado para reaproveitamento). Apesar da arealização ser bastante restrita nesses casos, acreditamos que esses itens, tal como outros com configuração geolinguística semelhante, possam ser incluídos no grupo das variantes cuja representação simbólica manifesta referência da territorialidade nas dinâmicas de territorialização linguística em razão da peculiaridade das formas e/ou dos sentidos expressos, os quais podem resguardar relação importante com a construção social, histórica e cultural das comunidades quilombolas.

Exemplos de variantes ocorridas na fala da geração mais nova com e sem escolarização: *chengo* (Abuí), resposta espontânea da questão 64 (lema urubu); *tuqué* (Abuí), resposta espontânea da questão 69 (lema sura); *macumbeira* (Abuí e Pacoval), resposta espontânea da questão 151 (lema benzedeira); *beira da rua* (Abuí e Saracura), resposta espontânea da questão 196 (lemas calçada/passeio).

As variantes que ocorreram na fala da GICe são: *sereno* (Saracura), resposta espontânea da questão 21 (lemas nevoeiro/cerração/neblina); *bagaço* (Pacoval), resposta espontânea da questão 46 (lema sabugo); *alça* (Pacoval) e *mão* (Saracura), ambas constituíram respostas espontâneas à questão 53 (lema hastes do carrinho de mão); *tengando* (Abuí), resposta

espontânea da questão 82 (lema manco); *tocó* (Pacoval e Saracura), resposta espontânea da questão 69 (lema sura); *tocó* (Pacoval e Saracura) e *torongo* (Saracura), respostas espontâneas da questão 70 (lema cotó); *visita dela* (Abuí) e *canoa com goteira* (Saracura), respostas espontâneas à questão 121 (lema menstruação); *parou* (Pacoval), resposta espontânea da questão 122 (lema entrar na menopausa); *guri* (Saracura), resposta espontânea da questão 132 (lemas menino/guri/piá); *casquinha* (Pacoval) e *mão apertada* (Saracura), resposta espontânea da questão 138 (lema pessoa sovina); *credo em cruz* (Abuí), resposta espontânea da questão 147 (lema diabo); *mortal* (Abuí), resposta espontânea da questão 155 (lema cambalhota); *fulanga* e *cobó* (Abuí), resposta espontânea da questão 98 do QSL-Adapt (lema cacumbu, referente a instrumento de cortar velho e gasto, amolado para reaproveitamento).

Por fim, exemplos de variantes que ocorreram na fala da GISe são *tuqué* (QSL 70, lema cotó), *tuqué* (QSL 115, lema manco), *bandido* (QSL 140, lema assassino pago), *dos brega* (QSL 142, lema prostituta), *feiticeira* (QSL 152, lema curandeiro), *colango* (QSL-Adapt 98, lema cacumbu, referente a instrumento de cortar velho e gasto, amolado para reaproveitamento). A arealidade dessas variantes estão restritas à Abuí (em Oriximiná).

A seguir, destacamos outros resultados com arealidade também distinta.

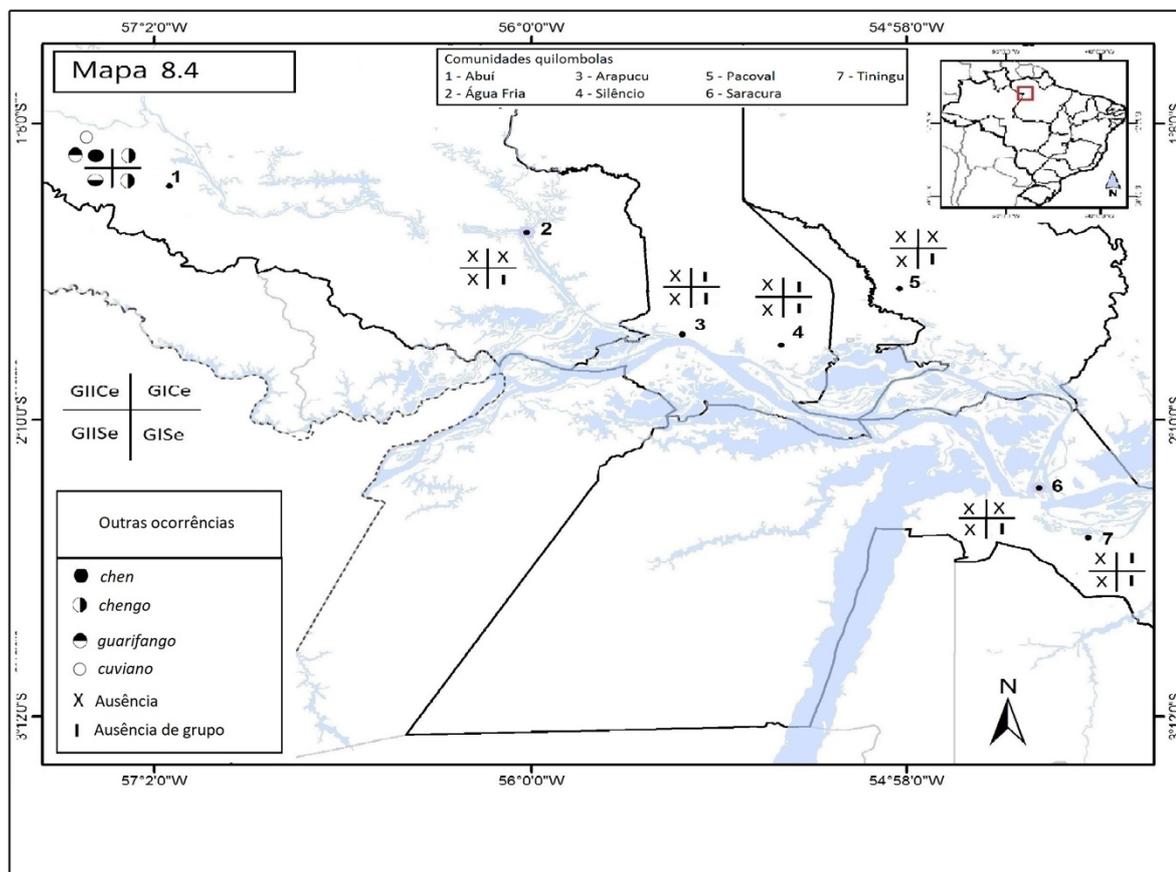
As variantes *sura*, *sora* e *sureta* (QSL 69, referente à ‘galinha sem rabo’) apresentaram arealidades restritas à geração mais velha com e sem escolarização. Especificamente, a arealidade de *sura* não alcançou apenas Saracura, a arealidade de *sora* limitou-se à Arapucu e a arealidade de *sureta* não se estendeu a Água Fria e Tinguu. Diferentemente das arealizações da geração mais velha, *tuqué* e *tocó* apresentaram arealidades restritas à geração mais nova com e sem escolarização. A arealidade de *tuqué* limitou-se à GI (Se e Ce) de Abuí e a arealidade de *tocó* limitou-se à GICe de Pacoval e de Saracura.

Situação similar a essas divergências de arealidades ocorreu com as variantes *soro*, *sureta*, *tuqué* e *torongo* (QSL 70, referentes a ‘cachorro de rabo cortado’). As duas primeiras tiveram arealidades restritas à GIICe e GISe (ambas de Silêncio), já as duas últimas (*tuqué* e *torongo*) apresentaram arealidades restrita às GISe (de Abuí) e GICe (de Saracura), respectivamente. Por fim, a variante *bicó* ocorreu como resposta espontâneas na GII (Ce e Se) e GICe, mas apenas na questão 70 do QSL essa variante está presente em todos os contextos de pesquisa. Na questão 69 do QSL, *bicó* ocorreu apenas em Saracura.

As variantes *urubu* e *corvo* são as mais frequentes nos dados da questão 64 do QSL (cf. quadro 07). A primeira variante está presente em todos os contextos de pesquisa e a última ocorre em cinco dos contextos investigados (exceto em Silêncio e em Saracura). Já as variantes

chengo, *chen*, *guarifango* e *cuviano*, ocorrências únicas, também fazem referência ao mesmo conceito da designação ‘urubu’, apresentaram arealidade restrita ao contexto de pesquisa Abuí, conforme carta linguística 8.4.

Imagem 02 – Carta linguística 8.4: ‘chen’, ‘chengo’, ‘guarifango’ e ‘cuviano’ (QSL-64, lema urubu).



As três últimas variantes foram identificadas na fala da geração mais velha (GIICe) e a primeira variante, ‘chengo’, na fala da geração mais nova com e sem escolarização, como se pode observar no fragmento 10 a seguir, extraído das respostas dadas ao questionário (*REQUEST*).

(10) “olha, laivai (= lá vai) aquele *chengo*” (ORXAB01, GICe, REQUEST-QSL 64).

A variante *jabuti* (QSL 82, referente ao ‘animal que tem a perna mais curta e que puxa de uma perna’) apresentou arealidade restrita às comunidades quilombolas de Abuí e Água Fria, ambos em Oriximiná. O primeiro contexto (Abuí) ainda conta com o item *tengando* para a mesma questão. A forma nominal desse item (*tengo*) foi identificada apenas no Abuí para questão 115 do QSL, referente à ‘pessoa que puxa de uma perna’. Isso significa que o

qualificativo pode caracterizar tanto pessoa ou animal que puxa de uma perna, como o item ‘manco’ proposto pelo questionário para essas duas questões.

As variantes *brebe* e *cajila* (QSL 150, lema amuleto) apresentaram arealidade restrita ao contexto diatópico Abuí e a geração mais velha. A primeira constituiu resposta espontânea da GII com e sem escolarização e a segunda apenas da GIICe. Já *pussanga*, resposta espontânea dada a essa mesma questão do QSL, apresentou arealidade restrita a GIICe de Saracura. Situação semelhante apresentaram *costela de vaca* e *paramola* (QSL 195, lemas lombada/quebra-molas), as quais foram identificadas em Pacoval apenas na fala da GIICe. Ambas as questões não se mostraram muito produtivas em nossos dados, como algumas questões apresentadas no quadro 06.

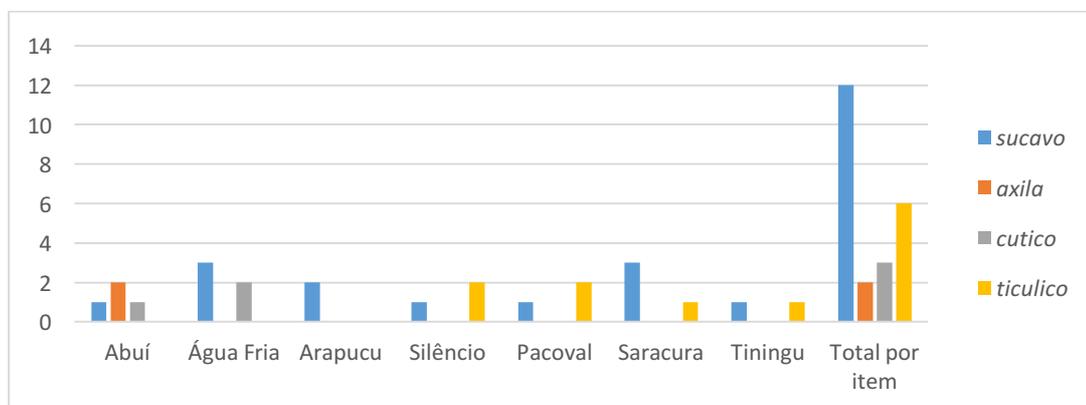
As variantes *xero* e *xera* (QSL 143, lema xará) ocorreram como respostas espontâneas apenas na fala da GII (Ce e Se). *Xero* apresenta arealidade restrita às comunidades quilombolas de Oriximiná (Abuí e Água Fria); e, além desses dois contextos, *xera* está presente em Pacoval e Tingu. Já a variante *xará* ocorreu na fala da GII (Ce e Se) e GIICe nos contextos Água Fria, Silêncio e Saracura. Em se tratando de sugerência, os itens *xará* e *xero* não foram aceitos pela GI (Ce e Se) de Abuí. Em Pacoval, a GIICe demonstrou conhecimento passivo de tais variantes e revelou percepção sobre o uso, ao afirmar que a variante ‘xará’ é mais utilizada na comunidade quilombola.

Um item mais geral e menos marcado pela informalidade *bola de capim*, relativo a um pedaço de capim encontrado no meio do rio que dificulta a passagem de embarcações (QSL-Adapt 03), constituiu resposta espontânea das GII (Ce e Se) e GIICe em Água Fria e da GISe em Saracura. Diferentemente, os itens mais marcados pela informalidade *tapagem*, *muri*, *cananara*, *premembeca* e *matupá* apareceram apenas na fala da geração mais velha em Arapucu, Pacoval e Saracura. Abuí, Silêncio e Tingu não apresentaram resposta espontânea para essa questão. Apesar de essa questão não ter se mostrado muito produtiva, acreditamos que esse resultado é significativo em virtude das particularidades diatópica e diageracional de *tapagem*, *muri*, *cananara*, *premembeca* e *matupá* poderem sinalizar provável perda de vitalidade de variantes consideradas suspeitas de representar territorialização.

A variante *suvaco* (52%) foi identificada em todos os contextos de pesquisa na fala da GII (Ce e Se) e GIICe. Especificamente, *cutico* (13%) apresentou arealidade restrita à geração mais velha das comunidades quilombolas de Abuí e Água Fria em Oriximiná. Diferentemente, *ticulico* (26%) teve arealidade restrita às GII (Ce e Se) e GIICe das comunidades de Silêncio (Óbidos), Pacoval, Saracura (Santarém) e Tingu (Santarém). Já a variante *axila* (9%),

registrada no Abuí em Oriximiná, ocorreu na fala de entrevistados da GIICe e GICe. É o que se pode observar no gráfico 09 a seguir.

Gráfico 09 - RE: Variantes ‘suvaco’, ‘ticulico’, ‘cutico’ e ‘axila’.



Fonte: A própria autora.

As especificidades de ocorrências no espaço pluridimensional não nos permitem afirmar que *cutico* e *ticulico* sejam variantes específicas ou próprias das comunidades quilombolas do Baixo Amazonas. Como veremos posteriormente (cf. item 5.1 da Seção 5), a primeira variante foi registrada por Vieira (1983) e por Azevedo (2013), nesse caso com arealidade distinta em Juruti e Médio Solimões (Estado do Amazonas). Já, nos dados do Atlas Léxico Sonoro do Pará (ALeSPA), pudemos constatar o uso dessas duas variantes (*cutico* e *ticulico*) para Oriximiná e Santarém. Por isso, afirmamos que esses fatos podem evidenciar tendência de uso na região do Baixo Amazonas.

Em se tratando de sugerência, ressaltamos algumas variantes léxicas com arealidade distinta:

- a) Variantes aceitas: *Neblina* (QSL 21) foi aceita pelas gerações mais velha e mais nova (ambas Ce e Se); *capanga* (QSL 140) e *dente do juízo* e *siso* (QSL 98) foram aceitas pelas GII (Ce e Se) e GICe; e *capanga* (QSL 115) foi aceita pela GII (Ce e Se);
- b) Variantes refutadas: *mandinga* (QSL 149) não foi aceita pelas GIICe e GI (Ce e Se); *quebra-mola* (QSL 195) não foi aceita por todas as gerações; *repiquete* (QSL-Adap 02) não foi aceita pela GIICe. Esses exemplos ocorreram em Abuí. ‘Mandinga’ também não foi aceita pela GICe de Saracura.

O item lexical *rendengue* foi aceito entre os entrevistados da geração mais velha (Ce e Se) de Água Fria e Tingu e refutado entre ambas as gerações de Abuí e Arapucu. Em Saracura, a sugestão desse mesmo item não foi aceita pelas GIICe e GICe, apresentando arealidade distinta da GIICe.

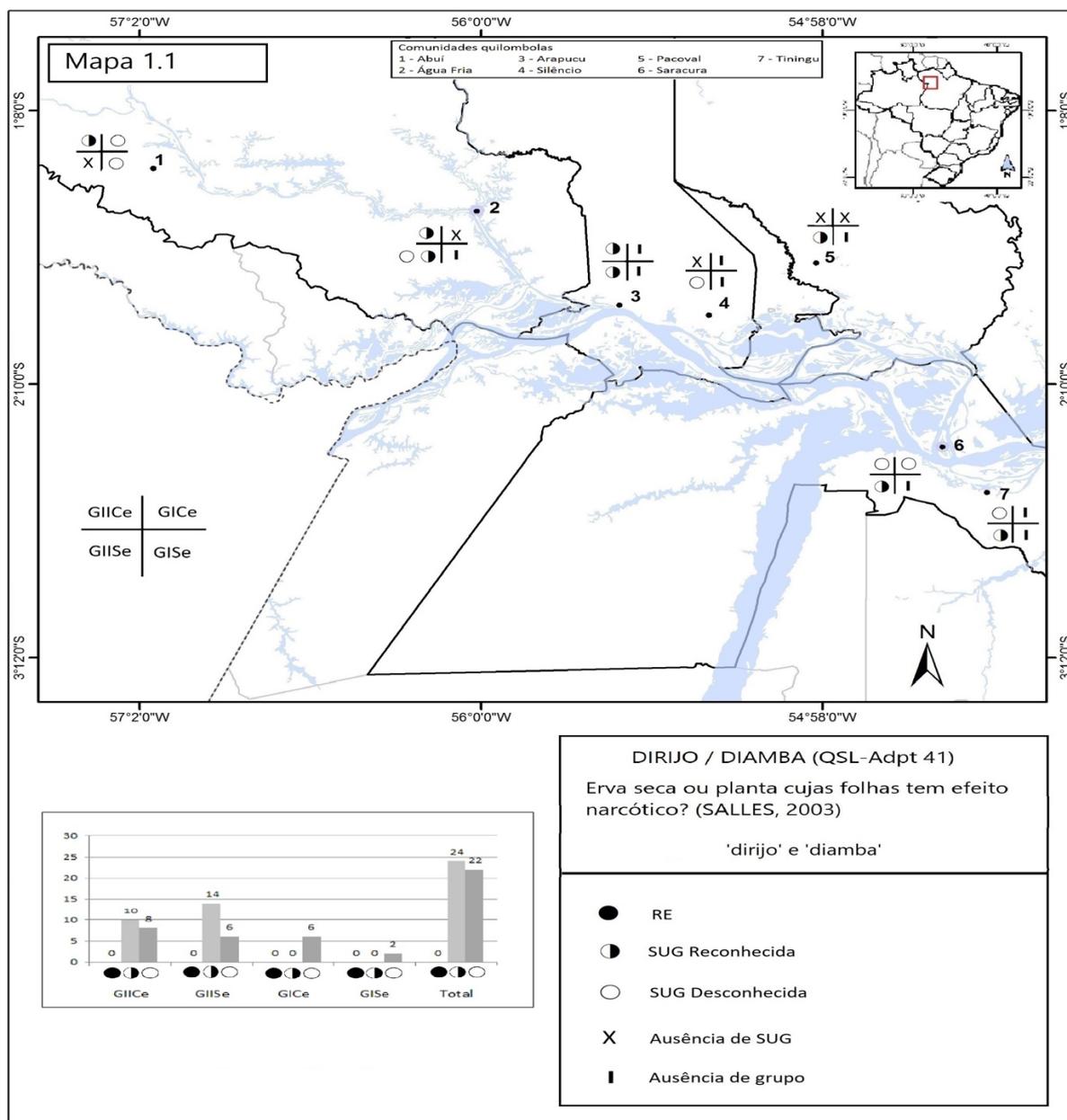
(11) “Sempre quando a pessoa tá com a tanga arriada, a gente diz ‘olha tá com a tanga no *rendengue*” (STMSAR06, GIICe, REQUEST-QSL-Adapt 22)

Ao considerarmos as sugestões *dirijo* e *diamba* (QSL-Adapt 41), constatamos que as gerações mais nova de Abuí (com e sem escolarização) e de Saracura (com escolarização) refutaram essas variantes, que são associadas pela geração mais velha como formas de falar das pessoas mais antigas da comunidade, conforme o comentário metalinguístico no fragmento 12.

(12) “O *dirijo* era a droga antes” (ORXAB01, GIICe, REQUEST-QSL-Adapt 41).

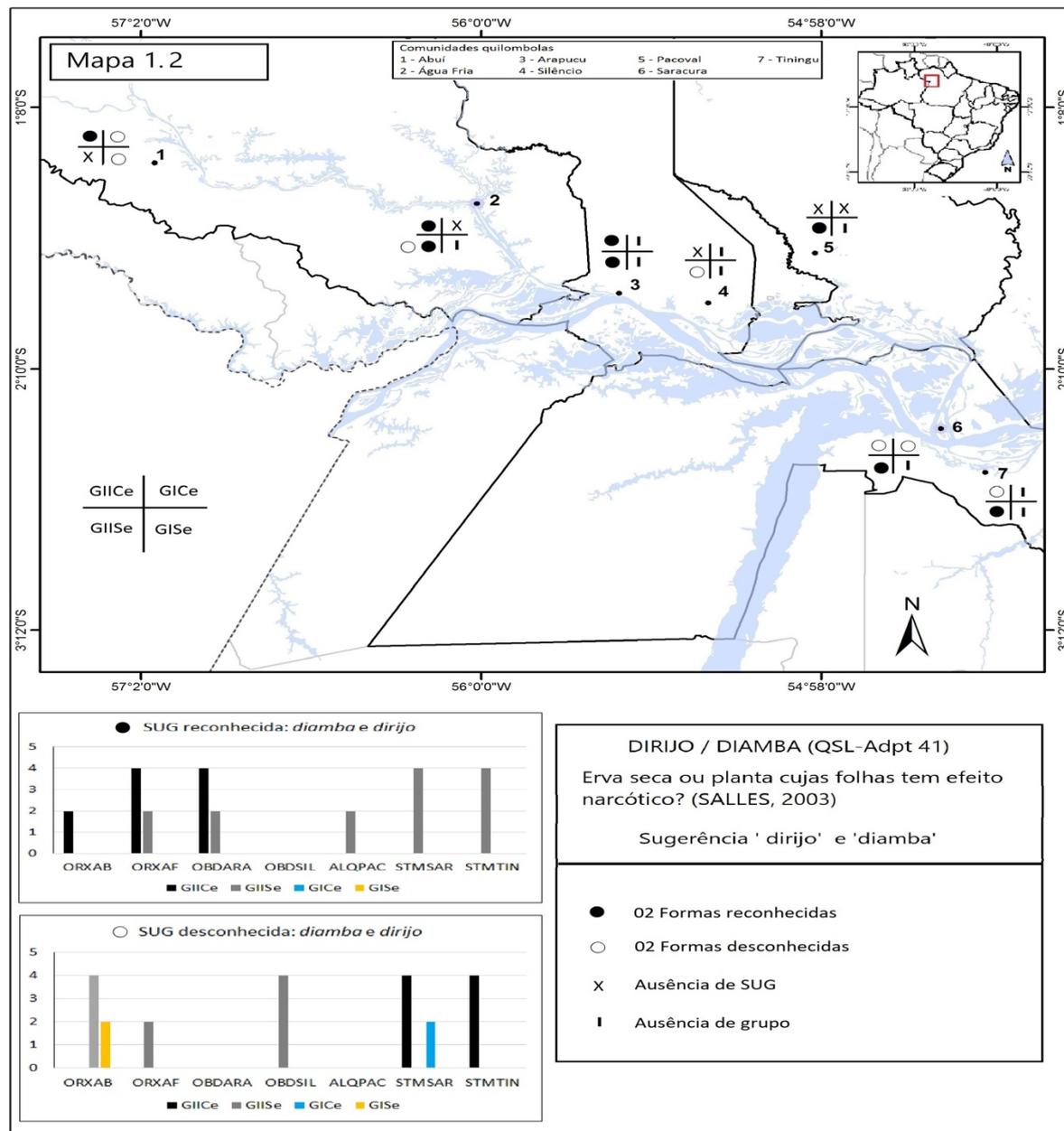
Apesar dessa ideia, a arealidade de *dirijo* e *diamba* no que concerne à geração mais velha também se mostrou divergente. Entre os contextos de pesquisa desta tese, a GIICe de Água Fria, GIICe de Silêncio, a GIICe de Saracura e a GIICe de Tingu refutaram ambas variantes, como se pode observar na carta linguística 1.1.

Imagem 03 – Carta linguística 1.1: ‘diamba’ e ‘dirijo’ (QSL-Adapt 41, lemas diamba, dirijo, liamba, maconha).



Em se tratando das sugerências aceitas, a carta linguística 1.2 evidencia que a abrangência das variantes *dirijo* e *diamba* no espaço pluridimensional parece restringir-se às comunidades quilombolas localizadas mais a noroeste (Oriximiná e Pacoval de Alenquer) da mesorregião do Baixo Amazonas, com exceção de Silêncio.

Imagem 04 – Carta linguística 1.2: Sugerência ‘diamba’ e ‘dirijo’ (QSL-Adapt 41, lemas diamba, dirijo, liamba, maconha).



Por outro lado, mais ao sul, onde estão localizadas as comunidades quilombolas de Santarém, só haveria unidade na arealidade das variantes *dirijo* e *diamba*, a nosso ver, se, entre os entrevistados da GIISe que afirmaram reconhecê-las, houvesse o conhecimento de fato do significado, o que não ocorreu com os entrevistados de Tingu. Entendemos que o sentido de ambas as variantes parece ter se perdido, restando a identificação das formas por ouvir falar.

Desse modo, a evidência de pouca ou nenhuma integração dos itens ‘diamba’ e ‘dirijo’ entre a geração I e a perda de vitalidade desses mesmos itens entre a geração II, em razão do conhecimento passivo, levou-nos a acrescentar ‘dirijo’ e ‘diamba’ ao grupo das variantes cuja

representação simbólica manifesta referência da territorialidade nas dinâmicas de territorialização linguística.

Para finalizar, a comparação entre os tipos de resposta para as variantes *cangalha* e *cambão* (QSL 54) evidenciou um aspecto relacionado às atividades produtivas nas comunidades quilombolas. *Cangalha* ocorreu apenas na fala de um entrevistado da geração mais nova com escolarização de Pacoval e *cambão* ocorreu na fala da geração mais velha com e sem escolarização apenas em Silêncio. Considerando as sugestões feitas para essa questão em todos os contextos de pesquisa, quatro entrevistados refutaram essa variante e seis aceitaram-nas. Contudo, entre esses seis entrevistados, quatro deles mencionaram que o reconhecimento é apenas por ouvir falar, não reconhecem o sentido. Isso significa que esse instrumento de trabalho parece ser pouco usual nas comunidades quilombolas do Baixo Amazonas paraense, diferentemente do que se poderia supor.

4.1.2.1 Síntese das informações diageracional e diastrática

As ocorrências com tendências de uso monoléxico (OTUM) apresentadas na dimensão diatópica (cf. item 4.1.1) convergem para similaridades nas realizações por grupo dos contextos de pesquisa. Mesmo nos casos em que houveram ausências de resposta espontânea, a sugestão confirmou o conhecimento passivo de apenas um item para cada questão, caracterizando a ocorrência como OTUM.

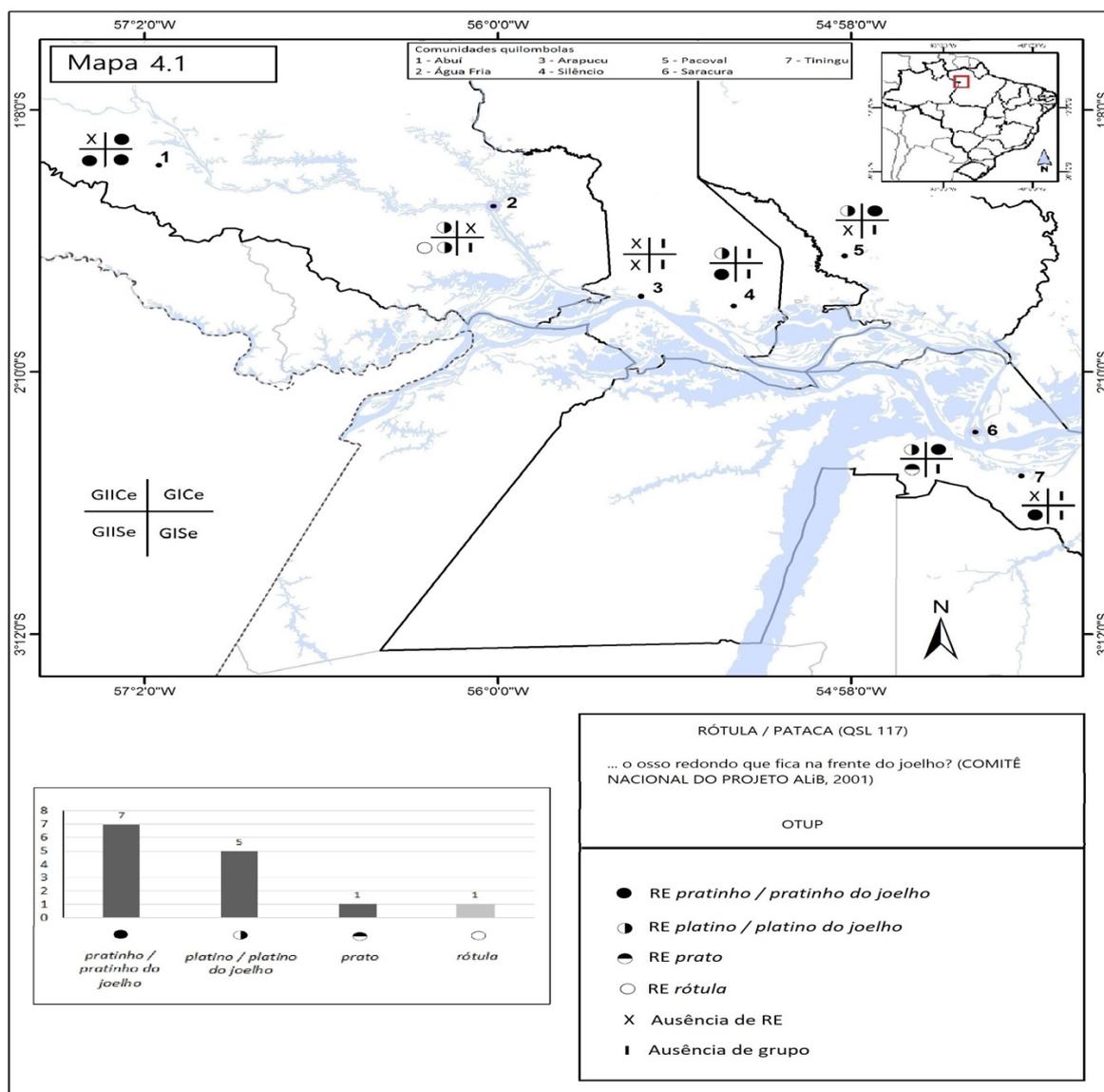
No caso das ocorrências com tendências de uso poliléxico (OTUP), era de se esperar que prováveis tendências gerais (sobretudo, em situação de maior ausência de respostas espontâneas) e particulares ocorridas nas dimensões diageracional e diastrática não pudessem ser confirmadas em razão das lacunas na coleta de dados em campo. Alguns exemplos de:

- a) Variantes presentes na fala da geração mais nova, em que não é possível afirmar tendências, devido ao baixo número de ocorrências: *arco-íris* (QSL 17); *urubu*, *corvo* e/ou *chengo* (QSL 64); *joão de barro* (QSL 66); *tuqué* e/ou *tocó* (QSL 69); *bicó*, *tuqué*, *tocó* e/ou *torongo* (QSL 70); *coxo*, *coxó*, *tengando* e/ou *jabuti* (QSL 82); *fonfom* (QSL 101); *guela* e/ou *caroço* (QSL 105); *colombo* (QSL 107); *suvaco*, *axila* e/ou *ticulico* (QSL 108); *inhaca* (QSL 109); *tuqué* e/ou *coxó* (QSL 115); *visita dela* e/ou *canoa com goteira* (QSL 121); *parou* e/ou *menopausa* (QSL 122); *curumim*, *menino* e/ou *guri* (QSL 132); *cunhantã* (ou *cunhantã*) e/ou *menina* (QSL 133); *xará* (QSL 143); *macaca* (QSL 167); *compacto* (QSL 191); *bola de capim* (QSL-Adapt 03);

- b) Variantes ausentes na fala da geração mais nova entrevistada: *feitiço*, *feitiçaria*, *bruxaria*, *despacho* e *pussanga* (QSL 149); *brebe*, *cajila* e *pussanga* (QSL 150); *calambiota* e *mortal* (QSL 155); *pira* e *s'isconde* (QSL 160).

Em se tratando do grupo das variantes cuja representação simbólica manifesta referência da territorialidade nas dinâmicas de territorialização linguística, podemos dizer que *pratinho* (ou *pratinho do Joelho* ou *platino* ou *platino do Joelho* ou *prato*) é a variante mais integrada e com tendência de manutenção nas comunidades quilombolas em razão de ter ocorrido espontaneamente na fala de todas as gerações com e sem escolarização, conforme carta linguística 4.1.

Imagem 05 - Carta linguística 4.1: OTUP (QSL 117, lemas rótula, pataca).



Julgamos conveniente inserir nesse grupo *curumim* (QSL 132) e *cunhantã* ou *cunhantãi* (QSL 133), dada a ocorrência dessas variantes na fala da GII (Ce e Se) e GICe. Já as variantes com sinais de perda progressiva em razão de não ocorrerem espontaneamente na fala de todas as gerações investigadas ou de não terem sido reconhecidas na sugestão por alguns entrevistados, demonstrando instabilidade nas tendências de uso dentro das comunidades quilombolas, são: *pedreiro*, *curumim* (mesmo referente de ‘último dente’), *virou homem*, *gorongo*, *brebe*, *cajila*, *pussanga*, *pancararam*, *matupá*, *tapagem*, *premembeca*, *cananara*, *muri*, *chen*, *chengo*, *guarifango*, *cuviano*, *capenga*, *diamba*, *dirijo*.

4.1.3 Dimensão diafásica

É oportuno dizer que, por não controlarmos o tipo de texto (se narrativo, argumentativo, injuntivo, descritivo ou expositivo) nas conversas, limitamo-nos a identificação de variantes em dois diferentes estilos (questionário e conversa) como forma de flagrar o controle social da fala pelos entrevistados, como mencionado anteriormente (cf. item 2.2.1 da Seção 2).

Como já se poderia supor, o cotejo entre variantes léxicas a partir dos questionários (QFF, QSL e QSL-Adapt) e da conversa (CON) só foi possível em um número reduzido de itens. Nesse particular, nossa expectativa é de averiguar evidências de vitalidade das variantes cuja representação simbólica manifeste referência da territorialidade nas dinâmicas de territorialização linguística em razão do grau de espontaneidade ser diferente nessas formas de interação linguística (RADTKE; THUN, 1996).

Contudo, essa perspectiva de análise não foi possível na maioria dos itens considerados suspeitos de manifestar referencial simbólico da territorialidade na territorialização, quais sejam:

- a) SUG: *barco em terra*, *dirijo*, *diamba*, *rendengue*, *xibiu*, *milonga*, *capenga*;
- b) RE: *balador*, *calambiota*, *pratinho*, *curumim* (mesmo referente de ‘último dente’), *ticulico*, *cutico*, *virou homem*, *xero*, *xera*, *tia chica ou maria chica*, *goronga*, *liamba*, *tapagem*, *muri*, *canarana*, *premembeca*, *matupá*, *pedreiro*, *brebe*, *cajila*, *pussanga*, *chen*, *chengo*, *guarifango*, *cuviano*, *fongo*, *tengo*, *catengue*, *empatado*, *perna quebrada*, *canela quebrada*, *macaco mordeu*, *visita dela*, *furou a canoa*, *canoa em terra*, *cortou a perna*, *barco furado*, *canoa com goteira*, *cunhantã* ou *cunhantãi*.

Ao identificarmos as variantes *curumim*, *menino* e *menina* na conversa, conforme ilustrado nos fragmentos de 13 a 17, entendemos que o significado referencial empregado não se trata apenas do proposto pelo QSL, relativo ao indivíduo de 5 a 10 anos do sexo masculino e feminino, respectivamente. Para além desse significado, a análise da variação diafásica identificou também outros sentidos já usuais no português brasileiro, a saber: jovem do sexo masculino e jovem do sexo feminino (cf. Ferreira, 1986; Domenico, 2008).

(13)

“ENTREV: Ele era do garimpo, inda dá o macha::do, quem sabe como nu tava de oro lá dento. Eh:: e aí tiraru mutó dinheiro e o A. que murava aí acha... o *menino* que a gente trabalhava com ele achô uma botija assim. Botija é uma... aquela parece uma garrafa, é uma garrafa e tava chiinha ((= cheinha)) de:: era cordão, era anel, era tudo dento daquele.

DOC: Uhn hum

ENTREV: Eu digo, ele ficô rico com aquilo.

DOC: Pois é, isso que eu estou pensando ((riso))

ENTREV: Poxa vida! Eu digo a gente andando aí nu achava, aí um *curumim* fui... ele ‘olha meu filho’ os home falava tudo ‘quanto tu andá por aí, que tu enxêrga essas cosa tu mija em cima pa não sumi’ ((riso))” (OBDARA03, GISe, CON).

(14) “Olha de primero os... mu... os *menino* q’eru mais antigo sabiu respeitá a pessoa e hoje agora nu tem mais o respeito. Não senhora, nu tem nu tem mais o respeito” (ORXAB01, GISe, CON).

(15) “Aí quando chegô perto né -- (ININT) eu tava nuvu eu tava com::... ainda tava com... ainda tava com um dezessete ano, dezesseis pa dezessete ano tava meninão só q’era um *menino* disposto pa... pa tu::do já pra trabalhá de... de... de no::vo memo e ajudá meus pai” (OBDARA03, GISe, CON).

(16) “Aí eu cheguei lá ela tava no terrero com a... a *menina* e a L. brincan::do lá no lado, aí ela ‘PEGA! PEGA! a tua filha q’eu nu vô ficá mais com a tua filha, eu nu vô ficá porq’eu já cantei tudo e quanto é cantiga e... essa tua purcaria nu dorme’, (eu disse) ‘oh mamãe nu chame de purcaria pa minha filha...’” (OBDSIL04, GISe, CON).

(17) “Eu pedia demais pa Deus ó pa... um dia me desse uma filha, eu queria tê (eu já teve) relacionamento com com várias *menina*, mas nunca (ININT) uma filha (ALQPAC05, GICe, CON).

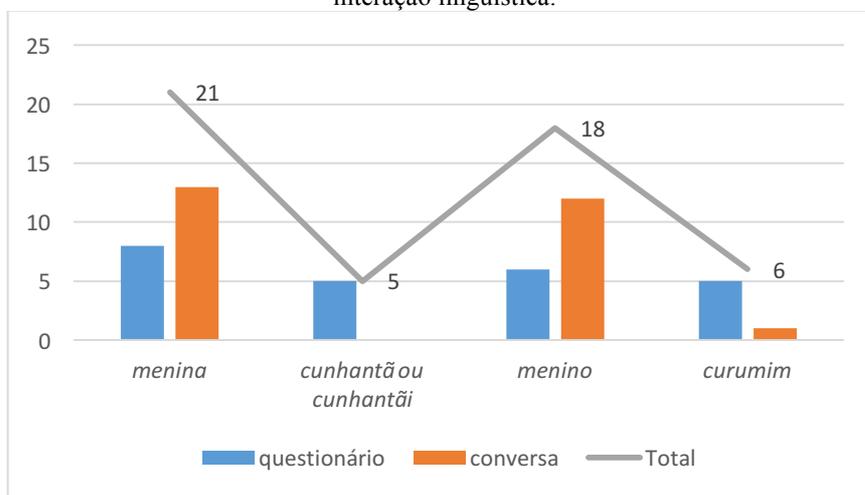
(18) “*Cunhãntã* é a mulhé fême” (ALQPAC05, GISe, REQUEST-QSL 133, SUG).

Assim como *curumim*, em destaque no fragmento 13, é ocorrência única nos dados da conversa, a variante *cunhantã* ou *cunhantã* também é escassa. A única ocorrência registrada dessa variante (excetuando-se aquelas obtidas durante a aplicação da questão 133 do QSL, a exemplo do comentário metalinguístico no fragmento 18) deve-se ao modo de condução das entrevistas e o ambiente de coleta terem sido preferencialmente informais. Uma ordem dada pelo entrevistado em um breve momento de interação do mesmo com transeuntes durante a entrevista revelou grau de espontaneidade diferente e o uso do item *cunhantã* com o mesmo significado referencial proposto pelo QSL, conforme fragmento 19:

(19) “O::lha, sai do pé! sai daí! (ININ) tê com ela essa *cunhantã* aqui, ela atrepú por baxo” (OBDARA03, GISe, REQUEST-QFF).

Ao compararmos o resultado dessas variantes na conversa com as respostas espontâneas dadas ao QSL, constatamos que o valor total das ocorrências para as variantes *curumim* e *cunhantã* ou *cunhantã* é também baixo quando consideramos o total de variantes menos marcadas pela informalidade, conforme o gráfico 10. Ademais, *curumim* e *cunhantã* apresentaram arealidade muito divergente e parecem não manter uma certa unidade como as variantes *menino* e *menina*, presentes nos sete contextos de pesquisa nos dados da conversa e em cinco contextos nos dados do questionário.

Gráfico 10 – RE: Variantes ‘menino’, ‘menina’, ‘curumim’ e ‘cunhantã’ em duas formas de interação linguística.



Fonte: A própria autora.

Nesses termos, considerando o conhecimento ativo, é possível dizer que há preferência léxica para os itens *menino* e *menina* em ambas as formas de interação linguística em razão dos dados da conversa, como se pode observar nos valores das respostas espontâneas para o QSL e conversa ilustrados na tabela 02.

Tabela 02 – Cotejo entre variantes mais e menos marcadas pela informalidade.

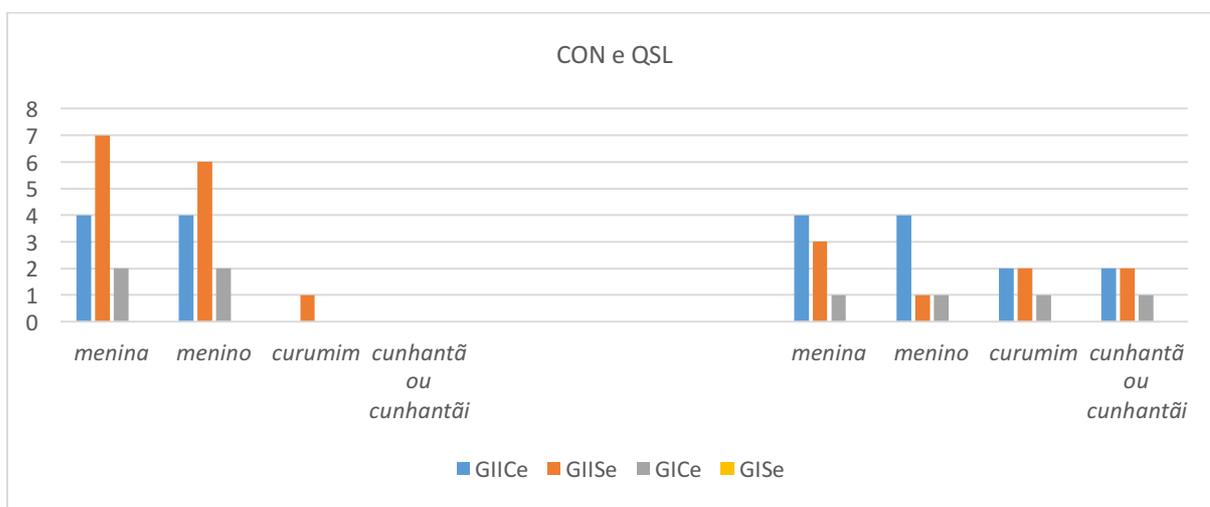
Variantes	Questionário	Conversa	Total
<i>menino e menina</i>	14	25	39
<i>curumim e cunhantã</i>	10	1	11

Fonte: A própria autora.

Além da pouca produtividade dos dados em ambos os estilos para as quatro variantes em questão, o gráfico 11 aponta arealidade de *curumim* e *cunhantã* restrita à geração mais nova

com escolarização apenas no questionário, estilo com maior atenção prestada à fala. Em relação à conversa, chamou-nos atenção o fato de o fragmento 13, visto anteriormente, ter sido o único nos textos desse estilo a apresentar como recurso linguístico coesivo à equivalência de sentido entre *menino* e *curumim*. No restante dos casos, outras estratégias de encadeamento do texto foram observadas: repetição dos itens léxicos *menino* e *menina*, substituição desses itens por pronome ou nome próprio.

Gráfico 11 - RE: Variantes ‘menino’, ‘menina’, ‘curumim’ e ‘cunhantã’ nas gerações.⁵²



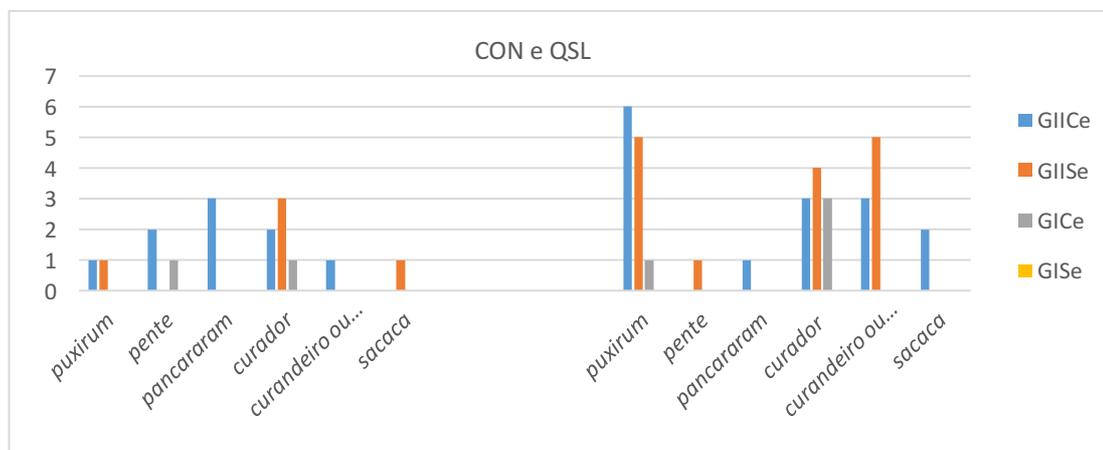
Fonte: A própria autora.

Uma provável integração dos itens *curumim* e *cunhantã* aos contextos de pesquisa desta tese é possível na medida em que consideramos o conhecimento passivo dos entrevistados nos demais contextos, onde não ocorreram essas variantes como resposta espontânea. De igual modo, a sugestão possibilitou mais abrangência desses itens aos parâmetros idade e escolaridade, em razão da geração mais nova (Ce e Se) de Abuí e de Saracura também reconhecer tais variantes (cf. cartas linguísticas 9.3 e 10.3, imagens 12 e 14, p. 150 e 152).

O cotejo entre variantes empregadas em diferentes estilos pôde ainda ser observado em *puxirum* (QSL-Adapt 24), *pente* (QSL-Adapt 17-2), *pancararam* ou *panpancararam* ou *pancacararam* (QSL 160), *curador*, *curandeiro* ou *curandeira* e *sacaca* (QSL 152). Como ilustrado no gráfico 12, essas variantes apresentaram divergências.

⁵² No gráfico 11, a GISe não apresentou resposta espontânea.

Gráfico 12 - RE: Cotejo entre variantes ocorridas em duas formas de interação linguística.



Fonte: A própria autora.

Entre as variantes cuja representação simbólica manifesta referência da territorialidade nas dinâmicas de territorialização linguística esboçadas no gráfico 12, podemos dizer que *puxirum* é a variante mais recorrente (14 ocorrências no total dos dados do QSL-Adapt e conversa) e mais integrada por se manifestar na fala de três gerações (GIICe, GISe e GICe) e por estar presente em todos os contextos de pesquisa, observemos a série de cartas linguísticas de 6.1 a 6.3.

Imagem 06 - Carta linguística 6.1: QSL-Adapt 04 (lemas puxirum, mutirão).

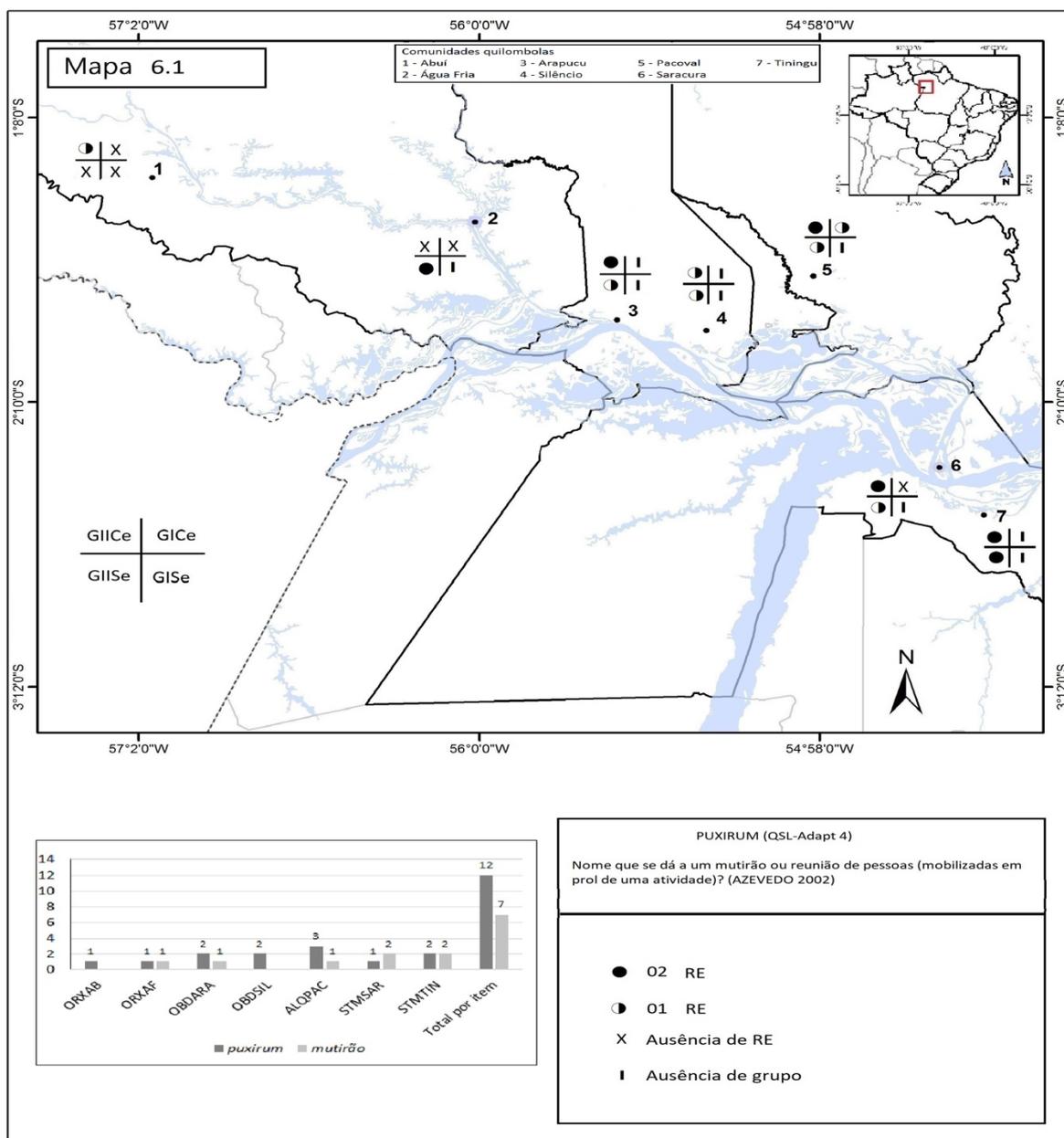


Imagem 07 - Carta linguística 6.2: OTUP (QSL-Adapt 04, lemas puxirum, mutirão).

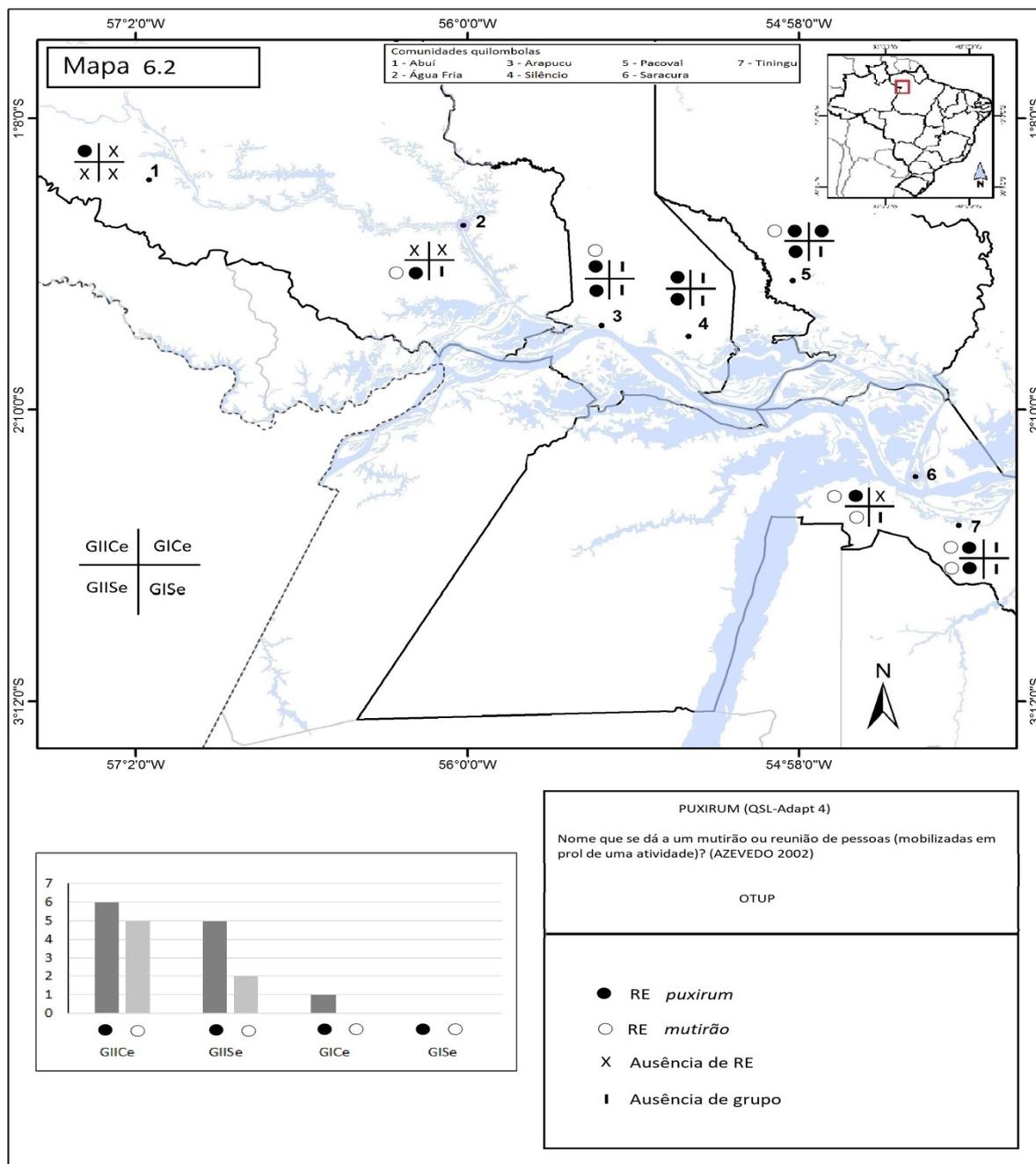
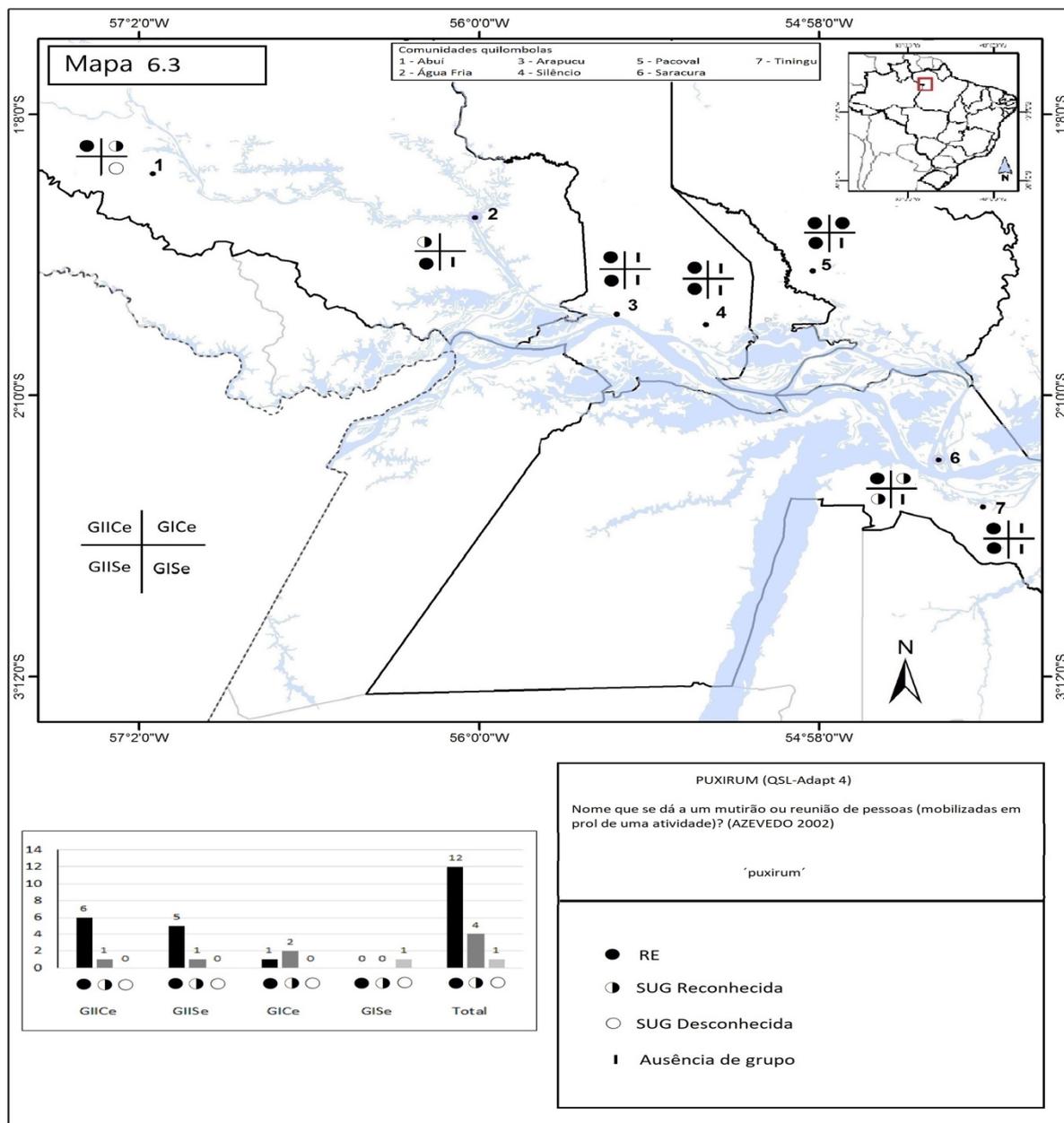


Imagem 08 - Carta linguística 6.3: ‘puxirum’ (QSL-Adapt 04, lemas puxirum, mutirão).



Inversamente, as variantes *pente*, *pancararam* e *sacaca* são as menos recorrentes e também menos integradas aos contextos de pesquisa (cf. quadro 09).

Quadro 09 - RE: Variantes ‘pente’, ‘pancararam’ e ‘sacaca’.

Variante	Instrumento de coleta	Geração	Contexto	Subtotal	Total
<i>pente</i>	QSL	GIICe	Silêncio e Saracura	02	04
		GICe	Água Fria	01	
	Conversa	GISe	Pacoval	01	
<i>pancararam</i>	QSL	GIICe	Pacoval	01	04
	Conversa	GII (Ce e Se)	Arapucu, Silêncio e Pacoval	03	

<i>sacaca</i>	QSL	GIICe	Abuí e Água Fria	02	03
	Conversa	GISe	Água Fria	01	

Fonte: A própria autora.

Os fragmentos de 20 a 23 a seguir contextualizam as variantes: *puxirum* mesmo referente de ‘mutirão’; *pente* relativo à parte do corpo de um indivíduo acima da genitália; *pancararam* ou *panpancararam* ou *pancacararam* diz respeito a uma brincadeira de esconder; *curador* e *sacaca* relativo à pessoa que trata doenças usando ervas ou plantas (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB, 2001).

(20) “Aí dede ((= desde)) q’eu sai de casa eu sentia que o meu corpo ia fugindo né, ia sentindo aquele movimento, ele me chamô lá e dê dentro da casa dele lá fora né, proguntô pra onde eu ia, eu disse que ia po *puxirum*, ‘de quem era o *puxirum*?’, eu disse q’era do pai da mulhé né, ele disse ‘é eu lhe chamei pra lhi dá um café e dá uma ispiada ((= espiar))’” (ORXAF02, GISe, CON).

(21)

“DOC: Como foi essa experiência de ter filho? Seu parto foi natural?

ENTREV: Foi.

DOC: Como foi? O que que você sentiu?

ENTREV: Sentia muita dô. Dô na *pente*” (ORXAF02, GICe, CON).

(22)

“DOC: Como é essa brincadeira do *pancararam*? Como é que vocês brincavam?

ENTREV: É isso aí, o *panpancararam*

DOC: ((tosse))

ENTREV: Era do esconde né, aí a gente ia s’iscondê “bora s’iscondê”.

DOC: Mas era dentro d’água?

ENTREV: Não, era era... a gente brincava dento d’água, brincava em terra né, aí s’iscondia ia embora s’iscondia, aí eles procuravu do *panpancararam*. ‘*Panpancararam*’ batia, ‘*panpancararam*’ e aí corria né, s’iscondia. Era assim que era a brincadera.

DOC: Se batesse ‘*pancararam*’, aí...

ENTREV: Era a mãe” (ALQPAC05, GIICe, CON).

(23)

“DOC: Uhn não tem alguma outra pessoa assim como ele hoje?

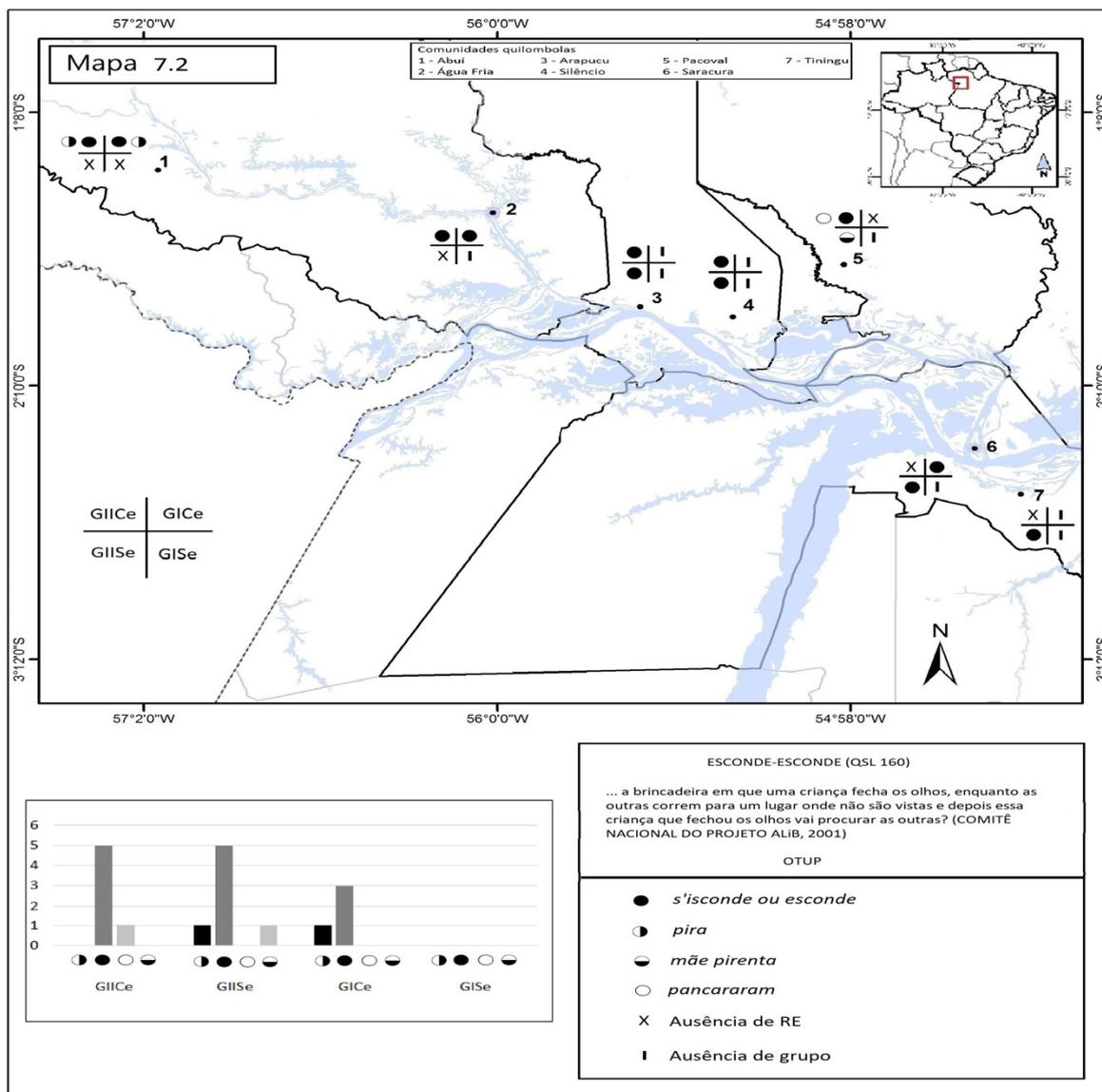
ENTREV: Não, hoje não. Eu já ocupei um *curadô* lá na costa de Óbidos na comunidade Boa Nova, chamada L., ele entende. Eu fui lá com ele, ele fez um trabalho para mim que deu d’eu ver que ele entende de alguma coisa, mas ele não tem a sabedoria do Balduíno, não. Ele não tem. Eu acho que eu vou chegá ao final da vida e não vou vê outra *sacaca* igual ele, não” (ORXAF02, GISe, CON).

Essas duas variantes destacadas no fragmento 23, ao serem selecionadas pelos entrevistados na conversa, evidenciando caso de sinonímia, apontam para vitalidade de ambos os itens, um mais geral e outro mais marcado pela informalidade. Entendemos que uma pesquisa etnográfica seria importante para averiguar qual desses itens é mais usual.

A variante *pancararam* ou *panpancararam* ou *pancacararam*, exemplificada no fragmento 22, apresentou arealidade restrita à segunda geração com e sem escolarização tanto

no QSL quanto na conversa. Pacoval foi a única comunidade a apresentar essa variante como resposta espontânea a questão 160 do QSL, conforme carta linguística 7.2.

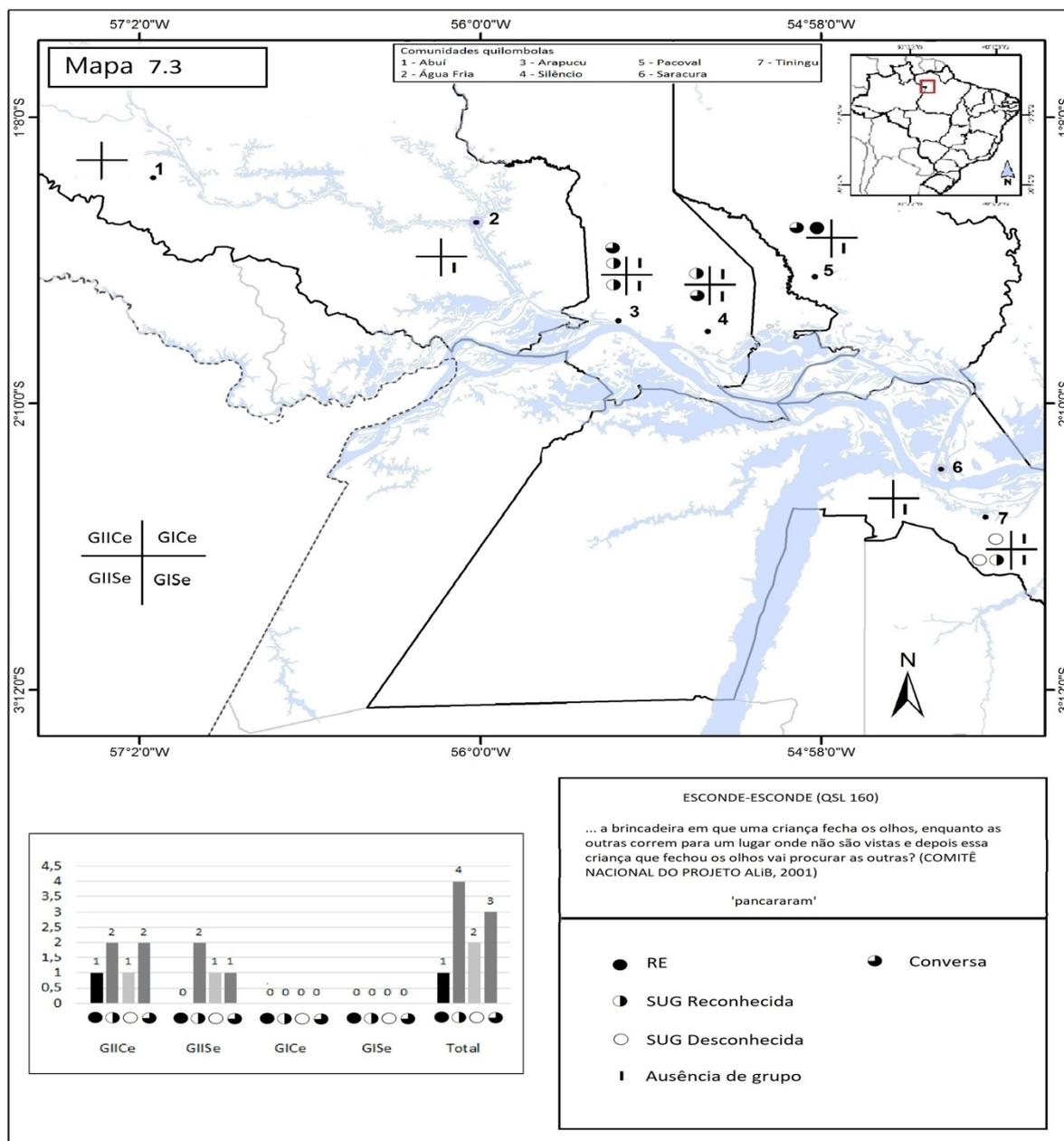
Imagem 09 – Carta linguística 7.2: OTUP (QSL 160, lema esconde-esconde).



Quando tratamos do tema relativo às experiências pessoal e familiar na conversa, o número de comunidades a manifestar essa variante aumentou um pouco mais. Pacoval (GIICe), Arapucu (GIICe) e Silêncio (GISe) evocaram a brincadeira infantil, considerada rotineira. Em razão de tomarmos conhecimento da variante *pancararam* após a realização do trabalho de campo nas comunidades quilombolas de Oriximiná, não podemos afirmar conhecimento e abrangência dessa variante no falar dos afro-brasileiros de Abui e Água Fria, tão pouco o impacto dessa variante na vida social.

A realidade de *pancararam* só alcança mais uma comunidade da mesorregião do Baixo Amazonas quando consideramos o conhecimento passivo dessa variante na fala do único entrevistado de Tinguu que afirmou reconhecê-la. Aceitaram também essa variante mais três entrevistados (dois de Arapucu e um de Silêncio), dos quais um afirmou não saber o que é (GIICe de Silêncio). Refutaram *pancararam* dois entrevistados da GII (Ce e Se) de Tinguu. É o que se pode observar na carta linguística 7.3.

Imagem 10 – Carta linguística 7.3: ‘pancararam’ (QSL 160, lema esconde-esconde).



Além da presença da variante apenas na fala da geração mais velha, pouca integração aos contextos e instabilidade no uso em razão da divergência entre a arealidade da RE, SUG e CON, fatos constatados nas cartas linguísticas 7.2 e 7.3, a evidência é de que a alteração importante ocorrida ao longo do tempo se deu na designação dessa brincadeira infantil, a qual parece ter sofrido processo de substituição por uma variante menos marcada *s'isconde* ou *esconde*, diferentemente de seus aspectos conceituais, como se pode observar nos fragmentos de 24 a 26.

(24) “Ah... essas história de brincadera que a gente brincava né (por) **pancacararam**, que nós chamava, nós brincava anssim n'era ((= não era)) só n'água nós brincava no terrero era um currendo atrás do otro (ININT) chega a gente suava” (OBDSIL04, GISe, CON).

(25)

“DOC: Uhn hum essa brincadeira do pancararam é:: a me... parecida com a brincadeira de pira pega hoje?

ENTREV: Certo, é essa agora...

DOC: É essa.

ENTREV: ...na... no... pessoá nuvo é essa agora.

DOC: Certo.

ENTREV: Isso tudo... essas cosa... é aí q'eu digo que de lá pa cá teve muita mudança e:: em cosas né. É.

DOC: Com certeza.

ENTREV: É. Que realmente é como a gente... olha, EU JÁ SEI DISSO porque eu já escutei ele falare quando eles tão... eles tão... se arrumando aqui pa fazê essa brincadera, “vamos brincá de tar coisa” q'eu escuto assim eh...” (OBDARA03, GIICe, CON).

(26)

“DOC: E podia fazer na água também?

ENTREV: Podia. Era o **panpancararam**

DOC: Era tudo pancararam?

ENTREV: Era **panpancararam**.

DOC: Essa é uma brincadeira interessante.

ENTREV: Eh.

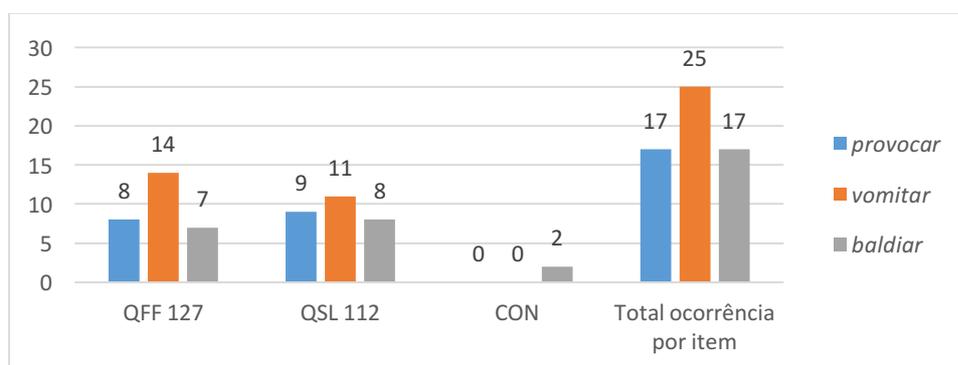
DOC: A senhora brincou muito né.

ENTREV: Brinquemo muito.

CIRC: (INIT) pra ele ((fala ao longe))

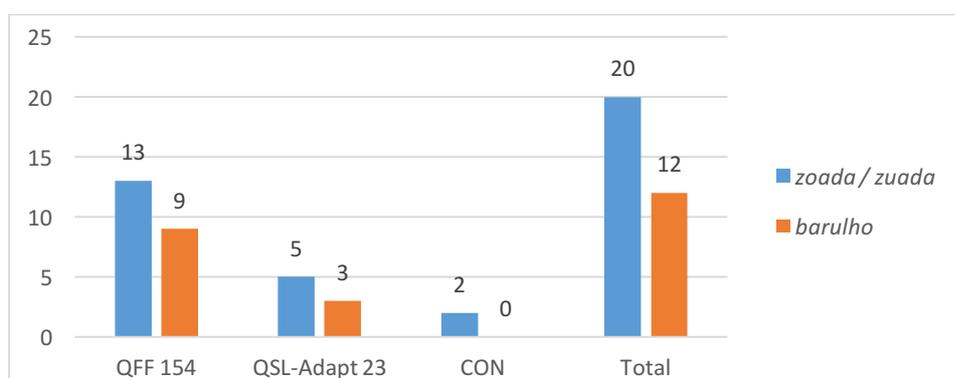
ENTREV: Ah poizé. Antes, hoje em dia não, essas menina num querem nada né, mas nu tempo dos... dos avós... dos mais velho, a gente gostava de tá perto deles pa contarim história né” (ALQPAC05, GIICe, CON).

Além das variantes cuja representação simbólica pode manifestar referência da territorialidade nas dinâmicas de territorialização linguística aludidas anteriormente, outros itens léxicos também estão presentes em ambos os estilos. Entre as variantes *provocar*, *vomitare* e *baldiar*, essa última foi a única selecionada pelos entrevistados na conversa. Apesar disso, *baldiar* apresentou baixo número de ocorrência nessa forma de interação linguística, provavelmente em razão do tema desenvolvido, e valor aproximado ao dos outros dois itens nos questionários, como podemos observar no gráfico 13.

Gráfico 13 - RE: Variantes ‘provocar’, ‘vomitar’ e ‘baldiar’.

Fonte: A própria autora.

Similarmente, a variante *zoada* ou *zuada* foi o único item selecionado na conversa e apresentou ligeira diferença no número de ocorrência quando comparada a *barulho* nos dois tipos de questionários, como mostra o gráfico 14.

Gráfico 14 - RE: Variantes ‘zoada’ ou ‘zuada’ e ‘barulho’.

Fonte: A própria autora.

Em ambos resultados, a diferença no total de ocorrência das variantes sinaliza para tendência de uso de dois ou mais itens, convergindo para o que foi constatado apenas no QSL (cf. item 4.1.1.1 da Seção 4). Ilustramos a ocorrência de *baldiar*, de *zoada* ou *zuada* e de *barulho* nos fragmentos de 27 a 29.

(27) “Q’ela ((ININT)) cumeçô a dá um quebranto que deru nela, aí ela dueceu ((= adoeceu)) muito ela *baldiava*, aí cando ((= quando)) nós levamo ela, aí nu tive ((= tinha)) mais jeito o médico disse q’era patite preta que tinha pegado era nela muito e aí ela pegô morreu” (ORXAF02, GICe, CON).

(28) “Eu estava pescando bem ai ó, perto desses árvore, bem perto da bera, naque::le prestando atenção ba... quando eu via aquela *zua::da* nesse marisero ((relativo a maresia)) que tem bem ali, uma *zoada* uma *zoada* q’eu olho

minha querida vinha aquele grande mato, olha o mato era muito grande, muito maiô do que essa árvore aí...” (OBDARA03, GIICe, CON).

(29) “É exatamente os meu pai, ele usava umas palavra assim no *barulho*, vamo dizê pa nu fazê *zuada*, tinha mutos dele que usava é.. tinha uma palavra (ININ) eles chamava *ponga* era pa não faze *barulho* né. Era essas coisa: ‘minha filha nu faz *ponga*’. Às vez a gente tá pescando aqui... mutos velho usavu isso né, adepos ((= depois)) foi difiçu essas palavra foi desaparecendo né, conforme nós fumu tomando otos intendimento, a’ente já nu usô mais isso né” (ORXAF02, GIICe, REQUEST-QSL-Adapt 106).

Optamos por acrescentar ao grupo das variantes cuja representação simbólica manifesta referência da territorialidade nas dinâmicas de territorialização linguística o item *ponga*, identificado no comentário metalinguístico a respeito da forma mais antiga utilizada para ‘zoada’ ou ‘zuada’ e ‘barulho’, seus sinônimos, como pôde ser observado no fragmento 29.

As variantes *zangar* e *invocar* ocorreram como sinônimas na conversa, ambas com o mesmo significado referencial do item proposto no questionário, que é a forma nominal de ‘zangar’. Em se tratando de forma nominal, o único item para esse mesmo referente na conversa é *braba*.

(30) “O resto tem até vergonha, aí eu cobro memo com eles, eu cobro eu cobro eu cobro eu cobro pra eles, eles fi... tem hora eles *zanga*, tem horas eles amansu” (ORXAF02, GIICe, CON).

(31) “Mas os boto eles tem um espírito mais forte que nosso. Aí quando ele se *invoca*... tem pessoas que ainda falu assim “quando ele passa nu rastro de mulhé minstruada, ele se irrita, ele se enraiva, aí ele se *invoca* em alguém que ele... que ele acha de corpo aberto...” (ORXAB01, GICe, CON).

(32) “Eu fiquei muito danada de *braba* com esse meu irmão, meu pai do céu” (OBDARA03, GIICe, CON).

Outros exemplos de itens léxicos identificados tanto no questionário semântico-lexical, quanto na conversa são: *cachaça*, *calcanhar*, *bunda*, *taberna*, *trevuada* mesmo referente do item ‘temporal’, *visagem* mesmo referente de ‘fantasma’, *bebido* mesmo referente de ‘bêbado, porre’, *cego* mesmo referente de ‘cego de um olho ou caolho’, *vinho* mesmo referente de ‘bebida açucarada resultante do processo de fermentação do suco de qualquer fruta’.

Apontamos a seguir as variantes léxicas que não constam nos questionários aplicados:

- a) Itens com sentido peculiar: *prejuízo* (denota ‘tragédia’); *bater* (denota ‘chegar’ referente a mês e dia da semana); *arrumação* (denota ‘tolice’);
- b) Itens de uso mais marcado pela informalidade: *parente chegado*; *desconforme* (denota ‘muito grande, disforme’); *boca do rio*; *boca da estrada*; *a moda* ou *a mode*; *banha* (denota ‘gordura’); *acamaradar* (denota ‘gostar, simpatizar’); *mariseiro* (relativo a maresia); *aperrear* (denota ‘incomodar’); *cismar* (denota ‘desconfiar’); *baque* (denota ‘pancada’); *ajeitar* e *arrumar* (denotam ‘morar junto’); *sururucar* (denota ‘coito’,

‘cópula’); *rés* (denota ‘próximo’); *puxar* (denota ‘herdar’); *torar* (denota ‘quebrar, partir’); *vaza* (denota ‘sái’); *apalacado* (denota ‘melhor’); *tauari*; *sope* (denota ‘sái’); *boiar* ou *buiar*; *salipe*; *aré*; *murundanga* (denota ‘bruxaria, feitiço, algo feito’);

(33) ”Houve uma confusão aqui com essa minha comadre, ela é meu *parente chegado* essa dona que mora aí” (OBDARA03, GISe, CON).

(34) ”Aí tinha uma senhora ali no Matá o nome dela era... era L., aí ele se *acamaradú* com ela, nessas altura ele imprenhô ela” (OBDSIL04, GISe, CON).

(35)

”ENTREV: E aí pra cá tem o lago encantado pr’aí ele tá. E o meu pai contavu que cons ((= com uns)) três dia tinha um que... ((gagueja)) fumava *tauari* aí o... aí disse “cês querem vê o... o José na costa da tartaruga?”, “nós queremos”, aí ele defumô o rio, nu demurô ela buiô com ele bem na costa assim, na costa dela. TEVE teve de lá ele, ela virô que chega ele diz que a bunda dele. Nunca mais.

DOC: O que que é o tauari?

ENTREV: *Tauari*? É uma casca com pau que tiru pa fumá.

DOC: É;

ENTREV: -- *sope* ((= sai)) daí ((fala com o cachorro)) --

DOC: E a pessoa que fuma fica como?

ENTREV: É:: esse curado” (ORXAB01, GISe, CON).

(36) ”Ele passú três dia no fundo porque a água lá é meio fria no fundo, e aí nu queria *buiá* o corpo dele, e foi três dia que tavam procurando acharu” (ORXAB01, GISe, CON).

(37)

”ENTREV: ...afogá e as traíra, mas a gente chegava, quando a gente chegava lá onde era lá pra acampá nas cachoera, tinha água de cachoera mas nu era tanto ((= tão)) forte, a gente ficavámu numa ilha lá fora, de lá a gente ficava uma distância como daqui lá pa escola longe do pé da serra. Lá a gente ficava olhando o *salipe* caí e tudo.

DOC: O que que é o salipe?

ENTREV: É uma... é um sal da natureza que serve pra remédio” (ORXAF02, GISe, CON).

(38) “O *aré* é quando a criança tá muito fazendo zuada ô fazendo muito abuso, aí ‘quieta, *aré!*’. Já sabe que tu é pá calá a boca. Às vez a criança tá gritando, a gente ‘*aré*, fulano!’. Já sabe q’ é pá calá a boca” (ORXAF02, GISe, REQUEST-QSL-Adapt 106).

(39) “Olha de primero se um tarra duente e oto melhorasse, tava melhô, aí a senhora chegasse aí ‘e aí seu doente, como ele está? Tá mais *apalacado*’. Já tava melhó” (ORXAB01, GISe, REQUEST-QSL-Adapt 106).

- c) Expressões mais marcadas pela informalidade: *demora pouca* (denota ‘visita rápida’); *viagem distância* (denota ‘viagem longa’); *passar de carreira* (denota ‘passar correndo, rápido’); *quando não* (denota ‘do contrário’); *da feita* (denota ‘a partir do momento’); *em ponta até* (denota ‘a ponto de’); *capaz que* (denota ‘é provável que’); *parece uma coisa*; *biribá não é buzega*; *limpado a pique*; *pelos finado parú*. Essa última expressão parece apresentar valor de item lexical (cf. fragmento 43);

(40) “Quando eu vejo q’ é *viagem distância*, de muita distância assim pra mim levá minha bíblia pode molhá pode... eu vô na igreja e compro um livro de liturgia diário” (ORXAF02, GISe, CON).

(41) “Aí eu fiz uma reunião com os pais, esse campo foi *limpado a pique*, aí todo mundo ajudô todo mundo ajudô quando foi no dia o campo tava pronto” (ORXAF02, GIICe, CON).

(42) ”Aí:: das histórias de oto... otos sentido a gente ... assi... a gente ia nessas festa aí pa... pa... aí pessa... essas colônia fazê uma festa dum tá ((= tal)) do... do Sã Tumé ((= São Tomé)) aí nessas colônia, aí a gente ia purai quando a’ente vinha de lá aí... aí peão cumeçava a fazê medo um po otro, aí a gente ((riso)) *passava de carrera* na frente do oto, aí assim a’ente ((= a gente)) vinha...” (OBDARA03, GIICe, CON).

(43) “...do Perpétuo Socorro, eles vinhu pr’ aí ajudavu né, como eu sempre ajudei né, e também como eu disse pra senhora na festa da São Benedito é que eles gostavu de fazê a festa. Eles faziam esta festa dava muita gente **pelos finado parú**, muita... muita gente” (OBDARA03, GIICe, CON).

(44)

“ENTREV: Meu pai meu pai e minha mãe às vezes eles falavam algumas coisas, às vezes quando eles estavam conversando assim, parece que as coisas não davam certo, ele tinha uma linguagem de dizer assim: ‘*biribá não é budega*’, que nem eu sei o que é isso, que eles queriam dizer com isso.

DOC: Hum, ‘biribá não é budega’.

ENTREV: Uhn rum não é *buzega*. Biribá eu sei que é uma fruta, agora *buzega* eu não sei o que é” (ORXAF02, GIICe, CON).

Entre as variantes restritas à conversa mencionadas anteriormente, apenas uma variante apresentou equivalência de sentido com algum item léxico empregado nos questionários. No fragmento 45, observamos que *murundanga* alcança o mesmo referente (‘feitiço’) empregado nas respostas espontâneas da questão 149 do QSL.

(45)

“DOC: O que a senhora não consegue esquecer até hoje?”

ENTREV: Não nu esqueço é da fugitura dele da... dos antipassado deles que fugiru né, ele... que o zavú dele contavu né q’ eles passaru muito mal nessa fugitura, fugiru que... abriru esse **mucambo** né que foi essa tropa atrás deles né. E foi essa Macambira que a C. fiz até uma música da Macambira, nu sei se ela cantou para ti

DOC: Não, ela não cantou. Mas ela me falou a história.

ENTREV: Poizé e aí:: eles contavu pra eles, quando ele contava o avú dele, ele chorava o avú dele contava pra ele. Ele tinha fé em Deus que nunca eles iam passá por isso os netos dele, que era meu avô

DOC: Mas o que que aconteceu?

ENTREV: Mataru muita gente ((barulho do vento)) agora dessa revolução desses (ININT) que vieru da África, tinha muita gente feticeru muito (ININT) bom e eles tinhu fê em Deus que eles sabiu tudo a hora que chegava. Eles nu mataru mais que tinha um -- que chamava p’ele ((= para ele)) (ININT) -- que sabia a ORAÇÃO que se escondiu tudinho q’ eles passavu e só viu fumaça as tropas que vinhu com fuzil pa matá que matava. Lá q’esse ((= que esse)) Sant’ Antântôî ficô, que aonde eles nu achavu, lá eles tacavu fogo na casa tudinho. Eles passavu por ele mas nu enxergavu.

DOC: Por causa do feitiço?

ENTREV: Eh:: que eles sabiu muita *murandanga* só negro. Isso era NEGRO mesmo e ele nu viu o meu AVÔ não viu essa gente já viu o avú dele só. Que quando o avô dele morreu minha mãe tava com sete ano.

DOC: Seu tataravô né

ENTREV: Eh:: avô do meu avô né. Eu acho q’ é ((= que é)) já minha neta (? da cá teu) neto eu era né? Poizé disque quando ele contava ele chorava que essa vida nu era nacida já (ININT) nascê no Pacová. Tava todo mundo, aí tinha esse velho que era bom na oração o nome dele era P., ele contava o meu avô QUE O ZAVÔ que ele nu viu que ele ainda nu era cristão. Aí disque ele fazia assim fogo, pegando fogo, fuma::ça aí eles ium embora, atrás marchá se escondiu, aí eles saiu pr’utra ((= para outra)) parte, daí eles já ium pr’utra parte e aí ele ia. O avô disse que ele que era o chefe da casa da aranha, tinha essa aranha que tem uma aranha grande na mata feroz. Lá na boca daquela aranha q’ eles sabiu pra onde ele tava.

DOC: E essa aranha o que que é?

ENTREV: Nu tem a telha da aranha?

DOC: Sim.

ENTREV: Eu sei lá que paresque que

DOC: Mas tem mesmo na mata?

ENTREV: Tem:: lá disque corre atrás da gente

DOC: Eles viram?

ENTREV: Não, eles sabium que ele sabia fazê a *murundanga* mana” (ALQPAC05, GIICe, CON).

A variante *mocambo* ou *mucambo*, destacada no fragmento 45, é item léxico representativo da territorialidade nas dinâmicas de territorialização linguística com arealidade mais restrita à GIICe de Pacoval na conversa e sem ocorrência no questionário semântico-lexical (QSL-Adapt 60). Voltaremos a tratar dessa variante na Seção 6, a propósito das estratégias linguísticas da territorialização linguística nas comunidades quilombolas do Baixo Amazonas.

4.1.3.1 Síntese das informações diafásicas

A partir dos dados da conversa, pudemos flagrar alteração léxico-semântica entre itens, diferença entre o comportamento de variantes mais e menos marcadas pela informalidade, relação semântica entre itens (equivalência de sentido), itens léxicos ausentes nos questionários (a exemplo de *murundanga* e *sururucar*), percepções subjetivas sobre usos linguísticos.

Além desses aspectos importantes para a análise de fatos em um espaço variacional, não restritos a essa forma de interação linguística, contamos também com informações linguísticas para a territorialização social nos dados da conversa, que impactam sobremaneira nas representações espaciais de afro-brasileiros das comunidades quilombolas do Baixo Amazonas, de modo a mostrar o efeito da experiência, a saber: topônimos, *personae*, lendas, crenças. Trataremos desse assunto na Seção 6.

4.2 Variantes léxicas e territorialidades

Considerando a apresentação das tendências do uso linguístico nas dimensões de análise, podemos dizer que padrões de variação léxica revelaram empiricamente:

- a) **Certa uniformidade denominativa nos contextos**, a qual parece manter coerência com as relações horizontais estabelecidas com zonas exteriores e, portanto, pode seguir tendências gerais do padrão léxico nacional e/ou regional (cf. Seção 5), cujos exemplos são: *macaxeira* (QSL 50), *mandioca* (QSL 51), *prostituta* (QSL 142), *menino* (QSL 132), *menina* (QSL 133); e pode seguir tendências particulares do padrão mais restrito aos contextos do Baixo Amazonas e às comunidades quilombolas (como pode ser

observado em 4.1), cujos exemplos dos itens suspeitos de manifestar referência simbólica da territorialidade nas dinâmicas de territorialização são: *balador* (OTUM), *pratinho* e *calambiota* (essas duas variantes estão entre as mais recorrentes e também as mais integradas aos contextos de pesquisa);

- b) **diversidade denominativa nos contextos**, a qual parece manter coerência com as relações horizontais estabelecidas entre os próprios contextos pesquisados, em razão da trajetória histórica dos grupos de afro-brasileiros e da experiência, e, portanto, pode seguir tendências particulares do padrão mais restrito aos contextos do Baixo Amazonas e às comunidades quilombolas. Exemplos de itens suspeitos de manifestar referência simbólica da territorialidade nas dinâmicas de territorialização incluem variantes menos recorrentes e/ou menos integradas aos contextos de pesquisa, como: *chen*, *chengo*, *cuviano*, *guarifango*, *fongo*, *ponga* mesmo referente de ‘barulho’ (CON), *pancararam*, *ticulico* e *cutico*, *xero* e *xera*; e, por outro lado, incluem variantes mais integradas aos contextos, como: *puxirum*, *barco em terra* (SUG), *curumim* mesmo referente de ‘menino’, *cunhantã* mesmo referente de ‘menina’, *curumim* para o referente ‘último dente’.

De modo geral, o primeiro padrão é o mais predominante tanto em termos de maior recorrência e integração das variantes aos contextos, quanto no total dos itens léxicos ocorridos. Já o segundo padrão destaca-se pela marca de informalidade e menos integração aos contextos de pesquisa e/ou baixa ocorrência em nossos dados.

Se compararmos o total de itens léxicos suspeitos de manifestar referência simbólica da territorialidade, presentes nos dois padrões, é possível que uma característica importante da territorialização nas comunidades quilombolas seja instabilidade nas realizações com provável perda progressiva de itens léxicos representativos, do que conformidade de uso, alcançada pela maior recorrência e integração nos contextos de pesquisa. É o que se pode conferir também em Souza (2015) e nos dados de Dias (2017), a respeito das comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul e no Nordeste do Pará, respectivamente.

Talvez essa seja uma evidência interessante do impacto linguístico nas variedades faladas em comunidades quilombolas, motivado pela força de processos sociais (centrípetos ou centrífugos) na substituição ou neutralização de variantes cuja representação simbólica manifesta referência da territorialidade nas dinâmicas de territorialização linguística dos grupos de afro-brasileiros.

Voltemos, então, à pergunta de pesquisa “em que medida a variação lexical contribui para a territorialização e territorialidades linguísticas?”.

Entendemos que a variação é uma força social importante para a construção de territorialidade e territorialização linguísticas, do mesmo modo que os contatos linguísticos também desempenham importante papel nos processos sócio-históricos. Isso significa que tanto a variação quanto os contatos contribuem para a ampliação de representações espaciais e para o modo de viver e a organização da vida social nas comunidades quilombolas.

Tomemos alguns exemplos de diferentes formas de apropriação do espaço para representação simbólica de valores e convenções adotadas pelos grupos de afro-brasileiros. Por um lado, manifestações que parecem mais comuns às comunidades quilombolas no Baixo Amazonas, os *puxiruns* nas atividades produtivas, o *vinho* à base de frutas servido nas festas, os *sacacas* nas práticas e saberes tradicionais, o *barco em terra* no saber relativo à regularidade do ciclo feminino, os *mocambos* e *quilombos* na formação e construção territoriais; por outro lado, a diferente concepção do *marambiré* entre grupos de afro-brasileiros do Pacoval, Santarém e Óbidos (cf. item 3.1.1.1 da Seção 3) e a diferença de concepção entre *mocambo* e *quilombo* (cf. item 6.1.2 da Seção 6) marcam expressivamente variação na representação simbólica dessa prática cultural e ajudam a construir concepções diferentes sobre formas de conhecimento e sobre a realidade.

Efetivamente, as dinâmicas de territorialidade e territorialização linguísticas evidenciam aspectos linguísticos representativos da resistência, da perda e, ao mesmo tempo, do sincretismo, combinando-se com outras manifestações de ordem institucionalizada, artístico-cultural, a serem tratadas no item 6.2 da Seção 6. Tais aspectos linguísticos fazem parte da história social, linguística e cultural dos grupos de afro-brasileiros do Baixo Amazonas. Por esse motivo, acreditamos que o valor social e historicamente agregado aos grupos e variedades não pode ser negligenciado no estudo territorialização linguística de variantes.

4.3 Síntese da Seção

Do ponto de vista de macroanálise pluridimensional, as variantes suspeitas de manifestar referencial simbólico da territorialidade na territorialização linguística apresentaram comportamento diferente. Há:

- a) variantes mais integradas aos contextos em razão de arealidade mais abrangente: *curumim* (QSL 98, lemas dente do siso/do juízo), *curumim* (QSL 132, lemas menino/guri/piá), *cunhantã* ou *cunhantãi*, *barco em terra* (SUG questão 121 do QSL); e em razão de maior ocorrência e arealidade mais abrangente: *balador* (OTUM-1), *calambiota*, *pratinho*, *puxirum* (QSL-Adapt 24);
- b) variantes integradas aos contextos, porém com menos vitalidade: *virou homem* e *diamba* e *dirijo* (SUG questão 41 do QSL-Adapt).
- c) variantes menos integradas aos contextos (menos ocorrência e/ou arealidade menos abrangente): *goronga*, *canarana*, *brebe*, *chengo*.

Em se tratando de microanálise, as variantes suspeitas de manifestar referencial simbólico da territorialidade na territorialização linguística apresentaram baixa ocorrência e arealidade restrita a uma comunidade quilombola nos questionários relativos à língua (QRLI). Apesar disso, a extensão no espaço pôde ser validada em outra estratégia de interação linguística, a conversa (CON). *Pancararam* ou *pancacararam* ou *panpancararam* (QSL 160) é exemplo disso, conforme carta linguística 7.3 (cf. imagem 10, p. 132).

Exemplos de variantes suspeitas de manifestar referencial simbólico da territorialidade na territorialização que não puderam ser validadas na conversa: *ticulico* e *cutico* (QSL 108), *perna quebrada* (QSL 121), *virou homem* (QSL 122). Inversamente, exemplos de variantes que não constaram nos questionários relativos à língua: *ponga* para o referente ‘zoada’, *murundanga* equivalente a ‘feitiço’.

Há ainda ocorrências particulares de variantes que chamam atenção por suas formas, seja por constituir provável africanismo ou indigenismo ou pela particularidade na representação simbólica dos usos. Por esse motivo, as variantes *chen*, *cuviano*, *guarifango*, *tengo*, *catengue*, *tapagem*, *murí*, *matupá*, *cajila*, *pussanga* (para ‘feitiço’), *pussanga* (para ‘amuleto’), *furou a canoa*, *cortou a perna*, *barco furado*, *canoa com goteira*, incluídas no grupo das variantes suspeitas de manifestar referência simbólica da territorialidade na territorialização, serão também objeto de análise na próxima Seção.

5 ALCANCES E LIMITES DA VARIAÇÃO LEXICAL

Após macroanálise da variação lexical intragrupal e de suas macrotendências e padrões de variação léxica, passaremos a discutir o alcance das variantes no espaço pluridimensional mais amplo, de modo a contemplar abrangência do comportamento denominativo e conceitual e sua configuração geolinguística de sobreposição e singularidade de representações simbólicas dos usos.

Para atestar maior ou menor integração de variantes léxicas às variedades regionais e/ou ao léxico de uso geral e discutir efeitos de relações horizontais na construção das experiências linguísticas dos grupos de afro-brasileiros, buscamos, naturalmente, ocorrências léxicas publicadas em trabalhos diversos, como atlas, teses de doutoramento, banco de dados e dicionários.

Iniciaremos esta seção com uma apresentação da variação léxica ocorrida nas comunidades quilombolas em contraste com outras variedades do português. Em seguida, veremos se tendências de significação léxica nas comunidades convergem para significados dicionarizados.

5.1 Convergências e divergências entre as comunidades quilombolas do Baixo Amazonas e o entorno

Apontaremos variantes léxicas registradas em outros trabalhos com o objetivo de comparar e estabelecer convergências e divergências entre os usos linguísticos presentes nos dados desta tese e as variantes registradas em outros contextos de pesquisa.

Para além de afirmar casos de variação léxica no espaço pluridimensional do português brasileiro, objetivamos com esse contraste flagrar itens cuja representação simbólica manifesta referência da territorialidade nas dinâmicas de territorialização linguística e o impacto deles sobre outras variantes léxicas.

5.1.1 Cotejo entre variantes das comunidades quilombolas pesquisadas no Baixo Amazonas paraense

Vieira (1983) desenvolveu um estudo sobre aspectos fonológicos e léxico-semânticos em cinco municípios do Baixo Amazonas paraense, dos quais quatro deles contam com os

territórios quilombolas objetos de pesquisa desta tese: Alenquer, Óbidos, Oriximiná e Santarém. Desse trabalho, concentramos atenção no levantamento léxico-semântico de designações a respeito do universo humano, animal, vegetal e modos de dizer, categorias adotadas pela autora para organização e apresentação dos resultados.

Os contextos pesquisados e as designações registradas pela autora, acrescidos do período de realização do trabalho, deixou-nos com expectativas sobre a possibilidade de investigar a vitalidade dos itens léxicos identificados nas comunidades quilombolas desta tese, uma vez que Vieira (1983) coletou dados na área urbana e rural desses municípios, incluindo comunidades quilombolas da região. Contudo, a ausência de especificação diatópica das ocorrências e valores percentuais inviabilizou nosso projeto de cotejo entre os dados de Vieira e os nossos dados. Ainda assim, contamos com esse trabalho apenas na identificação de itens léxicos.

Dos itens registrados por Vieira, selecionamos aqueles que possuem a mesma designação em nossos dados, provenientes dos questionários (QFF, QSL e QSL-Adapt) e da conversa (CON). Mas nem todos apresentaram significado referencial dado pela autora (1983, p. 144). Vieira informou a significação apenas dos itens que ela julgou não ser dicionarizados, de caráter mais regional e com “significação peculiar na região paraense”.

Desse modo, a autora registrou para o falar do Baixo Amazonas:

- a) Relativo à habitação: *palhoça* (tipo de habitação), *tapiri* (tipo de habitação), *tramela* (partes da casa), *chocolateira* (utensílio de casa), *gamela* (utensílio de casa), *penico* (utensílio de casa) e *trempe* (utensílio de casa);
- b) Relativo à bebida: *cachaça* (bebida alcoólica), *caxiri* (“bebida fermentada com batata roxa”), *licor* (bebida alcoólica), *aluá* (bebida alcoólica) e *manicuera* (bebida alcoólica);
- c) Relativo à alimentação: *carimã* (comida), *mojica* (comida) e *munguzá* (comida);
- d) Relativo à crença: *boto*, *curador*;
- e) Relativo a tipo de dança regional: *dança do sairé*, *desfeiteira*, *lundu*, *quadrilha*, *xote*, *mazurca*, *valsa*;
- f) Relativo à festa folclórica: *marambiré* (“dança afro-negra trazida pelos escravos”);
- g) Relativo a jogo: *peteca*;
- h) Relativo a doenças: *tosse de guariba*;
- i) Relativo a fenômenos meteorológicos: *arco-íris*;
- j) Relativo a animais aquáticos: *boto*, *bocó* (tipo de peixe);

- k) Relativo a animais não aquáticos: *papagaio*, *galinha picote* (tipo de galinha), *caninana*, *carapanã*, *muriçoca*;
- l) Relativo a plantas: *canarana*, *muri* (“gramínea de folhas semelhantes às do capim”), *tangerina*, *macaxeira*;
- m) Relativo ao modo de dizer: *matupá*, *preantã* (“variação de periantã, junco, duro, matupá”), *caçula*, *cantareira*, *catinga*, *cunhantã ou cunhantã*, *mana*, *cutico* (denota axila), *gogó*, *igarapé*, *ilharga*, *maromba*, *panema*, *pavulagem*, *paragem*, *puxirum*, *visagem*, *breado*, *cotó*, *danada*, *aperriado*, *pávulo*, *gito* (mesmo referente de ‘pequeno’), *a modo* (“de modo que”), *bom bocado* (“em grande quantidade”), *baldear*, *fuxicar*, *disque* (denota dúvida, incerteza), *paresque* (denota incerteza), *ticolico* (denota axila).

Desses itens, constatamos no QSL e no QSL-Adapt: *palhoça*, *tapiri*, *tramela*, *chocolateira* (registramos *chicolateira*), *gamela*, *penico*, *trempe*, *cacheça*, *caxiri*, *aluá*, *manicuera*, *carimã*, *mojica*, *munguzá*, *curador*, *peteca*, *tosse de guariba*, *arco-íris*, *bocó*, *papagaio*, *galinha picote*, *caninana*, *carapanã*, *muriçoca*, *canarana*, *muri*, *tangerina*, *macaxeira*, *matupá*, *preantã*, *caçula*, *cantareira*, *catinga*, *cunhantã ou cunhantã*, *cutico*, *gogó*, *igarapé*, *maromba*, *panema*, *visagem*, *cotó*, *danada* (não sabemos se o significado referencial é o mesmo em Vieira), *baldear*, *fuxicar*, *puxirum*, *ticolico*. Na conversa (CON), identificamos: *boto*, *desfeiteira*, *curador*, *lundu*, *marambiré*, *puxirum*, *ilharga*, *panema*, *pavulagem*, *paragem*, *breado*, *aperriado*, *mana*, *pávulo*, *gito*, *a modo* (mas com sentido distinto do registrado em Vieira), *bom bocado* (“em grande quantidade”), *baldear*, *disque*, *paresque*.

Os fragmentos de 46 a 49 ilustram a ocorrência de alguns desses itens léxicos, registrados por Vieira (1983), no *corpus* desta tese.

(46) “O nome da minha vó era R., então eu adueci mui::to de uma tosse que diziu que ela chamava... naquele tempo *tosse de guariba* né...” (OBDARA03, GIICe, CON).

(47) “Olhe pa encurtá a conversa, s’ele não... nu mete a lancha em cima dum *matupá* desse que a gente chama pra lá ela tinha garrado ele...” (OBDARA03, GIICe, CON).

(48)

”ENTREV: ‘É’. Aí eu tinha aquilo, ficava crendo aquilo que até os meus vinte e poco zano eu tinha aquilo assim que quando chegava esse tempo pra mim *amoda* (=parece) aquela carne era a carne de Deus e aí com mutó... às vez eu tive muito estudo bíblico aí eu fui recunhecendo que não se comparava Jesus com um animal né.

DOC: É

ENTREV: Aí:: quando chegava sábado de aleluia, eu... às vezi eles nu tava ligando poque a’ente tava fazendo era só... cumeçava ‘*Aré!*’. Bom, ‘sábado... sábado da aleluia a’ente cunversa” (ORXAF02, GIICe, CON).

(49) "Eu disse "meu deus", só eu ali pa escutá aquele estrondo, *amode* (=parece) um bicho sei lá" (OBDARA03, GISe, CON).

Ainda sobre estudos acerca do léxico empregado no Baixo Amazonas paraense, destacamos a tese de doutoramento de Azevedo (2013). Esse autor apresenta cartas fonéticas e lexicais resultantes da pesquisa geolinguística desenvolvida, seguindo os princípios da Dialetoologia Pluridimensional, no Baixo Amazonas, especificamente nas comunidades ribeirinhas da área chamada de Igarapé de Juruti-velho e na vila de Juruti-velho, e no Médio Solimões (nas comunidades de Ariri, Saubinha, Itapéua e Costa do Juçara, e nas cidades de Coari, Codajás e Anamã). Incluímos essa pesquisa para cotejo de variantes léxicas, porque Juruti localiza-se no entorno de dois contextos de pesquisa desta tese: Oriximiná e Óbidos. Isso significa que os dados de Azevedo podem nos ajudar a confirmar ou refutar tendências de uso na região do Baixo Amazonas paraense.

O cotejo entre as variantes léxicas presentes nos contextos de pesquisa de nossa tese e os resultados apresentados por Azevedo tornou-se possível em 17 questões, em virtude do significado referencial ser o mesmo. Os contextos diatópicos das comunidades quilombolas e Juruti (Baixo Amazonas) revelaram convergência para designações mais recorrentes:

Tabela 03 - Cotejo entre variantes mais recorrentes em Juruti e nas comunidades quilombolas do Baixo Amazonas.

Variante	Azevedo (2013)	Corpus desta tese
<i>orvalho</i>	88%	74% (QSL 21)
<i>tangerina</i>	94%	83% (QSL 39)
<i>mocha</i>	94%	85% (QSL 78)
<i>bustela</i>	82%	94% (QSL 102)
<i>pratinho</i>	88%	93% (QSL 117)
<i>cornó</i>	94%	48% (QSL 141)
<i>batata da perna, batata de perna ou batata</i>	<i>batata</i> 56% <i>batata da perna</i> 38%	<i>batata da perna</i> ou <i>batata de perna</i> 89% (QSL QSL-Adap 13)
<i>puxirum</i>	100%	63% (QSL-Adapt 24)

Fonte: A própria autora com base em Azevedo (2013).

No caso das designações que alcançam o mesmo referente de 'vomitar', podemos dizer que há convergência entre as designações e proximidade entre os percentuais de ocorrências, embora a ordem das variantes não seja a mesma nos contextos. Em Azevedo (2013), *provocá*, *vomitá*, *baldiá* e *rumitá* apresentaram 37%, 32%, 20% e 11%, respectivamente. Nas comunidades quilombolas, registramos *vomitar* com 39% das ocorrências, *provocar* com 32% e *baldiar* 29% (QSL 112).

Há também situações em que as designações são convergentes, mas com percentual divergente. São exemplos: em Azevedo (2013), *fanhoso* (53%) e *fom fom* (47%), *úbre* (94%) e *mama* (6%); diferentemente, em nossos dados, *fanhoso* (QSL 101) obteve 85%, *úbre* e *mama* (QSL 80) obtiveram 48% e 30%. As variantes *teta* (QSL 80) e *tia chica* e *maria chica* (QSL 167) registradas nas comunidades quilombolas não ocorreram em Azevedo. Em se tratando da questão 167, *macaca* é a variante mais recorrente em ambos os dados.

Ainda sobre convergências, uma situação interessante se deu com as variantes que referem-se à cavidade embaixo do ombro. Azevedo (2013) registrou para *axila*, *sovaco* e *cutico* percentuais de 38%, 33% e 33% no Baixo Amazonas, respectivamente; em nossos dados, registramos *suvaco*, *ticulico*, *cutico* e *axila* (QSL 108) com percentuais de 52%, 26%, 13% e 9%. *Suvaco* ocorreu em todas as comunidades quilombolas investigadas, *cutico* ocorreu nos contextos de Abuí e Água Fria e *ticulico* ocorreu em Silêncio, Pacoval, Saracura e Tingu.

Chamou-nos atenção o fato da variante *cutico* (2%) ter sido registrada também no Médio Solimões, conforme Azevedo. Embora com percentual baixo, entendemos que este fato pode dar pistas sobre a tendência de uso mais geral no contexto amazônico⁵³, queremos dizer, com isso, que *cutico* e *ticulico* parecem não constituir variantes de uso mais restrito às comunidades.

Divergências ocorreram em quatro das 17 questões selecionadas:

- a) Em Azevedo, *jacina* ocorreu como resposta espontânea em 100% dos casos, contrariamente, em nossos dados, o conhecimento ativo dessa variante (QSL 85) se manifestou apenas no entrevistado (GISe) de Tingu;
- b) A variante *tapagem*, relativa a um pedaço de capim encontrado no meio do rio que dificulta a passagem de embarcações, obteve 100% das ocorrências em Azevedo, diferentemente, em nossos dados (QSL Adapt 03), essa variante obteve 9% das ocorrências. Além dessa variante, contamos também com as ocorrências de: *bola de capim* (36%), *canarana* (18%), *premembeca* (18%), *muri* (9%) e *matupá* (9%). É oportuno dizer que dessas variantes Azevedo identificou *matupá* (21%) e *bola de capim* (2%) no Médio Solimões;

⁵³ A variante *cutico* foi também registrada com número baixo de ocorrência (03 variantes no total) na região do Médio Amazonas por Batista (2019, p. 119-120), em sua dissertação de Mestrado sobre a variação lexical, fundamentada na perspectiva da Dialetologia Pluridimensional e na Sociolinguística. *Cutico* apresentou duas ocorrências em Itacoatiara (uma na área urbana e outra na área rural) e uma ocorrência na área urbana de Silves. Chamamos atenção para esse fato, em razão da abrangência da arealidade dessa variante não se restringir ao contexto do Baixo Amazonas paraense, apesar da baixa integração dessa variante aos contextos do Médio Amazonas.

- c) A variante *banguela* obteve 94% de ocorrências, seguida de *boca mole* (6%), nos dados de Azevedo, contrariamente, em nossos dados (QSL 100), *desdentado* (48%) foi a variante mais recorrente, seguida de *banguela* (24%), *sem dente* (14%), *boca mole* (10%) e *boca chucha* (5%);
- d) Outra divergência ocorreu entre as designações apresentadas para o referente ‘mau cheiro exalado pela axila’, Azevedo registrou as variantes *cecê* (45%), *catinga* (14%), *catitu* (9%) e *gambá* (9%), já, em nossos dados (QSL 109), as variantes ocorridas são *inhaca* (38%), *catinga* (23%), *catinguento* (15%), *fongo* (8%), *suor forte* (8%) e *cheiro ruim* (8%).

Podemos dizer que há mais convergências entre os dados apresentados para Juruti e o *corpus* desta tese do que divergências. Das 17 questões selecionadas para análise, constatamos convergências em 13 questões com um total de 18 variantes ao todo, sinalizando prováveis tendências de uso mais geral no Baixo Amazonas: *orvalho*; *tangerina*; *mocha*; *bustela*; *pratinho*; *corno*; *batata de perna* ou *batata da perna* ou *batata*; *puxirum*; *provocar*, *vomitar* e *baldiar*; *fanhoso*; *macaca*; *úbre e mama*; *axila*, *sovaco* e *cutico*.

Por fim, contamos ainda com o banco de dados do *Atlas Léxico Sonoro do Pará (ALeSPA)* para o cotejo entre variantes no Baixo Amazonas. Desse *corpus*, selecionamos mais detidamente os dados registrados em Oriximiná e Santarém. Óbidos e Alenquer não constituíram pontos de investigação do referido projeto.

Considerando que o questionário adotado para o ALeSPA não é o mesmo utilizado nesta tese, o cotejo tornou-se possível entre variantes com o mesmo referente em 76 questões. Nosso objetivo é confirmar tendências de uso na região do Baixo Amazonas, com atenção especial às variantes não registradas em estudos anteriormente mencionados nesta subseção.

Constatamos que convergem para variantes mais recorrentes em ambos os contextos de pesquisa: *igarapé*; *arco-íris*; *sereno*; *sabugo*; *macaxeira*; *mandioca*; *carrinho de mão*; *cabo*; *carapanã*; *urubu*; *beija-flor*; *sura*; *bicó*; *mocho*; *seio*, *mama* e *peito*; *canhoto*; *calcanhar*; *cosca*; *fanhoso*; *cisco*; *vesgo*; *solução*; *perna torta*; *mau pagador*; *menstruação*; *parteira*; *gêmeos*; *caçulo*; *corno*; *medalha*; *balador*; *macaca*; *visagem*; *isqueiro*; *lanterna*; *picadinho*; *cachaça*; *grampo*; *calcinha*; *cueca*.

Os contextos diatópicos analisados divergem quanto:

- a) Total de ocorrência: *Cantareira* e *s'esconde* são variantes menos recorrentes no ALeSPA e mais recorrentes em nossos dados. *Menopausa* e *xará* são variantes mais recorrentes no ALeSPA, diferentemente, em nossos dados, *menopausa* e *virou homem* (QSL 122) e *xará* e *xero* (QSL 143) obtiveram um maior número de ocorrência. No ALeSPA, a variante *xero* ocorreu apenas uma vez na fala de entrevistado da segunda faixa etária de Santarém;
- b) Não registro de variantes: *Chen*, *chengo*, *guarifango* e *cuvino* (QSL 64), *sureta* (QSL 69) *curumim* (QSL 98), *barco em terra* (QSL 121), *virou homem* (QSL 122), *quenga* (QSL 142), *sacaca* (QSL 152), *tia chica* ou *maria chica* (QSL 167), *machaqueta* (QSL 183) e *camarueira* (QSL 190) não foram documentadas nos dados do ALeSPA para Oriximiná e Santarém;
- c) Tipo de resposta: *dente do juízo* e *amuleto* ocorreram como resposta espontânea no ALeSPA e em nossos dados foram sugerência. Dessas variantes, apenas *amuleto* foi refutada por todos os entrevistados;
- d) Tipo de ocorrência: As variantes mais recorrentes que seguem tendência poliléxica no ALeSPA e monoléxica em nossos dados são *bustela*, *caçulo*, *peteca*, *balador*, *pata cega*.

Há também divergências quanto à ocorrência de variantes em contextos de pesquisa específicos. São exemplos *mangará*; *cangote* e *nuca*; *goronga*, *gogó* e *goela*; *pratinho*; *xero* e *calambiota*. Tais variantes, mais recorrentes em nossos dados, apresentam distribuição distinta no ALeSPA. Assim, as variantes que ocorreram apenas em Oriximiná foram *mangará*, *cangote*, *goronga*, *pratinho* e *calambiota*; e as que se concentraram apenas em Santarém foram *nuca*, *gogó* e *xero*.

Em algumas situações, a ordem das variantes mais recorrentes foi diferente. No ALeSPA, ocorreram *banguela*, *desdentada* e *sem dente*; *sovaco*, *cutico*, *ticulico* e *axila*; *catinga* e *inhaca*; *burro* e *rude*; *diabo* e *demônio*; *fumaça* e *tisna*; *guloso*; *pé inchado*, *beberrão*, *alcoólatra* e *cachaceiro*; *boteco*, *bar* e *taberna*; *sutiã* e *corpete*; *úbre*; *útero* e *barriga* (ambas com mesmo número de ocorrência); *pistoleiro* e *assassino*. Em nossos dados, a ordem das variantes mais recorrentes é: *desdentado*, *banguela* e *sem dente*; *sovaco*, *ticulico*, *cutico* e *axila*; *inhaca* e *catinga*; *rude* e *burro*; *satanás* e *diabo*; *tisna*; *guloso*, *danado* e *comilão*; *cachaceiro*, *pé inchado* e *beberrão*; *bar*; *corpete* e *sutiã*; *úbre*, *mama* e *teta*; *barriga* e *útero*; *pistoleiro*. A variante *pussanga* para o referente 'amuleto' foi ocorrência única em nossos dados e no também ALeSPA para Oriximiná.

Uma situação curiosa foi constatada ao compararmos as variantes *menino* e *curumim*, *menina* e *cunhantã*. Nos dados do ALeSPA, *menino* e *menina* são mais recorrentes do que *curumim* e *cunhantã*. Já em nossos dados, também nas respostas dadas ao questionário, *menino* e *curumim*, *menina* e *cunhantã* obtiveram número de ocorrência próximos em ambos os casos. Contudo, ao incluirmos nesse resultado as sugestões aceitas, a evidência de vitalidade para as variantes mais marcadas pela informalidade, nos termos de Alkmim e Petter (2009), aumentam nas comunidades quilombolas. É o que se pode conferir nas cartas linguísticas 9.2 e 9.3, e 10.2 e 10.3 a seguir.

Imagem 11 – Carta linguística 9.2: OTUP (QSL 132, lemas menino, guri, piá).

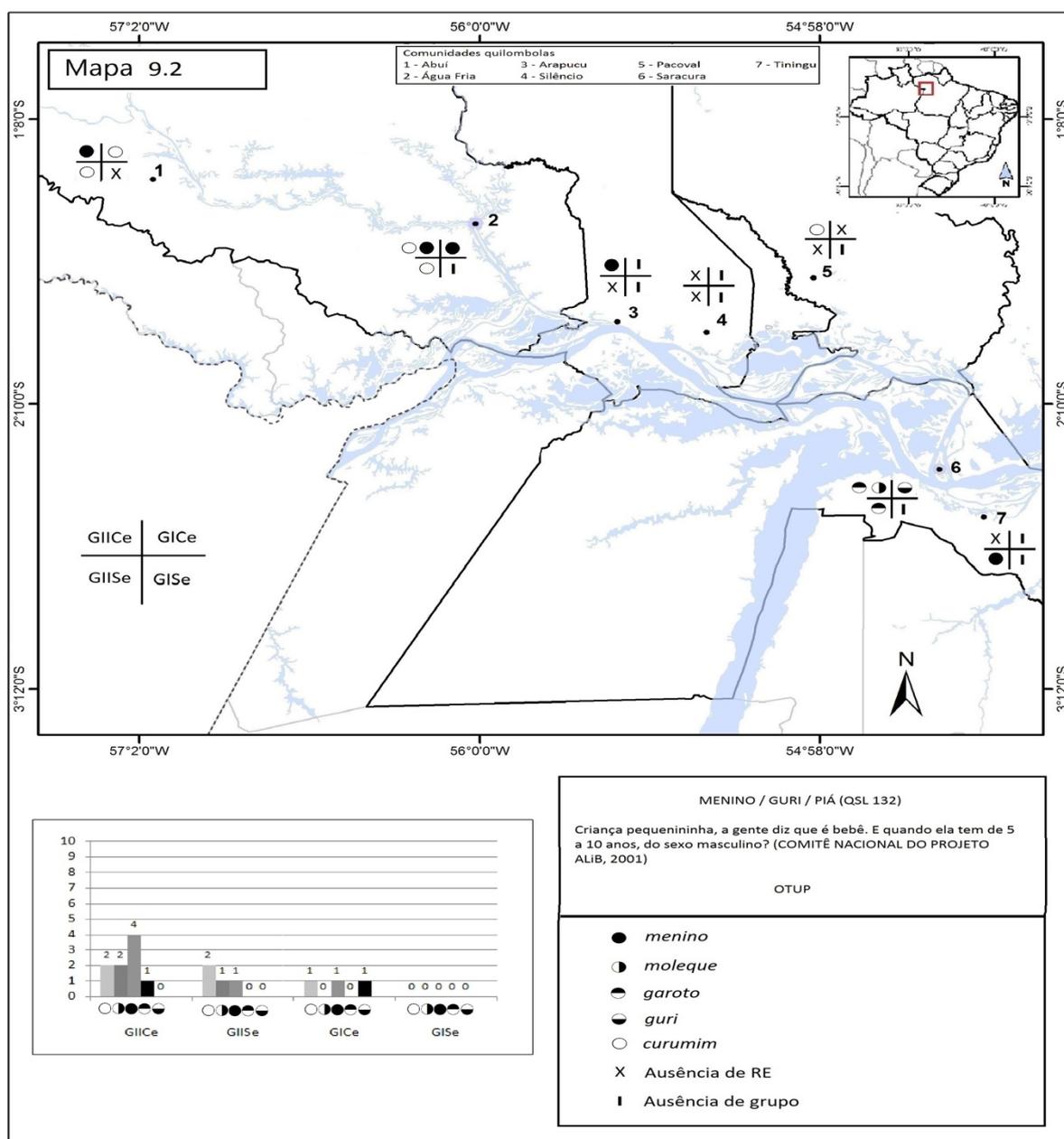


Imagem 12 – Carta linguística 9.3: ‘curumim’ (QSL 132, lemas menino, guri, piá).

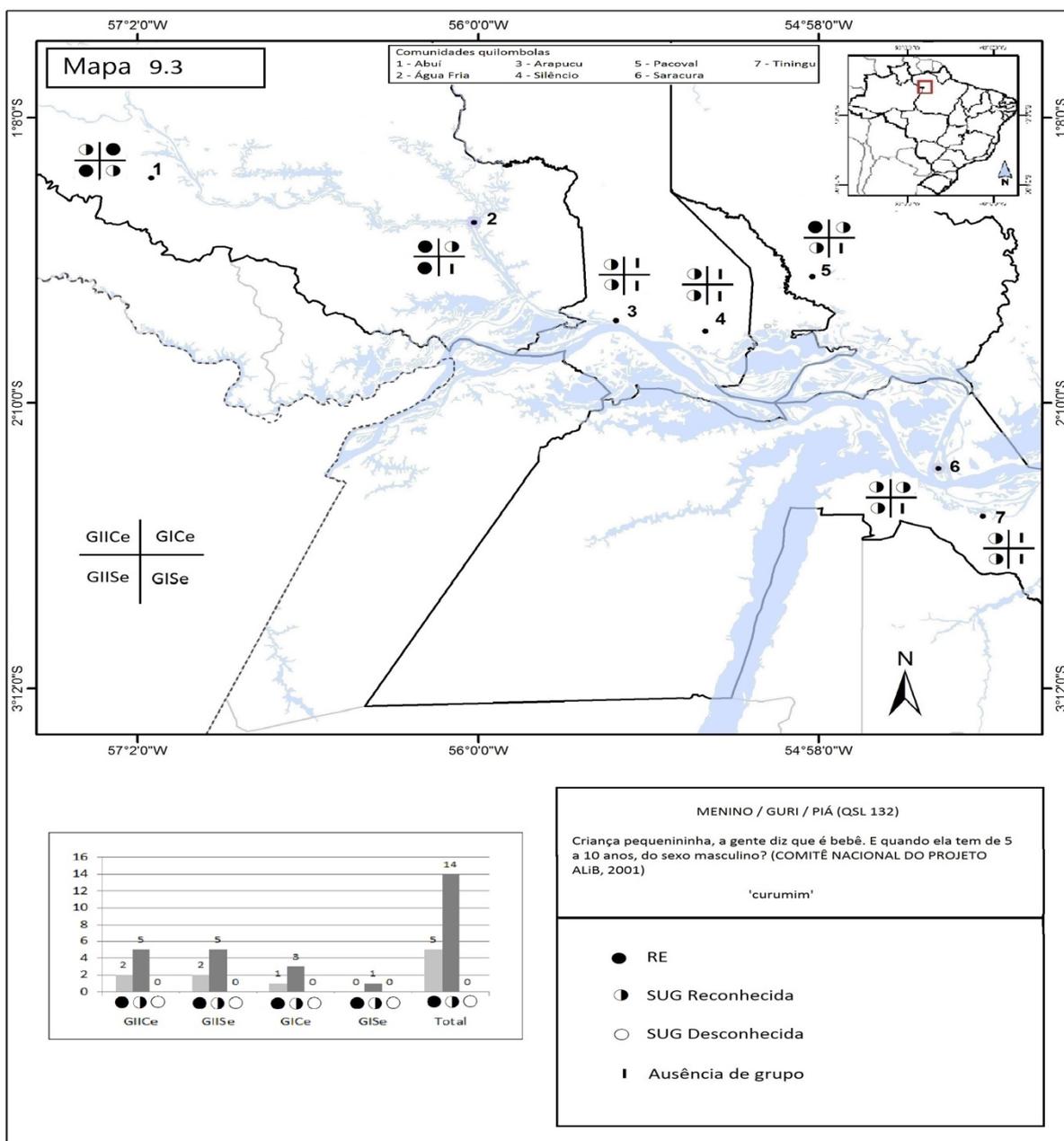


Imagem 13 – Carta linguística 10.2: OTUP (QSL 133, lema menina).

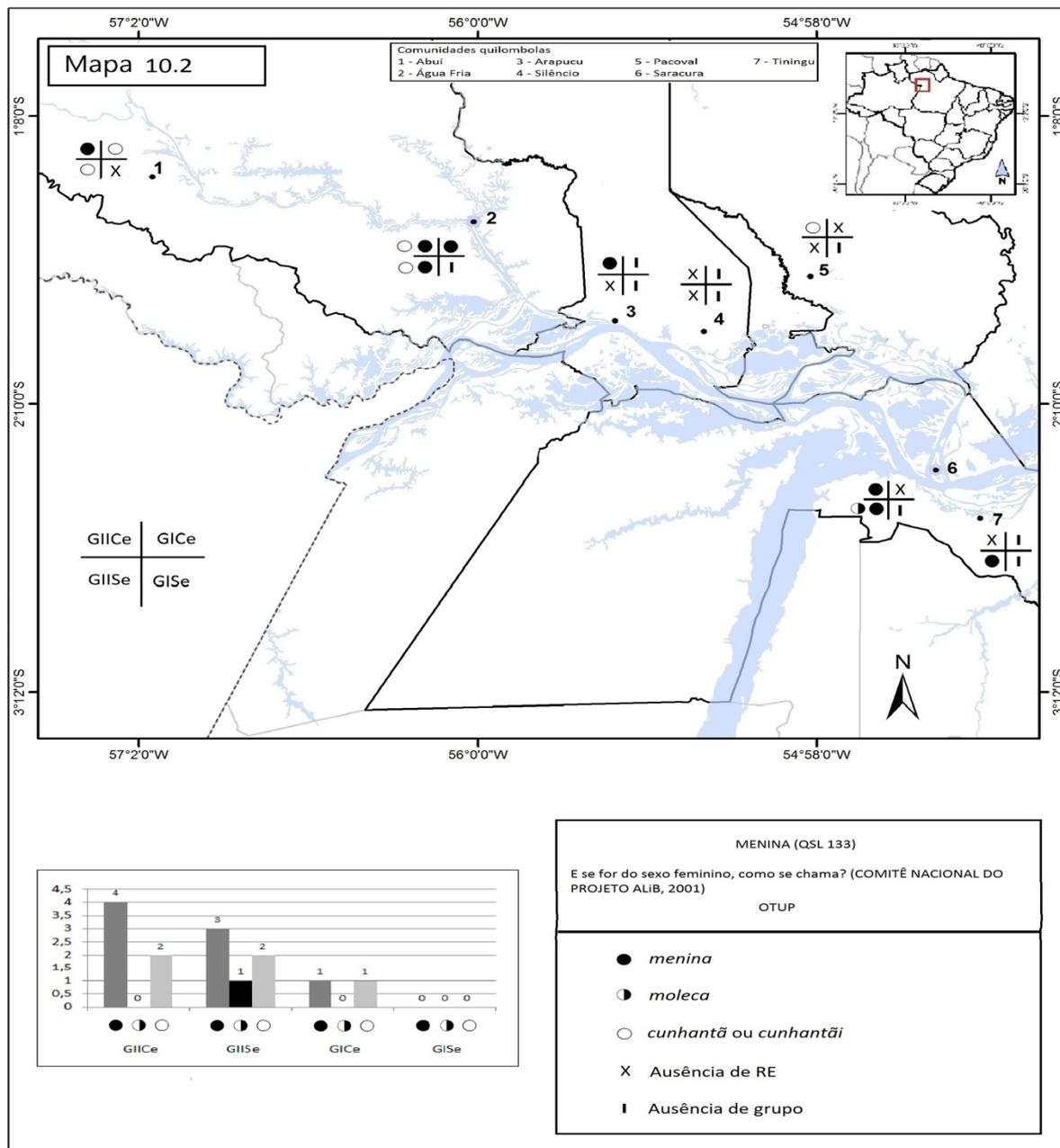
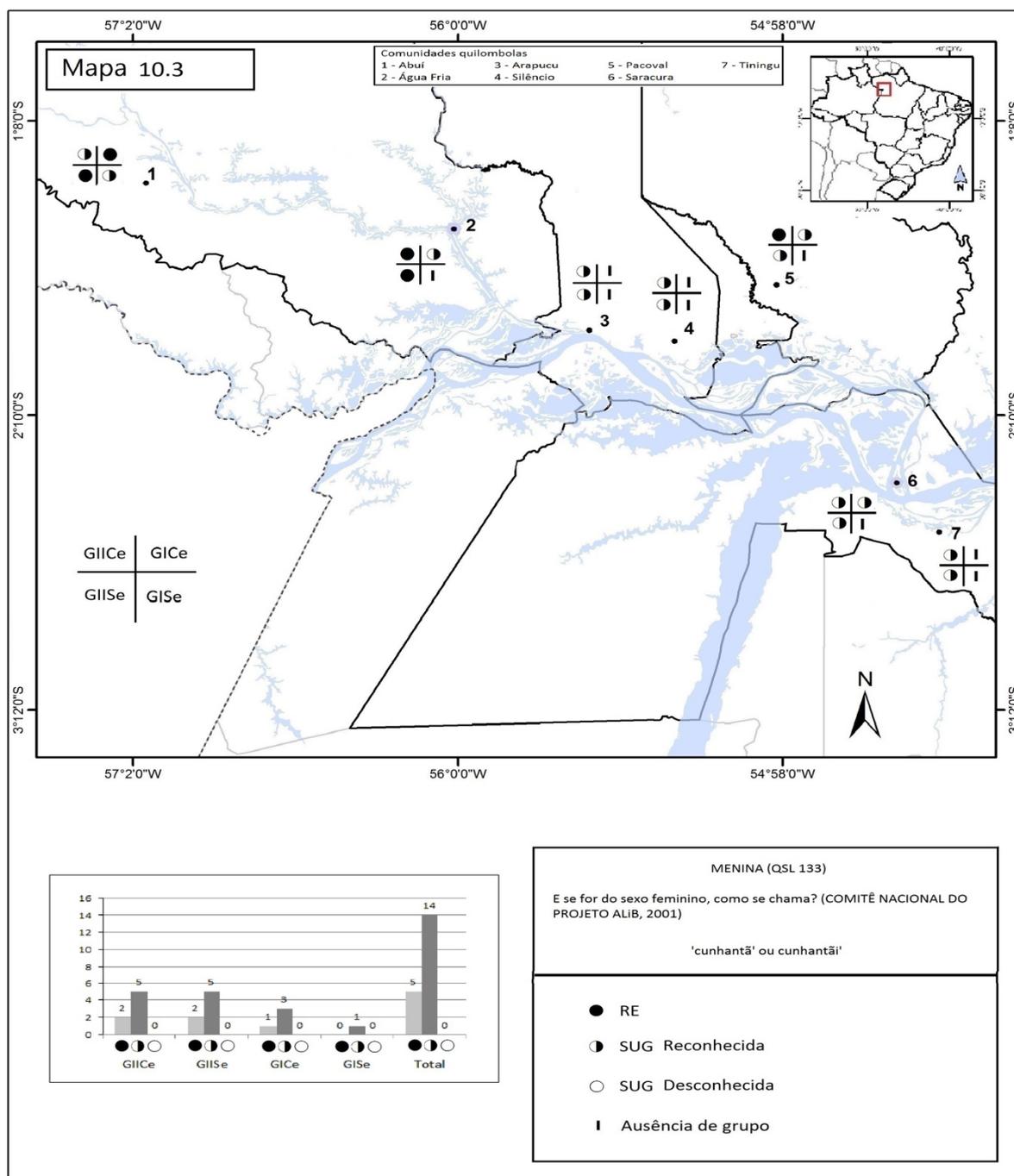


Imagem 14 – Carta linguística 10.3: ‘cunhantã’ ou ‘cunhantãĩ’ (QSL 13, lema menina).



Entre as 19 variantes obtidas como RE em nossos dados e suspeitas de uso mais geral no contexto do Baixo Amazonas paraense, constaram no ALeSPA os seguintes itens léxicos: *pratinho*, *goronga*⁵⁴, *balador*, *cutico* e *ticulico*, *xero*, *calambiota*, *curumim* (mesmo referente

⁵⁴ Importa mencionar que as variantes *pratinho* e *goronga* parecem apresentar arealidades mais abrangentes no contexto amazônico, em razão do registro dessas variantes por Batista (2019) no Médio Amazonas. Segundo essa autora (idem, p. 114-115), *pratinho* é a variante mais recorrente nos dados; nas áreas rurais de Itacoatiara, foram

de ‘menino’) e *cunhantã*, *puxirum*⁵⁵, *cutico*, *tapagem*, *matupá* em Azevedo (2013). A respeito de *curumim* e *cunhantã* em Azevedo, esse autor questiona a baixa vitalidade com tendência ao desuso dessas variantes em Parintins (Amazonas) referida por Cruz no Atlas Linguístico do Amazonas (ALAM) em 2004, resultado também obtido para Barcelos, Manacapuru e Itacoatiara⁵⁶ - regiões do Alto Rio Negro, do Rio Negro Solimões, do Baixo e do Médio Amazonas. Apoiado na experiência de 20 anos na região e para ilustrar “certa regularidade”, Azevedo (idem, p. 165) comenta que “às vezes, os moradores locais empregam esses termos com entonação pejorativa para se referirem ao menino e à menina, quando fazem travessuras. Como, por exemplo: - seu curumim/curumi!, sua cuiãtã!”.

Ademais, não constaram no ALeSPA, para os dados de Oriximiná e Santarém, e em Azevedo (2013), região de Juruti (Pará) e Médio Solimões (Amazonas), *curumim* para o mesmo referente de ‘último dente’, *virou homem* para o mesmo referente de ‘menopausa’, *tia chica* ou *maria chica* para o mesmo referente de ‘amarelinha’ e *liamba* para o mesmo referente de ‘droga’.

Contudo, quando ampliamos a consulta aos dados do ALeSPA, percebemos que a tendência denominativa no contexto do Baixo Amazonas muda para alguns desses itens léxicos. Estão presentes em outras áreas urbanas do Pará: *xero* e *xera*, com arealidade mais abrangente, alcançando treze contextos diatópicos de quatro mesorregiões do estado, e com dezenove ocorrências na fala da geração mais velha e quatro na geração mais nova; *virou homem*, com arealidade restrita a quatro contextos (nas mesorregiões Nordeste, Metropolitana e Marajó) e quatro ocorrências na fala da geração mais velha e duas na fala da geração mais nova; e *curumim* para o referente ‘último dente’, com arealidade limitada a apenas dois contextos da mesorregião metropolitana de Belém e a três ocorrências na fala da geração mais velha.

Interessa-nos o fato da variante *curumim* para o referente ‘último dente’ ter sido registrada apenas em Bujaru e Santa Izabel do Pará (nos dados do ALeSPA), municípios onde

registradas 04 ocorrências e, em Silves, 06 ocorrências. Nesse último município, não houve registro de *pratinho* na área urbana, já, em Itacoatiara, foram registradas duas ocorrências para essa variante.

A variante *goronga* (idem, p. 111), por sua vez, é mais recorrente na área rural de Itacoatiara (05 ocorrências ao todo) e na área urbana desse município essa variante apresentou uma ocorrência. Em Silves, foram registradas duas ocorrências na área rural e nenhuma na área urbana.

⁵⁵ A arealidade da variante *puxirum* alcança também os municípios de Itacoatiara e Silves no Médio Amazonas. Conforme Batista (2019, p. 142-143), *puxirum* é predominante nas áreas urbanas e rurais desses dois municípios.

⁵⁶ Batista (2019, p. 130-132) mostra que as variantes *curumim* e *cunhantã* (e *cunhantãin* e *cunhantanha*) manifestam vitalidade significativa em dois municípios da região do Médio Amazonas. A autora menciona que em Itacoatiara a variante *curumim* está em concorrência com a variante *menino*, já a variante *menina* é mais frequente nos dados para esse município. Nos resultados alcançados para Silves, outro município investigado, Batista evidencia que *curumim* está em concorrência na área urbana, mas na área rural essa variante é predominante em 100% dos casos; já a variante *menina* é mais frequente na área urbana e *cunhantãin* é mais recorrente na área rural. Esses dados sinalizam arealidade de alcance mais geral no contexto amazônico.

também estão localizadas comunidades quilombolas, tais como as investigadas por nós no Baixo Amazonas. Se considerarmos o número de localidades investigadas no ALeSPA, chegamos à conclusão de que essa variante perdeu ou está perdendo progressivamente espaço linguístico no contexto paraense. Resta-nos saber o alcance de ‘curumim’ (QSL 98) nas comunidades quilombolas do Nordeste do Pará em Dias (2017), a ser apresentado em 5.1.3.

Desse modo, a característica marcante entre o resultado do ALeSPA para as variantes *xero*, *xera*, *virou homem* e *curumim* e o nosso é perda de espaço linguístico, marcada pela baixa ocorrência e tendência progressiva de arelidade mais restrita a geração mais velha.

Ainda nos dados do ALeSPA, as variantes registradas em outro município do Baixo Amazonas, próximo a Oriximiná (Faro), que constam em nossos dados são *goronga* para o referente ‘pomo de adão ou gogó’ e *cajila* para o referente ‘amuleto’. Importa lembrar que *cajila* é ocorrência única em nossos dados.

5.1.2 Cotejo entre variantes das comunidades quilombolas pesquisadas e de Belém

Cardoso *et al.* (2014) apresentaram os resultados alcançados o Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) sob forma de cartogramas. Desses dados, destacaremos variantes atribuídas aos entrevistados de Belém, por ser a capital do Estado, onde as comunidades estão situadas. Em virtude dos cartogramas do QFF não apresentarem variação léxica, estabelecemos cotejo com os dados do QSL apenas.

Dessa maneira, os contextos diatópicos Belém e comunidades quilombolas do Baixo Amazonas convergem para OTUM com as variantes *mandioca* (QSL 51) e *peteca* (QSL 156), e para OTUP com as variantes mais recorrentes: *carapanã* (QSL 88), *prostituta* (QSL 142), *porronca* (QSL 145) e *papagaio* (QSL 158). Além disso, esses contextos diatópicos convergem também para variantes cujas respostas espontâneas mais recorrentes são: *magará* (QSL 44), contudo a diferença é que em Belém essa variante não coocorre com outras (OTUM) e em nossos dados há coocorrência (OTUP); e *tangerina* (QSL 39), *macaxeira* (QSL 50), *pata-cega* (QSL 161), *bombom* (QSL 185) e *sinal* (QSL 194); tais variantes figuram entre as ocorrências com tendência de uso poliléxico em Belém e ocorrências com tendência de uso monoléxico em nossos dados.

Os contextos diatópicos Belém e comunidades quilombolas do Baixo Amazonas paraense investigadas nesta tese divergem quanto à ocorrência de variantes mais recorrentes nas seguintes questões:

Quadro 10 - Cotejo entre variantes mais recorrentes em Belém e nas comunidades quilombolas do Baixo Amazonas.

Belém	Corpus desta tese	Questão
<i>orvalho</i>	<i>sereno</i>	QSL 20
<i>palma</i>	<i>penca</i>	QSL 42
<i>baladeira e estilingue</i>	<i>balador</i>	QSL 157
<i>cambalhota, carambola e carambela</i>	<i>calambiota</i>	QSL 155
<i>sutiã e porta seio</i>	<i>corpete e sutiã</i>	QSL 188
<i>ruge e blush</i>	<i>compacto e ruge</i>	QSL 191

Fonte: A própria autora com base em Cardoso *et al.* (2014).

Entre as ocorrências com tendência de uso poliléxico, quatro questões apresentaram particularidades. Constatamos que uma das variantes mais recorrentes nos contextos de pesquisa desta tese não constou nos resultados de Belém, além disso divergem também quanto à ordem de ocorrências das variantes. É o caso da questão 167 do QSL, cujas variantes mais recorrentes nos dados de nossa tese são: *macaca* (07 ocorrências), seguida de *tia chica* ou *maria chica* (02 ocorrências), e *amarelinha* (01 ocorrência), mas no contexto Belém as variantes mais recorrentes são *amarelinha* e *macaca*. Inversamente a essa situação, constatamos que a variante *jacinta* (QSL 85), mais recorrente nos dados de Belém, aparece apenas uma vez como resposta espontânea em nossos dados (Tiningu).

Nas outras questões, as ocorrências com tendência de uso poliléxico mais recorrentes no contexto Belém, *neblina* (QSL 21) e *galinha d'angola* (QSL 67), não constituíram resposta espontânea nos dados desta tese, entraram no *corpus* apenas em razão da sugestão e ainda assim nem todos os entrevistados afirmaram reconhecê-las. Em se tratando de respostas espontâneas para essas questões em nossos dados, obtivemos *orvalho* (74%) e *picote* (94%) como variantes mais recorrentes entre os itens léxicos coocorrentes.

5.1.3 Cotejo entre variantes das comunidades quilombolas pesquisadas e da Região Norte

Comparamos variantes do *corpus* desta tese com ocorrências descritas nas cartas diatópicas gerais e regionais do ALiB (CARDOSO *et al.*, 2014) para averiguarmos se os contextos de pesquisa desta tese convergem ou divergem de tendências de usos mais gerais. Assim, constatamos que:

- a) As variantes *neblina* (QSL 21), *penca* (QSL 42), *mandioca* (QSL 51), *sutiã* (QSL 188) e *ruge* (QSL 191) são tendências de uso nacional. Na questão 191 do QSL, *compacto*,

variante mais recorrente nos contextos desta tese, não constou nos resultados da carta diatópica geral para as 25 capitais investigadas no ALiB;

- b) As variantes *neblina* (QSL 21), *tangerina* (QSL 39), *sereno* (QSL 20), *palma* (QSL 42), *mangará* (QSL 44), *macaxeira* (QSL 50), *mandioca* (QSL 51), *picote* (QSL 67), *jacinta* (QSL 85), *carapanã* (QSL 88), *prostituta* (QSL 142), *cambalhota* (QSL 155), *peteca* (QSL 156), *baladeira* (QSL 157), *papagaio* (QSL 158), *pata-cega* (QSL 161), *macaca* (QSL 167), *bombom* (QSL 185), *sutiã* (QSL 188), *ruge* (QSL 191) e *sinal* (QSL 194) são tendências de usos na região Norte do país. Ressaltamos que, para a questão 85 do QSL, julgamos mais conveniente manter o registro da forma de expressão constatada nas comunidades quilombolas, ‘jacina’. Na questão 155 do QSL, *calambiota* (67%), variante mais recorrente nos contextos desta tese, não constou nos resultados da carta diatópica regional para a Região Norte;
- c) As variantes *balador* (QSL 157) e *tia chica* ou *maria chica* (QSL 167) não constaram nos dados da carta diatópica para a Região Norte;
- d) A variante *porronca* (QSL 145) é tendência de uso não somente em Belém, mas também em Macapá e Boa vista, áreas localizadas na extremidade superior da Região Norte.

Em síntese, podemos dizer que os contextos de pesquisa desta tese:

- a) Seguem tendência nacional para o uso das variantes *penca* (QSL 42) e *mandioca* (QSL 51);
- b) Seguem tendência regional para o uso das variantes: *sereno* (QSL 20), *mangará* (QSL 44), *macaxeira* (QSL 50), *mandioca* (QSL 51), *picote* (QSL 67), *carapanã* (QSL 88), *prostituta* (QSL 142), *peteca* (QSL 156), *papagaio* (QSL 158), *pata-cega* (QSL 161), *macaca* (QSL 167), *bombom* (QSL 185) e *sinal* (QSL 194);
- c) Não seguem tendência regional para o uso das variantes *palma* (QSL 42) e *baladeira* (QSL 157);
- d) Não seguem tendências regional e nacional para o uso de variantes *neblina* (QSL 21) e *cambalhota* (QSL 155). É importante lembrar que a última variante consta no *corpus* desta tese, mas não é a mais recorrente: *calambiota* (67%) e *cambalhota* (6%). Além disso, *neblina* não ocorreu em nossos dados como resposta espontânea.

Desse cotejo, podemos dizer que duas variantes presentes nas comunidades quilombolas do Baixo Amazonas seguem tendências de uso mais geral, 13 seguem tendências de uso regional e quatro são de uso mais restrito, quer dizer, de menor alcance no espaço geolinguístico. Por outro lado, quatro variantes divergem das tendências de uso geral e regional.

É oportuno lembrar que entre as quatro variantes consideradas de uso mais restrito neste cotejo, três delas foram registradas em Oriximiná e Santarém (*corpus* do ALeSPA), fato que sinaliza tendência de uso mais delimitada ao espaço linguístico do Baixo Amazonas, quais sejam: *calambiota*, *balador* e *compacto*. *Tia chica* ou *maria chica*, por sua vez, não foi registrada em Azevedo (2013) e Cardoso *et al.* (2014).

5.1.4 Cotejo entre variantes das comunidades quilombolas do Baixo Amazonas e de outras comunidades quilombolas do Nordeste do Pará

Para o cotejo de variantes com outras comunidades quilombolas, consideramos o estudo geolinguístico desenvolvido por Dias (2017), em sua tese de doutoramento, por ser de natureza lexical e ter sido realizado em comunidades quilombolas paraenses. Nesse caso, a comparação torna-se proveitosa em razão de haver possibilidade de sinalizar não somente tendências de convergência e/ou divergência entre as comunidades quilombolas do Nordeste do Pará e do Baixo Amazonas paraense, mas também por permitir, em especial, observação de variantes de uso mais restrito e prováveis efeitos desses usos nos espaços linguísticos paraenses não contíguos.

De maneira geral, em ambos os contextos, as variantes mais recorrentes são: *igarapé* (QSL 01), *trevuada* (QSL 11), *arco-íris* (QSL 17), *chuveisco* e *chuva fina* (QSL 18), *sabugo* (QSL 46), *macaxeira* (QSL 50), *mandioca* (QSL 51), *urubu* (QSL 64), *sura* (QSL 69), *carapanã* (QSL 88), *cisco* (QSL 90), *desdentado* (QSL 100), *fanhoso* (QSL 101), *bustela* (QSL 102), *cantareira* (QSL 106), *barriga* (QSL 113), *coxo* (QSL 115), *perna torta* (QSL 116), *menstruação* (QSL 121), *filho adotivo* (QSL 130), *caçula* (QSL 131), *finado* (QSL 135), *rude* e *burro* (QSL 137), *pistoleiro* (QSL 140), *cornu* (QSL 141), *prostituta* (QSL 142), *cachaceiro* (QSL 144), *bagana* (QSL 146), *santanás* e *diabo* (QSL 147), *medalha* (QSL 153), *peteca* (QSL 156), *pata-cega* (QSL 161), *macaca* (QSL 167), *vaso* (QSL 170), *isqueiro* (QSL 173), *café* (QSL 176), *picadinho* (QSL 178), *cachaça* (QSL 182), *cheio* (QSL 183), *cueca* (QSL 189), *calcinha* (QSL 190), *compacto* (QSL 191), *calçada* (QSL 196) e *bar* (QSL 202).

Com o objetivo de ressaltar tendências de uso nos contextos das comunidades quilombolas do Nordeste do Pará e do Baixo Amazonas paraense, esboçamos o quadro 11, que

apresenta uma síntese do cotejo entre as variantes mais recorrentes nos dados de Dias (2017) e em nossos dados. As lacunas na tabela indicam impossibilidade de cotejo por falta de dados.

Quadro 11 - Cotejo entre variantes mais recorrentes em comunidades quilombolas do Nordeste do Pará e do Baixo Amazonas

Tendência de uso nas comunidades quilombolas do Nordeste do Pará (DIAS, 2017)	Tendência de uso nas comunidades quilombolas do Baixo Amazonas	Questão	Lema
<i>redemoinho, remanso e rebujo</i>	<i>rebojo, funil e correnteza</i>	QSL 04	redemoinho (de água)
<i>maresia</i> (poliléxica)	<i>maresia e banzeiro</i>	QSL 05	onda de mar
<i>maresia</i> (poliléxica)	<i>maresia e banzeiro</i>	QSL 06	onda de rio
<i>redemoinho, ventania e trevoada</i>	<i>remuinho</i> (poliléxica)	QSL 07	redemoinho (do vento)
<i>neblina</i> (poliléxica)	<i>orvalho</i> (poliléxica)	QSL 21	nevoeiro/cerração/neblina
<i>cacho e penca</i>	<i>penca</i> (poliléxica)	QSL 42	penca
<i>pendão, mangará, umbigo e pindola</i>	<i>mangará</i> (poliléxica)	QSL 44	parte terminal da inflorescência da bananeira/umbigo/coração
	<i>joão de barro</i> e pedreiro	QSL 66	joão-de-barro
<i>cotó, rabicó, suru, toqué e sorote</i>	<i>bicó</i> (poliléxica)	QSL 70	cotó
<i>cadeira e traseira</i>	<i>bunda e cadeira</i>	QSL 76	anca/garupa/cadeira
	<i>mocho</i> ou <i>mocha</i>	QSL 78	boi sem chifre
<i>teta e peito</i>	<i>úbre, mama e teta</i>	QSL 80	úbere
	<i>pestana e capela do olho</i>	QSL 89	pálpebras/capela dos olhos
<i>cega de um lado</i> (poliléxica)	<i>cego</i> (poliléxica)	QSL 91	cego de um olho
	<i>vesgo</i> (poliléxica)	QSL 92	vesgo
	<i>ruim da vista</i> e <i>curto da vista</i>	QSL 93	míope
<i>dordolho, conjuntivite e sapatão</i>	<i>dor de olho, dor d'olho e sapatão</i>	QSL 95	conjuntivite/dor d'olhos
	<i>curumim</i>	QSL 98	dente do siso/do juízo
<i>nuca</i> (poliléxica)	<i>cangote e nuca</i>	QSL 104	nuca
	<i>goronga, gogó e goela</i>	QSL 105	pomo-de-adão/gogó
<i>corcunda</i> (poliléxica)	<i>cacundo, colombo e lombinho</i>	QSL 107	corcunda
<i>suvaco</i> (monoléxica)	<i>suvaco, ticulico, cutico e axila</i>	QSL 108	axila
<i>catinga, suvaqueira e inhaca</i>	<i>inhaca e catinga</i>	QSL 109	cheiro nas axilas
<i>peito e seio</i>	<i>seio, mama e peito</i>	QSL 111	seios/peito
<i>vomitar e baldiar</i>	<i>vomitar, provocar e baldiar</i>	QSL 112	vomitar
<i>coxo, manco, alejado, defeituoso</i>	<i>coxo ou coxa, alejado, deficiente, tengo, coxó e catengue</i>	QSL 115	manco
	<i>pratinho</i> (poliléxica)	QSL 117	rótula/pataca
	<i>tornozelo</i> (poliléxica)	QSL 118	tornozelo
	<i>calcanhar</i> (poliléxica)	QSL 119	calcanhar
	<i>virou homem</i> e <i>menopausa</i>	QSL 122	entrar na menopausa
<i>menina</i> (poliléxica)	<i>menina e cunhantã ou cunhantãi</i>	QSL 133	menina
<i>barulhenta, enjoada e faladeira</i>	<i>falador ou faladeira</i> (poliléxica)	QSL 136	pessoa tagarela

<i>mão de vaca, mão de mucura assada, miserável, mão fechada e sovino</i>	<i>sovino, econômico e mão de vaca</i>	QSL 138	peessoa sovina
<i>baladeira</i> (monlética)	<i>mau pagador</i> (polilética)	QSL 139	mau pagador
<i>xará</i> (monlética)	<i>xera, xará e xero</i>	QSL 143	xará
<i>porronca</i> (polilética)	<i>porronca, tabaco, charuto e tabacão</i>	QSL 145	cigarro de palha
<i>visagem</i> (polilética)	<i>visagem e fantasma</i>	QSL 148	fantasma
<i>despacho e feitiço</i>	<i>feitiço e bruxaria</i>	QSL 149	feitiço
<i>benzedeira, curandeira, macumbeira e rezadeira</i>	<i>benzedeira ou benzedor</i> (polilética)	QSL 151	benzedeira
<i>curandeiro, pajé e macumbeiro</i>	<i>curador ou curadeira</i> (polilética)	QSL 152	curandeiro
<i>carambela</i> (polilética)	<i>calambiota</i> (polilética)	QSL 155	cambalhota
<i>baladeira</i> (monlética)	<i>balador</i> (monlética)	QSL 157	estilingue/setra/bodoque
<i>pipa</i> (polilética)	<i>papagaio</i> (polilética)	QSL 158	papagaio de papel/pipa
<i>tranca, trinco e tramela</i>	<i>tramela</i> (polilética)	QSL 168	tramela
	<i>tisna</i> (polilética)	QSL 171	fuligem
<i>interruptor e tomada</i>	<i>tomada</i> (polilética)	QSL 175	interruptor de luz
<i>guloso, danado e comilão</i>	<i>guloso, danado e comilão</i>	QSL 184	glutão
<i>sutiã</i> (polilética)	<i>corpete e sutiã</i>	QSL 188	sutiã
<i>travessa</i> (polilética)	<i>travessa e diadema</i>	QSL 193	diadema/arco/tiara

Fonte: A própria autora com base em Dias (2017).

No geral, constatamos que nossos dados divergem em Dias quanto:

- a) Total de ocorrências: *banzeiro* (QSL 06) e *cangote* (QSL 104) são exemplos de variantes menos recorrentes em Dias e, contrariamente, são uma das variantes mais recorrentes em nossos dados para essas questões, como se pode observar no quadro 07. Exemplos de situação inversa a essa é *cócega* (QSL 120), variante mais recorrentes em Dias e menos recorrentes em nossos dados;
- b) Não registro de variantes: *orvalho* (QSL 21); *corvo*, *chen*, *chengo*, *cuviano* e *guarifango* (QSL 64, lema urubu); *sureta* (QSL 69, lema sura); *colombo* e *cacundo* (QSL 107); *fongo* (QSL 109); *provocar* (QSL 112); *tengo*, *coxó* e *catengue* (QSL 115); *cosca* (QSL 120, lema cócegas); *barco em terra*, *perna quebrada*, *canela quebrada*, *macaco mordeu*, *empatado*, *visita dela*, *furou a canoa*, *canoa em terra*, *cortou a perna* (QSL 121, lema menstruação); *cunhantã* ou *cunhantã* (QSL 133); *xero* ou *xera* (QSL 143); *pé inchado* (QSL 144, lema bêbado - designações); *calambiota* (QSL 155), *s'esconde* ou *esconde* (QSL 160, lema esconde-esconde); *tia chica* ou *maria chica* (QSL 167, lema amarelinha); *machaqueta*, *ansiado* e *danado* (QSL 183, lema empanturrado); *ciroula*

- (QSL 189, lema cueca); *camaruera* (QSL 190, lema calcinha); e *ilharga* (QSL 196, lemas calçada/passeio). Tais variantes não constam em Dias;
- c) Tipo de resposta: nas questões 186 e 187 do QSL, *pão careca* e *pão bengala*, variantes mais recorrentes em Dias, não ocorreram como respostas espontâneas em nossos dados. *Pão bengala* foi aceito via sugestão apenas por GIISe de Água Fria e por GIICe de Arapucu, o qual afirmou não saber o que é;
- d) Tipos de ocorrência: *ponte* (QSL 02, lema pinguela), *peteca* (QSL 156, lema bolinha de gude), *lanterna* (QSL 174), *bombom* (QSL 185, lemas bala/confeito/bombom), *grampo* (QSL 192, lemas grampo/ramona/misse) e *sinal* (QSL 194, lemas sinaleiro/semáforo/sinal) são ocorrências monoléticas em nossos dados, e, em Dias, essas variantes são as mais recorrentes dentre outros itens léxicos e, por isso, constituem ocorrências com tendência de uso polilético (OTUP). Exemplos de situação inversa a essa são: *terçol* (QSL 94), *parteira* (QSL 123) e *xará* (QSL 143), cujas ocorrências são monoléticas em Dias e em nossos dados seguem OTUP.

Diferentemente de nossos dados, a variante *neblina* (QSL 21) em Dias segue tendência de uso regional e nacional; talvez isso possa ser explicado pela proximidade geográfica entre os contextos Nordeste do Pará e a capital do Estado. A variante *jacinta* (QSL 85) em Dias foi a variante mais recorrente e está em consonância com a tendência regional, contrariamente, em nossos dados, essa variante ocorreu como resposta espontânea apenas uma vez (GIISe de Tinguá).

As lacunas no quadro 11 inviabilizaram a identificação de variantes que poderiam sinalizar evidências acerca da vitalidade e prováveis tendências de uso (regional e/ou local) para os seguintes itens léxicos: *pedreiro* (QSL 66); *curumim* (QSL 98), *goronga*, *gogó* e *goela* (QSL 105), *ticulico* e *cutico* (QSL 108), *pratinho* (QSL 117) e *virou homem* (QSL 122).

Em Dias, a ausência das variantes *chen*, *chengo*, *cuviano*, *guarifango* (QSL 64, lema urubu), *fongo* (QSL 109, lema cheiro nas axilas), *tengo* e *catengue* (QSL 115, lema manco), *barco em terra*, *perna quebrada*, *canela quebrada*, *macaco mordeu*, *empatado*, *visita dela*, *furou a canoa*, *canoa em terra*, *cortou a perna* (QSL 121, lema menstruação), *pussanga* (QSL 149, lema feitiço), *brebe* e *cajila* (QSL 150, lema amuleto), *sacaca* (QSL 152, lema curandeiro), *tia chica* ou *maria chica* (QSL 167, lema amarelinha), *machaqueta* (QSL 183, lema empanturrado) levantam suspeitas sobre o fato de esses itens léxicos poderem manifestar referência simbólica da territorialidade na territorialização de variantes das comunidades

quilombolas mais delimitadas ao contexto do Baixo Amazonas. Por outro lado, ocorrências de *diamba*, para ‘tipo de fumo antigo preparado com uma planta’ (DIAS, 2017, p. 533-534), na fala da geração mais velha nas comunidades quilombolas do Nordeste do Pará potencializa evidência de item léxico representativo da territorialização linguística dos grupos de afro-brasileiros em comunidades quilombolas no Pará.

5.1.5 Cotejo entre variantes das comunidades quilombolas do Baixo Amazonas e de outras comunidades quilombolas de Barreirinhas no Estado do Amazonas

Barbosa (2013) desenvolveu um estudo dialetológico sobre o léxico empregado em três comunidades quilombolas situadas nas áreas rurais de Barreirinhas, a saber: Boa Fé, São Pedro e Santa Teresa do Matupiri. Todas circunscritas à Microrregião do Baixo Amazonas e Mesorregião Centro Amazonense, conforme a autora.

Como não obtivemos acesso à cartografia linguística, o cotejo entre nossos dados e os apresentados por Barbosa tornou-se inviável. Contamos com esse trabalho apenas na identificação de itens léxicos.

Considerando as variantes mencionadas por Barbosa como predominantes, chama-nos atenção: *goronga* para pomo-de-adão, *pratinho* para rótula, *menina* e *cunhantãe* para menina, *curumim* e *menino* para menino, *xará* e *chero* para xará. Isso pode implicar em arealidade mais abrangente para essas variantes.

Destacamos que a variante *curumim* para ‘último dente’, presente em nossos dados, não foi registrada em Barbosa. Nesse trabalho, uma das variantes registradas para esse referente foi ‘caçulo’.

5.1.6 Cotejo entre variantes das comunidades quilombolas no Baixo Amazonas, no Nordeste do Pará e no Rio Grande do Sul

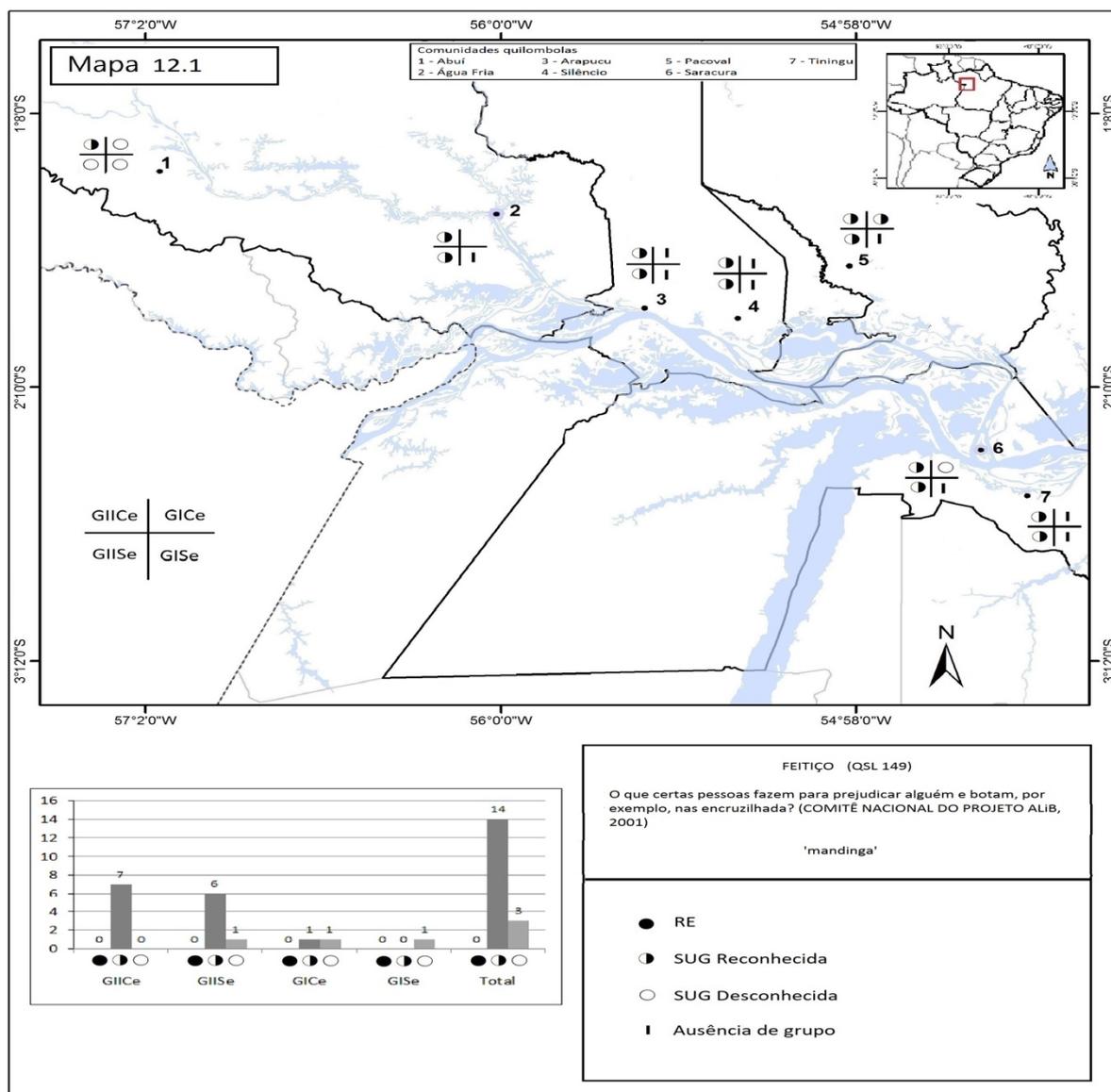
Nesta subseção, interessa-nos observar semelhanças e divergências entre arealizações de comunidades quilombolas presentes em zonas distantes, ainda que o cotejo tenha sido possível em um número reduzido de formas.

Caolho, variante suspeita de seguir tendência de uso mais geral, ocorreu como resposta espontânea em Souza (2015), Dias (2017) e em nossos dados. Contudo, chama-nos atenção a proximidade das arealizações nas comunidades quilombolas paraenses. Enquanto ‘caolho’ revela-se em Souza como uma variante mais integrada aos contextos em razão de ter ocorrido como RE e da SUG ter sido aceita em ambas as gerações, essa variante em Dias e em nossos

dados obteve arealidade restrita a um contexto e a uma geração. Em nossos dados, ‘caolho’ ocorreu apenas uma vez como resposta espontânea em Saracura (GISe) e foi aceita em Tingu (GISe). A pouca ou nenhuma integração dessa variante às gerações e aos contextos pode demonstrar pouca vitalidade desse item nas comunidades quilombolas tanto do Baixo Amazonas, quanto do Nordeste paraense.

O item léxico *macumba* para o sentido de ‘feitiço’ ocorreu como resposta espontânea nas comunidades quilombolas investigadas por Dias, no Nordeste do Pará, e por Souza, no Rio Grande do Sul, diferentemente, houve ausência desse registro em nossos dados. Ainda para esse mesmo sentido, a variante *mandinga* ocorreu como RE apenas nas comunidades quilombolas investigadas por Souza e como sugestão refutada apenas em nossos dados (Abuí e Saracura), conforme a carta linguística 12.1 a seguir. Não houve registro dessa denominação em Dias, tais como as formas *quenga* e *tutu*.

Imagem 15 – Carta lingüística 12.1: ‘mandinga’ (QSL 149, lema feitoço).



A arealidade da variante *quenga* para o sentido de ‘prostituta’ é maior nas sugestões aceitas do que nas respostas espontâneas tanto em Souza, quanto em nossos dados. Os casos de não aceitação estão relacionados às duas gerações em Souza e a uma geração em nossos dados (GISe em Abuí).

A variante *tutu*, sugerida com o sentido de ‘dinheiro’ em Souza (2015), foi aceita por pelo menos um entrevistado em cada uma das sete comunidades quilombolas investigadas no Rio Grande do Sul. Contrariamente, em nossos dados, *tutu* não foi aceita pelo sentido de ‘fantasma’, empregado por nós tal como dicionarizado por Salles (2003), e nem pela denominação. De fato, se essa denominação fosse usual nas comunidades quilombolas

pesquisadas no Baixo Amazonas, era de se esperar que houvesse alguma referência a outros sentidos para a forma ‘tutu’, a semelhança do que ocorreu com ‘alvorada’, ‘capenga’.

A variante *mocambo* parece não ter ocorrido como resposta espontânea aos questionários também em Souza. Nesse estudo, o registro desse item consta na carta de sugestão relativo à moradia, junto com outros africanismos. Em nossos dados, é provável que a pouca manifestação espontânea dessa variante nas conversas da geração mais velha (Ce) de Pacoval e a instabilidade nas realizações das sugestões, em razão de menor integração aos contextos e pouca vitalidade nas gerações, evidencie processo de perda progressiva de um item altamente representativo nas dinâmicas de territorialização. Dias não apresentou resultado para essa variante em seu estudo.

5.1.7 Síntese das informações

O cotejo entre os dados do entorno e o *corpus* desta tese tornou evidente que a construção das experiências linguísticas dos grupos de afro-brasileiros do Baixo Amazonas manifesta territorialidades não homogêneas e identidades menos fixas. Por se tratar de língua, essa situação não é novidade. Afinal, não é apenas no biotipo desses grupos que as implicações dos contatos se tornaram mais patentes (FUNES, 1995).

Um caso representativo de marcas linguísticas de outros contextos empregadas no cotidiano das comunidades quilombolas investigadas no Baixo Amazonas é o empréstimo linguístico *gay* (QSL-Adapt 15), item amplamente integrado ao português brasileiro, que constituiu resposta espontânea também de pessoas da geração mais velha nas comunidades quilombolas investigadas. Para além do conhecimento ativo, essa situação evidencia capacidade de renovação seja pela influência dos meios de comunicação, seja pelo movimento nos espaços, seja pela proximidade com o entorno.

Em termos de divergências, ressaltamos que as variantes suspeitas de manifestar referência simbólica da territorialidade na territorialização linguística evidenciam formas de comportamento e costumes amparadas na experiência dos grupos e no contexto sócio-histórico. Chamamos atenção para o fato de que a maioria desses itens léxicos obteve número menor de ocorrências ou apareceu como sugestão em nossos dados. São exemplos: *chen*, *chengo*, *cuviano*, *guarifango* (QSL 64, lema urubu); *fongo* (QSL 109, lema cheiro nas axilas); *tengo* e *catengue* (QSL 115, lema manco); *perna quebrada*, *canela quebrada*, *macaco mordeu*, *furou a canoa*, *canoa em terra*, *cortou a perna* (QSL 121, lema menstruação); *pussanga* (QSL 149, lema feitiço); *brebe* e *cajila* (QSL 150, lema amuleto); *sacaca* (QSL 152, lema curandeiro);

pancararam ou *panpancararam* (QSL 160, lema esconde-esconde). Todas essas variantes constituíram respostas espontâneas em nossos dados. Uma ressalva importante é que as variantes ocorridas para a questão 121 do QSL vieram à tona durante o trabalho de campo, após a sugestão de *barco em terra*, o que pode ser observado na série de cartas linguísticas de 2.1 a 2.13.

Em razão da proximidade geográfica com Oriximiná, Santarém, Faro e Juruti, optamos pela permanência no grupo das variantes cuja representação simbólica pode manifestar referência da territorialidade nas dinâmicas de territorialização linguística os seguintes itens: *goronga* (QSL 105, lemas pomo-de-adão/gogó), *ticulico* e *cutico* (QSL 108, lema axila), *pratinho* (QSL 117, lemas rótula/pataca), *curumim* (QSL 132, lemas menino/guri/piá) e *cunhantã* ou *cunhantãi* (QSL 133, lema menina). Isso porque não podemos desconsiderar que a construção histórica das áreas urbanas das cidades do interior do Baixo Amazonas paraense contou com a importante presença indígena e africana, e, além disso, os contatos com o entorno não cessaram, mesmo durante as expedições punitivas (cf. item 3.1.1 da Seção 3).

Devemos salientar que a evidência de registros dessas variantes em outras áreas do contexto amazônico (cf. dados do Médio Amazonas para Itacoatiara e Silves por Batista, 2019; do Baixo Amazonas amazonense para Barreirinha por Barbosa, 2013, e paraense para Juruti por Azevedo, 2013) pode indicar tendência de uso em lugares banhados pela bacia do rio Amazonas. Desse modo, entendemos que não devemos desconsiderar também provável atuação dinâmica e integradora do rio na ocupação e organização desses espaços.

No caso do uso de ‘xero’ e ‘xera’ no entorno, conforme os dados do ALeSPA, talvez não seja possível afirmar perda de espaço linguístico na área urbana ou influências do entorno sobre as comunidades quilombolas contíguas, porque ‘xero’ ocorreu apenas uma vez na fala de um homem da segunda geração de Santarém, diferentemente de Oriximiná, em que houve ocorrência apenas do item menos marcado pela informalidade ‘xará’, nos termos de Alkmim e Petter (2009).

Em se tratando de Oriximiná, é provável que o critério distância geográfica tenha favorecido a presença e ausência de ‘xará’ nas comunidades quilombolas. Pode ser que a proximidade de Água Fria com o perímetro urbano de Oriximiná tenha favorecido a única ocorrência de ‘xará’ na comunidade. Contrariamente, no Abuí, uma das comunidades mais distantes da área urbana de Oriximiná, essa variante não ocorreu como resposta espontânea e, como vimos, os mais jovens afirmaram desconhecer-la.

Importa lembrar que, na consulta ampliada ao banco de dados do ALeSPA para essas e outras variantes, atestamos o uso de ‘xero’, ‘xera’ e ‘virou homem’ em outras áreas urbanas do Pará. A abrangência das duas primeiras variantes alcança cinco das seis mesorregiões do Pará e a da última variante, ‘virou homem’, alcança quatro mesorregiões. Curiosamente, ‘xero’ e ‘xera’ presentes na mesorregião Nordeste do Pará estão ausentes no espaço linguístico das seis comunidades quilombolas dessa mesorregião (cf. Dias, 2017). Desse modo, a amplitude da configuração geolinguística para as variantes ‘xero’, ‘xera’ e ‘virou homem’ alcança zonas mais contínuas no contexto paraense, o que favorece maior abrangência desses usos e, com isso, a evidência de territorialidade nas variantes tende ao enfraquecimento em dinâmicas de territorialização. Por esse motivo, nesta tese, optamos por retirá-las do grupo de itens suspeitos de manifestar referência simbólica da territorialidade na territorialização linguística das comunidades quilombolas no Baixo Amazonas.

Sumariando tendências denominativas no espaço pluridimensional, conforme os diferentes registros dos dados exibidos nesta seção, obtivemos as seguintes sobreposições:

- a) Variantes com arealidade de alcance mais geral no contexto paraense: *xero*, *xera*, *virou homem*.
- b) Variantes com arealidade de alcance mais geral no contexto amazônico: *tapagem*, *matupá*, *curumim* para o referente ‘menino’, *cunhantã* para o referente ‘menina’, *goronga*, *puxirum*, *pratinho*, *cutico*, *xero*.
- c) Variantes com arealidade mais restrita ao contexto do Baixo Amazonas: *ticulico*, *cajila*.
- d) Variante com arealidade mais restrita às comunidades quilombolas: *diamba*.
- e) Variantes com arealidade mais restrita às comunidades quilombolas no Baixo Amazonas: *barco em terra*, *macaco mordeu*, *perna quebrada*, *canoa em terra*, *pancararam*, *dirijo*, *ponga*.

Entendemos que a evidência de registros esparsos e baixos na fala da geração mais velha para *curumim* (QSL 98), em duas outras áreas do contexto paraense, pode indicar tendência de uso mais restrito ao contexto do Baixo Amazonas, além de parecer indicar retomada do movimento dessa variante em direção mais verticalizada.

5.2 Léxico empregado nas comunidades quilombolas e em dicionários: aspectos designativos e conceituais

Pretendemos destacar comparativamente aos nossos dados registros de itens léxicos dicionarizados de modo a constatar provável evidência de integração e vitalidade a partir de aspectos formais, sobretudo daqueles considerados suspeitos de manifestar referência simbólica da territorialidade na territorialização linguística. Primeiramente, identificaremos convergências e divergências designativas e conceituais a partir de itens léxicos mais e menos recorrentes em nossos dados. Em seguida, passaremos aos itens que são reconhecidamente africanias e indigenismos com vistas à correlação entre efeitos de contatos sócio-históricos nas comunidades e diferentes formas de apropriação dos fatos linguísticos.

5.2.1 Convergências de aspectos designativos e conceituais

Vale a pena lembrar que não temos por objetivo realizar pesquisa diacrônica dos itens léxicos nesta tese e que, apesar das diferenças entre princípios teóricos-metodológicos deste estudo e dos dicionários analisados (com seus diferentes tipos), a convergência entre itens empregados nas comunidades quilombolas e os dicionarizados nos séculos XIX, XX e XXI podem implicar em estabilidade, em razão do período diferente de registro das formas. Exemplos disso são *jerimum*, *mandioca*, *canarana*, *matupá*, *catanga*, *mojica*, *puxirum* e *xera*, os quais apresentaram mesma designação e significado referencial dos termos dicionarizados em Veríssimo (1887) e em Beurepaire-Rohan (1889).

Dessa lista, ressaltamos que Beurepaire-Rohan (idem, p. 100) apresenta ‘muxirom’, ‘mutirom’, ‘mutirão’, ‘putirão’, ‘potirão’, ‘putirum’ e ‘puxirum’ como formas “pertence[ntes] a diversos dialectos da língua tupi, deriva[ndo]-se do mesmo radical, embora tenham por iniciais uns a letra P e outros a letra M, o que não é raro nesta língua”. Assim como Altenhofen (2006, p. 182) para a distribuição cartográfica de ‘mutirão’ no ALERS (cf. figura 06), acreditamos que a integração de *puxirum* e *mutirão* registrados em nossos dados é “consequência histórica do contato ao longo do tempo”. A vitalidade desses itens parece dever-se também à força da coesão social e do coletivismo que as comunidades quilombolas buscam manter. É provável que a ideia de coesão e o caráter coletivo expressos pelo étimo indígena, mantido nas designações dos itens, não tenham origem apenas nessa base sociocultural. Conforme Caldeira (1956, p. 47-79), essa pode também ser uma herança comunitária fundamentada na tradição africana ou portuguesa. O autor (idem, p. 45) explica que “em certas zonas [brasileiras] uma dessas influências terá sido mais acentuada”.

Outros itens presentes em nossos dados e constatados em Beurepaire-Rohan (1889) são *aluá*, *angu*, *cachaça*, *canjica*, *capanga*. O item *tarubá* manteve a designação e conceito em ambos os registros. Parece que não houve muitas alterações na forma de preparo dessa bebida ao longo do tempo (cf. Beurepaire-Rohan, 1889, p. 136).

Liamba ocorreu como resposta espontânea apenas três vezes em nossos dados com o mesmo significado referencial de ‘erva usada para fumo’ presente em Beurepaire-Rohan, o qual apresenta forma ‘pango’ como sinônimo dessa designação. Em Salles (2003), pudemos atestar um aspecto semântico de tal erva não explícito em Beurepaire-Rohan. Referimo-nos ao efeito narcótico causado nas pessoas quando usam ‘liamba’. Ademais, Salles apresentou *diamba* e *dirijo* como variantes léxicas dessa designação, formas aparentemente instáveis em nossos dados do ponto de vista da vitalidade em razão de terem ocorrido como conhecimento passivo e de nem todos os entrevistados afirmarem conhecê-las (cf. item 4.1.2 desta Seção). *Liamba* e *diamba* são atestadas como africanismos por Salles; *dirijo*, que não teve registro etimológico no dicionário de Salles, foi dicionarizada como um termo mais integrado à região amazônica “é a diamba, maconha, dos fumadores e pajés da região do Trombetas/PA e Manaquiri /AM” (idem, p. 133). Converte também para o significado referencial de ‘erva usada para o fumo’ o item *diamba* em Mendonça (2012, p. 143), entendido como “nome de uma planta de que os negros faziam fumo”.

5.2.2 Divergências léxico-semânticas

Estamos cientes de que as divergências apontadas podem evidenciar alterações semânticas importantes e significados ainda não catalogados. Entretanto, limitaremos-nos à identificação de aspectos conceituais em virtude de não objetivarmos análise detida sobre a história e datação dos itens léxicos.

Em Veríssimo (1887, p. 331 e 329), *curumim* apresenta apenas o significado de “rapaz ou antes rapazinho de 7 a 12 anos, moleque” e *canarana* não apresenta relação léxico-semântica com ‘matupá’. Como consta em nossos dados, *curumim* apresenta também o referente de ‘último dente’ e *canarana*, *matupá*, *premembeca*, *muri* e *bola de capim* são variantes léxicas.

Nas comunidades quilombolas investigadas, o item *pussanga* apresenta o mesmo significado referencial de ‘feitiço’ e ‘amuleto’, o que diverge do significado dicionarizado em Veríssimo (idem, p. 340) para essa mesma designação, “remédio, mesinha, medicamento caseiro”, significados léxicos também registrados por Di Domenico (2008).

Para Di Domenico (2008), *pussanga*, tal como *sacaca*, é indigenismo. O item *pussanga* foi registrado com o sentido de ‘feitiço’, o que converge para o significado aplicado pela GIICe

de Silêncio em nossos dados (QSL 149). Já o significado referencial de ‘amuleto’ para essa denominação, conforme o registro em nossos dados para a GIICe de Saracura, é ausente no dicionário desse autor. O item *sacaca* tem o sentido de ‘adivinho’ e de ‘planta’ em Di Domenico (idem), sentidos também registrados em nossos dados, como atestam os fragmentos 50 e 51 a seguir:

(50)

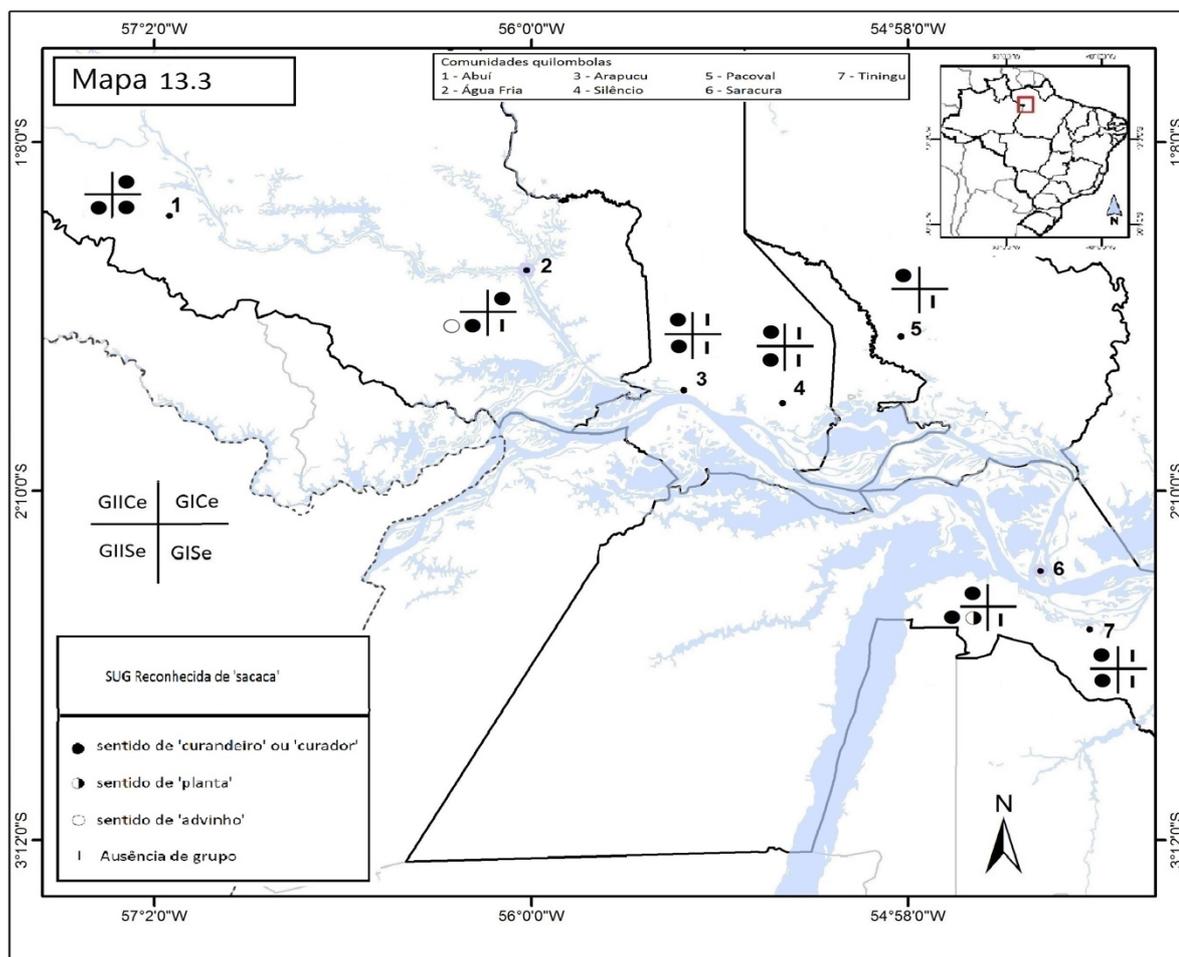
“Seu Balduino, eu sobe que o senhô TEM um dom de adivinhá e desapareceu o cofre do meu... do pagamento dos meus funcionário lá na firma eu vim aqui pro senhô me dizê onde é que tá esse cofre” (ORXAF02, GIISe, CON).

(51)

“Sacaca que eu conheço é uma planta” (STMSAR06, GIISe, REQUEST-QSL 152)

Contudo, o sentido de ‘curador’ encontrado em nossos dados para a denominação *sacaca* está ausente em Di Domenico. Como se pode ver na carta linguística 13.3, os sentidos de ‘curandeiro’ e ‘curador’ foram os mais recorrentes.

Imagem 16 – Carta linguística 13.3: Sugerência aceita de ‘*sacaca*’ (QSL 152, lema curandeiro).



Como se pode observar nos fragmentos 52 e 53, *caxiri* ou *caixúma* preparado nas comunidades quilombolas é bebida fermentada a partir da farinha ou da batata. Diferentemente, o sentido registrado para essa mesma designação em Beaufort-Rohan (1889, p. 44) é tipo de “alimento preparado com beijú diluído em água”.

(52) “Às vez que a’ente faz o *caxiri* que chamu [...] é do bago de farinha. Coloca o bago de farinha de molho, tampa bem, agasalha bem, tá cum dois dias, às vezi três, tá bem molinho, coo (= coar), adoço e ponho pa gelá, fica igual um soco (= suco)” (ORXAF02, GIICe, REQUEST-QSL-Adapt 78).

(53) “O *caxiri* é de batata, a gente rala a batata na água. Depois a gente põe pa fazê aquela farinha cozida, a gente põe aí amassa na água, amassa amassa até ficá duce, ficandu duce a gente cua e toma” (OBDARA03, GIICe, REQUEST-QSL-Adapt 78).

Ponga, variante léxica de ‘zoada’ como vimos no fragmento 29 (cf. item 4.1.3 desta Seção), foi dicionarizada em Beaufort-Rohan (1889) e em Ferreira (1986) com o sentido de jogo de dados. Desse modo, a relação léxico-semântica entre ‘ponga’ e ‘zoada’ foi constatada apenas em Di Domenico (2008). Para esse estudioso da língua tupi, ‘ponga’ é um termo polissêmico⁵⁷ com formas paralelas ‘pongá’ e ‘pongaba’ que significam barulho, ruído.

Capenga, forma sugerida em nossos dados, foi aceita, mas com sentido diferente de ‘coxo, manco’ como consta em Beaufort-Rohan (cf. fragmentos 03 e 04).

Em nossos dados, *cacundo* refere-se ao ‘indivíduo com deformidade no dorso’. Beaufort-Rohan registrou ‘cacunda’ com o significado de dorso são, chamando atenção para a extensão metafórica dessa designação cuja provável origem é associada a ‘corcunda’, relativa à ‘deformidade no dorso’. Além de ‘dorso’, Salles (2003) documenta o sentido de ‘cangote’ para ‘cacunda’, apontando suas variantes ‘carcunda, corcunda’. Quanto ao item ‘cangote’, esse mesmo autor registrou o sentido de ‘nuca’, o mesmo empregado em nossos dados, e ‘corcunda’, como mencionado a pouco.

A designação *maromba* também apresentou divergência léxico-semântica. O significado referencial empregado em nossos dados é o mesmo observado em Salles (2003), o qual refere-se a uma construção de madeira suspensa sobre as águas com a função de abrigar animais no inverno. Diferentemente, Beaufort-Rohan (1889, p. 90) apresentou o sentido associado à quantidade, agrupamento ou porção de animais, “um magote de bois”.

⁵⁷ Em Di Domenico (2008, p. 830), “ponga” significa “1. Um outro nome para o sabiá-laranjeira. 2. Soar, emitir som, ecoar, sonante. 3. Gerúndio-supino de ‘pong’= o baque, a queda com ruído; o que se lança abaixo”.

5.2.3 Correlação entre aspectos léxicos designativos, efeitos de contatos sócio-históricos e formas de apropriação do fato linguístico

Adotamos Veríssimo (1887), Beurepaire-Rohan (1889), Salles (2003), Di Domenico (2008), Mendonça (2012) e Castro (2011) para atestar ocorrências de africanias e indigenismos em nossos dados.

Dos itens dicionarizados, aqueles reconhecidos como indigenismos são *carapanã*, *carimã*, *cunhantã*, *curuba*, *guariba*, *igarapé*, *jerimum*, *matupá*, *mojica*, *pereba*, *puxirum*, *mucura*, *saracura* e *sururúca*. Desses itens, talvez *sururúca* seja o menos integrado aos contextos de uso mais geral. Ele foi dicionarizado em Beurepaire-Rohan (1889, p. 133) com o sentido de “espécie de peneira grossa”, com o adendo “do verbo tupi ‘sururú’ que significa vasar, derramar”. Além desse sentido, Di Domenico (2008) também apresenta para *sururuca* o significado referencial de “nome de planta”. Importa dizer que Di Domenico (idem, p. 913) também fez o registro da forma verbal *surururucar* com significado de “enfiar-se ou meter-se; saracotear, peneirar (derivado de ‘sururuca’)”.

Consideramos esse fato significativo, porque registramos em nossos dados a forma verbal reduzida, *sururucar* (provavelmente, ‘sururu’ + -k- + -ar), e é possível dizermos que manteve-se também parte do sentido dicionarizado, na medida em que há perfilamento dos mesmos aspectos semânticos da base conceitual, que é ‘enfiar’, ‘mexer com grande agitação’ e ‘derramar’, no caso líquido reprodutivo ou sêmen durante a cópula.

(54)

“ENTREV: O namoro de hoje:: é um namoro escruto, eu digo logo assim. Porque diz assim fulana é namorada do fulano, mas nu demora já tão ali no escuro, fazendo o que nu deviu fazê então isso n’ê ((= não é)) namoro.

DOC: É o que então? ((riso))

ENTREV: Já estão, como diz aqui *sururucando* ((riso))

DOC: Sururucando é? ((riso))

ENTREV: ((riso)) Eh:: num tem mais namoro minha querida, aqui nesse pedaço não. Em tuda parte pode se dizê” (OBDSIL04, GISe, CON).

Os itens reconhecidos como africanias que ocorreram nos questionários e na conversa de forma espontânea com os mesmos aspectos designativos e conceituais dos dicionarizados são: *aiué*, *angu*, *banguela*, *banzeiro* (forma derivada das africanias ‘banzo’ ou ‘banzar’), *bunda*, *cachaça*, *cachimbo*, *caçula*, *cacundo*, *corcunda*, *capanga*, *cochilar*, *engabelar*, *lundu*, *moleque*, *lambança*, *maconha*, *macumba*, *mandinga*, *marambiré*, *mondongo*, *munguzá*, *quitanda*. Diferentemente, como vimos em 5.2.2, a africania *maromba* apresentou aspecto conceitual divergente ao dicionarizado.

Salles (2003) e Mendonça (2012) divergem quanto a origem dos itens *aluá*, *cabaço*, *cangote*, *canjica*, *catinga*, *gogó*, *mocotó* e *tanga*, os quais também constituíram resposta espontânea em nossos dados. Enquanto Salles apresenta-os como termos com origem controversa, Mendonça reconhece-os como africanias. Apesar de incluir o item ‘catinga’ como africana em seu vocabulário, Mendonça (idem, p. 139) entende que esse item está relacionado ao radical tupi “*cati*, olor pesado”.

Entre os itens sugeridos, reconhecidos como africanias, *guimba* (QSL 146), *tutu* (QSL 148), *bamba* (QSL-Adapt 27), *banzo* e *macambúzio* (QSL-Adapt 30) e *cacumbo* (QSL-Adapt 98) foram refutados por nossos entrevistados. Como não houve manutenção de itens léxicos nesses casos, é provável que a presença dessas africanias nas comunidades quilombolas do Baixo Amazonas perderam-se na memória ou que tais itens não chegaram a integrar o léxico dos afro-brasileiros desses territórios. Um estudo diacrônico poderia ser importante para levantar evidências sobre essa matéria.

Para os conceitos expressos por essas africanias refutadas, registramos os itens: *bagana* (QSL 146); *visagem* e *fantasma* (QSL 148); *valente*, *desordeiro*, *bagunceiro*, *encrenqueiro*, *bandalheira* e *brigador* (QSL-Adapt 27); *triste* (QSL-Adapt 30); e *facão*, *facão velho* ou *facão velha*, *fandango*, *fulanga*, *cobó* e *colango* (QSL-Adapt 98). As quatro últimas variantes parecem ser mais marcadas pela informalidade, nos termos de Alkmim e Petter (2009). *Fandango* foi dicionarizada em Beaurepaire-Rohan (1889) e em Ferreira (1986) com a acepção de baile, divergindo, portanto, do conceito identificado nas comunidades quilombolas ‘instrumento gasto e amolado para reaproveitamento’, tal como em Salles (2003) para o item ‘cacumbu’.

Diferentemente das africanias refutadas em seus aspectos designativos e conceituais, *milonga* e *cafuné* parecem estar perdendo vitalidade nas comunidades em razão do reconhecimento restringir-se apenas à designação dos itens (cf. item 4.1 desta Seção).

Entre as africanias sugeridas aceitas também no aspecto conceitual, constatamos: *xibiu*. Os aspectos designativos e conceituais de *xibiu* e *pemba* dicionarizados por Salles (2003) com o sentido de genitália masculina e feminina respectivamente, devem ter favorecido provavelmente situação desconfortável para alguns de nossos entrevistados, como esperado por nós.

Entre as sugestões reconhecidas como africanias com sentido diferente do registrado em dicionários, talvez *malungo* seja mais representativa. É considerada provável africana para Beaurepaire-Rohan (1889), cujo significado dicionarizado ‘camarada, companheiro’ pode ter

motivado a nomeação de uma entidade paraense que coordena diversas associações das comunidades quilombolas do estado, sendo esse o sentido evidenciado, conforme atesta o fragmento 55. Ainda assim, nem todos os entrevistados aceitaram essa sugestão, o que sinaliza para provável processo de substituição por variantes como *colega*, *parceiro*, *companheiro* e *amigo*, e de perda de item léxico com referencial simbólico da territorialidade.

(55) “*Malungo* que eu sei é uma entidade né” (ORXAB01, GIICe, REQUEST-QSL-Adapt 50).

Como o sentido dicionarizado para *muxinga* é “surra, coça, tunda e, primitivamente, açoite” (MENDONÇA, 2012, p. 59), é provável que por extensão metafórica o significado referencial empregado nas comunidades quilombolas seja o de instrumento de castigo ou ‘chicote’ como registrado em Salles (2003). *Muxinga* não foi aceito no Abuí.

(56) “*Muxinga*, inclusive o marido da minha avó tinha um” (ORXAF02, GIICe, REQUEST-QSL-Adapt 95).

O registro do item lexical *rendengue*, sugestão em nossos dados contextualizada no fragmento 11, consta apenas em Salles (2003), para o qual essa denominação é provável africana.

Salles (2003) registra o sentido de palermo para o item *bocó*, o qual foi empregado nas comunidades quilombolas do Baixo Amazonas para referir-se a um tipo de peixe, como observado no fragmento 57. Por transitar no campo semântico fauna, o significado referencial adotado nas comunidades diverge também nesse aspecto com a área semântica da acepção dicionarizada.

(57) “*Bocó* é o peixe” (STMSAR006, GIICe, REQUEST-QSL-Adapt 31).

Para o conceito de ‘indivíduo moleirão, abobalhado’, foram empregadas as designações *besta*, *tolo*, *leso*, *palermo*, *pateta* e *lerda*. O fato de *bocó* ser monossêmico com divergência léxico-semântica e haver outras variantes para designar o que seria um segundo conceito de ‘bocó’ poderiam sinalizar processo de substituição em uma análise parcial ou mesmo apressada. Desse modo, entendemos não ser possível afirmar nesta tese que o conceito dicionarizado por Salles tenha alcançado de fato as comunidades quilombolas investigadas. Devemos lembrar que partimos de tais comunidades e não de outros contextos diatópicos em nossa análise.

Entre as africanias identificadas em nossos dados que são consideradas por Castro (2011, p. 02) como “portadoras de elementos culturais compartilhados por toda a sociedade

brasileira”, chamou-nos atenção o fato de *cafuné*, forma sugerida, ter apresentado instabilidade quanto à integração e vitalidade, como se pôde observar na Seção 4 (cf. item 4.1). Considerando ainda essa característica apresentada por Castro, *capenga*, documentada como parte do conhecimento passivo e com significado referencial divergente ao do item ‘coxo’, como referido anteriormente (cf. no item 5.2.2 desta seção), revela-se item monossêmico com conceito inscrito no campo semântico flora, em vez do campo corpo humano como dicionarizado. As formas coocorrentes de ‘coxo’ (QSL 115) em nossos dados são *aleijado, deficiente, tengo, catengue, coxó, manco, maneta, tuqué*.

Para finalizar, o item lexical *tanga* (mencionado no fragmento 11), de origem controversa em Salles (2003), mas africanismo para Mendonça (2012), constituiu resposta espontânea da geração mais velha (Ce e Se) em todas as comunidades quilombolas, exceto em Tinguá, com o sentido de ‘peça de roupa íntima masculina’. Para Alkmim e Petter (2009, p. 170), essa denominação juntamente com *caçula, corcunda, moleque, quilombo, quitanda e xingar* (presentes em nossos dados), estão entre os itens de uma categoria de africanismos léxicos (categoria 1), cujos traços característicos incluem formas menos coloquiais, mais abrangentes e com tendência de manutenção do significado referencial original. Outra categoria de africanismos léxicos (categoria 2), também definida pelas autoras, prevê itens como *banguela, cafuné, catinga e mandiga*, presentes em nossos dados, por apresentar “termos informais, de uso coloquial que, eventualmente, dependendo da situação, são substituídos por outros” (idem, p. 158). A última categoria de africanismos referida pelas autoras (categoria 3) apresenta itens como *angu, bunda, muxiba* e caracterizam-se por apresentar “termos marcadamente informais, e de uso restrito” (idem).

5.2.4 Síntese das informações

Como *brebe, chen, chengo, guarifango, cuviano, cutico, ticulico, fongo, goronga, machaqueta, tengo, murundanga, fulanga, cobó e colango* são denominações não dicionarizadas e *curumim* é item léxico monossêmico nos dicionários analisados, não podemos identificar estabilidade de uso para essas variantes, prováveis africanismos e indigenismos.

Contrariamente, exemplos de africanismos e indigenismos dicionarizados que não apresentaram estabilidade nas comunidades quilombolas, em razão da não aceitação das denominações e dos sentidos, são *bruaca, guimba, tutu, curau, bamba, banzo, macambúzio, cacumbo*.

Considerando os diferentes registros nos dicionários analisados, podemos dizer que exemplos de africanismos e indigenismos, presentes em nossos dados, que apresentaram estabilidade nas denominações e nos sentidos dicionarizados, em razão do conhecimento ativo e/ou passivo dos itens, são *aluá, banguela, banzeiro, cabaço, cangote, canjica, catinga, cachaça, cacundo, caçula, corcunda, gogó, liamba, maconha, macumba, mocotó, mondongo, moleque, moleca, mungunzá, quilombo, tanga, canarana, carapanã, carimã, curumim* (para ‘menino’), *cunhantã* (para ‘menina’), *jerimum, mandioca, matupá, mojica, mutirão, ponga, puxirum, pussanga* (para ‘feitiço’), *sacaca* (para ‘planta’ e ‘adivinho’), *saracura, xará, xera*.

Por outro lado, exemplos de africanismos e indigenismos que parecem menos estáveis no uso de denominações e/ou nos sentidos dicionarizados, em razão de instabilidade no conhecimento ativo e/ou passivo, são *cafuné, capanga, capenga, diamba, dirijo, mandinga, malungo, milonga, mocambo, muxinga, rendengue, xibiu*. Vale a pena lembrar que *muxinga*, tal como *sururucar*, manteve em parte aspectos semânticos do sentido dicionarizado.

Ainda em relação ao sentido, exemplos de itens léxicos polissêmicos em nossos dados, tal como nos dicionários, que não apresentaram registro dicionarizado de algum sentido empregado nas comunidades quilombolas são *pussanga* para ‘amuleto’ (RE) e *sacaca* para ‘curador’ (SUG e CON). Exemplos de itens léxicos monossêmicos em nossos dados, cujos sentidos também não foram dicionarizados, são *fandango* para ‘instrumento de corte gasto’, *bocó* para ‘tipo de peixe’, *capenga* para ‘camada escava do tronco da palmeira’ (SUG), *malungo* para ‘entidade coletiva’.

Por fim, exemplos de africanismos que parecem menos integrados ao léxico de uso geral dicionarizados por Salles (2003) são: *dirijo, diamba, aiuê, marambiré. Lundu*, que é um ‘tipo de dança’, também foi dicionarizado por Salles (idem) e por Beurepaire-Rohan (1889) como africania. Salles (idem, 163-164) comenta que a abrangência de “lundum é muito extensa no Pará (baixo Amazonas, Óbidos; zona guajarina, Igarapé-Miri e Abaetetuba; baixo Tocantins, Cametá; principalmente ilha do Marajó)”.

Para além da contribuição dos povos e culturas indígenas e africanas ao léxico do português brasileiro, identificar africanismos ou indigenismos é um exercício descritivamente importante para compreender certa uniformidade e diversidade denominativas e conceituais, padrões de variação marcados pela capacidade de movimento ou de renovação no espaço e no tempo, e para sinalizar a construção de territorialidades linguísticas. Ambos os casos são igualmente importantes para a compreensão das dinâmicas de territorialização linguística.

5.3 Dinâmicas do movimento e territorialidades

Se as experiências linguísticas dos grupos de afro-brasileiros do Baixo Amazonas manifestam marcas de territorialidades combinadas e sobrepostas, caracterizadas, de modo geral, pela presença de itens léxicos de origem africana e indígena com integração denominativa e conceitual ao léxico de uso geral, quer em razão da diversidade, quer em razão da atuação de fatores sócio-históricos, isso significa que não podemos negar as marcas linguísticas lexicais resultantes dos contatos linguísticos na língua, as quais “testemunham esse contato e dependem dele” (BONVINI, 2009, p. 103). Nesse caso, como a territorialização de variantes do grupo de afro-brasileiros pode ser definida? Ou melhor, será possível falar em territorialização linguística de variantes?

Certamente, é expressiva a presença de africanismos e indigenismos em usos mais gerais da língua. Os movimentos dessas variantes nos espaços manifestaram diferentes formas de apropriação de itens léxicos e estabeleceram redes de conexão entre contextos diatópicos de variedades do português.

Como resultado, entendemos que, sincronicamente, o referencial simbólico da territorialidade marcado pela origem e/ou pelo sentido do vocábulo parece neutralizar-se quanto maior a difusão e a integração ao léxico de uso geral, a exemplo de *banguela*, *bunda*, *cachaça*, *caçula*, *maconha*, *mandioca*, *moleque*, *moleca*, *mutirão*, *inhaca*; ou, de outro modo, parece encontrar-se em processo de perda, em razão da substituição por itens léxicos mais gerais, quanto menor for a difusão e integração dentro das próprias comunidades quilombolas, a exemplo de *s’esconde* por *pancararam*, *urubu* por *chengo*, *feitiço* por *pussanga*, *curandeiro* ou *curador* por *sacaca*, *menstruação* por *canela quebrada*, *macaco mordeu*.

Sobreposições e singularidades nas arealizações de variantes, sujeitas às interações entre dimensões de análise, e referencial simbólico de territorialidade ajudam-nos a levantar evidências sobre e prever movimentos e condições de variantes léxicas com potencial de representação da territorialidade linguística dos grupos de afro-brasileiros nas comunidades quilombolas. O controle do movimento de variantes torna-se essencial nas dinâmicas de territorialização linguística.

Como esclarece Altenhofen (2014), tratar de territorialidade e territorialização linguísticas implica estudar o movimento de variedades e variantes no espaço linguístico. Em termos de variedades, a discussão em torno de forças centrífugas e centrípetas que impulsionam o movimento de variedades na constituição de suas territorialidades é de fundamental

importância no estudo geolinguístico (idem). No que toca às variantes, é o nível de generalidade no espaço que ajuda a definir o movimento dos itens em uma direção mais horizontalizada ou verticalizada da territorialidade, a depender de maior ou menor integração da representação simbólica dos usos. Como vimos, a direção do movimento mais horizontalizada e uso mais geral podem implicar em neutralização do referencial simbólico identitário dos grupos nas dinâmicas de territorialização linguística ou, inversamente, pode implicar em perda de itens léxicos com referencial simbólico da territorialidade.

O movimento pode ter direção mais horizontalizada, na medida em que a expansão das variantes alcançar configuração geolinguística de zonas mais contínuas, o que favorece usos cada vez mais abrangentes e, com isso, a evidência de territorialidade nas variantes tende ao enfraquecimento em dinâmicas de territorialização, e, inversamente, mais verticalizada, quando a abrangência das variantes estiver restrita a zonas mais descontínuas, o que favorece usos mais restritos e, com isso, a evidência de territorialidade nas variantes tende a certa resistência em dinâmicas de territorialização.

No caso de variantes léxicas com tomada de movimento em direção horizontal, o sentido desse movimento pode-se dar para o lado mais particular, quando se seguir tendências de variedades regionais ou variedades mais restritas a grupos particulares (*carapanã, macaxeira, xero, xera*) ou, de outro modo, para o lado mais geral, quando se seguir tendências de uso mais geral (*zoada, cachaca, moleque*).

Contrariamente, no caso das variantes léxicas com tomada de movimento em direção vertical, o sentido desse movimento é para cima, quando se mantiver relação com tradições socioculturais, fator de identificação de especificidades socioculturais de grupos particulares (*quilombo, quilombola, mocambo, diamba, dirijo*), ou para baixo, quando se mantiver particularidades de uso em razão das experiências do grupo, fator de identificação de representações simbólicas de usos linguísticos particulares de grupos (*barco em terra, macaco mordeu, mondongo* para ‘tipo de povoamento’, *capenga* para ‘camada escavada do tronco da palmeira’, *curumim* para ‘último dente’).

Não há dúvidas de que o movimento de uma variante depende do uso e do alcance desse uso no espaço pluridimensional. De igual modo, a flexibilidade do movimento de variantes pode alcançar direções divergentes em momentos diferentes, resultando em expansão ou retraimento de variantes com potencial de representação simbólica de grupos. Nesse caso, uma pesquisa diacrônica seria importante para não incorrer em intuições sobre a abrangência, formas e condições de usos das variantes.

A dinamicidade do movimento de variantes no tempo e no espaço, motivada por diferentes forças, pode explicar certa dificuldade na definição de variantes representativas da territorialidade na territorialização linguística. Contudo, a flexibilidade do uso de variantes e as representações simbólicas convencionalizadas nas comunidades quilombolas dão condições de acesso à territorialização linguística, evidenciando-a como um fenômeno ajustável, em razão do comportamento social, linguístico e cognitivo, a diferentes direções e sentidos do movimento mais ou menos próximos, simbolicamente, da territorialização linguística.

Em suma, como a territorialização linguística é ação para a construção de referencial simbólico e identitário, as variantes representativas da territorialização nas comunidades quilombolas são aquelas que mantêm significado social essencialmente relacionado com a trajetória, história e experiência dos grupos na construção social de seus territórios e nas características sociais da territorialização. Isso significa que as africanias são importantes, mas não serão as únicas estratégias linguísticas de territorialização a ser considerada nesta tese. Há outras designações presentes na organização da vida social e nas relações estabelecidas que podem marcar social, linguística e simbolicamente a territorialização. Trataremos dessa matéria na próxima Seção.

5.4 Síntese da Seção

Como se pode depreender, a territorialidade linguística tem por centro representação simbólica fundamentada em contexto sociocultural a ser validada no movimento das variantes em uso, em razão das diferentes formas de apropriação de itens léxicos e de representações espaciais que podem impactar no potencial de referência simbólica das variantes na territorialização.

Nessa delimitação, partimos do referencial simbólico da territorialidade linguística marcado pela origem e/ou pelo sentido (aquele que remonta à significação original por assim dizer) do vocábulo. Apesar de nossa análise ter sido restrita à indicação da origem do vocábulo ou do sentido em uso nas comunidades quilombolas em cotejo com os dicionarizados, nossa pretensão foi marcar minimamente o ponto de referência da territorialidade para discutir o potencial de territorialização das variantes léxicas.

Como vimos, variantes em uso nas comunidades quilombolas que estão em sintonia com o movimento tomado na direção mais verticalizada, em ambos os sentidos (para cima ou para baixo), tendem a estar mais próximas ao centro da territorialidade e, com isso,

representarem simbolicamente a territorialização linguística dos grupos de afro-brasileiros com certa resistência. *Quilombo, quilombola, mocambo, malungo, barco em terra, macaco mordeu* são alguns itens léxicos representativos ou com potencial de representação simbólica na territorialização desses grupos. Os três primeiros itens mantiveram referência simbólica direta a tradições socioculturais por inter-relacionar a natureza do espaço com especificidade de um grupo particular, e os três últimos expressam conceitualização amparada em representação simbólica particular, a qual é fundamentada na experiência.

Por outro lado, variantes em uso nas comunidades quilombolas com movimento tomado na direção mais horizontalizada e sentido mais particular, a exemplo de *curumim* para ‘menino’, *cunhantã, pratinho, goronga* que apresentaram sobreposições mais concentradas em lugares banhados pelo Rio Amazonas, regiões do Médio e do Baixo Amazonas (cf. Batista, 2019, Barbosa, 2013, e Azevedo, 2013), podem manter também potencial de representação simbólica na territorialização, na medida em que a referência de territorialidade está integrada aos costumes, experiência, uso e, por isso, marca a trajetória dos grupos de afro-brasileiros.

No caso de variantes em uso nas comunidades quilombolas com movimento tomado na direção mais horizontalizada e sentido mais geral, cuja apropriação do espaço é mais expansiva e representações espaciais são mais convergentes, a referência simbólica da territorialidade (na origem e/ou sentido do vocábulo) não é eliminada, contudo, sincronicamente, o potencial identitário nas dinâmicas de territorialização linguística tendem à neutralização. Por essa razão, optamos por não contemplar itens léxicos com essa dinâmica de movimento nesta tese.

6 ESTRATÉGIAS DE TERRITORIALIZAÇÃO LINGUÍSTICA NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO BAIXO AMAZONAS

A estratégia de territorialização linguística é entendida na presente tese como a interação entre recursos linguísticos e referencial simbólico em contexto sociocultural concebida e representada simbolicamente em uma rede de relações, amparadas no uso, na experiência, no conhecimento, construção e percepção do mundo, em que os grupos têm papel relevantemente ativo e colaborativo.

Como as estratégias baseiam-se no uso e, por isso, envolvem flexibilidade, ponto de vista e experiência, elas resultam das dinâmicas do movimento e contemplam representações simbólicas dos grupos nos aspectos linguísticos e sociais. Nossa tarefa aqui é evidenciar o papel de itens léxicos para representação dos grupos de afro-brasileiros e a partir deles mostrar a existência de estratégias que mantêm coerência com os grupos.

6.1 Aspectos linguísticos lexicais da territorialização

Iniciamos esta subseção com a pergunta de pesquisa “quais as estratégias da territorialização linguística de variantes adotadas pelos grupos de afro-brasileiros nas comunidades quilombolas do Baixo Amazonas?”.

De modo geral, os aspectos léxicos da territorialização linguística das comunidades quilombolas no Baixo Amazonas paraense envolvem variantes léxicas resultantes dos efeitos dos contatos étnicos e da experiência dos grupos. É o que pudemos constatar nas designações dos espaços sociais e nos itens léxicos empregados nas relações, no modo de vida, na organização da vida social dentro das comunidades.

6.1.1 Espaços sociais, toponímia e territorialização

Em se tratando das designações referentes aos espaços sociais de moradia, podemos dizer que os efeitos dos contatos étnicos estão presentes em quatro das sete denominações dos territórios quilombolas, *Abuí*, *Arapucu*, *Pacoval* e *Tinguu*. Nomes com origem indígena que ressaltam um povo, aspectos do tempo e da flora, como demonstrado anteriormente (cf. item 3.1.1.1 da Seção 3). Por outro lado, *Saracura*, *Água Fria* e *Silêncio* demonstraram em suas denominações efeitos da experiência dos grupos. *Saracura* apresenta mesma designação

indígena para nomear um pássaro (BEAUREPAIRE-ROHAN, 1889), contudo a representação simbólica na comunidade está associada a uma ilustre moradora e seu dom (*sic*). As designações de *Água fria* e *Silêncio*, por sua vez, revelaram percepção dos entrevistados em relação ao espaço de moradia que passaram de nomes comuns a próprios.

Nesse particular, adiantamos que, mesmo nos casos de vocábulos com origem indígena, os nomes dos territórios quilombolas são elementos importantes na territorialização social, como veremos mais adiante (cf. item 6.2 desta Seção), e podemos dizer que eles manifestam perspectiva dos grupos de afro-brasileiros na conceitualização das comunidades, na medida em que ressaltam aspectos socioculturalmente importantes para os grupos.

Alguns outros exemplos dos efeitos da experiência dos grupos de afro-brasileiros nas designações dos espaços sociais dentro e nos arredores das comunidades onde circulam pessoas são *batibunda*, *igarapé do paraíso*, *igarapé do inferno*, *lago encantado*, *nova amizade*, conforme se pode observar nos fragmentos de 58 a 62.

(58) "Uhn uhn eu vejo dizerem que apareceu eu nunca vi né. É pr'aí ((= para aí)) pa banda do **Batibunda** que vocês passaram... que aparece" (OBDSIL04, GIICe, CON).

(59) "Ela foi até o **Igarapé do Paraíso**, eles que contavam que ninguém viu, nem meu avô não viu isso, nem ninguém aqui não viu, eram os avós deles que contavam, era rapaz novo rapaz de uns trinta anos, aí eles disseram que ela disse que não era do Paraíso aquele era o **Igarapé do Inferno**" (ALQPAC05, GIICe, CON).

(60) "A macambira ela veio disque atrás dele, ela andou nesse **Igarapé do Inferno**" (ALQPAC05, GIICe, CON).

(61) "Aí ele butô o pé e a mão, cadê pa sai? Ficô grudado, ela só... ((assobia)) foi embora pro fundo, té:: ho::je t'aí ((= estar e aí)) dento desse lago aí. E aí pra cá... tem o **Lago Encantado** pr'aí, ele tá. E o meu pai contou que cons ((= com uns)) três dia, tinha um que... ((gagueja)) fumava tauari aí o... aí disse 'cês querem vê o... o J. na costa da tartaruga?', 'nós queremos', aí ele defumô o rio, nu demurô ela buiô com ele bem na costa assim" (ORXAB01, GIICe, CON).

(62) "E meu avô morava num local chamado **Nova Amizade**, acima do Abui" (ORXAF02, GIICe, CON).

As denominações dos igarapés do paraíso e do inferno referem-se ao mesmo lago, mas receberam nomes diferentes em razão do contexto sócio-histórico (era uma importante rota de fuga) e da perspectiva dos grupos. Do ponto de vista dos afro-brasileiros, parece que tal lago era um marco importante para o início de uma vida sem escravidão, o que parece ter motivado parte da designação 'paraíso', contrapondo-se a 'inferno', cuja designação retrata ponto de vista do opressor (cf. item 6.2 sobre os aspectos da construção social dos espaços que impactam na territorialização de variantes).

6.1.2 Variantes, contatos, contexto sócio-histórico e experiência

Destacaremos variantes léxicas empregadas nas comunidades quilombolas do Baixo Amazonas que resguardam ou ainda podem resguardar vestígios linguísticos dos contatos e da experiência nas relações, na vida social, na constituição das comunidades por resultarem de processos sociais ao longo do tempo e do espaço.

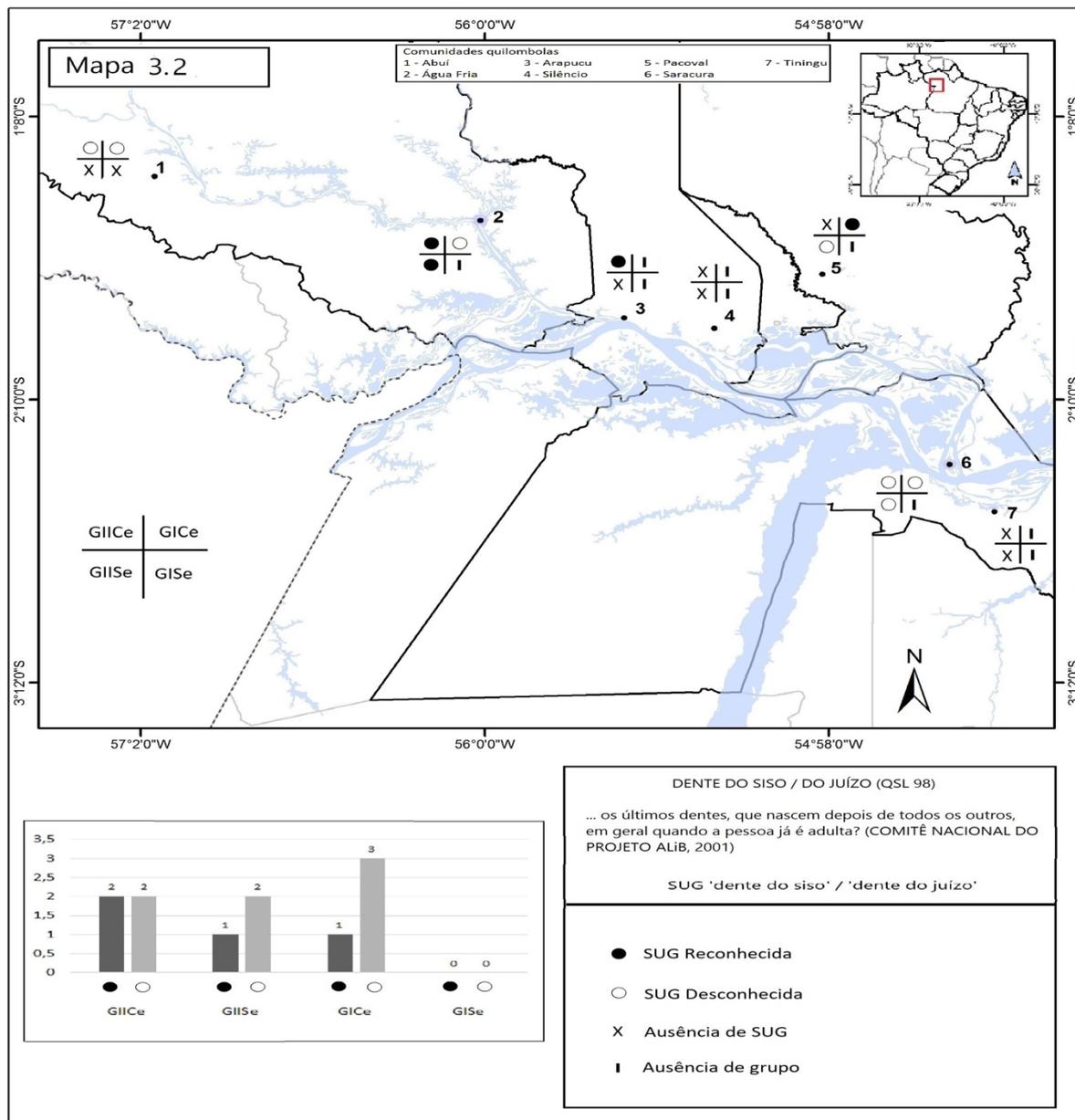
a) Variantes *curumim* e variante *cunhantã* ou *cunhantãi*

Por serem variantes reconhecidamente entendidas como contribuição indígena para o léxico do português brasileiro, vimos que, conforme análise na Seção 4, *curumim* e *cunhantã* ou *cunhantãi* tendem ainda a ocorrer nas comunidades quilombolas do Baixo Amazonas paraense.

No presente *corpus*, a designação *curumim* é polissêmica por fazer referência ao ‘indivíduo do sexo masculino na fase da infância’ (QSL 132) e a um tipo específico de dente que só nasce depois dos 17 anos, ‘o último dente’ (QSL 98). *Curumim*, ocorrência poliléxica para esse último referente, foi identificada apenas na fala da geração mais velha com e sem escolaridade, salvo em Água Fria, onde não houve resposta para a questão, e aceita pela geração mais velha (Ce e Se) em Abuí, Arapucu, Saracura e Tingu. Essa situação parece indicar que tal variante está integrada aos contextos de pesquisa, no entanto, sua vitalidade pode apresentar perda progressiva em virtude da arealidade estar restrita à GII.

Ainda para a questão 98, no que concerne às sugestões de ‘dente do juízo’ e ‘dente do sisó’, é possível depreender que a representação do conhecimento passivo dos grupos de afro-brasileiros sinaliza pouca vitalidade para variantes mais integradas ao português brasileiro, conforme carta linguística 3.2, e, no caso de substituição, se houver, é provável que o hiperônimo ‘dente’ seja selecionado por ser simples, mais genérico e menos marcado, nos termos de Alkmim e Petter (2009).

Imagem 17 – Carta linguística 3.2: Sugerências ‘dente do siso’ e ‘dente do juízo’ (QSL 98, lemas dente do siso, do juízo).



Em se tratando do referente ‘indivíduo do sexo masculino na fase da infância’ (QSL 132), ressaltamos evidência de vitalidade divergente da variante *curumim* no cotejo entre as comunidades quilombolas no Nordeste do Pará (DIAS, 2017) e no Baixo Amazonas paraense. Tal variante em nossos dados ainda parece resistir no conhecimento ativo e, de outro modo, tende a manter certa estabilidade no conhecimento passivo, conforme carta linguística 9.3 (cf. imagem 12, p. 150). Em Dias (2017, p. 375), parece que essa situação já foi ultrapassada, pois a evidência é de processo de substituição da variante *curumim* (ocorrência única - homem da GII) por *menino*, a mais recorrente nos dados do autor.

De igual modo, nos dados do QSL, a variante *cunhantã* ou *cunhantãi* parece também resistir nas comunidades quilombolas do Baixo Amazonas, observe carta linguística 10.3 (cf. imagem 14, p. 152). Podemos dizer que a presença dessa variante em um relato coletado por Idaliana Marinho de Azevedo no final da década de 1980 evidencia certa estabilidade para o uso dessa designação nas comunidades quilombolas do Baixo Amazonas e levanta suspeitas sobre a possibilidade de ampliação de sentido, dado emprego do significado referencial ‘criança’ para *cunhantã* em: “Tchum... ele mergulhava com o tacho e tudo e boiava com as cunhantãs (crianças) do outro lado e ia rodando com elas no meio do tachinho, ele pegava o outro lado e foi embora” (AZEVEDO, 2002, p. 80).

Contudo, no *corpus* desta tese, a vitalidade dessa variante na conversa, assim como a variante *curumim*, nesse estilo, é semelhante à da paisagem linguística das comunidades quilombolas no Nordeste do Pará. Talvez em razão dessa vitalidade demonstrar sinais de perda progressiva, a variante *cunhantã* pareça reportar ao uso que se fazia no passado. É o que atesta o comentário metalinguístico no fragmento 63.

(63) “De primero era *cunhantãi* mesmo” (STMSAR06, GISe, REQUEST-QSL 133).

Podemos dizer que em Dias (2017, p. 379) a ausência de *cunhantã* nos dados parece sinalizar a força do processo de substituição da variante *menina* nas comunidades quilombolas dessa região.

Embora as duas formas de interação linguística em nossos dados tenha demonstrado produtividade divergente e débil para essas variantes, as respostas dadas as questões 98, 132 e 133 do QSL puderam ainda apresentar *curumim* e *cunhantã* ou *cunhantãi* como variantes com implicações sociolinguísticas diferenciadas, pois estão relacionadas ao contexto sócio-histórico das comunidades quilombolas que, de modo geral, tiveram de manter contato com indígenas na região (FUNES, 1995).

Certamente, o levantamento do uso dessas variantes na Região Norte e no Brasil a partir dos resultados do ALiB, ainda não publicados, é importante para confirmar ou refutar tendências de uso para *curumim* e *cunhantã* ou *cunhantãi* no espaço variacional brasileiro. Ainda assim, é possível dizer que o percurso provável a ser seguido por essas variantes no Baixo Amazonas, cujo movimento segue na direção mais horizontalizada e sentido mais particular para as denominações com significado referencial de ‘menino’ e ‘menina’ e movimento na direção mais verticalizada com sentido para baixo para a denominação com o significado referencial de ‘último dente’, seja perda progressiva de espaço linguístico nas comunidades

quilombolas. É o que parece estar ocorrendo nas comunidades quilombolas do Nordeste paraense.

b) Variante *puxirum*

(64) “Antigamente, nos tempo q’eu tava me criando ainda do pessoal, primeiro, antigo, no tempo dos meu zavó chamava *puxirum*, depois passô a mutirão” (OBDARA03, GIICe, REQUEST-QSL-Adapt 24).

(65) “Agora é mutirão, de primero era *puxirum*” (ALQPAC005, GIICe, REQUEST-QSL-Adapt 24).

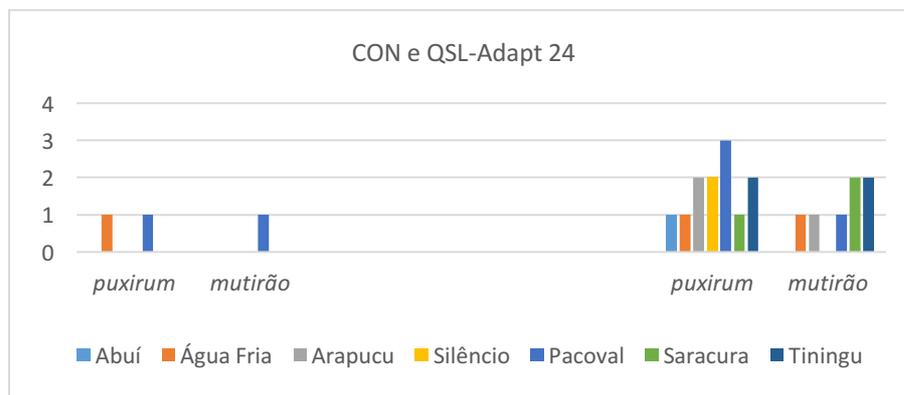
A percepção do uso de *puxirum* evocada nos comentários metalinguísticos da geração mais velha em dois contextos de pesquisa diferentes (nos fragmentos 64 e 65), antevendo perda de espaço linguístico da variante nas comunidades quilombolas, ao ser contrastada com o uso a partir do efeito diatópico e diafásico (cf. gráfico 15), e diageracional e diastrático (variante integrada a três das quatro gerações investigadas), revela fatos variacionais interessantes para a análise da territorialização linguística da variante, cuja representação simbólica da territorialidade manifesta-se no costume e na organização da vida social. É, pois, uma prática que está presente no modo de vida desses grupos desde os mocambos, como atesta Funes (1995, p. 79) no excerto a seguir:

Na medida em que os quilombolas buscavam garantir a sua autonomia e reprodução, constituíram um campesinato centrado em pequenas roças e nas relações de produção baseadas na unidade familiar e no trabalho coletivo representado pelos *puxiruns*, em especial no momento de se fazerem o roçado e a construção de casas. Uma prática de solidariedade e de confraternização.

Também, no caso de *puxirum*, a presença dessa variante em um relato coletado por Idaliana Marinho de Azevedo no final da década de 1980 valida estabilidade no uso e costume dos grupos no desenvolvimento dessa atividade nas comunidades quilombolas, “o finado Marialva ia pro puxirum (mutirão) de plantação de roça com calça branca e não chegava manchada. Ele não se esbarrava em pau nenhum... eu acho que ele ficava só na beira do roçado espiando” (AZEVEDO, 2002, p. 134).

O gráfico 15 mostra que a preferência léxica para a questão 24 do QSL-Adapt não parece definida. Contudo, é possível dizer que *puxirum* mantém ainda certa estabilidade e resistência no espaço linguístico das comunidades quilombolas, como se pode observar na carta linguística 6.3 (cf. imagem 08, p. 129).

Gráfico 15 - RE: Variantes ‘puxirum’ e ‘mutirão’.



Fonte: A própria autora.

Por ainda ser considerada comum a organização e realização de ‘puxiruns’ em serviços diversos nas comunidades quilombolas, sobretudo nas atividades produtivas, o contraste entre percepção subjetiva e uso torna-se importante para a reflexão metalinguística dos grupos acerca das divergências na forma de comportamento linguístico e distanciamento da territorialidade (entre o passado e o presente), assim como reforça evidência da contribuição essencial das diferentes formas de apropriação de itens léxicos no espaço e no tempo e do impacto das dinâmicas de movimento na construção da territorialização de variantes.

Convém salientar que o trabalho coletivo designado de *puxirum* parece não ser restrito às comunidades quilombolas. Como vimos, os registros de *puxirum* no Médio e Baixo Amazonas e das variantes *puxirão*, *pixurum* e *pixirum* em extensas áreas da Região Sul do Brasil como atestadas pelo ALERS (cf. figura 06) convergem para manutenção de provável influência indígena nas representações espaciais relativas ao trabalho coletivo. Em razão disso, é possível que *puxirum* possa figurar como exemplo de variante com movimento tomado na direção mais horizontalizada e sentido mais particular. Devemos destacar também que essa convergência sinaliza para uma prática considerada por Caldeira (1956) como comum no Brasil. Para esse autor (idem, p. 29), o auxílio mútuo representa um velho hábito solidarista brasileiro “em franca decadência, mas obstinadamente ativo nalguns lugares” e com inúmeras variantes linguísticas nos espaços brasileiros (cf. Capítulo VI e sùmula das formas em “Pequeno Vocabulário Regional” em Caldeira, 1956).

c) Variante *sacaca*

Por ser um termo que faz referência a uma *persona* com função social específica no contexto sociocultural de comunidades negras desde os mocambos, como atesta Funes (1995), as marcas da territorialidade proeminentes, tanto no papel social e cultural do ‘sacaca’ quanto no uso linguístico que se faz da designação e do sentido dessa variante (cf. carta linguística 13.3, imagem 16, p. 169), testificam a relevância do papel desempenhado pelos ‘sacacas’ nas comunidades negras e evidenciam a presença marcante do sincretismo nessas comunidades. Para Funes (*idem*, p. 84),

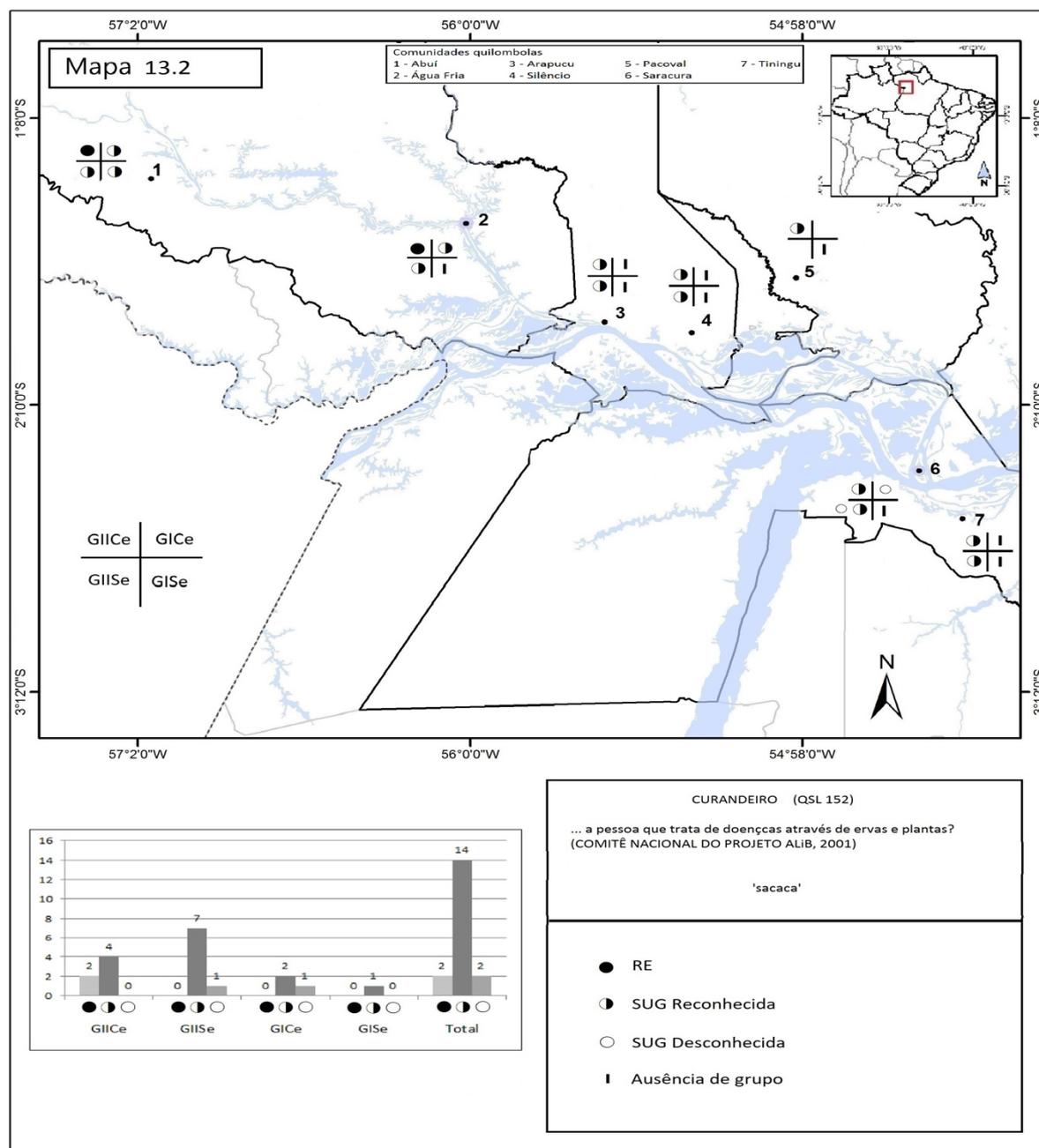
Esse aspecto vem reforçar a prática da pajelança e do xamanismo nessas comunidades negras, uma presença visível da cultura indígena. Sinal de que nessa convivência a influência da religiosidade nativa também ocorreu, manifestação igualmente perceptível na crença das visagens e encantados, e em especial nos sacacas.

Em Azevedo (2002, p. 93), o relato sobre a atuação de um sacaca na época dos mocambos é uma mostra da crença no poder espiritual do sacaca e exemplifica até a adoção de recursos espirituais nas perseguições aos escravos fugidos. É o que ilustra o trecho a seguir:

Outra história que minha avó me contou: Na época que os pretos fugiram, eles viviam com os seus senhores e que resolviam fugir, tinha um preto, que era sacaca. Era um espiritista, que era chamado Sacaca. Então era amigo dos branco, porque tinha essa profissão, esse dom. Então ele ficava encarregado de ir pegar os negros que fugiam. Então o que é que eles faziam: ele tinha uma equipe preparada, ele só tinha o trabalho de ir na viagem fazer a busca do negro, não remava, não fazia serviço nenhum. Eles caminhavam atrás, caminhavam até que eles encontravam o vestígio da canoa dos negros que fugiam. Quando eles pegavam a espuma da canoa, aí ele pegava assim baixo e batia assim por trás do apă dele. Aí, tivessem onde tivessem, até com dois dias de viagem que os negros tivessem na frente deles, os negros atrapalhavam, se cansavam, ficavam enfadados da viagem... Vamos descansar, já estamos mais longe... estamos tranquilos... era o tempo que eles chegavam, pegava os negros e traziam de volta (*idem*).

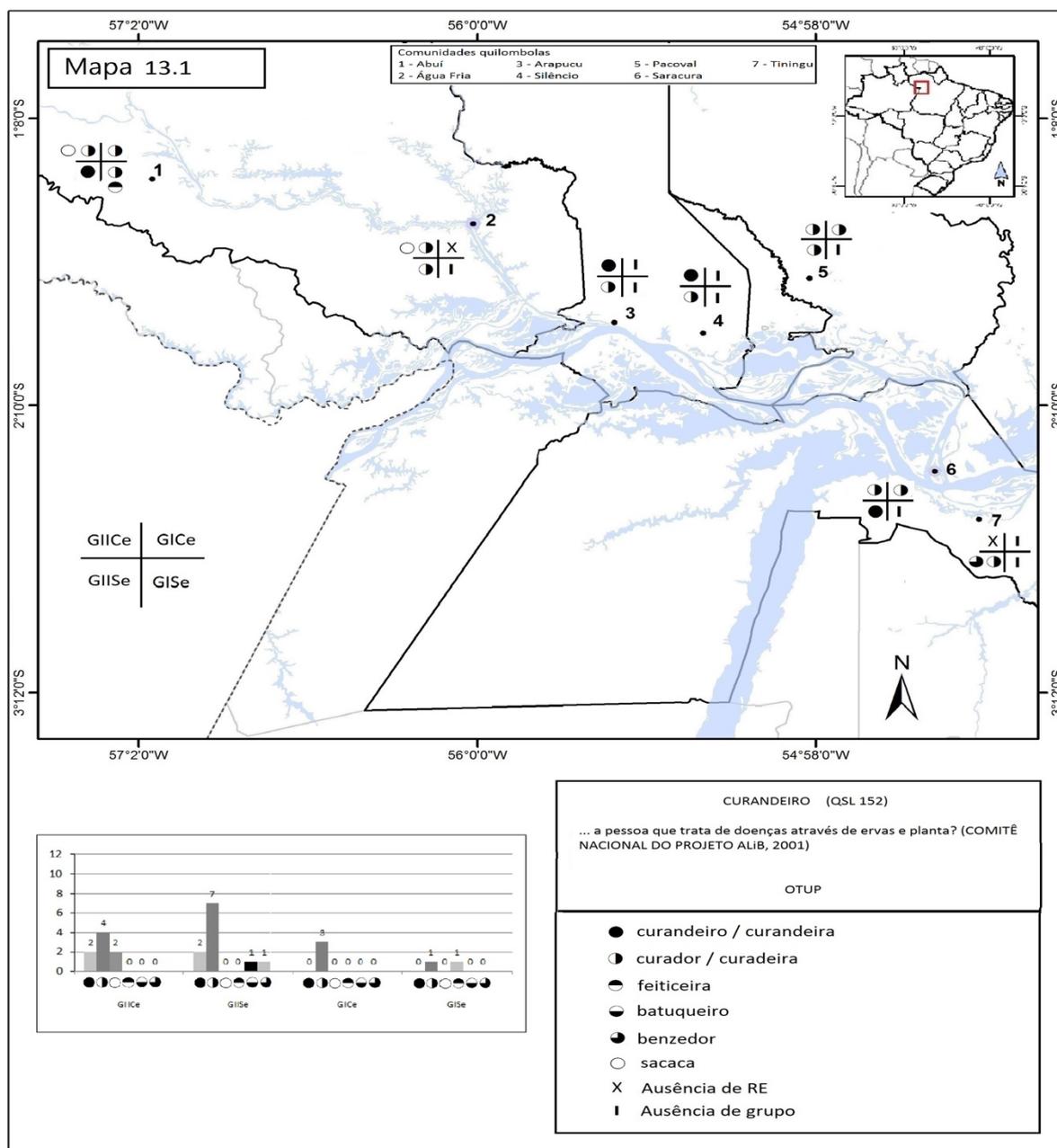
Assim como *puxirum*, a variante *sacaca* parece manifestar ainda certa resistência no espaço linguístico das comunidades quilombolas do Baixo Amazonas, na medida em que consideramos conjuntamente o conhecimento ativo e passivo dos grupos (cf. carta linguística 13.2).

Imagem 18 – Carta linguística 13.2: ‘sacaca’ (QSL 152, lema curandeiro).



Desse modo, a força no reconhecimento cultural e linguístico da territorialidade, expresso pela variante ‘sacaca’ e atestado em percepções subjetivas na conversa, dá sinais de perda progressiva de estabilidade no conhecimento ativo, conforme carta linguística 13.1.

Imagem 19 – Carta linguística 13.1: OTUP (QSL 152, lema curandeiro).



A ausência de registro para a variante *sacaca* nos dados do entorno pode sinalizar tendência de movimento com tomada de direção mais verticalizada, o que é mais prototípico de zonas fortemente marcadas pela tradição sociocultural como comunidades indígenas e quilombolas.

d) Variante *pancararam* ou *pancacaram* ou *panpancararam*

Pancararam é variante com arealizações instáveis nas comunidades quilombolas, sem registro nos dicionários analisados e com tendência de movimento mais verticalizado dada a ausência de registro também no entorno e dada a conexão hipotética entre a designação e o centro da territorialidade. Ela faz referência a um costume infantil mantido nas comunidades quilombolas, mas com tendência de apropriação de forma léxica restrita à geração mais velha, conforme percepções subjetivas expressas nos fragmentos de 24 a 26.

Entendemos essa situação como manifestação ainda ativa de potencial de referência simbólica da territorialidade em *pancararam*, apesar de os dados incluídos nas cartas linguísticas para essa variante não serem suficientes para discutir o conhecimento e abrangência do uso nas comunidades quilombolas como um todo. Nesse sentido, é imprescindível que complementemos os dados para o desenvolvimento de estudo mais consistente.

Por enquanto, é possível dizer que a percepção subjetiva convergiu para apropriação mais restrita de *pancararam* no espaço linguístico, o que mantém sintonia com uma provável característica da territorialização nesses grupos de tradição sociocultural, que é instabilidade nas arealizações com provável perda progressiva de itens léxicos representativos. Por isso, o significado atribuído a essa e outras variantes no contexto sociocultural, como temos visto (na análise de *curumim*, *cunhantã*, *puxirum*, *sacaca*) e ainda veremos, estabelece conexão com a territorialidade e, desse modo, é altamente relevante para a territorialização linguística.

e) Variante *chen*, *chengo*, *cuviano* e *guarifango*

Da mesma forma que *pancacaram*, as variantes *chen*, *chengo*, *cuviano* e *guarifango*, que têm por referente ‘urubu’, parecem manter proximidade com o referencial simbólico da territorialidade por meio de suas designações.

Como vimos, essas variantes apresentaram arealidades restritas à comunidade quilombola do Abuí (em Oriximiná) e estão ausentes nos dicionários analisados e no entorno. Podemos dizer que a experiência do uso e a rede de relações tornaram *chen*, *chengo*, *cuviano* e *guarifango* variantes ainda presentes no conhecimento lexical referente ao modo de vida, cujo movimento é mais verticalizado e com apropriação de formas restrita a um contexto diatópico.

A ocorrência de *chen*, *chengo*, *cuviano* e *guarifango* no conhecimento ativo manifesta tendência de variação (para o mesmo conceito e mesmo referente) em que ainda há certa resistência da territorialidade no espaço linguístico das comunidades quilombolas, cuja

presença expressiva é de itens menos marcados pela informalidade (cf. série de cartas linguísticas de 8.1 a 8.4).

f) Variante *goronga*

Sinônimo denotacional de ‘pomo de adão’ ou ‘gogó’, a variante *goronga* parece manter proximidade com a referência simbólica da territorialidade também por meio de sua designação, assim como *chen*, *chengo*, *cuviano* e *guarifango*.

Podemos dizer que *goronga* ainda manifesta movimento com direção mais horizontalizada e sentido mais particular, em razão das sobreposições em lugares banhados pelo Rio Amazonas, regiões do Médio e do Baixo Amazonas. Nas comunidades quilombolas investigadas, *goronga* é uma variante com instabilidade no uso e vitalidade baixa, dada o limitado número de ocorrência e arealização restrita à geração mais velha com escolarização de Abuí, Água Fria e Pacoval de Alenquer. Contudo, interessa-nos o fato de que essa variante ainda se manifesta no conhecimento ativo para fazer referência a um elemento presente no modo de vida.

Novamente, tais aspectos merecem atenção por estar em sintonia com uma provável característica da territorialização nesses grupos de tradição sociocultural que é instabilidade nas arealizações com provável perda progressiva de itens léxicos com potencial de representação simbólica da territorialidade.

g) Variantes *brebe* e *cajila*

Brebe e *cajila*, sinônimos denotacionais de ‘amuleto’, apresentaram registros esparsos e baixos limitados à geração mais velha de Abuí e Água Fria com dinâmicas de movimento divergentes. *Cajila* parece ainda manter movimento com direção mais horizontalizada e sentido mais particular, devido a sobreposições das arealizações na mesorregião do Baixo Amazonas, diferentemente de *brebe*, cujo movimento segue na direção mais verticalizada.

Como se pode supor, a resistência das variantes *brebe* e *cajila* na apropriação dos espaços linguísticos nas comunidades quilombolas é débil, da mesma forma que é em *goronga*, *fongo*, *tengo*, *catengue*, *ponga*, *murundanga*, *sururucar*, *fandango*, *fulanga*, *cobó*, *colango*, *pussanga*.

Contudo, reconhecemos nesses aspectos tendência de recolhimento de referência simbólica dentro das próprias comunidades quilombolas, o que implica fatos variacionais interessantes para a territorialização linguística, já que há distanciamento do centro da

territorialidade motivado pela perda progressiva de itens léxicos com potencial de representação simbólica.

h) Variantes *fongo*, *tengo* e *catengue*

Ausentes nos dicionários analisados e no entorno, *fongo*, *tengo* e *catengue* apareceram como registros esparsos, limitados à geração mais velha sem escolarização de Abuí e Água Fria, em Oriximiná. Em termos de movimento, é possível dizer que *fongo* para o significado referencial ‘cheiro nas axilas’ e *tengo* e *catengue*⁵⁸ para o significado referencial ‘manco’ tendem à direção verticalizada, cuja apropriação do espaço linguístico nas comunidades quilombolas do Baixo Amazonas é bem reduzida.

O fato de o conhecimento ativo ainda manifestar essas variantes para fazer referência a um elemento presente no modo de vida também deve ser considerado nas dinâmicas de territorialização, porque o enfraquecimento visível do uso dessas variantes pode denotar últimas fotografias linguísticas, parafraseando Fernando Tarallo, de itens léxicos que resguardam ainda vestígios de territorialidade em suas designações, prováveis indigenismos ou africanismos.

i) Variantes *ponga*, *murundanga* e *sururucar*

A conclusão para os itens anteriores estende-se também as variantes *ponga*, *murundanga* e *sururucar*, designações não previstas nos questionários, mas flagradas na conversa da geração mais velha em Água Fria, Pacoval de Alenquer e Silêncio, respectivamente. Como vimos, *ponga* teve designação e sentido convergente com o dicionarizado, *sururucar* manteve em parte aspectos léxico-semânticos da forma registrada nos dicionários e *murundanga* não foi dicionarizada.

Vale a pena dizer que um outro registro da designação *ponga* pôde ser coletado por Idaliana Marinho de Azevedo no final dos anos de 1980. Trata-se da designação usada como nome de família, “era o Olímpio, era Arcelino, era Raimundo Burro, era uma tal de Filomena Ponga. Era uma família grande. A Filomena já era Ponga, não era da família Baraúna” (AZEVEDO, 2002, p. 115). Esse fato amplia forma de uso dessa designação no contexto do Baixo Amazonas e abre mais um campo de investigação a ser considerado no estudo da territorialização linguística e de seus processos, matéria que ficará para trabalhos futuros.

⁵⁸ Ferreira (1986) registra em seu dicionário a forma *catenga* como brasileirismo da região Nordeste, sinônimo denotacional de “lagartixa”. Curiosamente, a proximidade entre os itens *catengue* (forma não dicionarizada, presente no *corpus* desta tese) e *catenga* (forma dicionarizada, ausente em nossos dados) parece não se limitar às formas, dada possibilidade de relação semântica entre os conceitos, considerando o movimento do corpo ao andar.

Diferentemente de *ponga* e *sururucar*, ausentes no entorno, a proximidade entre as formas *murundanga*, em nossos dados, e *murutanga*, nos dados do ALeSPa para dois contextos diatópicos da mesorregião Nordeste do Pará, levanta hipótese de polissemia entre as designações e, se assim for, o movimento dessas variantes parece retomar direção verticalizada no espaço linguístico.

De fato, a proximidade entre essas variantes parece limitar-se apenas às formas, já que o significado referencial diverge, *murundanga* apresenta o mesmo sentido de ‘feitiço’ e *murutanga* foi registrada com o sentido de ‘amuleto’, ambas variantes transitando no campo semântico religião e crenças. Contudo, não nos é possível definir se se trata de designações diferentes com significados também divergentes. O número limitado de ocorrência nos contextos diatópicos e a ausência de registro nas outras fontes investigadas conduz-nos a intuições acerca de alterações léxico-semânticas de itens com referência simbólica em processo visível de perda de espaço linguístico.

j) Variante *fandango*, *fulanga*, *cobó* e *colango*

Ao fazerem referência à ‘faca, enxada ou machado velho e gasto, amolados para reaproveitamento’, *fandango*, *fulanga*, *cobó* e *colango* constituem formas equivalentes à africana ‘cacumbu’, sugestão refutada em nossos dados.

Salvo *fandango*, que teve sua designação dicionarizada, mas com sentido diferente do empregado em campo, *fulanga*, *cobó* e *colango* não constam nos dicionários analisados. Vale a pena lembrar também que as quatro variantes não constam nos dados do entorno.

Fandango, *fulanga*, *cobó* e *colango* apresentaram abrangência limitada a dois contextos diatópicos e número de ocorrência reduzido. A primeira variante está restrita à geração mais velha sem escolarização de Arapucu (em Óbidos) e as três últimas estão restritas à geração mais nova (Ce e Se) de Abuí (em Oriximiná). Tais aspectos evidenciam movimento com direção verticalizada e sinais de referência simbólica da territorialidade ainda ativo.

k) Variante *pussanga*

A variante *pussanga* apresentou uso restrito à geração mais velha, sobreposição baixa com dados do entorno para mesorregião do Baixo Amazonas e estabilidade no emprego do sentido ‘feitiço’, dado seu registro nos dicionários investigados e também nas práticas culturais. A despeito disso, Funes (1995, p. 84) atesta: “ao poder das rezas africanas e à invocação dos

santos juntava-se o poder da pajelança e esses poderes possibilitavam-lhes a realização de pussangas, ser curadores de males, encostos, contraveneno e consertadores de ossos”.

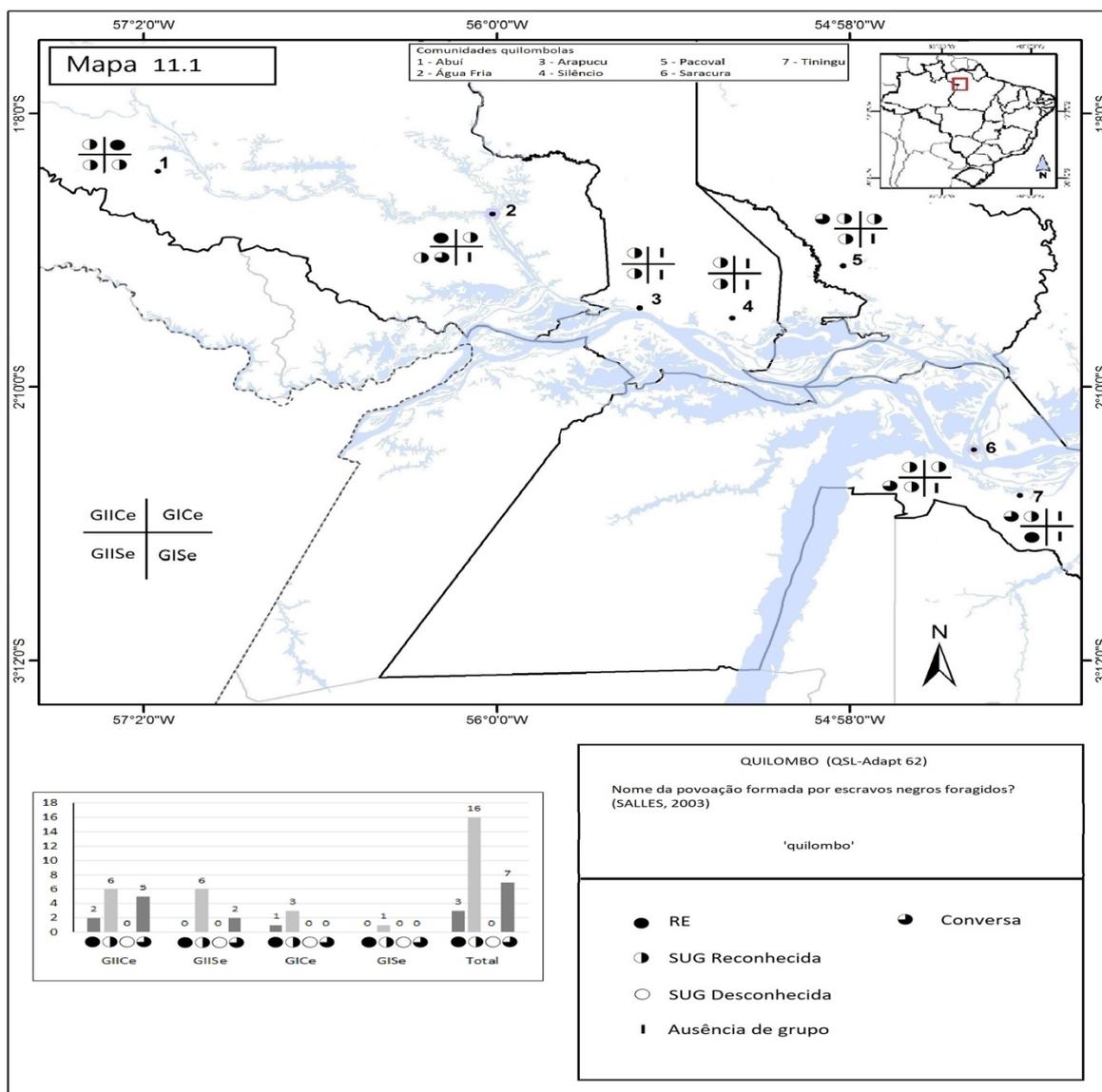
O emprego do sentido ‘feitiço’ em Silêncio (em Óbidos) e do sentido ‘amuleto’ em Pacoval de Alenquer tornam a variante *pussanga* polissêmica em nossos dados. Foi esse último sentido que convergiu com a ocorrência em Faro (nos dados do ALeSPA), área urbana próxima a Oriximiná.

A apropriação débil dos espaços linguísticos nas comunidades quilombolas, o enfraquecimento do movimento com direção horizontalizada, designação e sentidos empregados no conhecimento ativo manifestam sinais de territorialidade ainda ativa, mas em processo de perda progressiva de item léxico com referencial simbólico da territorialidade.

1) Variantes *mocambo*, *quilombo* e *quilombola*

A presença de *quilombo* e *quilombola* no conhecimento ativo e passivo tornam essas variantes com referência simbólica ativa nas comunidades quilombolas e demonstram certa vitalidade. É o que mostra a carta linguística 11.1 para a variante *quilombo*.

Imagem 20 – Carta linguística 11.1: ‘quilombo’ (QSL-Adapt 62, lema quilombo).



Com efeito, essa não parece ser a mesma situação da variante *mocambo*, porque, além de sua ausência no conhecimento ativo, demonstra instabilidade no conhecimento passivo em razão de ter havido desconhecimento na fala da geração mais velha em Arapucu e Saracura.

Apesar de, na conversa, o tema relacionado à história da comunidade não ter sido muito produtivo, *mocambo* parece ser mais instável do que *quilombo*. A primeira variante ocorreu apenas na fala da geração mais velha de Pacoval de Alenquer e a segunda na fala da geração mais velha de Água Fria, Pacoval de Alenquer, Saracura e Tinguu, além de constar também nas respostas dadas às perguntas dos questionários relativos à comunidade (QRCO) e ao entrevistado (QREN).

De certa forma, podemos dizer que essa situação atual para as variantes *mocambo* e *quilombo* converge com a percepção feita por Funes (1995) sobre o significado e uso desses termos nas comunidades quilombolas. Naturalmente, como afirma esse autor (idem, p. 22), “hoje o termo quilombo foi apropriado e redimensionado por essas comunidades enquanto elemento de identidade e de luta pela terra dos remanescentes”. Ainda segundo Funes (ibidem), a preferência léxica parecia divergir fortemente, porque:

Embora entre os remanescentes o termo quilombo não fosse de uso corrente o seu significado em língua africana é atribuído àqueles espaços que chama de mocambo – refúgio de seus antepassados africanos que vieram em sua maior parte, da região Congo/Angola, de origem Bantu e língua Kimbundu. Para os remanescentes, mocambo é o lugar em que os escravos se esconderam, acima das cachoeiras, após fugirem do cativeiro (ibidem, p. 22-23).

A situação da variante *mocambo* pode implicar em retraimento de representação simbólica da territorialidade a partir da perda de espaço linguístico da variante (com sua designação e sentido) dentro das próprias comunidades. Novamente, vemos, nessa situação, sintonia com uma provável característica da territorialização que é instabilidade nas realizações com provável perda progressiva de item léxico representativo.

m) Variantes *diamba*, *liamba* e *dirijo*

Entre as três variantes empregadas para o mesmo referente de ‘droga’ ou ‘erva usada para fumo’, *liamba* demonstrou ter ainda certa resistência no conhecimento ativo, por ter ocorrido na fala da geração mais velha e mais nova (Ce) de Pacoval de Alenquer. Inversamente, *diamba* e *dirijo* parecem estar perdendo estabilidade também no conhecimento passivo, já que estiveram ausentes das respostas espontâneas e apresentaram instabilidade nas realizações das sugestões, como se pode observar na carta linguística 1.1 (cf. imagem 03, p. 118).

Diamba foi a única dentre as três variantes a ter ocorrido como resposta espontânea em uma comunidade quilombola do Nordeste do Pará investigada por Dias (2017). Ao contrário do que se poderia supor, essa situação ratifica a dinâmica do movimento para esse tipo de variante, a qual tende a ser mais prototípica de zonas fortemente marcadas pela tradição sociocultural como comunidades indígenas e quilombolas. Desse modo, tanto *diamba*, quanto *liamba* e *dirijo* apresentam movimento com direção mais verticalizada e sentido para cima.

Dirijo foi a única dentre as três variantes a apresentar certa estabilidade no uso em razão do registro feito por Idaliana Marinho de Azevedo no final da década de 1980. Observemos no

trecho a seguir, que trata da escoação de produtos para área urbana de Óbidos, a presença marcante da variante no modo de vida.

Traziam farinhas, tabaco bom. Naquele tempo o “dirijo” não era proibido, tal da maconha. Eles compravam bem maconha e trabalhavam. Tinha muita maconha, mas vige... meu avô ainda plantou bem, depois de a coisa ficar... que eu não plantei mais, mas tinha saudade de pegar semente que eu queria plantar porque ele é um bicho bonito pra gente tratar. É bonito mesmo o “dirijo”. [...] Mas é tão proibido, porque estragou muitos velhos, do peito, como o tabaco... todos velho, desde o meu avô, que tinha aquela tosse, mas porque ele gostava do dirijo (AZEVEDO, 2002, p. 83).

De igual modo, uma interessante fonte escrita de 1954 (4ª edição de um relato de viagem) destacada em Salles (2003, p. 134) confirma esse costume, revelando percepção do uso da variante *dirijo* e seu sinônimo denominativo ‘birra’, não catalogado por nós, “informa-me o Ricardo que *dirijo* (nome mais em voga aqui), também é apelidado de *birra* e quando eu lhe peço maiores esclarecimentos acerca dos seus efeitos, ele se limita a dizer que um bom cigarro desse fumo faz a pessoa ficar *falista*⁵⁹”.

Com isso, podemos dizer que o registro das variantes *diamba*, *liamba* e *dirijo* no conhecimento lexical dos grupos sinaliza representação simbólica com certa resistência do referencial simbólico da territorialidade ao longo do tempo (marcado pela origem das duas primeiras designações e também pela experiência), mas com vitalidade instável.

- n) Variantes *barco em terra*, *canoa em terra*, *macaco mordeu*, *perna quebrada*, *canela quebrada* e *cortou a perna*

Sinônimos denotacionais de ‘menstruação’, *barco em terra*, *canoa em terra*, *macaco mordeu*, *perna quebrada*, *canela quebrada* e *cortou a perna* são exemplos de variantes com potencial de representação simbólica da territorialidade, porque, por meio do conhecimento e da experiência, manifestam a forma como o grupo concebe, constrói e dá sentido a uma situação.

Diferente do que temos visto, a aproximação com o centro da territorialidade parte do ponto de vista do grupo, que se impõe na concepção e representação de itens léxicos convencionalizados nas comunidades quilombolas. Nas dinâmicas do movimento, é esse fato que determina que o sentido do movimento vertical seja para baixo, mais próximas às representações simbólicas de usos linguísticos particulares dos grupos de afro-brasileiros. Lembramos que o sentido do movimento vertical é para cima quando se mantém relação com

⁵⁹ Entende-se por “falista” o mesmo que ‘falador’.

tradições socioculturais, fator de identificação de especificidades socioculturais dos grupos, a exemplo de *quilombo*, *quilombola*, *mocambo*, *diamba*.

Por estarem ausentes nos dados do entorno e nos dicionários analisados, *barco em terra*, *canoa em terra*, *macaco mordeu*, *perna quebrada*, *canela quebrada* e *cortou a perna* apresentaram movimento no espaço linguístico com direção verticalizada e sentido para baixo.

Além da questão relacionada à forma de representação simbólica particular, *barco em terra*, sugerência aceita por todos os entrevistados, mostrou ser uma variante altamente relevante no contexto das comunidades quilombolas por também ter funcionado como gatilho linguístico em campo, que acionou na memória outras designações mais familiares, por assim dizer, e comentários com percepção subjetiva sobre usos, os quais podem ser observados nos fragmentos a seguir:

(66) “O *barco em terra* é quando a mulhé num vai... era de primero. Quando a gente (di)zia: ‘cadê o fulano? Ah tá de *barco em terra*, tá de *perna quebrada*, podia... [...] mas agora ninguém sabe mais quando mulhé mistroa, que todo tempo tá na bera” (ORXAB01, GISe, REQUEST-QSL 121).

(67) “É *barco em terra*, *perna quebrada*. Porque às vezi quando a gente tá assim, tem essas pessoa mais antigo q’inda usu, mas tem uns que nem usu mais [...]. O que se chama *barco em terra*, é porque nu pode í lá na bera ((= beira do rio)). *Canela quebrada* porque também num pode í lá na bera. É por isso que a gente chama *barco em terra*” (ORXAB01, GICe, REQUEST-QSL 121).

(68) “Olha eles tem uma mania aqui as mulherada, eles chamu ‘*barco em terra*’, ‘*macaco mordeu* ele, *macaco mordeu*’ [...] Ela nu pode í porque o *macaco mordeu* ela” (ORXAF02, GISe, REQUEST-QSL 121).

(69) “Ah não, ‘cadê fulano? Ela tá com *canoa em terra*’, quando não *cortô a perna*. Aja eu sê besta, uma vez eu era criança, aí tinha uma sinhora chamada D., eu era minina, aí a minha mãe disse ‘olha vai lá na D. pa ela lava uma ropa pa mim. Eu fui, aí ela disse ‘olha, diz pa tia D. que eu *cortei a perna*’. Eu disse ‘mamãe eu num vi golpe, mamãe’. Ela disse assim ‘tá minha fia, já sei’” (ALQPAC05, GIICe, REQUEST-QSL 121).

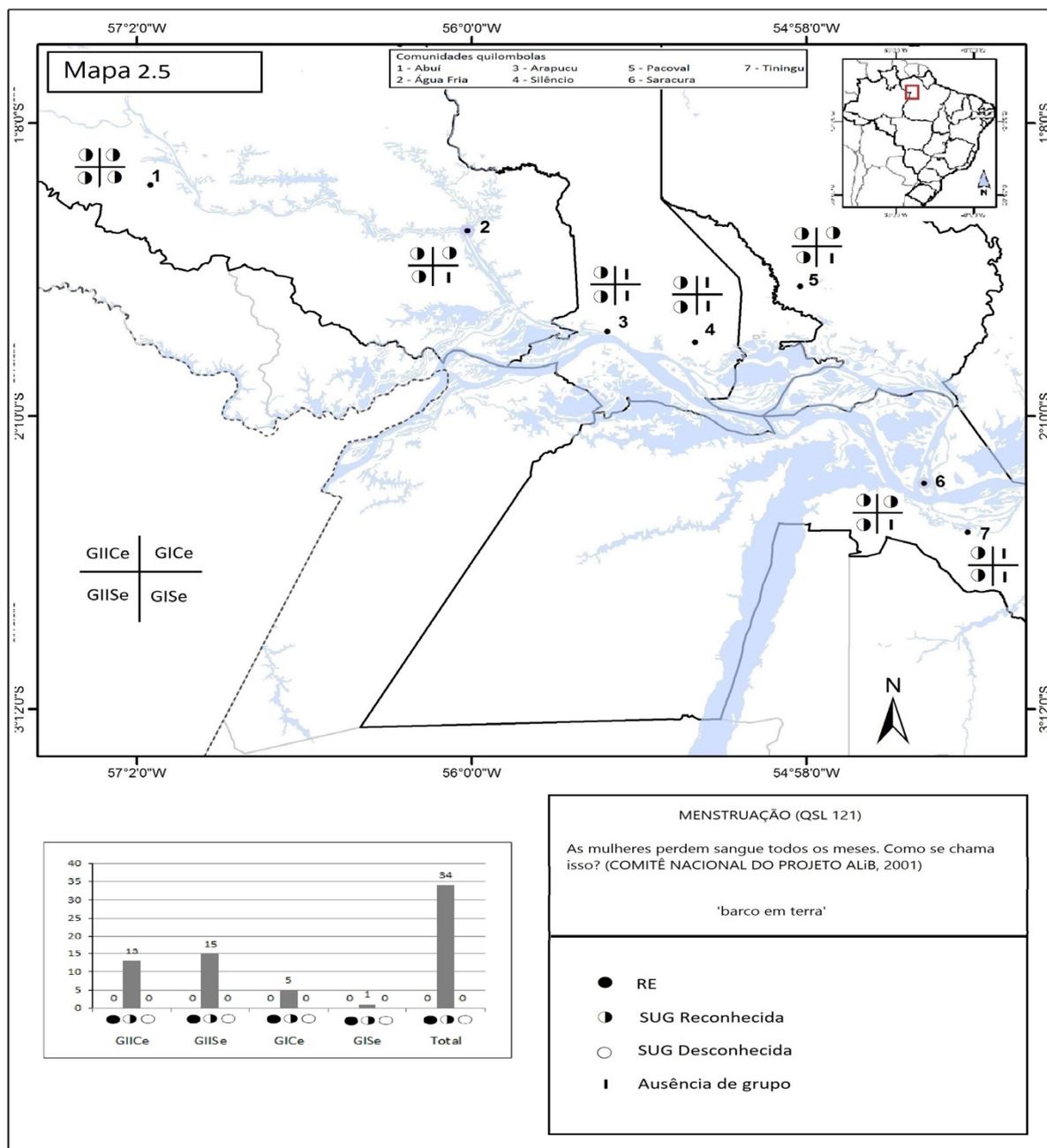
(70) “Não porque a mulhé quando tava nesse tempo ela nu podia ir pa bera lavá ropa, porque os boto judiava né, os boto gosta de judiá essas pessoa. Nu podia chupá nada ácido, limão né, nu podia pegá faca” (STMSAR06, GIICe, REQUEST-QSL 121).

Como se pode deprender, as percepções subjetivas apontam para a associação dessas designações com as formas mais antigas faladas nas comunidades quilombolas. De certa forma, o fato de essas variantes, salvo *canela quebrada*, terem ocorrido após a sugerência de ‘*barco em terra*’ ajuda na argumentação em favor dessa evidência.

Com efeito, devemos considerar também que as ocorrências baixas e esparsas no conhecimento ativo para *canoa em terra*, *macaco mordeu*, *perna quebrada*, *canela quebrada* e *cortou a perna* podem significar certa resistência de variantes com vitalidade baixa nas comunidades quilombolas. Diferentemente, *barco em terra*, manifestada por meio da

sugestão, mostra presença ainda expressiva no conhecimento lexical dos grupos, conforme carta linguística 2.5.

Imagem 21 – Carta linguística 2.5: ‘barco em terra’ (QSL 121, lema menstruação).



Ainda em relação aos fragmentos de 66 a 70, importa dizer que as percepções subjetivas também denotam representação simbólica fundamentada no costume e em crenças, implicando nas relações e no modo de viver dentro das comunidades quilombolas.

Por todos esses aspectos, julgamos que as variantes *barco em terra*, *canoa em terra*, *macaco mordeu*, *perna quebrada*, *canela quebrada* e *cortou a perna* podem de fato constituir matéria de referência simbólica dos grupos de afro-brasileiros do Baixo Amazonas.

o) Variante *pratinho*

Pratinho (ou *pratinho do joelho* ou *platino* ou *platino do joelho* ou *prato*) é variante que também exemplifica uma forma de representação simbólica particular da experiência, do mesmo modo que *barco em terra*, *canoa em terra*, *macaco mordeu*, *perna quebrada*, *canela quebrada* e *cortou a perna*. Contudo, difere dessas seis variantes na dinâmica de movimento, cuja direção é mais horizontalizada e sentido mais particular, devido a sobreposições das realizações mais limitadas a lugares banhados pelo Rio Amazonas, regiões do Médio e do Baixo Amazonas.

Podemos dizer que *pratinho* é uma variante com certa vitalidade e com tendência de manutenção nas comunidades quilombolas, devido à ocorrência na fala da geração mais velha e mais nova, diferentemente dos sinônimos denotacionais de ‘menstruação’, que, salvo *canela quebrada*, só ocorreram no conhecimento ativo após a sugestão de ‘barco em terra’ ter acionado na memória representações simbólicas tão peculiares.

Apesar de, nesta tese, não ser possível afirmar prováveis influências das comunidades quilombolas sobre o entorno ou o inverso para a representação simbólica acerca de uma parte do corpo humano (a ‘rótula’), julgamos que a experiência do uso pode tornar *pratinho* uma variante com potencial de representação simbólica da territorialidade nas dinâmicas de territorialização linguística.

6.2 Aspectos da construção social dos espaços na territorialização linguística de variantes

Nesta subseção, partiremos de aspectos da territorialização social para mostrar exemplos de itens léxicos relacionados à construção contínua dos espaços na territorialização linguística de variantes das comunidades quilombolas do Baixo Amazonas. Como veremos, formas que nomeiam entidades, comunidades, instituições, lugares, *personae*, produtos, manifestações artístico-culturais são também significativas na territorialização, porque evocam conhecimento contextual, fundamentado na experiência coletiva dos grupos, cuja natureza é

social, cultural, histórica e perspectivista, estabelecendo vínculo entre eventos do passado e do presente.

As características sociais da territorialização envolvem, de modo geral, uma base física comum a partir de grupos de famílias e de uma identidade coletiva como forma de sustentação das comunidades para garantir a manutenção do modo de viver e do patrimônio territorial e cultural (ALMEIDA, 2008; ALTENHOFEN, 2014).

Os processos sociais que atuam na territorialização envolvem geralmente fatores de mobilização em torno de uma política de identidade e forças antagônicas (ALMEIDA, 2008). Bons exemplos disso são as formas de organizações representativas das comunidades (as entidades coletivas), como a *ARQMO*, *ARQMOB*, *FOQS*, *ACONQUIPAL*, *Associação Mãe Domingas (Abuí/Alto Trombetas I)*, *ARQAF*, *ARQUICA*, *ACORNECAB*, *ACREQSARA*, *ARQTININGU*, e as formas de ocupação do espaço ao longo do tempo por grupos de afro-brasileiros, as *terras tradicionalmente ocupadas* (idem)⁶⁰. Esse espaço não deve ser pensado como intrínseco a áreas rurais, já que há comunidades relativamente próximas ao perímetro urbano, a exemplo das comunidades Água Fria, Arapucu e Saracura.

Como vimos, a territorialização é ação que influencia na vida social e na organização política para construção de referencial simbólico, identitário e cultural, enquanto a territorialidade é um fator de identificação no espaço resultante desse processo e nesta pesquisa ela pode ser visualizada:

- a) na própria coesão social dos grupos de afro-brasileiros, como as entidades coletivas mencionadas anteriormente (cf. síntese das informações dessas entidades coletivas no apêndice A);
- b) nos próprios territórios quilombolas, as comunidades investigadas: Água Fria, Abuí, Arapucu, Silêncio, Pacoval, Saracura e Tingu. Elas são uma forma de representação da identidade e territorialidade dos afro-brasileiros residentes nessas comunidades, devido à concepção de posse e uso coletivo da terra. É “na propriedade da terra, [que] está o sentimento de nós, nosso, é onde se percebe a noção de herança” dessas comunidades, como bem lembrou Funes (1995, p. 238). Para se ter uma ideia disso, não se estabelecia delimitação entre quintais (idem), contudo, em campo, constatamos em

⁶⁰ Numa visão mais estrita, o conceito de “terras tradicionalmente ocupadas” envolve apropriação de recursos naturais e as relações estabelecidas entre esses recursos, o território e a posse dele, que pode ser de forma perene ou temporária, com atividades produtivas organizadas por unidade de trabalho familiar (ALMEIDA, 2008, p. 37-38).

- algumas casas cercas particularizando o espaço, ainda que usadas para impedir a dispersão dos animais domésticos, como galinhas; e o trabalho também era realizado coletivamente, os chamados *puxiruns*, no sentido de mutirão (FUNES, 1995; AZEVEDO, 2002), prática ainda adotada nas comunidades por onde passamos;
- c) nas edificações, como igrejas, centros, barracões comunitários, escolas. A escola da comunidade Pacoval de Alenquer recebeu o nome de Martinho Nunes como forma de homenagear dois líderes negros lá estabelecidos: Martinho e Neves (*sic*). Esse último nome passaria posteriormente a Nunes (*sic*);
- d) nas manifestações culturais, como danças, cantos, folias e festas: o *lundu* ou *lundum* ou *landum* presente na maioria das comunidades (*sic*; FUNES, 1995; SALLES, 2013); o *marambiré* ou *sangambira* no Pacoval de Alenquer (*sic*; TEIXEIRA, 1989; FUNES, 1995; AZEVEDO, 2002; QUEIROZ, 2011; SALLES, 2013); a dança do tucunaré em Tiningu (*sic*); as danças maculelê, desfeiteira, samba de roda, negro no tronco, dança da pretinha, todas em Saracura (*sic*); a folia de São Tomé em Arapucu (*sic*); a festa de São Benedito no Abuí, Pacoval, Silêncio (*sic*); o canto *Ai uêh* a São Benedito (*sic*; FUNES, 1995; AZEVEDO, 2002);
- e) nas atividades produtivas, a exemplo da extração de castanha, em especial, nas comunidades quilombolas de Oriximiná, a coleta de açaí, a produção de farinha, a pesca, o *contraveneno* fabricado no Pacoval de Alenquer (*sic*; FUNES, 1995; QUEIROZ, 2011);

De acordo com Queiroz (2011, p. 34), *contraveneno* é um remédio à base de ervas naturais contra picada de cobras venenosas ou qualquer outro animal peçonhento, cuja eficácia foi comprovada pelo Instituto Butantã em São Paulo. Ainda segundo esse autor, a fórmula do *contraveneno* é preferencialmente mantida em sigilo, apenas descendentes de algumas famílias do Pacoval é que aprendem oralmente a confecção desse remédio. Como a restrição está sobre o fato do *contraveneno* não poder ser visto por mulheres menstruadas já que “afetaria o efeito de cura do remédio” (FUNES, 1995; QUEIROZ, 2011), o frasco é escuro e encapado com papel (QUEIROZ, 2011). Contudo, esse fato parece não ter restringido a atuação significativa da mulher⁶¹ no Pacoval. Funes (1995, p. 97) revela que a mulher também foi responsável por transmitir aos filhos a tradição do *contraveneno*, ou ‘paxis’ como é conhecido também. O

⁶¹ Sobre o papel da mulher mocambeira na construção dos quilombos do Baixo Amazonas, destacamos a contribuição pioneira de Funes (1995, p. 96-99). Um outro trabalho importante é de Bentes (2013), que aborda esse tema de forma mais geral, considerando a mulher negra na sociedade escravista.

autor⁶² destaca o relato da guardiã do contraveneno sobre a situação que envolveu a descoberta dos ingredientes desse remédio: “segundo D. Maria da Cruz de Assis, curadora do contraveneno, um de seus antepassados, **‘dos antigos lá do mocambo andando nos matos foi vendo as folhas que os animais, depois de picados por cobra, comiam e assim ele descobriu esse remédio, essa ciência’**” (idem, p. 236).

- f) por fim, nos lugares, como os cemitérios, o *Batibunda* (sic; BORDAS, 2015) que faz referência a uma história de visagem⁶³, aparição noturna vivenciadas por transeuntes na comunidade Silêncio em Óbidos. Além desses, há também cachoeiras, ilhas, igarapés nomeados em função de acontecimentos ocorridos em processos de fugas dos negros escravizados no Baixo Amazonas ou pelo grau de dificuldade na travessia de algum acidente geográfico encontrado por eles (FUNES, 1995). São exemplos: a *cachoeira porteira* (sic; FUNES, 1995; SALLES, 2013) e o *igarapé dos infernos* (sic; AZEVEDO, 2002; QUEIROZ, 2011).

A cachoeira intitulada de *porteira* pelos negros fugidos recebeu essa denominação para enfatizar o marco inicial “de um espaço onde apenas seus donos podiam entrar, mocambeiros e nativos da região” (FUNES, 1995, p. 69), isso porque a própria cachoeira configurava uma barreira natural impondo dificuldade de acesso aos antigos mocambos, que se localizavam acima dela às margens dos rios Turuna, Trombetas, Cachorro, Rio da Festa (sic). Era um limite que separava o lugar de liberdade, acima da cachoeira, do lugar de aprisionamento e perseguições, abaixo da cachoeira. A comunidade quilombola formada nas proximidades dessa cachoeira entre os rios Mapuera e Trombetas, antes designada de Vila dos Pretos (sic), é conhecida como *Cachoeira Porteira* (cf. mapa 02, p. 67).

Segundo Funes (1995), a palavra inferno nomeia três acidentes geográficos nos rios Curuá, Trombetas e Erepecuru, rotas de fuga dos negros escravizados em busca de liberdade, e um quilombo localizado nesse primeiro rio, destruído em 1813. Como o próprio nome já sugere, ‘inferno’ exprime extremo sofrimento, tormenta a que seriam submetidos os negros fugidos a partir desses acidentes geográficos. Podemos entender o que se chamou de inferno também como um marco importante. A denominação *igarapé dos infernos* foi dada por Maria Margarida

⁶² Funes (1995, p. 236-238) experienciou e narrou um dos rituais de cura utilizando o contraveneno: o ritual de cura preventiva.

⁶³ O caso é o seguinte: quem passa por este lugar a noite corre o risco de receber uma palmada nas nádegas dada por alguma visagem insatisfeita (sic; BORDAS, 2015).

Pereira Macambira, proprietária de fazendas em Santarém, que, à frente da “perseguição aos ex-cativos”, ao chegar às margens desse igarapé desistiu da busca, mas, insatisfeita, praguejou o lugar e desejou “todo o tipo de má sorte aos negros fugidos de sua propriedade” (*sic*; QUEIROZ, 2011, p. 26).

Na construção da territorialização social, contamos ainda com *personae* que destacaram-se na sócio-história dos quilombolas do Baixo Amazonas, alguns pelas atitudes desumanas no trato com os cativos, como é o caso de *Maria Margarida Pereira Macambira*, ou Maria Macambira como ficou conhecida (*sic*; FUNES, 1995; AZEVEDO, 2002; QUEIROZ, 2011; SALLES, 2013); outros pela confiança e credibilidade conquistadas, como o Major Luiz de Oliveira Martins, conhecido por Martinho Beata; outros pela coragem, caráter de líder e espírito de coletividade como *Alexandre, o governador do Pacoval* (FUNES, 1995; AZEVEDO, 2002; SALLES, 2013; QUEIROZ, 2014); outros pela credibilidade do saber legitimado nas práticas sociais em diversas comunidades como é o caso de *Balduino, o sacaca* (*sic*; FUNES, 1995; O'DWYER, 2005).

Maria Macambira é “personificada como o símbolo da maldade, fazendo parte do imaginário dos remanescentes” (FUNES, 1995, p. 63), a tal ponto de eles conceberem uma forma de expressão para fazer referência ao comportamento perverso dessa *persona non grata*: “Essa era outra malvada. Contanto que até agora tem um ditado, quando as mães tão às vezes com malvadeza com as crianças... ‘Tu já tá Macambira, já quer matar teu filho’”, conforme senhor Donga num trecho da entrevista concedida a Idaliana Marinho de Azevedo e Padre Patrício Brennan em janeiro de 1988 em Oriximiná (AZEVEDO, 2002, p. 87).

Uma figura controversa na sócio-história do Pacoval de Alenquer foi o Major Luiz de Oliveira Martins, conhecido por Martinho Beata, delegado de Alenquer, que estabeleceu comércio e conquistou a confiança dos mocambeiros do Curuá. Ele era “um daqueles homens de ‘confiança’ que os mocambeiros escolhiam para negociar” (FUNES, 1995, p. 206) e “valendo-se da confiança conquistada, seguindo determinações superiores e usando de persuasão, [Martins] sugeriu que [os remanescentes de mocambeiros] se apresentassem ao Governo, o qual lhes daria liberdade, o que poderia ser feito por ocasião da passagem do Imperador por Belém” (*idem*, p. 178). Fato que culminou com a prisão dos remanescentes nessa cidade, muitos dos quais passariam a ser escravos (FUNES, 1995). De acordo com Queiroz (2014, 2), fora Martins quem intermediou a ida de Alexandre, o “chefe do quilombo do Inferno”, a Belém reivindicar a liberdade dos companheiros, fato noticiado no jornal *A Constituição* em março de 1876. Contudo, em abril do mesmo ano, Funes (1995, p. 171)

ênfatisa a nota do Presidente da Província sobre a atuação inteligente do delegado Martins na execução do plano do governo em acabar com o quilombo do Curuá. A confiança em Martins era tamanha que o senhor Santa Rita chegou a afirmar que “toda família aqui era Martins”, nome recebido em batismo (FUNES, 1995, p. 170). A crença na generosidade de Martinho Beata entre os descendentes de mocambeiros e de proprietários e políticos da região, como evidenciou Funes (idem, p. 206), marcou a sócio-história da comunidade.

Alexandre do Pacoval de Alenquer foi uma importante liderança por organizar uma das maiores fugas coletivas de escravos em Santarém, pelo estabelecimento definitivo desses ex-cativos em local estratégico, pela organização e desenvolvimento do quilombo do Pacoval, pela intermediação com autoridades políticas da época para defesa e reconhecimento da liberdade de seus companheiros tanto daqueles que viviam no quilombo, quanto dos que foram presos em Belém do Pará. De acordo com Queiroz (2014), a liberdade fora alcançada por eles uma década antes do fim da escravidão. Por todos estes feitos, Alexandre foi reconhecido como ‘governador do Pacoval’ (idem). Em entrevista concedida a Idaliana Marinho de Azevedo, o senhor Santa Rita afirmou que “era só de Alexandre que chamavam, Alexandre, Alexandre... quando acaba, não era esse o nome dele. Ele tinha o nome de Alexandre por causa da Alexandria de lá da África. [...]. Quando acaba o nome dele era Manoel Rodrigues de Oliveira Martins. [...]. Ele era meu bisavô” (AZEVEDO, 2002, p. 31).

Balduino foi morador da comunidade Serrinha em Oriximiná e tornou-se muito conhecido em diversos quilombos do Baixo Amazonas por sua habilidade, saber e misticismo empregados em práticas tradicionais como manipulação e indicação terapêutica de plantas medicinais no combate a doenças, curadoria e predição de fatos futuros, a exemplo da circunstância e tempo de sua própria morte (*sic*), de um acidente vivenciado e narrado por um de nossos entrevistados na comunidade Água Fria (*sic*), do “surgimento de uma grande cidade iluminada dentro da floresta, que é hoje Porto Trombetas, cidade industrial construída pela Mineração Rio do Norte – MRN – empresa de extração mineral de bauxita” (O’DWYER, 2005, p. 100). Por tantos feitos e pela sabedoria peculiar de grandes *sacacas*, Balduino é considerado “o maior médico do Trombetas” (ORXAF02, GIISe, CON).

Assim como no caso dos topônimos e de *personae* que marcaram a trajetória e história das comunidades remanescentes do Baixo Amazonas, a territorialização também pode manifestar-se sob formas de expressão, tais como provérbios, ditados populares, lendas e crenças (AZEVEDO, 2002; SALLES, 2003; BORDAS, 2015). Todas evidenciam formas de

comportamento vivido, costumes e conceptualizações estabelecidas na base de inter-relação do grupo entre si e dele com o espaço por questão cultural, de tradição, de atividade produtiva.

Exemplos de lendas e crenças são: a *lenda do lago encantado* no Abuí, a *lenda do pretinho do porão* em Cachoeira Porteira, a *lenda do calça molhada* (o boto), a *lenda da cobra grande*, as estórias do doutor da floresta (*o sacaca*), as estórias de formas de proteção com intervenção sobrenatural durante as expedições punitivas (*caso da aranha feroz*).

Os casos de provérbios e ditados populares registrados em nossos dados foram sugeridos a partir de Azevedo (2002). Figuram entre as sugestões refutadas ‘*diacho a catorze*’ e ‘*não tem quem dê uma bocada pro outro sem que espirre pelo nariz*’. As sugestões aceitas por pelo menos um entrevistado são:

(71) “**Depois ó ló** que é alguma coisa que ia acuntecê, assim, no caso dela mi dizê alguma coisa ‘olha, num faz tal coisa assim, assim’. Aí se eu fosse tentá fazê ela ia dizê né ‘olha, **depus ó ló**’. E te avisei” (ORXAB01, GIICe, REQUEST-QSL-Adapt 106).

(72)

“Doc: Você já ouviu falar em ‘*quando ferro voasse e ferro falasse, o negócio estava todo modificado*’?”

ENTREV: ele já tava meio idoso, ele cunversava comigo e dizia ‘olha meu filho, daqui pa frente as coisa num vai ficá, vai piorá’, porque nesse tempo todo era respeito [...] ‘olha você vai vê vai chegá o dia ferro cantá, ferro falá, ferro vuá’, que realmente é o avião né, é ‘ferru corrê em cima d’água’, que realmente é os motore né. E aí eu ficava ‘mas quando’, agora invente idade pra mim de lá de quando essa idade q’eu tava, quando eu nu vim cumeçá a vê aí. Aí eu fui acreditá e cada vez pra mais, só que quando ele dizia isso, ele dizia ‘as coisa vai mudificá’” (OBDARA03, GIICe, REQUEST-QSL-Adapt 106).

(73) “O **abrí espiloro** era a gente quando cumeçava a levantação do mastro, ‘olha, já vamo derrubá o mastro, pa cumecá **abrí os espiloro**’ [...] Era numa festa, aí eu já sabia q’era os espiloro era... era parte que pertence po mastro da festa [...] tenho o mastro, tenho o espiloro pa abrí pa vê novos mordomo. Essas coisa” (ORXAF02, GIICe, REQUEST-QSL-Adapt 106).

Essas formas de expressão evidenciam pelo menos três aspectos importantes: do ponto de vista linguístico, valor discursivo-pragmático importante em ‘*depois ó ló*’; do ponto de vista sócio-histórico, perspectiva de mudança no futuro sinalizada através das novas tecnologias da época em ‘*quando ferro voasse e ferro falasse, o negócio estava todo modificado*’; e do ponto de vista cultural, parte da prática cultural do Marambiré em ‘*abrir o espiloro*’.

Outras formas de expressão registradas no conhecimento ativo são: ‘*pelos finado parú*’ (cf. fragmento 43), ‘*biribá não é buzega*’ (cf. fragmento 44), ‘*quem tem os olhos fundo chora cedo*’, ‘*quem tem perna curta sai na frente*’, ‘*por camaradagem que o caranguejo ficou sem a cabeça*’ e ‘*entretanto*’.

(74)

“ENTREV: O ditado daquele tempo era assim, tu tu... como é teu nome?

DOC: C.

ENTREV: C., aí tu dizia ‘dona N. lembrança po seu M.’, que era meu marido. Eu dizia ‘*entretanto*’. Eu acho que era... esse *entretanto* era tanto lembrança pra ele e cumu pra mim... pra ti n’era mana”.

6.3 Territorialização linguística

Iniciamos esta subseção com a pergunta de pesquisa “como os grupos de afro-brasileiros manifestam suas territorialidades linguísticas?”.

Como vimos, o movimento territorial com seus próprios grupos e territórios, a arquitetura do lugar com suas edificações e paisagens naturais, as manifestações culturais e atividades produtivas, os topônimos e antropônimos constituem referências incontestes da manutenção da territorialidade afro-brasileira nas comunidades quilombolas. Convém lembrar que as marcas da experiência e do costume dos grupos de afro-brasileiros também fazem parte do conhecimento lexical, na medida em que itens léxicos testificam relações e conectam-se com a construção social, histórica e cultural das comunidades, do mesmo modo que os dois domínios da onomástica referidos há pouco, lendas, crenças e provérbios.

Isso significa que, do ponto de vista linguístico, as comunidades quilombolas do Baixo Amazonas analisadas apresentam territorialidades combinadas e sobrepostas, com variantes léxicas que constituem a base do referencial simbólico das comunidades, em que há expressiva territorialidade indígena nos conhecimentos e costumes da região. Com efeito, tanto a variação quanto a força social dos contatos contribuíram para a ampliação das representações espaciais e para o modo de viver e a organização da vida social nas comunidades quilombolas. Funes (1995, p. 71) esclarece que:

O acampamento, o lugar, o terreiro onde o escravo assumia a sua condição de liberto, era o MOCAMBO. Livre, procurou integrar-se ao meio ambiente, à outra cultura ali existente – a indígena -, reestruturar sua vida sócio-econômica e estabelecer vínculos com o mundo exterior, forjando uma cultura afro-amazônica, elementos constitutivos da identidade de uma sociedade mocambeira e das muitas comunidades negras hoje existentes na Guiana Brasileira.

A propósito dos africanismos, *mocambo*, *quilombo* e *quilombola* são exemplos de variantes, possivelmente, integradas ao conhecimento lexical de grupos diversos na nossa sociedade, por estar presente potencialmente na mente, na cultura, na nossa formação histórica

e social, no discurso institucional brasileiro, nas mídias, da mesma forma que estão as variantes *bunda*, *caçula*, *cachaça*, *moleque*, *moleca*, entre outras.

Um fato linguístico importante que marca diferença entre esses itens léxicos na territorialização linguística é a dinâmica do movimento das variantes nos espaços linguísticos, em que o uso, a apropriação dos itens nos espaços e as representações espaciais podem impactar no potencial de representação simbólica de variantes na territorialização linguística.

Desse modo, *mocambo*, *quilombo* e *quilombola* tendem a manter mais fortemente o movimento na direção verticalizada e sentido para cima, cujo uso e apropriação dos itens convergem para zonas mais descontínuas, e a representação simbólica é expressivamente mais prototípicas de zonas marcadas pela tradição sociocultural. Os fragmentos de 75 a 78 revelam que o emprego das variantes reporta-se a lugar e grupos particulares, mantendo certa resistência do referencial simbólico da territorialidade na territorialização.

(75)

“Perto do Tinguinha olha tem o:... Samaúma, o Igarapé-açu, tem o Ipaupixuna que é:: indígena, tem o Açailal, tem o Murumuru q`é *quilombola*, o Murumurutuba q`é *quilombola* também, a Cavada que é indígena né, tem o Bom Jardim também q`é *quilombola*, são essas comunidade que fica próximo aqui na beira do do:... aqui no Planalto né, tem da várzea também, tem comunidade na várzea também *quilombola* e tem comunidade que não é *quilombola* né” (STMTIN07, RARQ, REQUEST-QRCO).

(76)

“Passei uma temporada e essa temporada toda a gente passô a conversá com nossos *quilombola* né, que a gente sabe que o que a gente aprendeu no movimento e que tem uns que ele entendi que porque ele é negro, ele é considerado *quilombola*, e que aquilo que a gente aprendeu com o movimento é que sê sê *quilombola* nu é só porque é negro não. Aquilo que a gente entendeu é que sê *quilombola* são aquelas pessoas que... sê remanescente de *quilombo*, é aquelas pessoa que são descendente daquelas antepassado que não aceitaru sê escravo dos seus patrão não. Eles fugiru e se colocaru naquelas paragens que hoje a gente dá o nome de *quilombo* pra nu sê escravo não, são essas pessoas que pra nós são considerada remanescente de *quilombo*. Aquelas pessoas que aceitaru ser escravo de... dos seus patrão pra nós eles não são remanescente de *quilombo* não” (ORXAF02, GISe, CON).

(77)

“Então, elas ficaru aqui temporada gravando e tomando tuda ((= toda)) a nossa história né e aí eles formaru a a Raízes Negras né, um congresso né. A Raízes Negra que foi isso que nos divulgô. Então, ela... o o símbolo foi um tronco, um tronco com raízes sabe. Esse foi o símbolo e o tema foi a Raízes Negra. Então, aí nessas Raízes Negra apareceu todo aqueles parente que vieru de lá do *mocambo* né. Quando os afrodescendente fugiru da Macambira né” (ALQPAC05, GISe, CON).

(78)

“DOC: Se eu quisesse escrever uma carta pra senhora, como é que eu colocaria o endereço na carta pra chegar até aqui?

ENTREV: Você você escrevia *quilombo* do rio Curuá de Alenquer” (ALQPAC05, GISe, REQUEST-QREN).

As questões relacionadas à dinâmica de movimento e ao *status* das variantes *mocambo*, *quilombo* e *quilombola* na territorialização linguística ainda são reforçadas pela presença marcante das designações nas formas de organização social e política dos grupos de afro-brasileiros para, entre outros objetivos, demarcação de território.

Contrariamente, as variantes *bunda*, *caçula*, *cachaça*, *moleque*, *moleca* seguem movimento na direção mais horizontalizada e no sentido mais geral. Nesse caso, o uso e a apropriação dos itens nos espaços convergem para zonas mais contínuas, a representação simbólica tende a integrar o léxico de uso mais geral e, por isso, o potencial de referência simbólica da territorialidade nas dinâmicas de territorialização linguística não se perde, mas tende à neutralização.

Devemos considerar também que as variantes *mocambo*, *quilombo* e *quilombola* mantiveram referência simbólica direta a tradições socioculturais por inter-relacionar a natureza do espaço com especificidade de um grupo particular. Em se tratando das outras variantes, parece que a referência simbólica a tradições socioculturais expressa potencialmente em um sentido enfraqueceu-se com o tempo. Tomemos como exemplo as variantes:

- a) *bunda* tem por significado léxico uma ‘língua específica de povos negros da Angola’ e a parte traseira do corpo, as ‘nádegas’ (SALLES, 2003, p. 92), como se pode depreender, a variação antes expressa pelos diferentes referentes associados à mesma designação, atualmente é expressa pelos diferentes registros para o último sentido;
- b) *moleque* tem por significado léxico “menino, escravo novo, rapazote entre os negros” (idem, p. 203), como se pode observar, “o termo guardava uma relação explícita com a condição de negro e escravo, sendo hoje aplicável de modo amplo a crianças e a qualquer pessoa que se comporte de maneira irresponsável, como uma criança” (ALKMIM; PETTER, 2009, p. 162); e
- c) *cachaça* faz referência à “aguardente feita com o mel ou borras do melaço, diferente daquela que fabricam com o caldo da canna, a qual chamam aguardente de canna ou canninha”, à “escuma grossa, que, na primeira fervura se tira do succo da canna na caldeira”, após tratamento é utilizada para alimentar animais, e, ainda, “paixão dominante” (BEAUREPAIRE-ROHAN, 1889, p. 24), como se pode depreender, os sentidos empregados parecem não mais partir de uma referência direta a representação simbólica de um grupo sociocultural específico (do mesmo modo que o primeiro sentido mencionado para o item ‘bunda’) ou a representação simbólica que se faz de um grupo sociocultural particular (do mesmo modo que a aceção de ‘escravo novo’ para ‘moleque’).

Ainda sobre alteração léxico-semântica, é possível dizer que a divergência entre o sentido de *mocambo* ('esconderijo de escravos') e de *quilombo* ('povoação de ex-cativos'), apontada por Funes (1995, p. 22) e Salles (2003, p. 222), tenha ficado mais tênue com o tempo.

Funes (1995, p. 22) exemplifica a divergência de conceptualização, quando comenta que “em uma das plenárias do **3º Encontro Raízes Negras**, o Sr. Donga, neto de mocambeiros, diante das várias faixas que exaltavam a saga dos quilombolas e o significado de quilombo, fez um desabafo dizendo: *‘quilombo é uma invencionice, o nome certo mesmo é mocambo’*”. O autor compreende esse episódio como uma evidência da relação simbólica presente na memória dos afro-brasileiros do Baixo Amazonas entre a forma de expressão preferida dos remanescentes ao se reportarem ao lugar em que viveram seus antepassados após fugirem da escravidão, significando um tempo de liberdade e respeito (idem), a trajetória do povo negro nessa mesorregião, as pessoas envolvidas, o tempo anterior.

Aliada às dinâmicas de movimento nos espaços linguísticos, as alterações léxico-semânticas revelam diferentes formas de apropriação de itens léxicos e impactam no potencial de referência simbólica das variantes. A aceitação das sugestões *malungo* e *mondongo* a partir da referência a aspectos da organização social e a um espaço específico manteve proximidade com a referência simbólica da territorialidade nas comunidades quilombolas. *Malungo* diz respeito a uma entidade coletiva, criada para fortalecer o movimento social e político das comunidades quilombolas paraenses, e *mondongo* faz referência a um povoamento quilombola no município de Óbidos (cf. item 3.1.1.1 da Seção 3).

Todos esses exemplos ilustram que as estratégias de resistência do referencial simbólico da territorialidade na territorialização linguística de variantes tem fundamento na flexibilidade, nas redes de relações, nas singularidades de representações simbólicas, no contexto sociocultural, mas também revelam que uma provável característica da territorialização de variantes seja instabilidade nas arealizações com provável perda progressiva de item léxico representativo ou com potencial de referência simbólica da territorialidade, como vimos em 6.1.2 desta Seção.

6.4 Síntese da Seção

De modo geral, constatamos a aproximação de variantes léxicas com o centro da territorialidade a partir do uso (estabilidade e vitalidade das formas), do registro léxico da origem e, quando possível, do registro de informações históricas (para validar a correlação entre

fatos sociais e linguísticos) - a exemplo de *puxirum*, *sacaca*. Mas, houve casos em que essa aproximação foi alcançada via percepção subjetiva, alguns entrevistados puderam confirmar costumes relacionados às variantes nas comunidades quilombolas e à perda progressiva de espaço linguístico nessas zonas - a exemplo de *pancararam*, *perna quebrada*, *cortou a perna*. Em outras situações, a forma da designação e o contraste com dados do entorno condicionaram evidências acerca de representações simbólicas de variantes com referência simbólica potencial - a exemplo de *pussanga*, *goronga*.

Nesta tese, fazem parte das estratégias de territorialização, variantes léxicas com referencial simbólico amparado no contexto sociocultural e em dinâmicas de movimento com direção verticalizada e mais horizontalizada em sentido mais particular. Desse modo, a experiência, o costume, o modo de vida, a representação simbólica dos grupos de afro-brasileiros do Baixo Amazonas manifestam-se via itens léxicos atribuídos aos lugares (*quilombos*, *batibunda*, *igarapé do inferno*), aos trabalhos coletivos (o *puxirum*), aos hábitos alimentares (*vinho* à base de frutas, *mandioca*), às atividades produtivas (o *contraveneno*, extração de castanha, produção de farinha), aos produtos (*diamba*, *dirijo*), às fases da vida (*curumim*, *cunhantã*, *barco em terra*, *macaco mordeu*), às brincadeiras infantis (o *pancacaram*), à produção artística (*marambiré* ou *sangambira*, maculelê, festa de São Benedito), à representação de autoridades convencionalmente licenciadas pelos saberes e práticas tradicionais (os *sacacas*).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente tese, desenvolvemos um estudo geolinguístico da variação lexical com efeitos na territorialização linguística de variantes em que, ao partirmos do comportamento das variantes e dos grupos nos espaços, procuramos identificar aspectos que delimitaram a projeção das variantes a ponto de afetar sua condição na territorialização e descrever estratégias implicadas nos usos linguísticos que justifiquem a noção de territorialização linguística.

Encontramos na Dialetoлогия Pluridimensional princípios teórico-metodológicos e recursos descritivos necessários para sustentar uma investigação geolinguística dessa natureza, pois, além dos importantes aspectos que caracterizam, de modo geral, o paradigma dialetológico com enfoque pluridimensional como diversidade e dinamicidade linguísticas, a mobilidade, contatos, representações cartográficas dinâmicas, representatividade do uso a partir de comentários metalinguísticos e construção socialmente dinâmica do espaço pelo homem, eles fundamentam e explicam os conceitos de uso e espaço linguísticos. Tais questões convergem para o estudo da territorialização, porque o homem passa a ser presença ativa e colaborativa na construção social e linguística dos espaços.

A análise da noção de espaço na Seção 2 conduziu-nos ao entendimento de que, da mesma forma que a língua, o espaço linguístico não é uma entidade rígida, tão pouco absoluta. A superação de posições teórico-metodológicas tradicionais no percurso da pesquisa dialetal ratifica essa ideia e anima o tratamento da variação com representação espacial mais dinâmica e complexa, não se limitando, portanto, à mera apresentação de dados linguísticos (THUN, 2010a). Além disso, o reconhecimento da territorialização como fator de construção do espaço linguístico é, sem dúvida, um avanço importante que complementa as mudanças no paradigma dialetológico, pois permite discriminar descritivamente relações, movimentos, identidades menos fixas e processos contínuos de representações simbólicas.

Os procedimentos metodológicos aplicados nesta tese, conforme exposição na Seção 3, particularmente delineados e praticados por Radtke e Thun (1996), Thun (1998, 2000, 2009, 2010a) e Altenhofen (2013, 2014) na Dialetoлогия Pluridimensional, resultaram em tratamento dos dados linguísticos mais adequado para a delimitação da variação lexical com efeitos na territorialização linguística de variantes, em razão de implicar uso linguístico, amostra diversificada e mais representativa, análises multivariadas e dinâmicas de movimento no espaço

(também dos itens léxicos, no caso desta tese), o que favoreceu, entre outras coisas, importante contraste de informação linguística na cartografia e na interpretação qualitativa dos dados.

O estudo geolinguístico da variação lexical mostrou que os itens léxicos analisados, parte do conhecimento linguístico lexical das comunidades quilombolas do Baixo Amazonas, sinalizam evidência do impacto dos contatos estabelecidos na construção do referencial simbólico, manifestam coesão social e identidade dos grupos de afro-brasileiros, como também revelam representações simbólicas particulares de usos, motivados pela experiência.

O estudo da variação atestou conhecimento lexical compartilhado e rede de relações estabelecidas entre grupos em diferentes zonas, cuja convergência orienta para conexão entre representações espaciais. Por outro lado, a variação revelou diferentes formas de apropriação dos itens léxicos nos espaços, cujas divergências manifestam diversidade nas representações simbólicas. Ambas as situações integram o espaço linguístico que, a nosso ver, corresponde a um mosaico de representações simbólicas em contínua transformação.

O estudo da variação lexical tornou evidente espriamento de representação e referência simbólicas em diferentes zonas, dada a manutenção de designações e/ou sentidos de vocábulos, o que, a depender da abrangência dos itens léxicos, reforça casos de regionalismo. De igual modo, a variação manifestou renovação de referência simbólica da territorialidade dada percepção dos grupos, o que reforça flexibilidade e construção contínua das representações.

O estudo da variação lexical demonstrou que diferentes formas de variação linguística relacionadas com comportamento das variantes no espaço (abrangência do uso e apropriação dos itens léxicos) impactam sobremaneira nas dinâmicas de territorialização linguística de variantes. Comportamento linguístico tanto implica, quanto resulta em/de movimentos produzidos social e linguisticamente pelos grupos e variantes. O movimento emprega natureza dinâmica ao espaço e, com isso, evita incorrer em simplificação do fenômeno da territorialização linguística.

O estudo da variação lexical possibilitou reconhecer, a partir dos padrões denominativos da variação, a instabilidade nas arealizações com provável perda progressiva de itens léxicos representativos ou com potencial de referência simbólica da territorialidade como a da territorialização linguística de variantes nas comunidades quilombolas.

Com base na variação lexical, pudemos depreender que a territorialização linguística de variantes é um estudo complexo, em que se deve considerar a flexibilidade, a dinamicidade e a produtividade linguísticas para não incorrer na estaticidade dos grupos nos espaços linguísticos pluridimensionais, das representações espaciais, das experiências, relações e identidades, e,

consequentemente, descrever a disposição espacial de itens léxicos em uma lista de vocábulos, exterior à rede de relações estabelecida (MARCUSCHI, 2015), sem deixar transparecer capacidade de movimento, de interação e de renovação, naturalmente integradas à natureza social e linguística do comportamento humano.

Com base na variação lexical, pudemos depreender que a territorialização linguística de variantes representa uma mostra da riqueza do conhecimento lexical, em que as representações simbólicas, fundamentadas no contexto sociocultural, revelam-se integradas ao costume e à experiência, sinalizando aspectos do modo de vida, da organização da vida social, das concepções e convenções estabelecidas, etc., possibilitando a construção da referência simbólica da territorialidade. Como vimos, usos linguísticos (com suas designações e sentidos) veiculados no passado e no presente constituem o centro do referencial simbólico da territorialidade por possibilitarem imersão na trajetória contínua dos grupos, que é marcada:

- a) por ações em favor da manutenção de certa resistência a partir da presença de itens léxicos representativos ou com potencial de referência simbólica da territorialidade no conhecimento ativo e/ou passivo; e
- b) pela força contrária na direção do desperdício da experiência linguística e social por meio da evidência de perda progressiva de itens léxicos representativos ou com potencial de referência simbólica da territorialidade, dada vitalidade baixa e instabilidades nas realizações (com variantes esparsas e débeis).

Com base na variação lexical, pudemos depreender que a territorialização linguística de variantes revela-se como um fenômeno dinâmico, construído social, linguística e cognitivamente, na base do conhecimento, do uso, das experiências e dos interesses dos grupos. Por esse motivo, partir apenas da origem do vocábulo para tratar da territorialização linguística implica fornecer visão restrita das representações simbólicas, visão distorcida das representações espaciais e visão simplista e absoluta dos fatos linguísticos.

O estudo da variação lexical possibilitou reconhecer que as dinâmicas de movimento, resultantes da própria variação, revelam efeitos de tendências variacionais na territorialização linguística. Como vimos, a variação linguística, assim como a percepção dos grupos, dá os contornos nas dinâmicas do movimento das variantes nos espaços linguísticos pluridimensionais, revelando abrangência, diferentes formas de apropriação dos itens léxicos e rede de conexão entre contextos diatópicos de variedades diferentes, e influenciando no

potencial de referência simbólica das variantes, cuja condição pode apresentar certa resistência, neutralidade ou perda. Com efeito, o estudo da variação lexical possibilita reconhecer o papel da própria variação na construção de territorialidade e territorialização linguísticas, pois, como um fenômeno dinâmico, os aspectos linguísticos e sociais convencionalizados amparam-se na trajetória contínua dos grupos.

Com base na variação lexical, pudemos depreender que as dinâmicas de movimento revelam a territorialização linguística de variantes como um fenômeno ajustável, em que a flexibilidade do uso de variantes e as representações simbólicas convencionalizadas apresentam diferentes distanciamentos da territorialidade linguística. Direções e sentidos do movimento de itens léxicos no espaço e no tempo podem indicar simbolicamente mais ou menos proximidade da territorialidade linguística.

Das dinâmicas de movimento, pudemos depreender que, em um estudo sincrônico, a direção verticalizada (com sentido para cima - dada a origem dos vocábulos - ou para baixo - dada a particularidade no emprego de formas e sentidos, fundamentado no costume, no modo de vida) permite simbolicamente maior proximidade com a territorialidade linguística, em razão de usos com arealidades mais restritas a zonas descontínuas, mais prototípica de áreas fortemente marcadas pela tradição sociocultural. Por outro lado, pudemos depreender também que a direção mais horizontalizada (com sentido mais particular ou mais geral) apresenta certa proximidade com o centro da territorialidade, na medida em que o emprego de formas e sentidos mantêm relação com o contexto sociocultural dos grupos. Como vimos, a apropriação dos itens léxicos e seu alcance no espaço é que vão delimitar as condições das variantes e seu potencial de referência simbólica nas dinâmicas de territorialização linguística.

Além das principais evidências e contribuições mencionadas, o estudo geolinguístico da variação lexical com efeito na territorialização apresentou limitações, as quais podem ser resolvidas em trabalhos futuros.

Importa dizer que, na Seção 5, sinalizamos certa estabilidade para algumas tendências nas comunidades quilombolas, umas convergentes e outras divergentes para usos mais gerais. Essa tarefa tem relevância no exercício geolinguístico para a compreensão da relação entre dinâmicas de movimento e o potencial de territorialidade na territorialização de variantes considerando o espaço linguístico atual. Contudo, merece atenção o percurso da significação lexical no estudo da territorialização de variantes léxicas para examinar também aspectos de resistência e inovação linguísticas. Isso implica dois caminhos: um retomando o passado para buscar o significado mais próximo às origens, à semelhança de Bonvini (2009), e outro

retomando experiências para buscar processos de sentido correlacionados à perspectiva do grupo.

Na Seção 6, tratamos das estratégias de territorialização de variantes considerando itens léxicos com dinâmicas de movimento sincrônico, menos abrangente na apropriação do espaço, com representações espaciais mais descontínuas e com certa resistência na conexão à territorialidade, seja pela origem do vocábulo e/ou pelos sentidos mais estáveis, seja pelo ponto de vista e/ou pela experiência dos grupos. Mas, é necessário o desenvolvimento de estudo geolinguístico mais amplo para conhecer e descrever processos de territorialização linguística, em que se deve incluir naturalmente itens léxicos com movimento sincrônico, mais abrangente na apropriação do espaço, com representações espaciais mais contínuas e com conexão à territorialidade mais enfraquecida.

Uma outra questão que merece ser considerada em trabalhos futuros diz respeito à abordagem cognitiva da variação no estudo da territorialização linguística, em razão da natureza conceptualista e dinâmica do significado linguístico. Como vimos nesta tese, os recursos adotados para estudo da territorialização de variantes foram variação, referencial simbólico e dinâmicas de movimento, os quais deixam transparecer aspectos sociais da língua, imprescindíveis em análises linguísticas não reducionistas, como: uso linguístico, interação linguística e social, contexto sociocultural, experiência. Com efeito, variação, referencial simbólico e dinâmicas de movimento por serem e/ou resultarem de construções sociais, que impactam sobremaneira no significado linguístico, merecem desenvolvimento de estudo com base em uma visão sociocognitiva do comportamento léxico. Estudo com essa perspectiva acrescenta novo “olhar” sobre os dados e tende a colaborar para a compreensão das dinâmicas de territorialização linguística.

A propósito da visão sociocognitiva do comportamento léxico, seria também necessário o desenvolvimento de estudos geolinguísticos que pudessem integrar aspectos social e cognitivo no estudo da variação lexical. No campo da Dialectologia Pluridimensional, os trabalhos sobre variação lexical partem da investigação empírica do fenômeno linguístico em várias dimensões de análise, como por exemplo: dimensão espacial, diageracional, diastrática. Contudo, não se tem encontrado explicações para o impacto dessas dimensões no armazenamento e processamento da experiência linguística.

Encarar as limitações implica apresentar a pesquisa, produto humano resultante da busca pelo conhecimento, como ela de fato é. Por fim, desejamos que esta tese possa contribuir de alguma forma para o conhecimento e desenvolvimento dos estudos da territorialização

linguística, campo de interesse recente no âmbito da Geolinguística Pluridimensional, em que, certamente, ainda há ainda muito a se desvendar, lembrando que, como diz Marcelo Gleiser, “o que importa é o que não sabemos”.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. **Negros no Trombetas: guardiães de matas e rios**. 2ª Edição. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.

ALKMIM, Tânia; PETTER, Margarida. Palavras da África no Brasil de ontem e de hoje. In: José Luiz Fiorin e Margarida Petter (Org.). **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 145-177.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. In: **R.B. Estudos urbanos e regionais**, vol. 6, n. 1, maio de 2004, p. 09-32. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/5139/513952499002.pdf>. Acesso: mar/2016.

_____. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2ª ed., Manaus: PGSCA/UFAM, 2008.

_____. (Coord.). **Nova cartografia social da Amazônia: uso de recursos naturais em comunidades quilombolas de Santarém-Pará**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, UEA Edições, 2009 (Movimentos Sociais Identidade Coletiva e Conflitos, 29).

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. Interfaces entre dialetologia e história. In: Jacyra Andrade Mota e Suzana Alice Marcelino Cardoso (Orgs.). **Documentos 2 - Projeto Atlas Linguístico do Brasil**. 2006, p. 159-185.

_____. Migrações e contatos linguísticos na perspectiva da geolinguística pluridimensional e contatual. In: **Estudos Linguísticos**, Sinop, v. 6, nº 12, 2013, p. 31-52. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/norteamentos/article/viewFile/1216/860>. Acesso: maio/2016.

_____. O ‘território de uma língua’: ocupação do espaço pluridimensional por variedades em contato na Bacia do Prata. In: Ana Lourdes da Rosa Nieves Fernández (Org.). **Línguas em contato: onde estão as fronteiras?** Pelotas: Editora da UFPel, 2014.

ANDRADE, Lúcia M. M. de. Os quilombos da bacia do rio Trombetas: breve histórico. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 38, nº 1, 1995, p. 79-99. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/viewFile/111437/109610>. Acesso: maio/2016.

_____. Quilombolas em Oriximiná: desafios da propriedade coletiva. In: Denise Farjado Grupioni e Lúcia M. M. de Andrade (Orgs.). **Entre águas bravas e mansas, índios & quilombolas em Oriximiná**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, Iepé, 2015, p. 194-209.

ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: Osmundo Pinho (Org.). **Raça: Perspectivas Antropológicas**. ABA/Editora Unicamp/EDUFBA, 2008, p. 01-33.

ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO MUNICÍPIO DE ORIXIMINÁ (ARQMO). **Estatuto ARQMO**. Disponível em: http://docs.wixstatic.com/ugd/354210_bfeec514f0d4ba39f523248d4a72074.pdf. Acesso: abr/2016.

AUER, Peter; SCHMIDT, Jürgen Erich (Eds.). **Language and space: theories and methods**. Berlin/New York: De Gruyter, 2010.

AZEVEDO, Idaliana Marinho de (Org.). **Puxirum: memória dos negros do oeste paraense**. Belém: IAP, Programa Raízes, 2002.

AZEVEDO, Orlando da Silva. **Aspectos dialetais do português da Região Norte do Brasil: um estudo sobre as vogais pretônicas e sobre o léxico no Baixo Amazonas (PA) e no Médio Solimões (AM)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis: 2013.

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

BARBOSA, Quezia Maria Reis de Oliveira. **Um perfil lexical do português falado em comunidades quilombolas de Barreirinhas (AM): um estudo dialetológico. Volume II**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Programa de Pós-Graduação em Letras, 2013.

BARROS, Fernando Hélio Tavares de. **Migração e territorialização do alemão e do português como línguas de (i)migração em Portos dos Gaúchos – MT: configurações do multilinguismo em fronteira da Amazônia**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2014.

BATISTA, Bryana Connie Linda Lopes. **Aspectos dialetais do Médio Amazonas: um estudo sobre o léxico**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Programa de Pós-Graduação em Letras, Manaus, 2019.

BEAUREPAIRE-ROHAN, Visconde de. **Diccionario de vocabulos brasileiros**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

BENTES, Nilma. **Aspectos da trajetória da população negra no Pará: aspectos relevantes**. Belém: UFPA, GEAM, 2013.

BONVINI, Emilio. Os vocábulos de origem africana na constituição do português falado no Brasil. In: José Luiz Fiorin e Margarida Petter (Org.). **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 101-144.

BORDAS, Marie Ange. **Manual das crianças do Baixo Amazonas**. São Paulo: Livros da Matriz, 2015.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BRITAIN, David. Conceptualisations of geographic space in linguistics. In: **Language and space: An international handbook of linguistic variation**, v. 2, p. 69-97, 2010. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/David_Britain/publication/260088146_Conceptualisations_of_geographic_space_in_linguistics/links/57d1c77308ae0c0081e0556f/Conceptualisations-of-geographic-space-in-linguistics.pdf. Acesso: maio/2017.

BRITTO, Luiz Percival Leme. **A sombra do caos: ensino de línguas x tradição gramatical**. Campinas: Mercado de Letras, 1997.

_____. **Contra o consenso: cultura escrita, educação e participação**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

BRITTO, Luiz Percival Leme; FERREIRA, Ediene Pena. Babel normativa – a inconstância conceitual de ‘norma’ e ‘padrão’ e suas implicações no ensino escolar da língua portuguesa. In: Abdelhak Razky, Marilucia Barros de Oliveira e Alcides Fernandes de Lima (Orgs.). **Estudos geossociolinguísticos do português brasileiro**. Campinas: Pontes Editores, 2017, p. 45-87.

CALDEIRA, Clovis. **Mutirão: formas de ajuda mútua no meio rural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

CAMACHO, Roberto Gomes. **Da linguística formal à linguística social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

CAMPOS, Ednalvo Apóstolo. **A sintaxe pronominal na variedade afro-indígena de Jurussaca: uma contribuição para o quadro da pronominalização do português falado no Brasil**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, São Paulo, 2014.

CARDOSO, Suzana Alice M. S.. **Geolinguística: tradição e modernidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

_____. *et al.* **Atlas linguístico do Brasil: introdução**. Volume 1. Londrina: Eduel, 2014.

_____. *et al.* **Atlas linguístico do Brasil: cartas linguísticas**. Volume 2. Londrina: Eduel, 2014.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTRO, Yeda Pessoa de. Marcas de africania no português brasileiro. In: **Africanias.com**, 01, 2011, p. 01-07. Disponível em: http://www.africaniasc.uneb.br/pdfs/n_1_2011/ac_01_castro.pdf. Acesso: novembro de 2015.

CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter. **Dialectology**. 2ª Edição. Cambridge University Press, 2004.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Terras quilombolas em Oriximiná: pressões e ameaças.** 2011. Disponível em: http://www.cpisp.org.br/pdf/Oriximina_PressoesAmeacas.pdf. Acesso em: maio/2016.

_____. **O caminho da titulação das terras quilombolas.** 2015. Disponível em: www.cpisp.org.br/terras/html/boletim.aspx. Acesso em: ago/2017.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB (Brasil). **Atlas linguístico do Brasil:** questionário 2001. Londrina: Editora UEL, 2001.

COSERIU, Eugenio. **Sentido y tareas de la dialectología.** México: UNAM, 1982.

CRUZ, Regina Célia Fernandes. **Analyse acoustique et phonologique du portugais parlé par les communautés noires de l'Amazonie (Brésil).** Tese de Doutorado. Université Aix-Marseille I, Université de Provence, U.F.R Lettres, Arts, Communication et Sciences du Langages, França, 2000.

DIAS, Marcelo Pires. **Atlas geossociolinguístico quilombola do nordeste do Pará (AGQUINPA).** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Letras, Belém, 2017.

DI DOMENICO, Hugo. **Léxico tupi-português: com aditamento de vocábulos de outras procedências indígenas.** Taubaté: UNITAU, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FIGUEIREDO, Carla Regina de Souza. **Topodinâmica da variação do português gaúcho em áreas de contato intervarietal no Mato Grosso.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2014.

FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (Org.). **África no Brasil: a formação da língua portuguesa.** São Paulo: Contexto, 2009

FREITAG, Raquel Meister Ko.. O “social da Sociolinguística: o controle de fatores sociais. In: **Diadorim.** Rio de Janeiro, vol. 8, 2011, p. 43-58. Disponível em: <http://www.revistadiadorim.letras.ufrj.br/index.php/revistadiadorim/article/view/187>. Acesso: jan/2017.

FUNES, Eurípedes Antônio. **“Nasci nas matas, nunca tive senhor”:** história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, 1995.

_____. **Comunidades remanescentes dos mocambos do Alto Trombetas.** São Paulo: Fundação Pró-Índio, 2000. Disponível em:

<http://www.ufopa.edu.br/arquivo/docdiv/2017/comunidades-remanescentes-dos-mocambos-do-alto-trombetas>. Acesso: maio/2016.

_____. **Bom Jardim, Murumurutuba, Murumuru, Tingu, Ituqui, Saracura, Arapemã. Terras de afro-amazônidas – “Nós já somos a reserva, somos os filhos deles”**. Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/pseq2017/public/uploads/leituras/afro-amazonidas.pdf>. Acesso jun/2017.

_____. Comunidades mocambeiras do Trombetas. In: Denise Farjado Grupioni e Lúcia M. M. de Andrade (Orgs.). **Entre águas bravas e mansas, índios & quilombolas em Oriximiná**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, Iepé, 2015, p. 16-61.

GEERAERTS, Dirk; GRONDELAERS, Stefan; BAKEMA, Peter. **The Structure of Lexical Variation: Meaning, Naming, and Context**. Berlin; New York: Mouton De Gruyter, 1994.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite. A relevância de variáveis sociais em fenômenos variáveis na fala do interior paulista. In: LIMA-HERNANDES, M. C. *et al.* (Orgs.). **A língua portuguesa no mundo**. São Paulo: FFLCH-USP, 2008, p. 01-15. Disponível em: dclv.fflch.usp.br/sites/dclv.fflch.usp.br/files/06-1.pdf. Acesso: jan/2017.

GUAPINDAIA, Vera Lúcia Calandrini. **Além da margem do rio – a ocupação Konduri e Pocó na região de Porto Trombetas, PA**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo (USP), Museu de Arqueologia e Etnologia, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, São Paulo, 2008.

GUY, Gregory R.. Rumos da sociodialetoлогия da América Latina. In: **Congresso Internacional de Dialectologia e Sociolinguística. Diversidade linguística e políticas de ensino: anais**. São Luís: EDUFMA, 2012, p. 44-60.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004, n.p.. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso: ago/2017.

HEYLEN, Kris; TUMMERS, José; GEERAERTS, Dirk. Methodological issues in corpus-based Cognitive Linguistics. In: Gitte Kristiansen e René Dirven (Eds.). **Cognitive sociolinguistics: language variation, cultural models, social systems**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008, p. 91-128.

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ. **Regularização de reconhecimento de domínio coletivos quilombolas**. s/d. Disponível em: http://www.iterpa.pa.gov.br/sites/default/files/regularizacao_de_areas_quilombolas.pdf. Acesso: ago/2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Inventário de referências culturais dos quilombos de Oriximiná: levantamento preliminar**. s/d.

INSTITUTO NACIONAL DA COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Regularização de território quilombola: perguntas e respostas**. Atualizado em abr/2017. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-perguntasrespostas-a4.pdf>. Acesso: ago/2017.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LEITE, Ilka Boaventura. Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 5, n. 10, maio de 1999, p. 123-149. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71831999000100006>. Acesso em: abr/2016.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Orgs.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

_____. **Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015b.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. O léxico: lista, rede ou cognição social? In: Lígia Negri, Maria José Foltran e Roberta Pires de Oliveira (Org.). **Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 263-284.

MARIN, Rosa Acevedo; CASTRO, Edna Ramos. Mobilização política de comunidades negras rurais: domínios de um conhecimento praxiológico. In: **Novos Cadernos NAEA**, vol. 2, n. 2, dezembro de 1999. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/110/164>. Acesso em: abr/2016.

MARGOTTI, Felício Wessling. Geolinguística pluridimensional: desafios metodológicos. In: **Anais do CELSUL**, 2008. Disponível em: http://www.celsul.org.br/Encontros/08/geolinguistica_pluridimensional1.pdf. Acesso: ago/2014.

MELLO, Heliana Ribeiro de. **The genesis and development of brazilian vernacular portuguese**. Tese de Doutorado. City University of New York, Graduate Faculty in Linguistics, 1996.

_____; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso (Org.). **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 13-56.

MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2012.

MILROY, Lesley; GORDON, Matthew. **Sociolinguistics: method and interpretation**. Oxford: Blackwell Publishing Ltda, 2003.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Plano de manejo: Reserva biológica do rio Trombetas. Brasília: Edições IBAMA, 2004. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/rebio_trombetas.pdf. Acesso: out/2017.

MIRANDA, Vicente Chermont de. **Glossário paraense ou Coleção de vocábulos peculiares à Amazônia e especialmente à Ilha do Marajó**. Rio de Janeiro: Companhia Gráfica Lux; UFPA: 1968.

MOLLICA, M. C.. A relevância das variáveis não linguísticas. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 27-31.

MORENO-FERNÁNDEZ, Francisco. **A framework for cognitive sociolinguistic**. New York/London: Taylor & Francis/Routledge, 2017.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953 [1922].

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e as fronteiras da antropologia. In: **Antropolítica (UFF)**, v. 19, p. 91-111, 2005. Disponível em: https://xa.yimg.com/kq/groups/17594168/1626844689/name/ODWYER_Quilombos_e_fronteras%5B1%5D.pdf. Acesso: out/2017.

OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte de *et al.*. O conceito de português afro-indígena e a comunidade de Jurussaca. In: Juanito Ornelas de Avelar e Laura Álvares Lopes (Orgs.). **Dinâmicas afro-latinas – língua(s) e história(s)**. Berlin: Peter Lang, 2015, p. 149-178.

OLIVEIRA, Marilucia Barros de; COSTA, Celiane Sousa; PAZ, Flávia Helena da Silva. Reinterpretando vazios dialetológicos no Norte do Brasil. In: **Signum, Estudos da Linguagem**. Londrina, v. 21, n. 1, abr. 2018, p. 12-31.

QUEIROZ, Wildson. **Nação negra**. Alenquer: Gráfica Brasil, 2011.

_____. Alexandre: o governador do Pacoval. **Jornal de História da cidade Alenquer**. Alenquer, Ano I, Nº 4, novembro de 2014, p. 2.

PERINI, Mário. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PETTER, Margarida Maria Taddoni; OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte de. Novas luzes sobre a descrição do português afro-brasileiro. In: **III Simpósio Mundial de Língua Portuguesa - SIMELP: a formação de novas gerações de falantes de português no mundo**. Macau: Universidade de Macau, 2012, p. 403-409.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. Ampliando a investigação do *continuum* afro-brasileiro de português. In: **Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares – PAPIA**, vol. 25 (2), 2015, p. 305-317.

PINHEIRO, Luciana Santos. **Processos de territorialização de variedades dialetais do italiano como línguas de imigração no nordeste do Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2014.

PORRO, Antonio. **Dicionário etno-histórico da Amazônia Colonial**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, USP, 2007.

WOLFRAM, Walt; SCHILLING, Natalie. **American English: dialects and variation**. 3rd. Ed.. Wiley Blackwell, 2016.

RADTKE, Edgar; THUN, Harald. Nuevos caminos de la geolingüística românica. Um balance. In: _____ (Eds.). **Neue Wege der romanischen Geolinguistik: Akten des Symposiums zur empirischen Dialektologie**. Kiel: Westensee-Verl, 1996, p. 25-49.

RAZKY, Abdelhak (Org.). **Estudos geo-sociolinguísticos no Estado do Pará**. Belém: Gráfica e Editora Grafia, 2003.

_____. **Atlas linguístico sonoro do Pará (ALiSPA 1.1)**. Belém: Gráfica e Grafia, 2004 (Programa em CD-ROM).

ROSSI, Nelson. A dialectologia. In: **ALFA: Revista de Linguística**, v. 11, 1967. Disponível em: piwik.seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/3299/3026. Acesso: dez/2016.

SALLES, Vicente. **Vocabulário crioulo: contribuição do negro ao falar regional amazônico**. Belém: IAP, Programa Raízes, 2003.

_____. **Os mocambeiros e outros ensaios**. Belém: IAP, Programa Raízes, 2013.

SANTOS. Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, 2002, p. 237-280. Disponível em: <https://rccs.revues.org/1285#tocto1n4>. Acesso: jul/2017.

SERRA, Cristiane Torido. **Aspectos morfossintáticos do português falado no quilombo Siricari/Marajó: uma perspectiva afro-indígena**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Brasília, 2016.

SEVERO, Cristine Gorski. O estudo da linguagem em seu contexto social: um diálogo entre Bakhtin e Labov. In: **DELTA**, Vol. 15. N° Especial, 2009, p. 201-232. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/viewFile/28237/19827>. Acesso: fev/2017.

SILVA, Augusto Soares da. **O mundo dos sentidos em português: polissemia, semântica e cognição**. Coimbra: Almedina, 2006.

_____. Variação do significado e significado da variação: para a integração dos aspectos sociais e conceptuais da variação pluricêntrica do português. In: Amanda Costa e Inês Duarte (Eds.). **Nada na linguagem lhe é estranho**. Homenagem a Isabel Hub Faria. Porto: Edições Afrontamento, 2012, p. 167-182.

_____. (Ed.). **Pluricentricity: language variation and sociocognitive dimensions**. Berlin: Boston: De Gruyter, 2014.

SILVA, Jair Francisco Cecim da. **O português afro-indígena de Jurussaca/PA: revisitando a descrição do sistema pronominal pessoal da comunidade a partir da textualidade**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, São Paulo, 2014.

SOUZA, Antônio Carlos Santana de. **Africanidade e contemporaneidade do português de comunidades afro-brasileiras no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2015.

SOUZA FILHO, Benedito. Quilombos e quilombolas: entre o conceito e a politização semântica. In: **Novos Cadernos NAEA**, vol. 16, n. 1, junho de 2013, p. 61-78. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/748/0>. Acesso: maio/2015.

TEIXEIRA, Lygia Conceição Leitão. **Marambiré: o negro no folclore paraense**. Belém: SECULT, Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, 1989.

THUN, Harald. La geolinguística como lingüística variacional general (com ejemplos del *Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay*). In: **International Congress of Romance Linguistics and Philology**. A cura di Giovanni Ruffino. Tübingen: Niemeyer, 1998, p. 701-729.

_____. O tratamento do material etnográfico no Atlas lingüístico diatópico y diastrático del Uruguay (ADDU). In: **I Encontro sobre Cultura Popular**. Universidade dos Açores, Ponta Delgada (Azores), 1999, p. 481-499.

_____. O português americano fora do Brasil. In: Eberhard Gärtner, Christine Hundt e Axel Schönberger (Eds.). **Estudos de geolinguística do português americano**. Frankfurt: TFM, 2000, p. 185-227.

_____. A geolinguística pluridimensional, a história social e a história das línguas. In: Vanderci de Andrade Aguilera (Org.). **Para a história do português brasileiro, Vol. VII: vozes, veredas, voragens**. Londrina: EDUEL, 2009, p. 533-558.

_____. Pluridimensional cartography. In: Alfred Lameli, Roland Kehrein e Stefan Ravanus (Eds.) **Language and space: language mapping: an internacional handbook of linguistic variation**. Berlin: De Gruyter Mouton, 2010a, p. 506-523.

_____. Variety complexes in contact: A study on Uruguayan and Brazilian Fronterizo. In: Peter Auer e Erich Schmidt (Eds.). **Language and space: An International Handbook of Linguistic Variation**. Vol. 1: Theories and methods. Berlin: De Gruyter Mouton, 2010b. p. 706-723.

VERÍSSIMO, José. As populações indígenas e mestiças da Amazonia. In: **Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo L, Parte Primeira, p. 295-390. Rio de Janeiro: typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Lemmert & C. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/verissimo_1887_populacoes. Acesso: jan./2018.

VIEIRA, Maria de Nazaré. **Aspectos do falar paraense: fonética, fonologia, semântica**. Belém: Universidade Federal do Pará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 1983.

APÊNDICE A: Caracterização das entidades coletivas

A mobilização social dos afro-brasileiros do Baixo Amazonas fora incentivada inicialmente por Idaliana Marinho de Azevedo, presidente da Associação Cultural Obidense (ACOB), que, motivada pelo desejo do senhor Santa Rita do Pacoval de reaproximação das famílias separadas pela escravidão (AZEVEDO, 2002, p. 141), articulou o *I Encontro Raízes Negras*, no Pacoval de Alenquer em junho de 1988. O êxito do evento motivou não somente novos encontros do *Raízes Negras*, organizados pelo Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (CEDENPA) com apoio da ACOB (AZEVEDO, 2002), como também a colaboração de outras pessoas e instituições (SALLES, 2013), como é o caso da Comissão Pró-Índio do Estado de São Paulo (CPISP). A partir desses eventos, é que foram organizadas as entidades coletivas, movimentos sociais pioneiros na região: *Associação Comunitária de Negros do Quilombo Pacoval de Alenquer (ACONQUIPAL)*, *Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO)*, *Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Óbidos (ARQMOB)* e *Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS)*.

Essas entidades coletivas funcionam por meio de uma rede em que se congregam outras associações. Tal organização integra movimentos sociais em prol da busca pela legitimidade identitária dos territórios e dos grupos, fortalecendo as representações de modo a evitar dispersão e fragmentação do movimento (ALMEIDA, 2004). A etnicidade é o fator de agregação e especificidade desses movimentos, que ressaltam a participação ativa dos sujeitos desde as designações coletivas, “denominações pelas quais se autodefinem e são representados na vida cotidiana” (idem, p. 22).

A *Associação Comunitária de Negros do Quilombo Pacoval de Alenquer (ACONQUIPAL)* foi a primeira a ser criada no Pará (BENTES, 2013), em novembro de 1988, com o objetivo de garantir o direito ao território da comunidade, de acordo com Queiroz (2011). O direito à terra quilombola do Pacoval teria sido expresso primeiramente num documento conhecido por ‘carta sesmaria’ e entregue pelo próprio D. Pedro em Belém aos remanescentes de mocambeiro, conforme relato do senhor Santa Rita (FUNES, 1995, p. 238-247), na ocasião em que foram se “apresentar ao governo” sob a orientação do Major Luiz de Oliveira Martins, conhecido como Martinho Beata (cf. item 6.2 da Seção 6). A ACONQUIPAL conquista o título definitivo de seu território e recebe-o das mãos do presidente do Brasil em Brasília no ano de 1996 (QUEIROZ, 2011). Não há outras comunidades quilombolas filiadas à essa associação.

A *Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO)* foi fundada em julho 1989 para reivindicar a garantia do direito à propriedade de terra legitimado pela Constituição Federal de 1988. Segundo Salles (2013, p. 105), a CPISP orientou a criação das associações tanto em Oriximiná (a ARQMO) quanto no Pacoval de Alenquer (ACONQUIPAL). Essa entidade paulista continua auxiliando a ARQMO nos desafios enfrentados pelas comunidades que, conforme Andrade (1995, p. 81), não se trata mais de “demonstração de ascendência quilombola, mas [d]a luta para que seja reconhecido e respeitado, no processo de titulação, o seu modo específico de explorar as suas terras”.

Uma conquista importante da ARQMO foi o título da primeira regularização de território quilombola do Brasil, concedido à comunidade Boa Vista no ano de 1995 (ANDRADE, 1995; AZEVEDO, 2002). Atualmente, a ARQMO congrega 35 comunidades quilombolas, abrangendo 07 territórios. Dentre as associações comunitárias filiadas à ARQMO estão: *Associação dos Remanescentes de Quilombos da Comunidade Água Fria (ARQAF)*, titulada em 1996; e *Associação Mãe Domingas* com terras parcialmente tituladas (*sic*) comuns a 05 comunidades, entre as quais destacamos a comunidade Abuí, localizada no Alto Trombetas I.

A *Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Óbidos (ARQMOB)* foi criada em 1997 para também lutar em defesa da demarcação e titulação de sua terra, ocupada tradicionalmente. A CPISP orientou a ARQMOB nessa tarefa e a parceria continua até hoje. A ARQMOB conta com 18 comunidades quilombolas, abrangendo 06 territórios. Dentre as associações filiadas a ARQMOB estão: *Associação dos Remanescentes de Quilombos da Comunidade Arapucu (ARQUICA)* e *Associação das Comunidades Remanescentes de Negros da Área das Cabeceiras (ACORNECAB)*, fundada em maio de 1999, com território titulado em 2000 e comum atualmente a 11 comunidades, Silêncio é uma delas.

A *Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS)* foi criada em março de 2006. De acordo com Almeida (2009), a motivação para a mobilização social das comunidades quilombolas de Santarém sob forma de instituição surgiu num evento ocorrido em Saracura no ano de 1999. Pensamos tratar-se do primeiro encontro do Raízes Negras em terras santarenas, evento que a esta época estava em sua oitava edição. A primeira iniciativa de congregar comunidades e lutar pelo direito a propriedade da terra começou com formação da Comissão de Articulação das Comunidades Quilombolas de Santarém – PA em 2003 (*idem*). Três anos depois é que constituíram a FOQS, uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, com o objetivo de reunir e orientar as organizações quilombolas do município de

modo a contribuir na regularização das terras quilombolas e “exigir a implementação de políticas públicas específicas para os quilombolas, assim como defender e divulgar os direitos dos afrodescendentes e minorias oprimidas” (ibidem, p. 5). Atualmente, a FOQS representa 12 comunidades quilombolas, abrangendo oito territórios. Dentre as associações comunitárias filiadas a FOQS estão: *Associação Comunitária de Remanescentes de Quilombo de Saracura (ACREQSARA)* e *Associação dos Remanescentes de Quilombos de Tiningu (ARQTININGU)*.

APÊNDICE B: Álbum

Dedicamos esta parte do trabalho ao registro de imagens feito durante a pesquisa de campo em 2016.

1. Abuí

Imagem 01 - Vista para o lago do Abuí.



Fonte: A própria autora (2016).

Imagem 02 - Escola.



Fonte: A própria autora (2016).

Imagem 03 - Habitação.



Fonte: A própria autora (2016).

2. Água Fria

Imagem 04 - Campo de futebol.



Fonte: A própria autora (2016).

Imagem 05 - Utensílio doméstico: o porongo.



Fonte: A própria autora (2016).

Imagem 06 - Vista de um dos acessos à comunidade.



Fonte: A própria autora (2016).

3. Arapucu

Imagem 07 - Cemitério.



Fonte: A própria autora (2016).

Imagem 08 - Mirante: vista para Óbidos.
** Situado na parte alta da comunidade, onde fica o cemitério.*



Fonte: A própria autora (2016).

Imagem 09 - Vista de uma das vias da comunidade.



Fonte: A própria autora (2016).

4. Silêncio

Imagem 10 - Vista de parte da comunidade Silêncio.

Fonte: A própria autora (2016).

Imagem 11 - Vista de uma das vias da comunidade e a esquerda em azul uma igreja.

Fonte: A própria autora (2016).

Imagem 12 - Casa de farinha.



Fonte: A própria autora (2016).

5. Pacoval

Imagem 13 - Barracão.



Fonte: A própria autora (2016).

Imagem 14 - Vista da entrada da comunidade.



Fonte: A própria autora (2016).

Imagem 15 - Vista de uma das vias da comunidade.



Fonte: A própria autora (2016).

6. Saracura

Imagem 16 - Instrumento utilizado na pesca: o João de pau.

Fonte: A própria autora (2016).

Foto 17 - Um clube esportivo.

Fonte: A própria autora (2016).

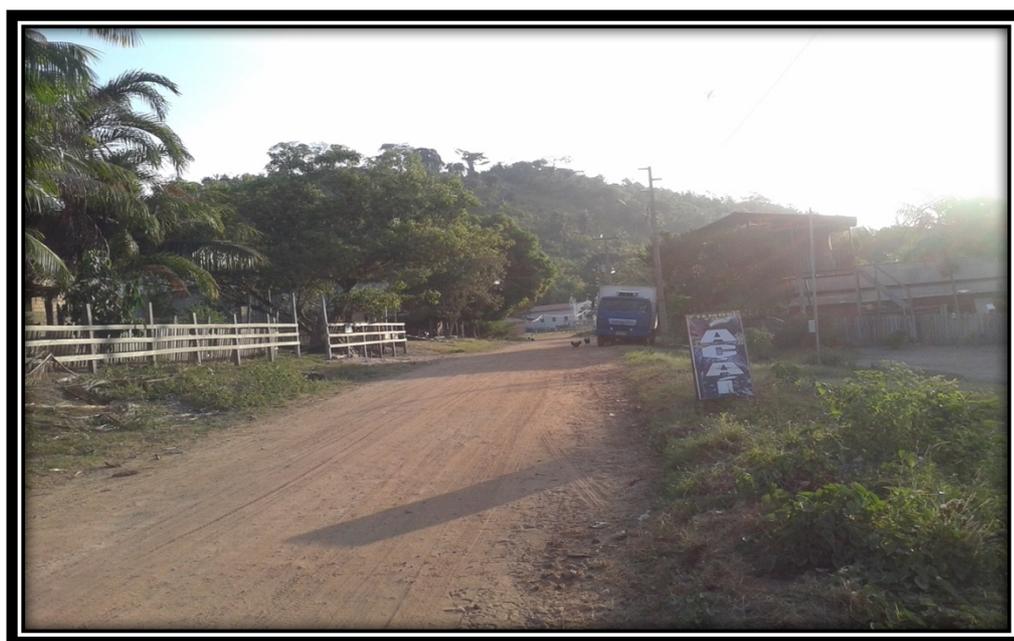
Foto 18 - Paisagem vista de dentro de uma casa.



Fonte: A própria autora (2016).

7. Tingu

Foto 19 - Vista de uma das vias da comunidade.



Fonte: A própria autora (2016).

Foto 20 - Local onde se realiza o festival do tucunaré.



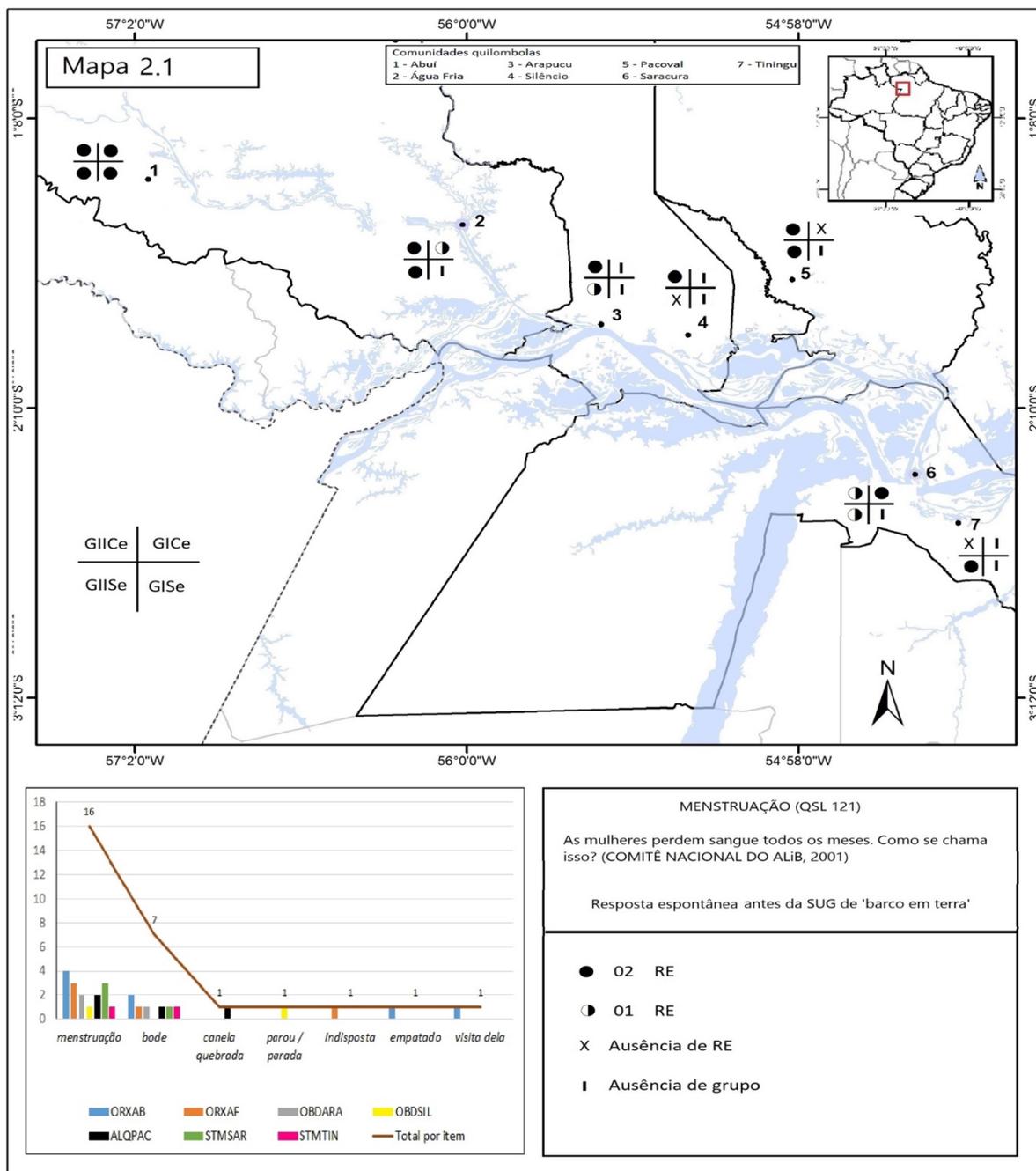
Fonte: A própria autora (2016).

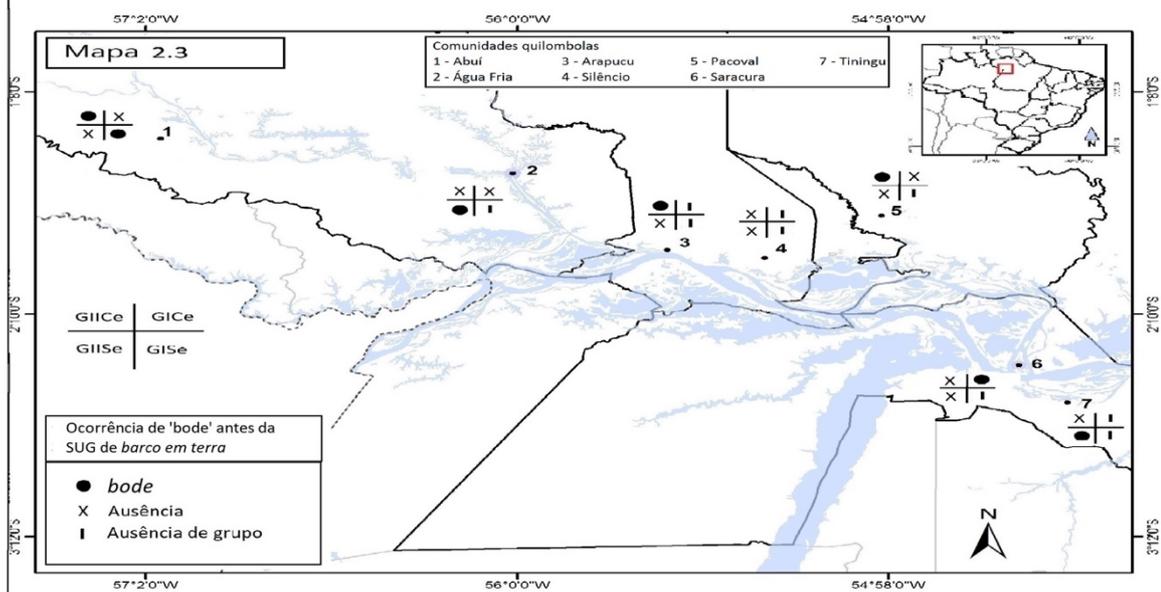
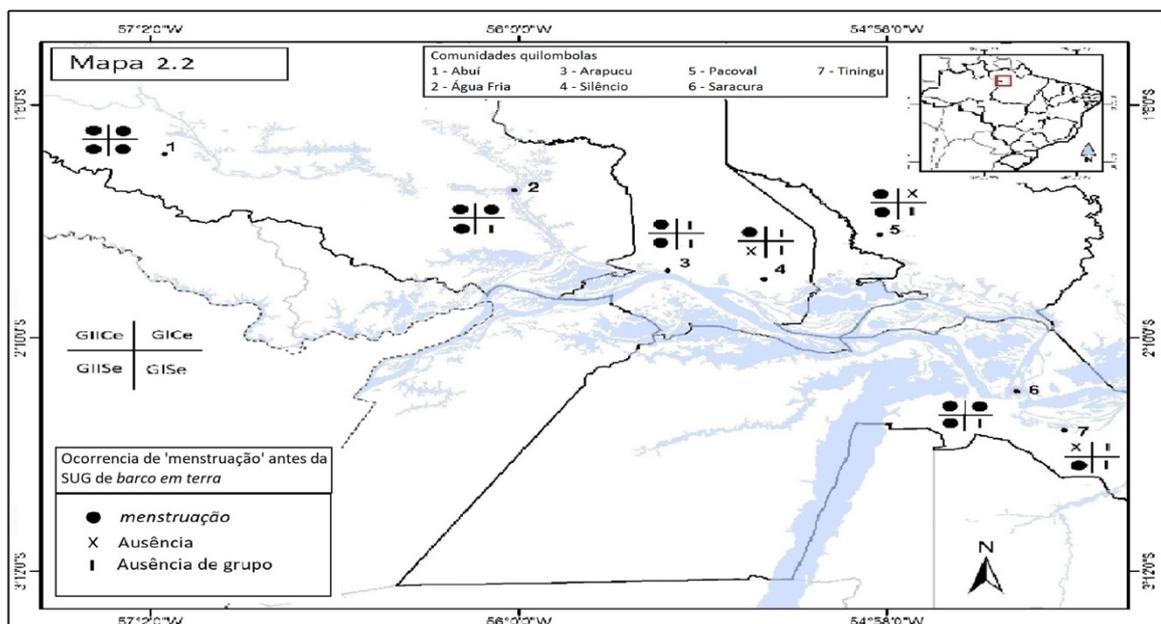
Foto 21 - Igreja, sepultura e habitação.

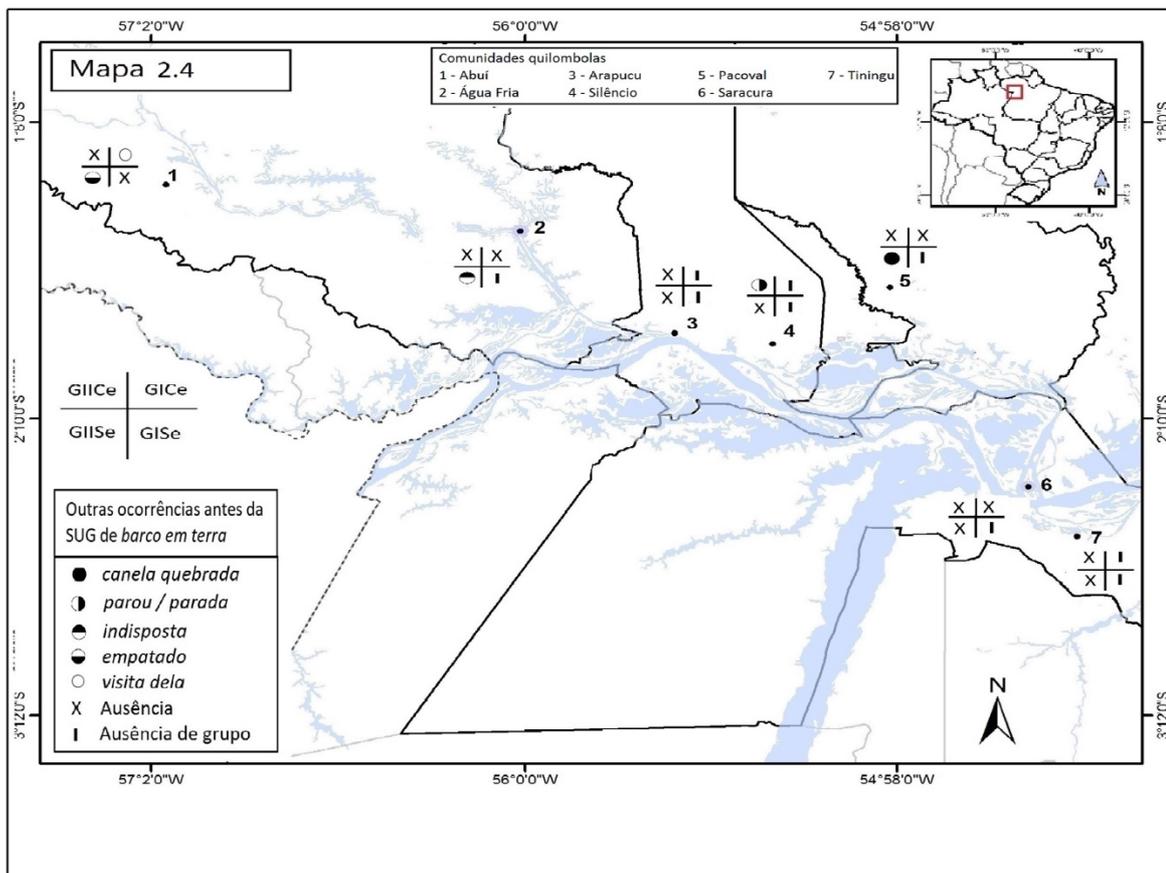


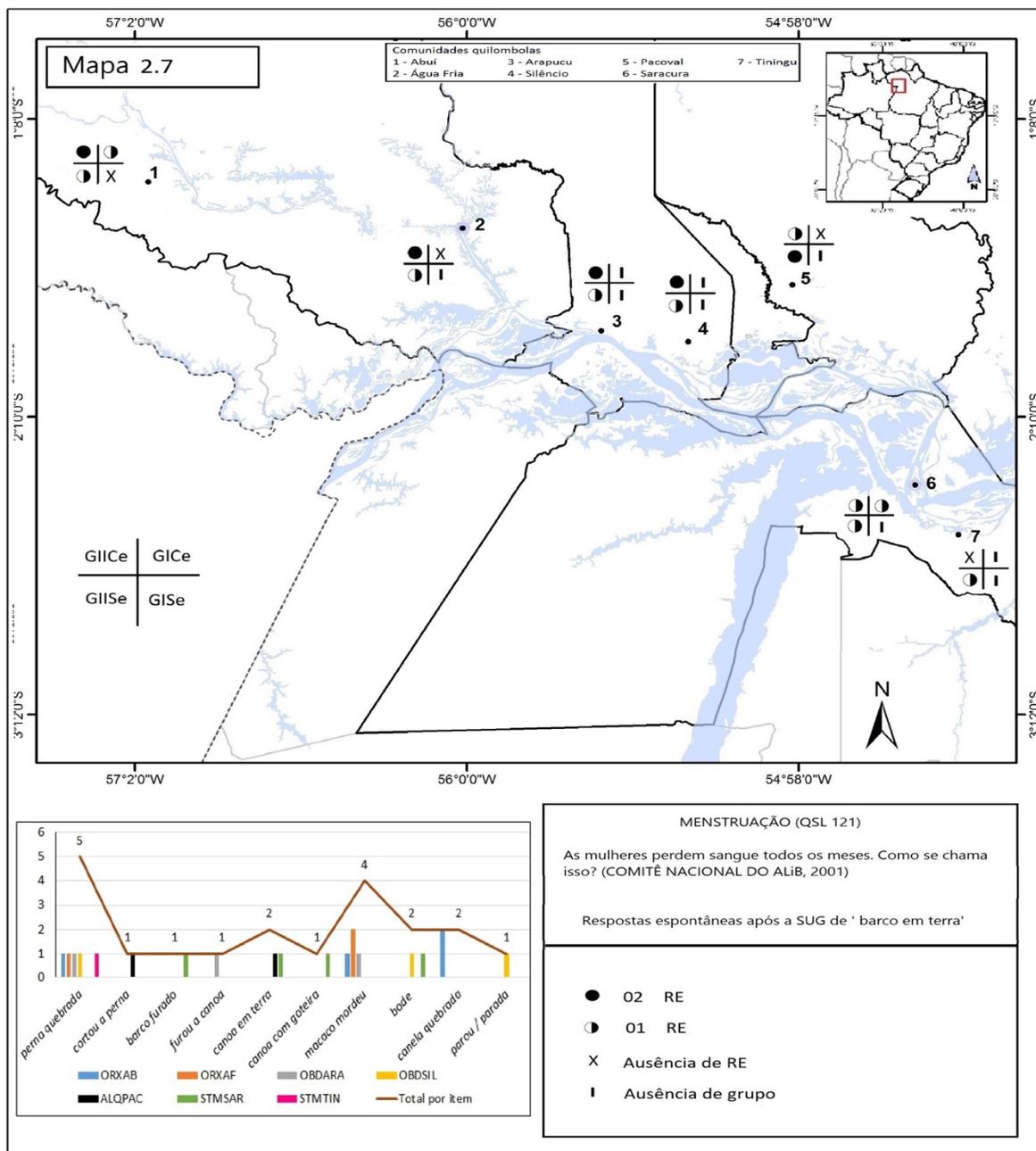
Fonte: A própria autora (2016).

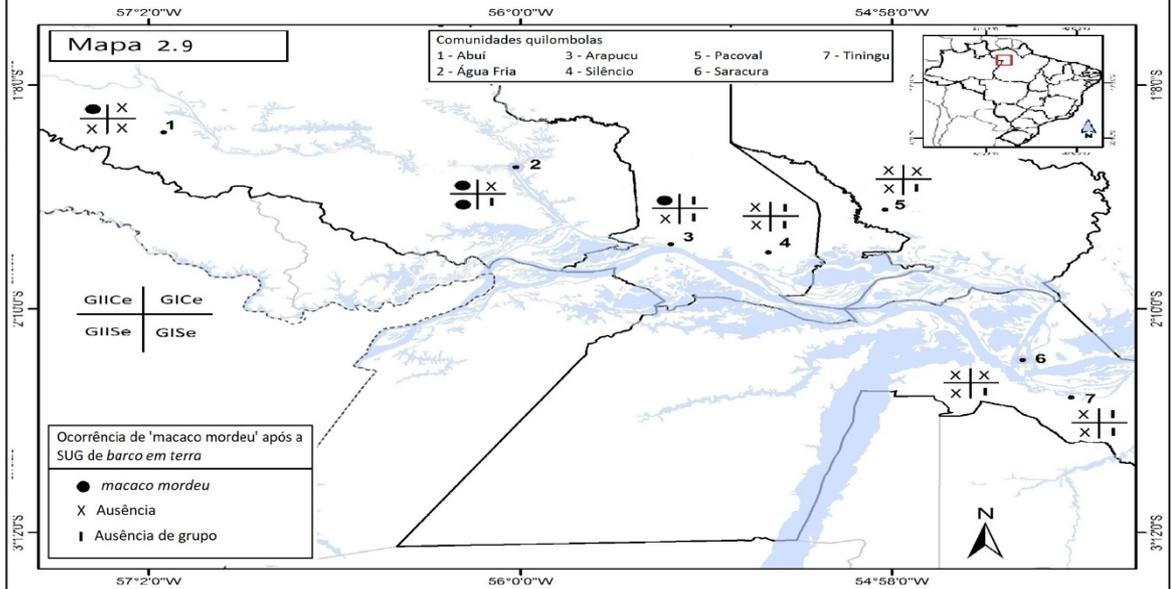
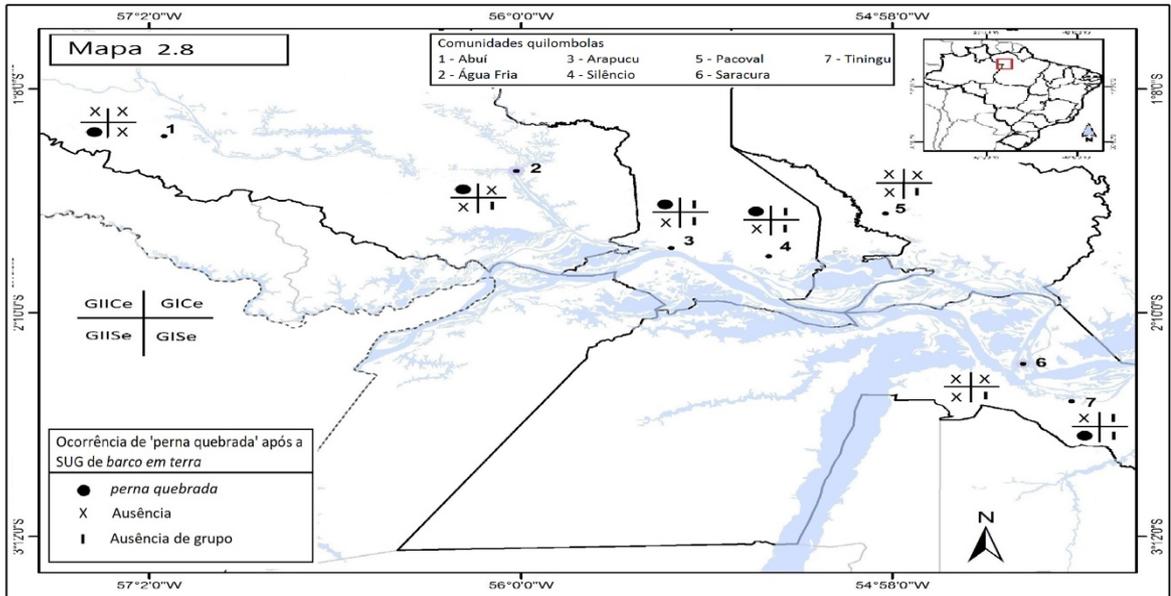
ANEXO A: Cartografia linguística de variantes léxicas

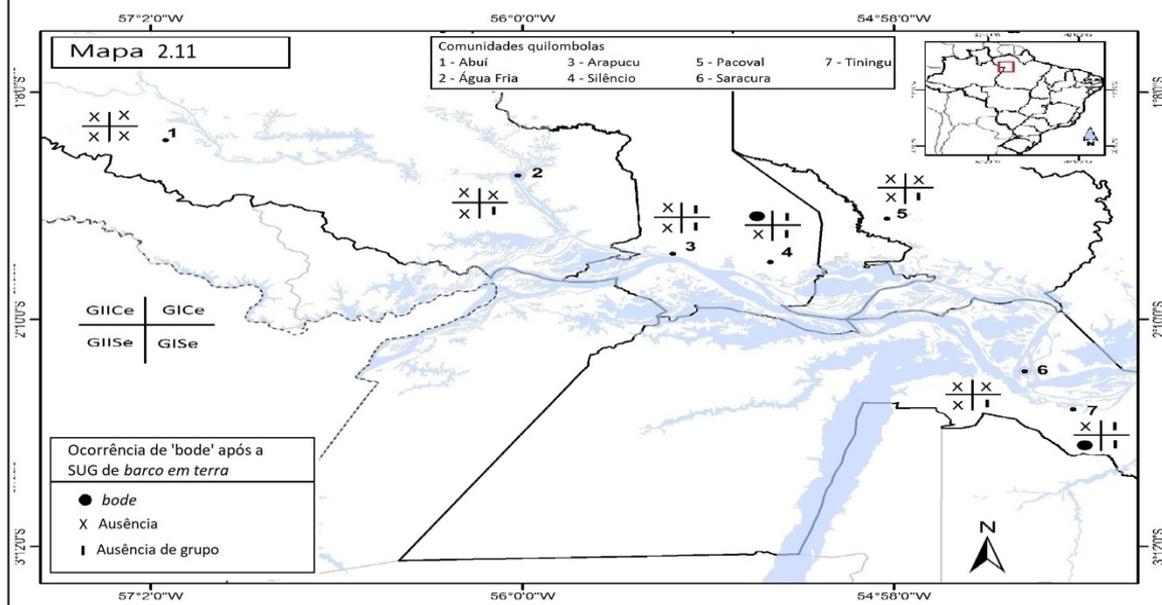
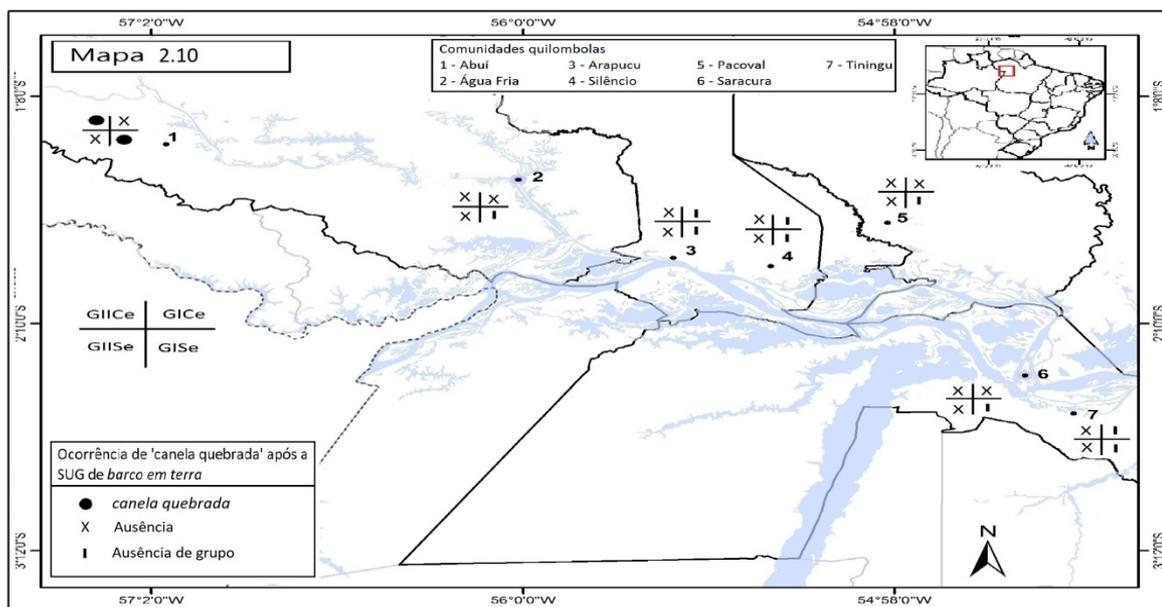


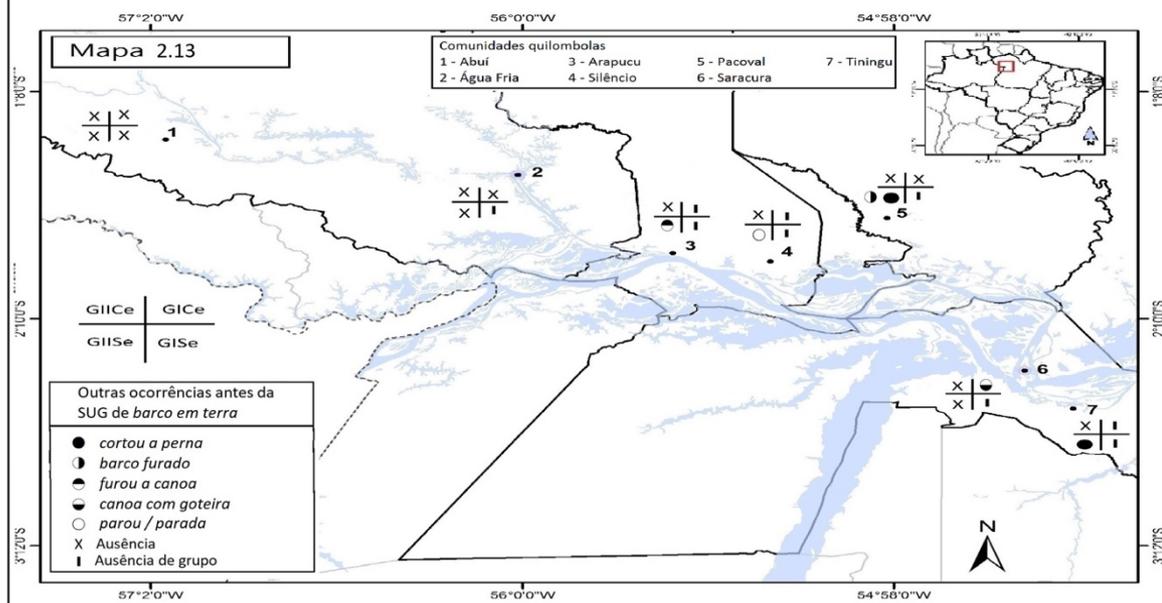
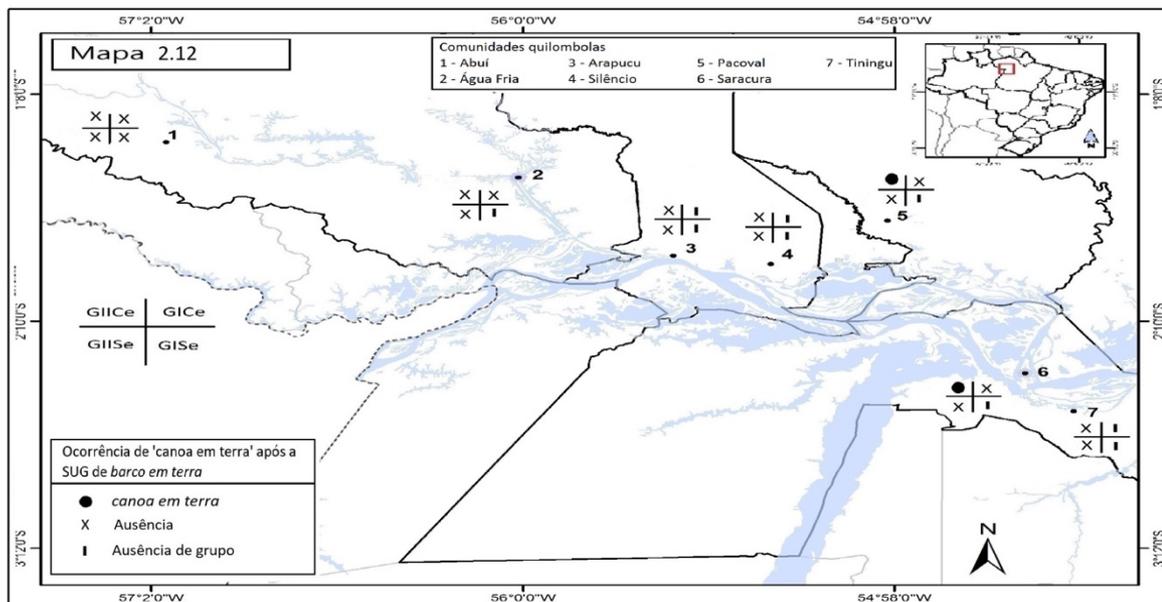


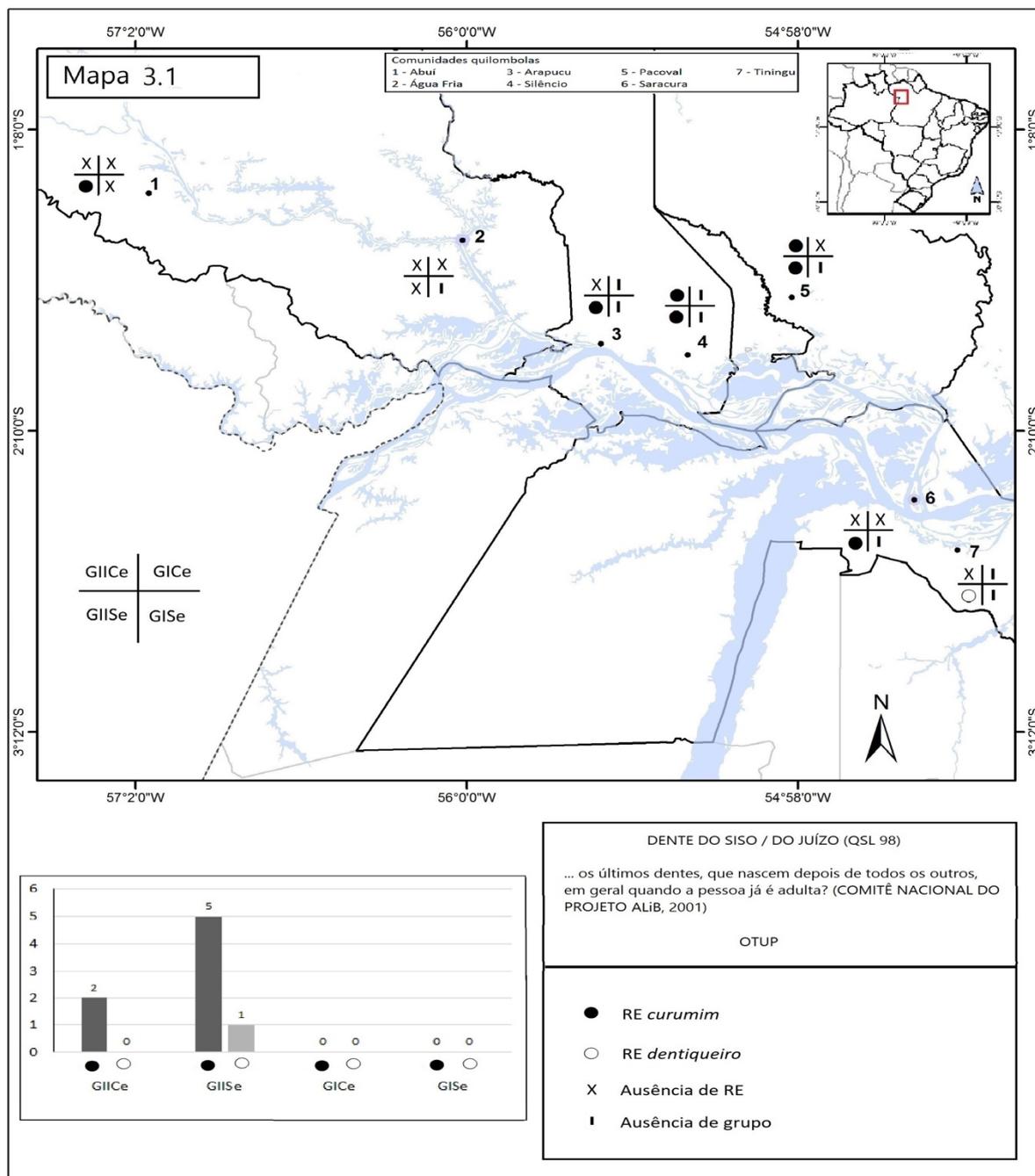


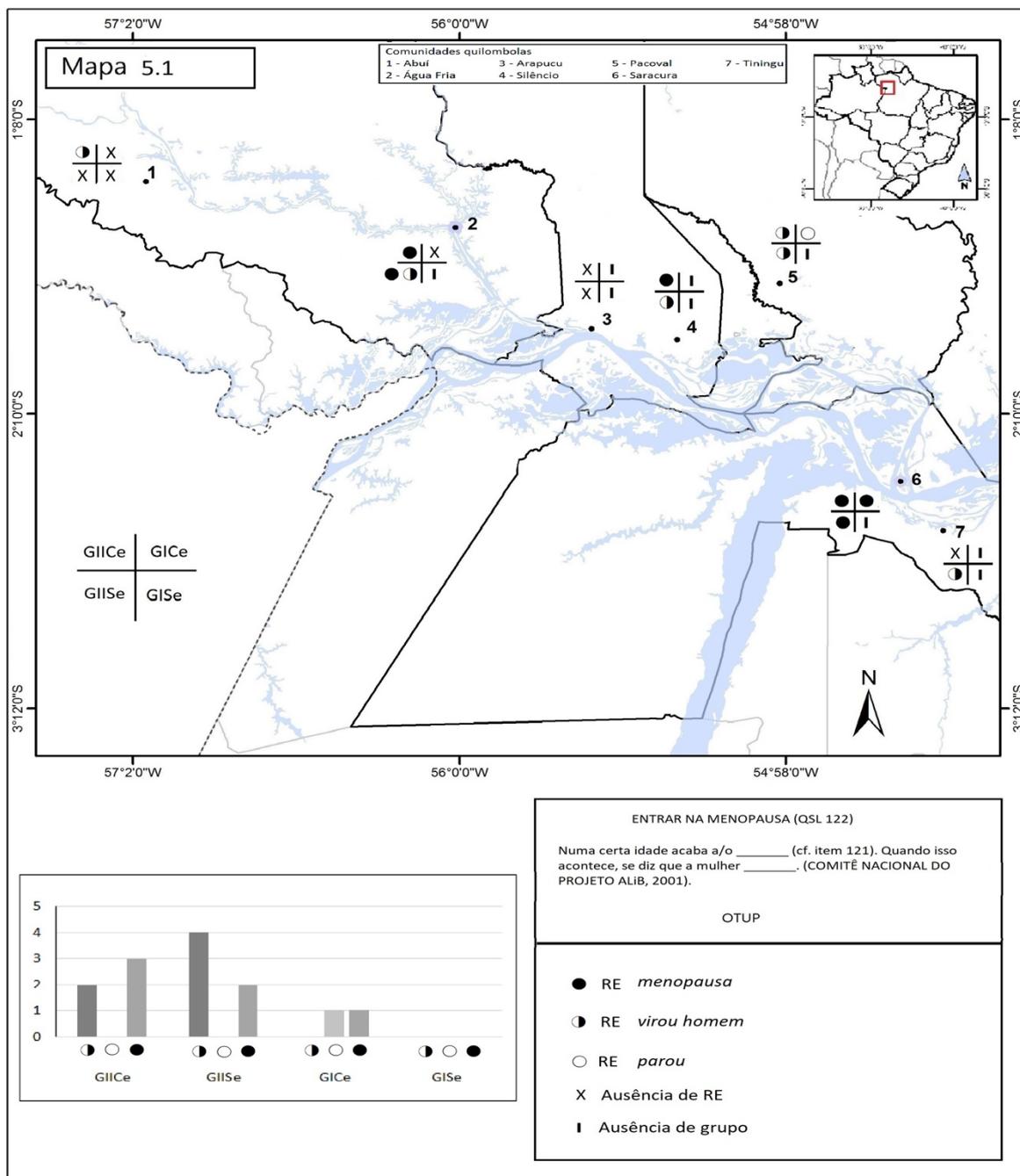


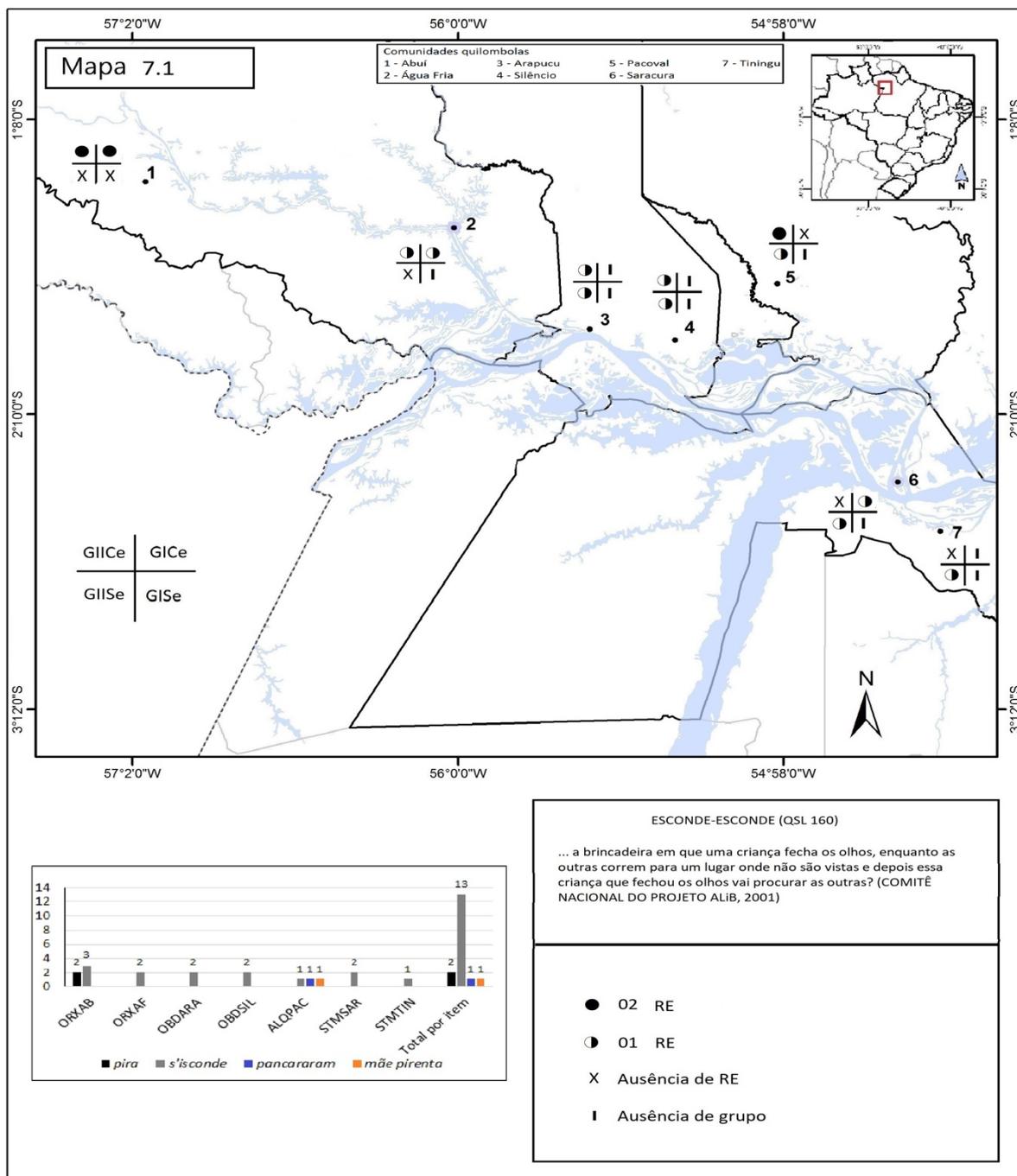


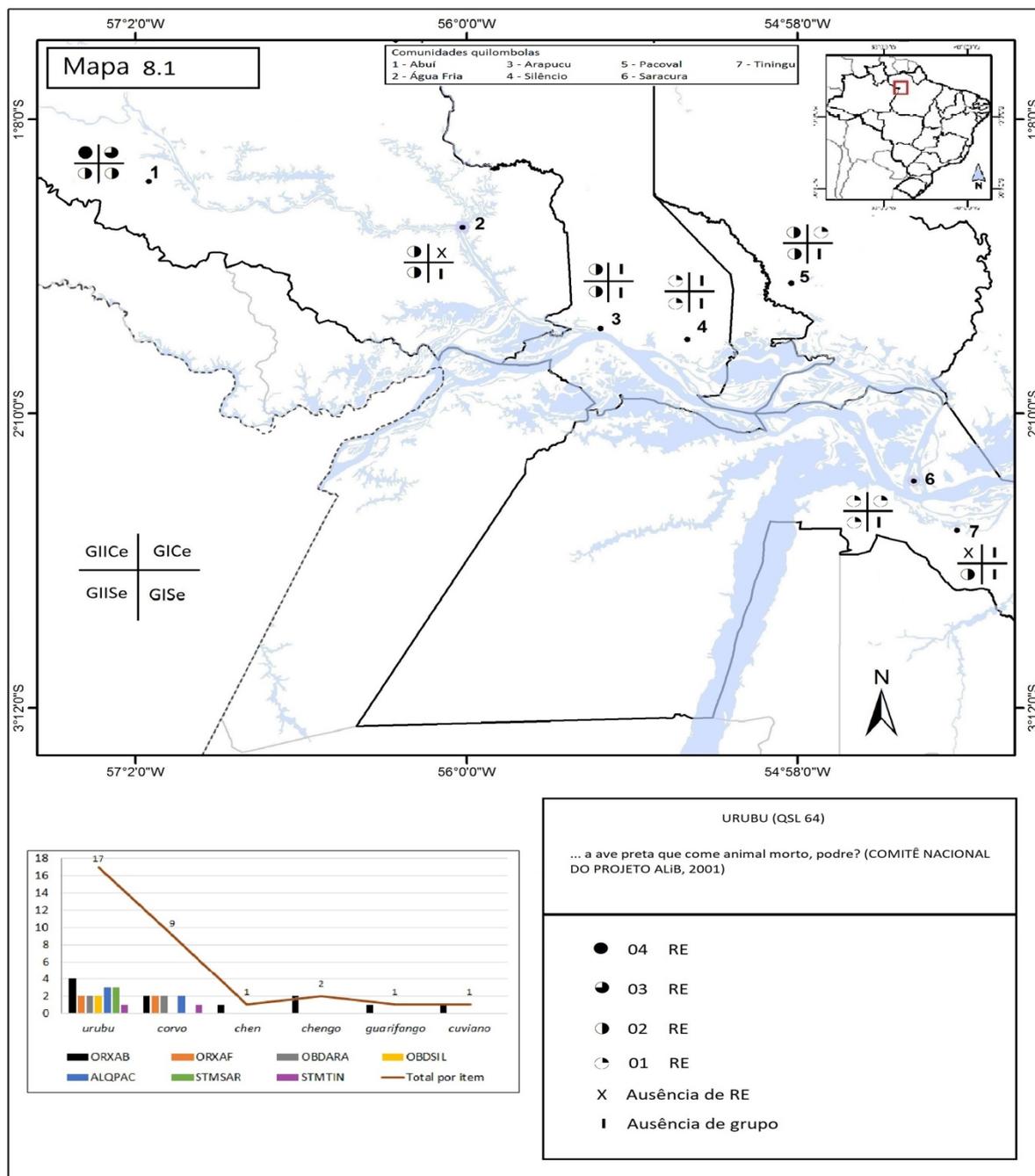


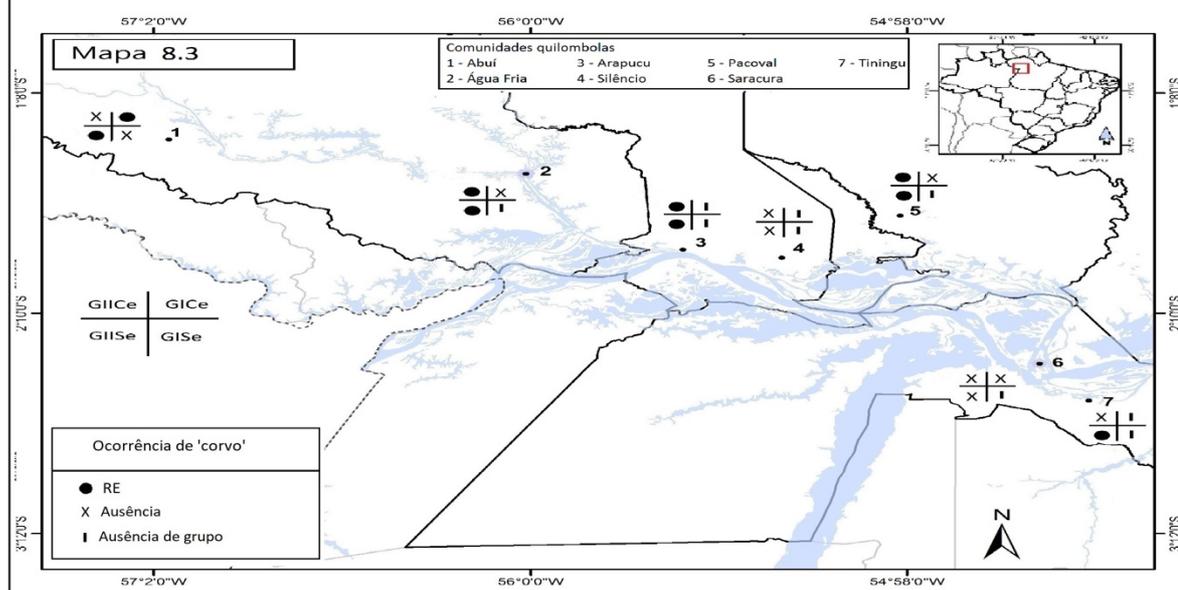
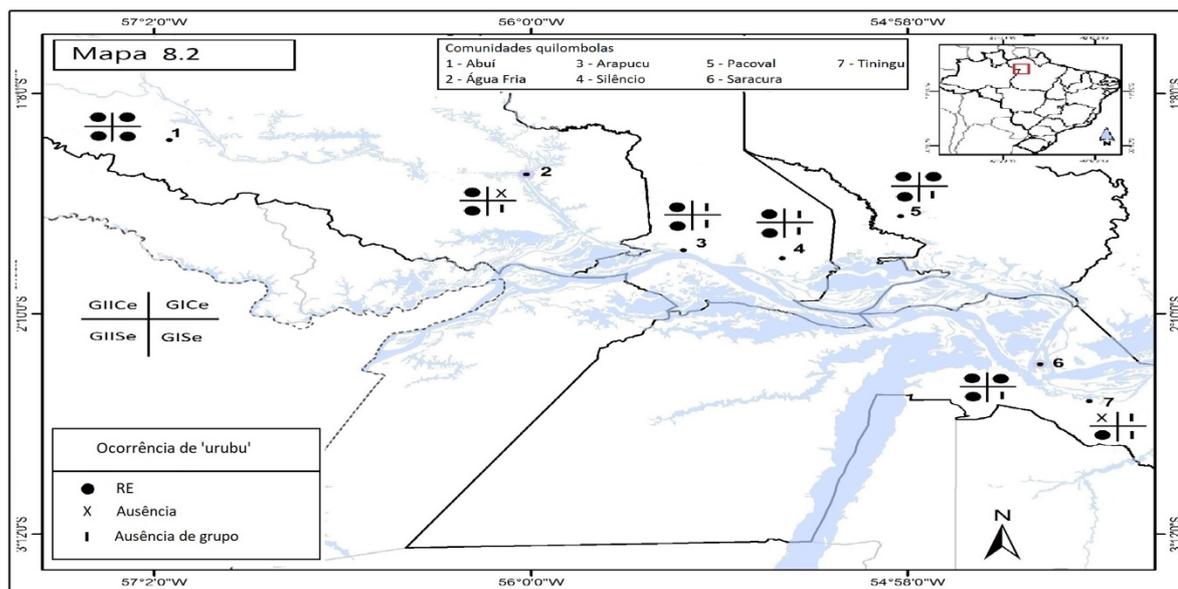


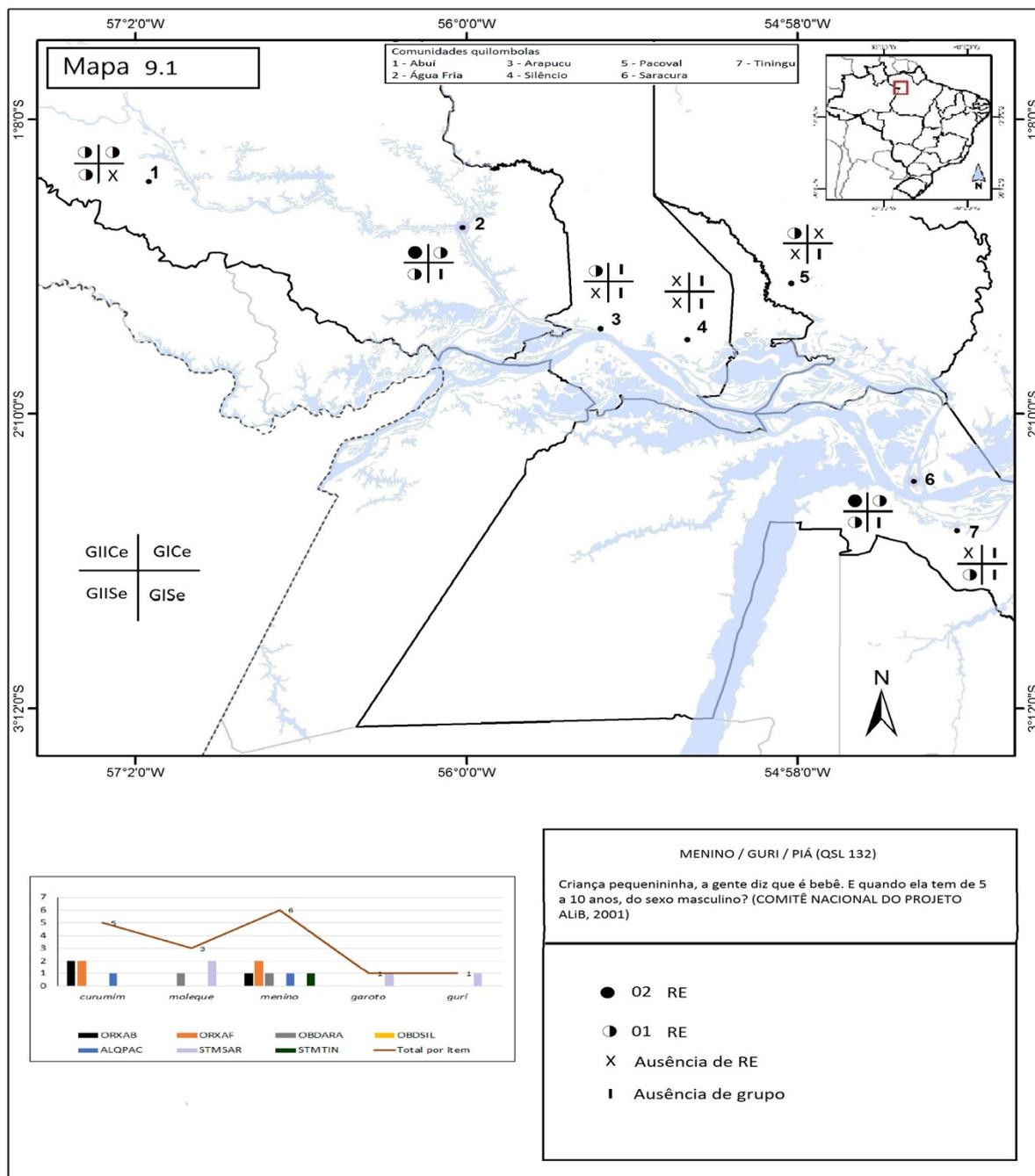


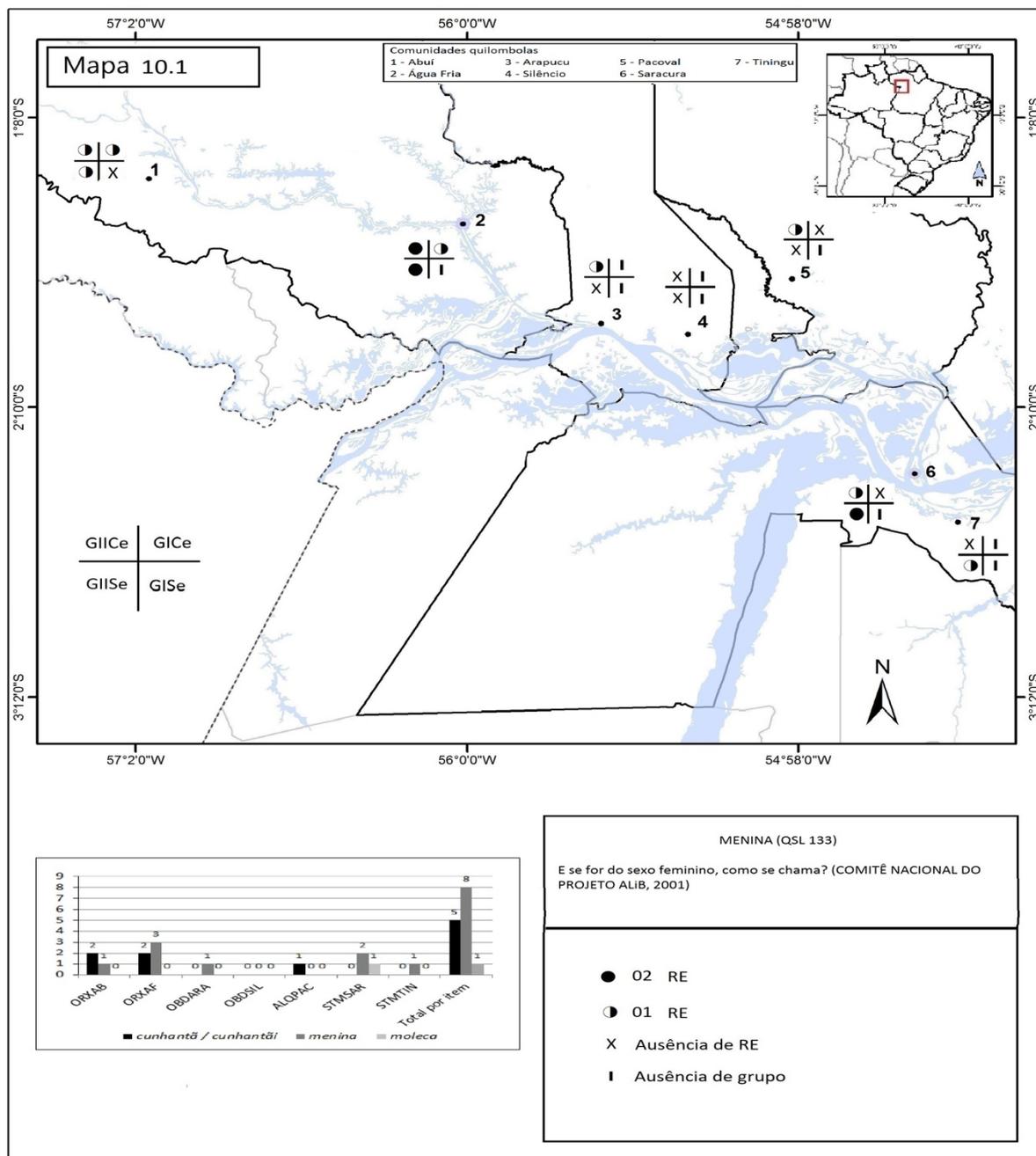












**ANEXO B: Questionários Fonético-Fonológico e Semântico-Lexical
(COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB, 2001)**

Questionário Fonético-Fonológico (QFF)

24. PENEIRA

... aquele objeto que se usa na cozinha para passar (*mímica*) farinha?

32. ABÓBORA

... aquilo que dá no chão, grande (*mímica*), com uma casca grossa vermelho-amarelada por dentro e que se cozinha para comer, para fazer doce?

127. VÔMITO

O que é que a pessoa faz sair pela boca, quando comeu e a comida fez mal?

154. BARULHO

Quando uma criança está dormindo e não quer que ela acorde, se diz: Fale baixo, não faça _____, para ela não acordar.

Questionário Semântico-Lexical (QSL)

ACIDENTES GEOGRÁFICOS

01. CÓRREGO/RIACHO

... um rio pequeno, de uns dois metros de largura?

02. PINGUELA

... tronco, pedaço de pau ou tábua que serve para passar por cima de um _____ (*cf. item 1*)?

03. FOZ

... o lugar onde o rio termina ou encontra com outro rio?

04. REDEMOINHO (DE ÁGUA)

Muitas vezes, num rio, a água começa a girar, formando um buraco, na água, que puxa para baixo. Como se chama isto?

05. ONDA DE MAR

... o movimento da água do mar? *Imitar o balanço das águas.*

06. ONDA DE RIO

... o movimento da água do rio? *Idem item 5.*

FENÔMENOS ATMOSFÉRICOS

07. REDEMOINHO (DO VENTO)

... o vento que vai virando em roda e levanta poeira, folhas e outras coisas leves?

11. TEMPORAL/TEMPESTADE/VENDAVAL

... uma chuva com vento forte que vem de repente?

17. ARCO-ÍRIS

Quase sempre, depois de uma chuva, aparece no céu uma faixa com listras coloridas e curvas (*mímica*). Que nomes dão a essa faixa?

18. GAROA

... uma chuva bem fininha?

20. ORVALHO/SERENO

De manhã cedo, a grama geralmente está molhada. Como chamam aquilo que molha a grama?

21. NEVOEIRO/CERRAÇÃO/NEBLINA

Muitas vezes, principalmente de manhã cedo, quase não se pode enxergar por causa de uma coisa parecida com fumaça, que cobre tudo. Como chamam isso?

ASTROS E TEMPO

24. ALVORADA

... a claridade avermelhada do céu antes de _____ (cf. item 23)?

26. CREPÚSCULO

... a claridade avermelhada que fica no céu depois de _____ (cf. item 25)?

28. ANOITECER

... o começo da noite?

ATIVIDADES AGROPASTORIS

39. TANGERINA/MEXERICA

... as frutas menores que a laranja, que se descascam com a mão, e, normalmente, deixam um cheiro na mão? Como elas são?

PEDIR PARA DESCREVER, PARA APURAR AS DIFERENÇAS ENTRE AS DESIGNAÇÕES CITADAS PELO INFORMANTE.

42. PENCA

... cada parte que se corta do cacho da bananeira para pôr para madurar/amadurecer?

44. PARTE TERMINAL DA INFLORESCÊNCIA DA BANANEIRA/UMBIGO/CORAÇÃO

... a ponta roxa no cacho da banana?

46. SABUGO

Quando se tira da _____ (cf. item 45) todos os grãos do milho, o que sobra?

49. VAGEM DO FEIJÃO/BAINHA

Onde é que ficam os grãos do feijão, no pé, antes de serem colhidos?

50. MANDIOCA/AIPIM

... aquela raiz branca por dentro, coberta por uma casca marrom, que se cozinha para comer?

51. MANDIOCA

... uma raiz parecida com _____ (cf. item 50) que não serve para comer e se rala para fazer farinha (povinho, goma)?

52. CARRINHO DE MÃO/CARRIOLA

... um veículo de uma roda, empurrado por uma pessoa, para pequenas cargas em trechos curtos?

53. HASTES DO CARRINHO DE MÃO

... as duas partes em que a pessoa se segura para empurrar o (a) _____ (cf. item 52)?

54. CANGALHA/FORQUILHA

... a armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais (porco, carneiro/bezerro, vaca), para não atravessarem a cerca?

58. BOLSA/BRUACA

E quando se usam objetos de couro, com tampa, para levar farinha, no lombo do cavalo ou burro? *Mostrar gravura.*

FAUNA

64. URUBU

... a ave preta que come animal morto, podre?

65. COLIBRI/BEIJA-FLOR

... o passarinho bem pequeno, que bate muito rápido as asas, tem o bico comprido e fica parado no ar?

66. JOÃO-DE-BARRO

... a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa?

67. GALINHA-D'ANGOLA/GUINÉ/COCAR

... a ave de criação parecida com a galinha, de penas pretas com pintinhas brancas?

69. SURA

... uma galinha sem rabo

70. COTÓ

... um cachorro de rabo cortado?

76. ANCA/GARUPA/CADEIRA

... a parte larga atrás do _____ (cf. item 75)?

77. CHIFRE

O que o boi tem na cabeça?

78. BOI SEM CHIFRE

... o boi sem _____ (cf. item 77)?

80. ÚBERE

Em que parte da vaca fica o leite?

82. MANCO

... o animal que tem uma perna curta e que puxa de uma perna?

85. LIBÉLULA

... o inseto de corpo comprido e fino, com quatro asas bem transparentes, que voa e bate a parte traseira na água?

88. PERNILONGO

... aquele inseto pequeno, de perninhas compridas, que canta no ouvido das pessoas, de noite?

Imitar o zumbido.

CORPO HUMANO

89. PÁLPEBRAS/CAPELA DOS OLHOS

... esta parte que cobre o olho? *Apontar.*

90. CISCO

... alguma coisinha que cai no olho e fica incomodando?

91. CEGO DE UM OLHO

... a pessoa que só enxerga com um olho?

92. VESGO

... a pessoa que tem os olhos voltados para direções diferentes? *Completar com um gesto dos dedos.*

93. MÍOPE

... a pessoa que não enxerga longe, e tem que usar óculos?

94. TERÇOL/VIÚVA

... a bolinha que nasce na _____ (cf. item 89), fica vermelha e incha?

95. CONJUNTIVITE/ DOR D'OLHOS

... a inflamação no olho que faz com que o olho fique vermelho e amanheça grudado?

97. DENTES CANINOS/PRESAS

... esses dois dentes pontudos? *Apontar.*

98. DENTES DO SISO/DO JUÍZO

... os últimos dentes, que nascem depois de todos os outros, em geral quando a pessoa já é adulta?

99. DENTES MOLARES/ DENTE QUEIRO

... esses dentes grandes no fundo da boca, vizinhos dos _____ (cf. item 98). *Apontar.*

100. DESDENTADO/BANGUELA

... a pessoa que não tem dentes?

101. FANHOSO/FANHO

... a pessoa que parece falar pelo nariz? *Imitar.*

102. MELECA/TATU

... a sujeirinha dura que se tira do nariz com o dedo?

103. SOLUÇO

... este barulhinho que se faz? *Soluçar.*

104. NUCA

... isto? *Apontar.*

105. POMO-DE-ADÃO/GOGÓ

... esta parte alta do pescoço do homem? *Apontar.*

106. CLAVÍCULA

... o osso que vai do pescoço até o ombro? *Apontar.*

107. CORCUNDA

... a pessoa que tem um calombo grande nas costas e fica assim (*mímica*)?

108. AXILA

... esta parte aqui? *Apontar.*

109. CHEIRO NAS AXILAS

... o mau cheiro embaixo dos braços?

110. CANHOTO

... a pessoa que come com a mão esquerda, faz tudo com essa mão? *Completar com o gesto.*

111. SEIOS/PEITO

... a parte do corpo da mulher com que ela amamenta os filhos?

112. VOMITAR

Se uma pessoa come muito e sente que vai pôr/botar para fora o que comeu, se diz que vai o quê?

113. ÚTERO

... a parte do corpo da mãe onde fica o nenê/bebê antes de nascer?

114. PERNETA

... a pessoa que não tem uma perna?

115. MANCO

... a pessoa que puxa de uma perna?

116. PESSOA DE PERNAS ARQUEADAS

... a pessoa de pernas curvas? *Mímica.*

117. RÓTULA/PATACA

... o osso redondo que fica na frente do joelho?

118. TORNOZELO

... isto? *Apontar.*

119. CALCANHAR

... isto? *Apontar.*

120. CÓCEGAS

Que sente uma criança quando se passa o dedo na sola do pé? *Mímica.*

CICLOS DA VIDA

121. MENSTRUACÃO

As mulheres perdem sangue todos os meses. Como se chama isso?

122. ENTRAR NA MENOPAUSA

Numa certa idade acaba a/o _____ (*cf. item 121*). Quando isso acontece, se diz que a mulher _____.

123. PARTEIRA

... a mulher que ajuda a criança a nascer?

125. GÊMEOS

... duas crianças que nasceram no mesmo parto?

130. FILHO ADOTIVO

... a criança que não é filho verdadeiro do casal, mas que é criada por ele como se fosse?

131. FILHO MAIS MOÇO/CAÇULA

... o filho que nasceu por último?

132. MENINO/GURI/PIÁ

Criança pequenininha, a gente diz que é bebê. E quando ela tem de 5 a 10 anos, do sexo masculino?

133. MENINA

E se for do sexo feminino, como se chama?

134. MADRASTA

Quando um homem fica viúvo e casa de novo, o que a segunda mulher é dos filhos que ele já tinha?

135. FINADO/FALECIDO

Numa conversa, para falar de uma pessoa que já morreu, geralmente, as pessoas não a tratam pelo nome que tinha em vida. Como é que se referem a ela?

CONVÍVIO E COMPORTAMENTO SOCIAL

136. PESSOA TAGARELA

... a pessoa que fala demais?

137. PESSOA POUCO INTELIGENTE

... a pessoa que tem dificuldade de aprender as coisas?

138. PESSOA SOVINA

... a pessoa que não gosta de gastar seu dinheiro e, às vezes, até passa dificuldades para não gastar?

139. MAU PAGADOR

... a pessoa que deixa suas contas penduradas?

140. ASSASSINO PAGO

... a pessoa que é paga para mater alguém?

141. MARIDO ENGANADO

... o marido que a mulher passa para trás com outro homem?

142. PROSTITUTA

... a mulher que se vende para qualquer homem?

143. XARÁ

... a pessoa que tem o mesmo nome da gente?

144. BÊBADO (DESIGNAÇÕES)

Que nomes dão a uma pessoa que bebeu demais?

145. CIGARRO DE PALHA

Que nomes dão ao cigarro que as pessoas faziam antigamente, enrolado à mão?

146. TOCO DE CIGARRO

... o resto do cigarro que se joga fora?

RELIGIÃO E CRENÇAS

147. DIABO

Deus está no céu e no inferno está _____.

148. FANTASMA

O que algumas pessoas dizem já ter visto, à noite, em cemitérios ou em casas, que se diz que é do outro mundo?

149. FEITIÇO

O que certas pessoas fazem para prejudicar alguém e botam, por exemplo, nas encruzilhadas?

150. AMULETO

... o objeto que algumas pessoas usam para dar sorte ou afastar males?

151. BENZEDEIRA

... uma mulher que tira o mau-olhado com rezas, geralmente com galhos de plantas?

152. CURANDEIRO

... a pessoa que trata de doenças através de ervas e plantas?

153. MEDALHA

... a chapinha de metal com um desenho de santo que as pessoas usam, geralmente no pescoço, presa numa corrente?

JOGOS E DIVERSÕES INFANTIS

155. CAMBALHOTA

... a brincadeira em que se gira o corpo sobre a cabeça e acaba sentado? *Mímica*.

156. BOLINHA DE GUDE

... as coisinhas redondas de vidro com que os meninos gostam de brincar?

157. ESTILINGUE/SETRA/BODOQUE

... o brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha (*mímica*), que os meninos usam para matar passarinho?

158. PAPAGAIO DE PAPEL/PIPA

... o brinquedo feito de varetas cobertas de papel que se empinha no vento por meio de uma linha?

160. ESCONDE-ESCONDE

... a brincadeira em que uma criança fecha os olhos, enquanto as outras correm para um lugar onde não são vistas e depois essa criança que fechou os olhos vai procurar as outras?

161. CABRA-CEGA

... a brincadeira em que uma criança, com os olhos vendados, tenta pegar as outras?

167. AMARELINHA

... a brincadeira em que as crianças riscam uma figura no chão, formada por quadrados numerados, jogam uma pedrinha (*mímica*) e vão pulando com uma perna só?

SOLICITAR DESCRIÇÃO DETALHADA.

HABITAÇÃO

168. TRAMELA

... aquela pecinha de madeira, que gira ao redor de um prego, para fechar porta, janela...?

170. VASO SANITÁRIO/PATENTE

Quando se vai ao banheiro, onde é que a pessoa se senta para fazer as necessidades?

171. FULIGEM

... aquilo, preto, que se forma na chaminé, na parede ou no teto da cozinha, acima do fogão a lenha?

173. ISQUEIRO/BINGA

Para acender um cigarro, se usa fósforo ou _____?

174. LANTERNA

... aquele objeto que se usa para clarear no escuro e se leva na mão assim (*mímica*)?

175. INTERRUPTOR DE LUZ

Como se chama o objeto que fica nas paredes e serve para acender a lâmpada?

ALIMENTAÇÃO E COZINHA

176. CAFÉ DA MANHÃ

... a primeira refeição do dia, feita pela manhã?

178. CARNE MOÍDA

... a carne depois de triturada na máquina?

179. CURAU/CANJICA

... uma papa cremosa feita com coco e milho verde ralado, polvilhada com canela?

180. CURAU

E essa mesma papa, com milho verde ralado, sem coco, como é que se chama?

PEDIR PARA DESCRERER COMO SE FAZ.

181. MUNGUNZÁ/CANJICA

... aquele alimento feito com grãos de milho branco, coco e canela?

182. AGUARDENTE

... a bebida alcoólica feita da cana-de-açúcar?

183. EMPANTURRADO

Quando uma pessoa acha que comeu demais, ela diz: Comi tanto que estou _____.

184. GLUTÃO

... uma pessoa que normalmente come demais?

185. BALA/CONFITO/BOMBOM

... aquilo embrulhado em papel colorido que se chupa? *Mostrar.*

186. PÃO FRANCÊS

... isto? *Mostrar.*

187. PÃO BENGALA

... isto? *Mostrar.*

VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS

188. SUTIÃ

... a peça do vestuário que serve para segurar os seios?

189. CUECA

... roupa que o homem usa debaixo da calça?

190. CALCINHA

... a roupa que a mulher usa debaixo da saia?

191. ROUGE

... aquilo que as mulheres passam no rosto, nas bochechas, para ficarem mais rosadas?

192. GRAMPO (COM PRESSÃO)/RAMONA/MISSE

... um objeto fino de metal, para prender o cabelo? *Mostrar.*

193. DIADEMA/ARCO/TIARA

... o objeto de metal ou plástico que pega de um lado a outro da cabeça e serve para prender os cabelos? *Mímica.*

VIDA URBANA

194. SINALEIRO/SEMÁFORO/SINAL

Na cidade, o que costuma ter em cruzamentos movimentados, com luz vermelha, verde e amarela?

195. LOMBADA/QUEBRA-MOLAS

... aquele morrinho atravessado no asfalto para os carros diminuírem a velocidade?

196. CALÇADA/PASSEIO

Na cidade, os automóveis andam no meio da rua e as pessoas nos dois lados, num caminho revestido de lajes ou ladrilhos. Como se chama este caminho?

202. BODEGA/BAR/BOTECO

... um lugar pequeno, com um balcão, onde os homens costumam ir beber _____ (*cf. item 182*) e onde também se pode comprar alguma outra coisa?

ANEXO C: Questionário Semântico-Lexical Adaptado (QSL-Adapt)

ACIDENTES GEOGRÁFICOS E FENÔMENOS ATMOSFÉRICOS

02. REPIQUETE (AZEVEDO, 2013)

Como se chama o fenômeno em que ocorre elevação súbita do nível de um rio, ou seja, o rio para de encher e depois volta a encher novamente?

a) repiquete b) banzeiro

03. TAPAGEM (AZEVEDO, 2013)

Como se chama aquele pedaço de capim encontrado no meio do rio, que dificulta a passagem de barcos e canoas?

a) tapagem b) bola de capim

05. MONDONGO (SALLES, 2003)

Diz-se de um terreno baixo cheio de atoleiro e coberto de plantas?

a) mondongo

FAUNA E FLORA

09. CAMONDONGO/CALUNGA/CATITA (SALLES, 2003)

Espécie de rato pequeno?

a) catita b) rato

10. MOCOTÓ/PÉS DO BOI (SALLES, 2003)

Nome que se dá aos pés de boi?

a) mocotó b) pé c) pata d) mão

CORPO HUMANO

13. PANTURRILHA (AZEVEDO, 2013)

Qual o nome que se dá ao músculo que fica atrás da perna da pessoa?

a) batata da perna b) panturrilha

14. NÁDEGAS/BUNDA

Qual o nome que se dá a parte traseira do corpo que tem muita carne e sustenta o corpo quando sentamos?

a) bunda b) nádegas

15. HOMOSSEXUAL (AZEVEDO, 2013)

Como se chama o homem que gosta de outro homem?

a) gay b) homossexual

16. LÉSBICA (AZEVEDO, 2013)

Como se chama a mulher que gosta de outra mulher?

a) sapatão b) lésbica

17. PEMBA (SALLES, 2003)

Qual o nome que se dá ao órgão genital masculino?

a) pamba b) pênis

17.1 XIBIU (SALLES, 2003)

E o feminino?

a) xibiu

17.2 PENTE

E o nome da parte do corpo acima da genitália (indicar o local)?

a) pente b) pé da barriga

18. CABAÇO (SALLES, 2003)

Nome que se dá a virgindade da mulher? (Diz-se: “Fulano quebrou ...”)

a) cabaço b) honra c) virgindade

22. RENDENGUE (SALLES, 2003)

“Parte do corpo entre a cintura e a virilha?”

a) rendengue

CONVÍVIO E COMPORTAMENTO SOCIAL

24. PUXIRUM/MUTIRÃO (AZEVEDO, 2002)

Nome que se dá a um mutirão ou reunião de pessoas (mobilizadas em prol de uma atividade)?

a) puxirum b) mutirão

27. BAMBA (SALLES, 2003)

Diz-se daquele que é valentão, desordeiro?

a) bamba b) valentão

30. BANZO/CAFIFA/MACAMBÚZIO (SALLES, 2003)

Quando alguém está com tristeza profunda, nostalgia, se diz que ele está?

a) banzo b) cafifa c) macambúzio

31. BOCÓ (SALLES, 2003)

Diz-se de alguém que é palerma, moleiro, abobalhado?

a) bocó b) bobo

33. ENCAFIFAR (SALLES, 2003)

Aquilo que traz má sorte?

a) encafifar

34. ENCABULAR (SALLES, 2003)

Aquilo que envergonha, que deixa a pessoa acanhada ou...?

a) encabulado

35. ENGAMBELAR (SALLES, 2003)

Diz-se de enganar, iludir ou prometer?

a) engabelar b) enganar

36. CAFUNÉ (SALLES, 2003)

Diz-se da carícia produzida pelos dedos na cabeça de alguém?

a) cafuné b) carinho

41. DIAMBA/DIRIJO/LIAMBA/MACONHA (SALLES, 2003)

Erva seca ou planta cujas folhas tem efeito narcótico?

a) diamba b) diriyo c) liamba c) maconha

50. MALUNGU (SALLES, 2003)

A pessoa que é companheira é o que?

a) malungu b) companheiro

HABITAÇÃO

60. MOCAMBO/MUCAMBO (SALLES, 2003)

Nome do esconderijo, habitação ou refúgios de escravos fugidos?

a) mocambo

62. QUILOMBO (SALLES, 2003)

Nome da povoação formada por escravos negros foragidos?

a) quilombo

ALIMENTAÇÃO E COZINHA

78. Você lembra outros tipos de comida e bebida?

VIDA RURAL

81. QUITANDA (SALLES, 2003)

Um tabuleiro para venda ou um pequeno comércio é?

- a) quitanda b) taberna

87. MAROMBA (SALLES, 2003)

Plataforma de madeira, que fica sobre as águas do rio, especialmente construída para abrigar animais durante a época das inundações?

- a) maromba

FERRAMENTAS E INSTRUMENTOS

95. MUXINGA (AZEVEDO, 2002; SALLES, 2003)

Como se dá o nome do instrumento de castigo (um chicote) trançado feito de couro de boi ou de peixe? Você conhece outros nomes?

- a) muxinga

98. CACUMBU (SALLES, 2003)

Resto de faca, enxada ou machado gastos e amolados para reaproveitar?

- a) cacumbu

PROVÉRBIOS, DITADOS POPULARES E EXPRESSÕES

106. Você já ouviu falar em:

- a) “Não tem quem dê uma bocada pro outro sem que espirre pelo nariz”
- b) “Quando ferro voasse e ferro falasse, o negócio estava todo modificado”
- c) “Diacho a catorze”
- d) “Fazer o quilo” (SALLES, 2003)
- e) “Tuta e mêa” (SALLES, 2003) (equivale a ‘por muito pouco’)
- f) “Depois ó ló” (equivale a “não me diga que eu não te avisei”)
- g) “Vai abrir o espiloro”
- h) “Não faz ponga” (equivale a ‘não fazer zoadá’)

Perguntar sobre outros provérbios e ditados populares aprendidos na infância ou em outra fase da vida com os pais, avós... na comunidade.